

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

RAFAEL MATTIELLO

**AS TRAJETÓRIAS DA CERTIFICAÇÃO
FLORESTAL DOS *STANDARDS* DO
CONSELHO DE MANEJO FLORESTAL - FSC**

**FLORIANÓPOLIS
JUNHO 2012**

Rafael Mattiello

**AS TRAJETÓRIAS DA CERTIFICAÇÃO
FLORESTAL DOS *STANDARDS* DO
CONSELHO DE MANEJO FLORESTAL - FSC**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia Política.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Julia Silvia Guivant

**Florianópolis
Junho 2012**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

“AS TRAJETÓRIAS DA CERTIFICAÇÃO FLORESTAL DOS STANDARDS DO CONSELHO DE MANEJO FLORESTAL - FSC”

**Por
RAFAEL MATTIELLO**

Orientadora Profa. Dra. Júlia Silvia Guivant

Esta tese foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção do título de *Doutor em Sociologia Política* e aprovada em sua forma final no dia 29 de junho de 2012, atendendo as normas da legislação vigente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política em nível de doutorado.

Prof. Dr. Ricardo Gaspar Müller – Coordenador do Programa

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Júlia S. Guivant (orientadora – presidente) – UFSC

Profa. Dra. Márcia da Silva Mazon – UFSC

Prof. Dr. Sérgio Luís Boeira – UFSC

Prof. Dr. Luiz Carlos Beduschi Filho – USP

Prof. Dr. Adilson Francelino Alves – UNIOESTE

Florianópolis, 29 de junho de 2012

Dedico este trabalho aos meus familiares, especialmente meu irmão Ricardo Mattiello, meu pai Carlos Alberto Mattiello e minha mãe Solange Busnardo Mattiello.

AGRADECIMENTOS

Eu gostaria de expressar os meus mais profundos agradecimentos a todos aqueles, que de maneira direta ou indireta, de formas variadas e em diferentes níveis, colaboraram ao longo do andamento de todos os afazeres que ultimamente culminaram na concretização deste doutorado.

Primeiramente, eu devo um especial reconhecimento a minha orientadora, a professora doutora Julia Silvia Guivant, que prontamente aceitou o desafio de me guiar em minha formação. Serei eternamente grato pela função desempenhada com primor, não apenas pelas competentes discussões e colaborações de cunho teórico e metodológico, constantes leituras, sugestões, críticas e franqueza, que foram essenciais para o esboço, desenvolvimento e aprimoramento da tese, mas principalmente por contribuir à lapidação de meu ser como um todo, por servir de exemplo, pelo seu espírito grandioso de presteza, companheirismo e respeito com todos ao seu redor!

Devo um agradecimento especial a Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo suporte financeiro através da bolsa de estudos que me foi concedida entre 2009 e 2012.

Agradeço também à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), especialmente ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), sobretudo ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP), pela oportunidade de fazer o doutorado em uma universidade, que além de ser pública e gratuita, tem uma qualidade e uma estrutura invejáveis.

Desejo estender minha gratidão aos professores Ricardo Virgilino da Silva, Lígia Helena Hahn Luchman, Héctor Ricardo Leis, Ary Cesar Minella, Tamara Benakouche, Erni José Seibel, Janice Tirelli Ponte de Sousa, Yan de Souza Carreirão, Paulo Henrique Freire Vieira, Carlos Eduardo Sell, Márcia Grisotti e Márcia da Silva Mazon, membros do corpo docente do Curso de Doutorado em Sociologia Política da UFSC. Estas foram pessoas que tive o deleite de conhecer e o privilégio de debater.

Aos componentes da banca de exame de qualificação da tese tanto quanto aos membros da defesa, pelas valiosas contribuições no aprimoramento de minha pesquisa.

À pronta e devotada atenção das secretárias do PPGSP Albertina Buss Volkmann e Maria de Fátima Xavier da Silva.

Aos colegas do Instituto de Pesquisa em Riscos e Sustentabilidade (IRIS) pelos constantes estímulos, trocas e contribuições.

Aos funcionários, técnicos e diretores das empresas, certificadoras e organizações sociais entrevistadas, pelo espírito de colaboração nas informações, receptividade e sinceridade.

Ao Grande Arquiteto do Universo pelas suas boas obras e bênçãos concedidas, pois na senda da honra e da justiça está a vida.

Um agradecimento mais que especial a todos os meus colegas, familiares e amigos, pela paciência e suporte dado nas intermináveis discussões durante todo este período.

À todos, muitíssimo obrigado!!!

*I'm not discouraged, because every wrong
attempt discarded is another step forward*

Thomas A. Edison

Ama-se mais o que se conquista com esforço
Benjamin Disraeli

RESUMO

O objetivo geral desta tese é contribuir ao crescente corpo teórico da sociologia ambiental. A teoria da modernização ecológica trata da necessidade de readequação ambiental oriunda dos principais atores envolvidos nos processos de crescimento e desenvolvimento industrial do capitalismo contemporâneo. Argumentamos que a modernização ecológica está relacionada à emergência de práticas responsáveis por intermédio da construção de *standards* por autoridades privadas especializadas. Analisamos as transformações sociais que permitiram a introdução de mecanismos privados de manejo florestal responsável e suas implicações político-sociológicas através de um estudo de caso dos processos e conflitos em torno dos *standards* do Conselho de Manejo Florestal - FSC. Defendemos que a (alta)modernidade sob uma condição de globalização se caracteriza por riscos e incertezas, demandas e expectativas, necessidades e oportunidades intrínsecas à própria dinâmica de reflexividade deste fenômeno, o que gera novas possibilidades e reanálises em todos os âmbitos. As empresas *standards* foram criadas, implementadas e cada vez mais legitimadas por todos para estabelecer novas práticas econômicas/administrativas/fabris/ socioambientais que dessem conta da expectativa da sociedade como um todo. Dentro desta abordagem caracterizada pelos fluxos, redes e pela modernização reflexiva/ecológica é analisada a emergência e o desenvolvimento do *standard* de manejo florestal mais respeitado e amplamente utilizado pela indústria de madeira, papel, celulose e embalagens, gráficas – os *standards* do FSC, com seus conflitos e discrepâncias nesta ampla rede de atores sociais *in-the-making*, através de duas etapas de certificação florestal: a definição de normas e a implementação delas. São analisadas as certificações da Klabin (realizada pelo Imaflo) e da Veracel (realizada pela SGS) e ao mesmo tempo as características reflexivas, conflituosas, ideológicas e discursivas destes *standards*. Por fim são dadas algumas recomendações para serem debatidas visando o aprimoramento característico e contínuo do sistema FSC.

Palavras-chave: *Standards*; manejo florestal; modernização ecológica.

ABSTRACT

The aim of this thesis is to contribute to the growing body of literature on environmental sociology. The theory of ecological modernization exposes the need for environmental adjustment of the main actors involved in the processes of industrial growth and development of contemporary capitalism. We argue that ecological modernization is related to the emergence of responsible practices through the construction of private standards by specialized authorities. Hence, we analyze the social changes that allowed the introduction of private mechanisms for responsible forest management and its implications in a political-sociological study of the processes and conflicts involved in a case study of the Forest Stewardship Council standards. We contend that the (high)modernity under a condition of globalization is characterized by risks and uncertainties, demands and expectations, needs and opportunities inherent to the dynamics of this phenomenon of reflexivity, which creates new possibilities and reanalysis in all areas. Specifically business standards were created, implemented and increasingly legitimized to establish new economic/administrative/ manufacturing/socioenvironmental practices that account to the expectation of the entire society as a whole. Within this approach characterized by flows, networks and through the theory of reflexive/ ecological modernization we analyze the emergence and development of the forest management standard that is most respected and widely used by the wood, pulp and paper, packaging and printing industries – the standards of the FSC. We focused in the conflicts and discrepancies of this extensive network of social actors *in-the-making* through the two stages of forest certification: setting the standards and its implementation. Thus, it is considered the certification of Klabin performed by Imaflora (SmartWood/Rainforest Alliance) and Veracel conducted by SGS, while it analyzes the reflexive, conflicted, ideological and discursive characteristics of those standards. Finally some recommendations are given to be discussed aiming at the characteristic continuous improvement of the FSC system.

Keywords: Standards; forest stewardship; ecological modernization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Logomarcas de diferentes <i>Standards</i>	040
Figura 02 - Os principais selos de certificação de manejo florestal.....	057
Figura 03 - Selos de certificação florestal regionais	057
Figura 04 - Elementos da certificação florestal.....	058
Figura 05 - Logomarcas do Imaflora e da <i>Rainforest Alliance</i>	067
Figura 06 - Logomarca da Klabin	068
Figura 07 - Logomarcas da SGS e sua certificação florestal	070
Figura 08 - Logomarca da Veracel.....	071
Figura 09 - Logomarca das diversas empresas citadas	071
Figura 10 - Evolução dos <i>standards</i> e autoridades privadas especializadas.....	091
Figura 11 - Perspectiva orientada ao FSC	106
Figura 12 - Estrutura geral do sistema FSC, suas funções, tipos de certificação e seus múltiplos atores.....	115
Figura 13 - Posicionamento nas Câmaras e Subcâmaras	116
Figura 14 - Configuração do FSC Brasil.....	117
Figura 15 - Modelo de trâmite para moção/emenda.....	120
Figura 16 - Tipos de certificações do FSC por operações e por produtos	140
Figura 17 - Credenciamento e implementação da certificação FSC	143
Figura 18 - Certificações providas pela APCER no Brasil.....	145
Figura 19 - Certificações providas pelo Bureau Veritas no Brasil.....	146
Figura 20 - Certificações providas pela <i>Control Union</i> no Brasil	146
Figura 21 - Certificações providas pelo Imaflora no Brasil	147
Figura 22 - Certificações providas pela IMO no Brasil	147
Figura 23 - Certificações providas pela SCS no Brasil.....	147
Figura 24 - Certificações providas pela SGS no Brasil.....	148
Figura 25 - Interface da certificadora e da empresa no processo de implementação da certificação FSC.....	149

Figura 26 - Tipos de sanções aplicáveis por certificadoras e/ou pela credenciadora e seu grau de coerção	151
Figura 27 - Implementação FSC: Klabin e Imaflora.....	155
Figura 28 - Níveis de reclamação e as partes envolvidas em cada um deles	170
Figura 29 - Reclamação de nível básico – entre o reclamante e a unidade de manejo florestal	171
Figura 30 - Reclamação de nível intermediário – entre o reclamante e a unidade de certificação responsável.....	172
Figura 31 - Reclamação de nível avançado – entre o reclamante e o FSC Internacional/unidade credenciadora (ASI)	173
Figura 32 - Categorização de conflitos existentes por elementos do processo de certificação FSC.....	185

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - Evolução do Antropismo na Amazônia Legal.....	046
Mapa 02 - Área de floresta certificada pelo FSC em 2010.....	066

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Crescimento da área certificada pelo FSC no mundo	066
Gráfico 02 - Contraste entre as participações de membros do Norte e do Sul	124

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 01 - Interfaces múltiplas	033
Organograma 02 - Conselhos Diretores e a atividade de seus membros.....	126
Organograma 03 - Relação Norte/Sul dos membros dos Conselhos Diretores	128

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01 – Região de plantio e extração de madeira certificada – Klabin.....	153
Fotografia 02 – Mosaico florestal da Klabin no Paraná	153

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – A teoria social frente aos debates entre o realismo e o construtivismo	096
Quadro 02 – Síntese da Teoria da Estruturação	101
Quadro 03 – Lista de substâncias proibidas e suas derrogações (em negrito)	121
Quadro 04 – Elementos envolvidos no <i>standard</i> FSC.....	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Atores na certificação FSC.....	031
Tabela 02 - Igualdade entre interesses.....	123
Tabela 03 - Os membros do Sul na Assembleia Geral	123
Tabela 04 - Os membros do Norte na Assembleia Geral.....	123

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

®	-	Marca Registrada
AAVC	-	Atributos de Alto Valor de Conservação
ABNT	-	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANATEL	-	Agência Nacional de Telecomunicações
APCER	-	Associação Portuguesa de Certificação
APPs	-	Áreas de Proteção Permanente
Apremavi	-	Associação de Proteção do Meio Ambiente e da Vida
ASC	-	Aquaculture Stewardship Council
ASI	-	Accreditation Services International
AVC	-	Alto Valor de Conservação
BM	-	Banco Mundial
CAPES	-	Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CARs	-	Corrective Action Requests
CE	-	Marcação Comunidade Europeia
CELE	-	Comércio Europeu de Licenças de Emissões de Carbono
CEPEDES	-	Centro de Pesquisa e Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia
<i>cf</i>	-	Confira
CFC	-	Clorofluorcarbono
CFH	-	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CH4	-	Metano
CITES	-	Convenção Internacional sobre a Comercialização de Espécies da Flora e da Fauna Ameaçadas de Extinção
CMMAD	-	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CO2	-	Dióxido de Carbono
CoC	-	Cadeia de Custódia
CONSEGMA	-	Consultoria em Segurança do Trabalho e Meio Ambiente
CVC	-	Combinações de Veículos de Cargas
DDT	-	Dicloro-Difenil-Tricloroetano
EMF	-	Empreendimento de Manejo Florestal
EPIs	-	Equipamentos de Proteção Individual
EPS	-	Empresa Prestadora de Serviço
ESALQ	-	Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
ESSP	-	Earth System Science Partnership
ESCT	-	Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia
FAVC	-	Floresta de Alto Valor de Conservação
FISPQ	-	Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos
FoE	-	Friends of the Earth
FSC BR	-	Iniciativa Brasileira do FSC
FSC GD	-	FSC Global Development
FSC IC	-	Centro Internacional do (FSC International Center)
FSC	-	Conselho de Manejo Florestal (Forest Stewardship Council)
FSSC	-	Food Safety System Certification
GLOBALG.A.P.	-	The Global Partnership for Good Agricultural Practice

GRI	- Global Reporting Initiative
GTA	- Grupo de Trabalho da Amazônia
HACCP	- Hazard Analysis and Critical Control Point
HDF	- High Density Fiberboard
IAP	- Instituto Ambiental do Paraná
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFS	- International Food Standard
IMA	- Instituto do Meio Ambiente da Bahia
Imaflora	- Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
IMO	- Institute for Marketecology
INCRA	- Instituto Nacional Colonização Reforma Agrária
IPCC	- Intergovernmental Panel on Climate Change
IPEF	- Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais
IRIS	- Instituto de Pesquisa em Riscos e Sustentabilidade
ISO	- International Standardization Organization
ITTA	- Acordo Internacional sobre Madeiras Tropicais
IUCN	- International Union for Conservation of Nature
LEI	- Lembaga Ekolabel Indonesia
LP	- Licença Prévia
MDF	- Medium Density Fiberboard
MSC	- Conselho de Manejo Marítimo (Marine Stewardship Council)
MTCC	- Conselho Malásio de Certificação de Madeira
N2O	- Óxido Nitroso
NCR	- Nota de Crédito Rural
OAB	- Ordem dos Advogados do Brasil
OCDE	- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OHSAS	- Occupational Health and Safety Advisory Services
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
OMF	- Operações de Manejo Florestal
ONGs	- Organizações não governamentais
ONU	- Organização das Nações Unidas
OSB	- Oriented Strand Board
<i>p. ex.</i>	- Por exemplo
P&C	- Princípios e Critérios
PEFC	- Programme for the Endorsement of Forest Certification Schemes
PFNM	- Produto Florestal Não Madeireiro
PM	- Plano de Manejo
PPGSP	- Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
PROMAB	- Programa de Monitoramento Ambiental em Microbacias
PSO	- Process Standard Offset
QWEB	- Certificação de Processos de Negócio Eletrónico
RL	- Reserva Legal
RPPN	- Reserva Particular do Patrimônio Natural
SA	- Social Accountability
SAC	- Registro de Solicitação de Ação Corretiva
SAI	- Social Accountability International

SCS	- Scientific Certification Systems
SEF	- Certificación Española Forestal
SESMT	- Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho
SFI	- Sustainable Forestry Initiative
SGS	- Societé Générale de Surveillance
SINTREXBEM	- Sindicato dos Trabalhadores da Extração de Madeira do Extremo Sul da Bahia
SQAS	- Sistema de Avaliação da Qualidade e Segurança do Transporte, Armazenagem e Manuseamento de Matérias Perigosas.
SSNC	- Sociedade Sueca para a Conservação Natural
STR	- Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UFSC	- Universidade Federal de Santa Catarina
UMF	- Unidade de Manejo Florestal
USP	- Universidade de São Paulo
VCP	- Votorantim Celulose e Papel
WARP	- Woodworkers´ Alliance for Rain Forest Protection
WHO	- World Health Organization (Organização Mundial de Saúde)
WRI	- World Resources Institute
WRM	- World Rainforest Movement
WWF	- World Wide Fund for Nature

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	024
1.1 PROBLEMÁTICA DA PESQUISA	025
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	028
1.3 O FSC COMO OBJETO DE ESTUDO CIENTÍFICO	029
1.4 JUSTIFICATIVA	031
1.5 TRAJETÓRIA DA PESQUISA	034
2 SITUANDO A CERTIFICAÇÃO DOS STANDARDS FSC.....	039
2.1 STANDARDS	039
2.2 MEIO AMBIENTE, FLORESTAS E SUSTENTABILIDADE	042
2.2.1 Dos meta-discursos sobre o meio ambiente à emergência do manejo florestal responsável	048
2.3 EMERGÊNCIA DOS STANDARDS DE CERTIFICAÇÃO FLORESTAL	054
2.3.1 Definição de normas	059
2.3.2 Processo de implementação	061
2.3.2.1 Certificação	061
2.3.2.2 Credenciamento	062
2.3.2.3 Etiquetamento	062
2.4 POSICIONANDO O FSC.....	063
2.5 ACERCA DO IMAFLORA.....	067
2.6 SOBRE A KLABIN.....	068
2.7 SOBRE A SGS.....	070
2.8 CONTEXTUALIZANDO A VERACEL.....	070
3 MODERNIZAÇÃO, GLOBALIZAÇÃO E A EMERGÊNCIA DE AUTORIDADES PRIVADAS ESPECIALIZADAS	073
3.1 TEORIAS SOCIAIS DA MODERNIDADE	074
3.1.1 Modernização Ecológica.....	075
3.2 A EMERGÊNCIA DE AUTORIDADES PRIVADAS	080
3.2.1 A privatização da política mundial e a emergência de autoridades privadas especializadas.....	083

3.2.2 Fontes de autoridade em instituições de governança privada	087
3.2.3 Novas formas de governança e a regulação social do mercado	090
4 CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS CONFLITOS E ESTRATÉGIAS NA SOCIOLOGIA (AMBIENTAL)	093
4.1 CONSTRUTIVISMO NA SOCIOLOGIA (AMBIENTAL).....	093
4.1.1 Teoria centrada no ator e a dimensão das estratégias e conflitos nas arenas de negociação	103
5 TRAJETÓRIAS DA DEFINIÇÃO DE NORMAS DA CERTIFICAÇÃO FLORESTAL DO FSC	107
5.1 UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA DO FSC	109
5.2 ORGANIZANDO UMA ARENA INSTITUCIONAL DE NEGOCIAÇÃO <i>MULTISTAKEHOLDER</i>	114
5.3 GOVERNANÇA GLOBAL.....	122
5.3.1 Assembleia Geral	122
5.3.2 Conselho Diretor do FSC e das Iniciativas Nacionais.....	125
5.4 ACOMODANDO INTERESSES DIVERGENTES.....	129
5.4.1 Conflitos na construção do <i>standard</i> global do FSC	132
6 A IMPLEMENTAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO FLORESTAL DO FSC <i>IN-THE-MAKING</i>	138
6.1 TIPOS DE CERTIFICAÇÃO	138
6.2 IMPLEMENTAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO FSC: CENTRALIDADE DAS CERTIFICADORAS	142
6.3 IMPLEMENTAÇÃO DO FSC <i>IN-THE-MAKING</i> – O CASO DA KLABIN	152
6.3.1 Identificação e análise de não-conformidades	156
6.3.2 Implicações político-sociológicas	166
6.4 SISTEMA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DO <i>STANDARD FSC IN-THE-MAKING</i>	169
6.4.1 Exemplificando o sistema de resolução de conflitos – o caso da Veracel e da SGS	174
7 CONCLUSÃO	184

7.1 CATEGORIZAÇÕES DOS PRINCIPAIS CONFLITOS LEVANTADOS NA PESQUISA DE CAMPO.....	184
7.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS	188
7.3 RECOMENDAÇÕES.....	190
REFERÊNCIAS.....	194
ANEXO A: PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS DO CONSELHO DE MANEJO FLORESTAL (FSC).....	213
ANEXO B: COMUNICAÇÃO DO FERN ACERCA DA RETIRADA DE SEU APOIO AO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO DESEMPENHADO PELO FSC.....	226
ANEXO C: EXTRATO DAS SACS EMITIDAS PELO IMAFLOA À KLABIN DURANTE AS AUDITORIAS DE CERTIFICAÇÃO DO PERÍODO 2003-2011	230
ANEXO D: AVALIAÇÃO DA ASI SOBRE A ATUAÇÃO DA SGS EM RELAÇÃO À CERTIFICAÇÃO DE MANEJO FLORESTAL DA VERACEL	271
ANEXO E: CERTIFICADO DE MANEJO FLORESTAL DO FSC CONCEDIDO À VERACEL PELA SGS	288
APÊNDICE A: TABELA DE ATORES ENVOLVIDOS NOS STANDARDS FSC	289
APÊNDICE B: CATEGORIZAÇÃO DO CONTEÚDO VISUAL E DAS ENTREVISTAS APRESENTADAS NO DOCUMENTÁRIO DUURZAAM OP PAPIER	290
APÊNDICE C: QUALIFICAÇÃO DAS SACS EMITIDAS PELO IMAFLOA À KLABIN DURANTE AS AUDITORIAS DE CERTIFICAÇÃO DO PERÍODO 2003-2011	296
APÊNDICE D: PESQUISA HEMEROGRÁFICA DOS CONFLITOS ENVOLVENDO A CERTIFICAÇÃO FLORESTAL DO FSC E SUA IMPLEMENTAÇÃO NO SITE WWW.FSC- WATCH.ORG	300

1 INTRODUÇÃO

Esta tese tem como objetivo caracterizar a emergência de *standards* privados num estudo da caracterização da certificação florestal do Conselho de Manejo Florestal - FSC *in-the-making*¹. Para isso analisaremos as trajetórias da construção da rede dos *standards* aplicáveis aos diferentes tipos de florestas do mundo a partir dos significados dados a esta rede pelos atores que fazem parte da mesma. Primeiramente caracterizaremos teoricamente este campo de estudo para termos as bases de compreensão do funcionamento e desenvolvimento deste sistema de certificação. Em seguida distinguiremos os diferentes atores sociais envolvidos no processo de definição das normas e da implementação deste *standard* por empresas brasileiras. Escolhemos para nosso estudo a certificação FSC adotada pela Klabin Paraná e implementada através do Imaflora, a certificação FSC da Veracel realizada pela SGS e a impressão de vários atores envolvidos no processo.

Este tema engaja-se numa problemática maior, da incerteza e dos conflitos emergentes em torno do aprimoramento de práticas e técnicas empresariais para mitigar e transformar práticas socioambientais por intermédio de *standards*. Desta forma, a tecnologia vem se tornando cada vez mais central no relacionamento entre atores sociais e não humanos. Dentro do emergente campo acadêmico dos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia (ESCT), há, para Guivant e Macnaghten (2011, p.89):

Uma crescente literatura enfatizando a importância da participação pública na governança de tecnologias emergentes e controversas. Pareceria que fora cristalizado um consenso acadêmico sobre a importância política da deliberação pública como um elemento necessário na nova governança científica, colaborando para a articulação de preocupações públicas (em um cenário upstream) e para o direcionamento futuro das trajetórias socialmente vigorosas de inovações. Essa ampla compreensão parece ser compartilhada tanto por análises sociológicas da corrente principal, como as de Ulrich Beck e Anthony Giddens, quanto por acadêmicos especializados em estudos da ciência

Temos hodiernamente novas tecnologias relacionadas às controversas deliberações privadas representadas pelo estudo dos *standards* e da certificação empresarial.

¹ *In-the-making* é um conceito utilizado para falar de como não são estáticos o cientista fazendo sentido da ciência e de seus fenômenos, mas se encontram em permanente estado de (re)construção.

As práticas de introdução de mecanismos privados de certificação voluntária por intermédio de *standards* denotam uma transformação nas práticas econômicas, sociais, políticas e culturais. De maneira mais específica a problemática em que está inserida esta tese se relaciona a um melhor entendimento de como se constroem e como se aplicam os *standards* privados, principalmente no que tange às negociações, conflitos e acomodações de interesses realizadas entre os diferentes atores interessados no processo de estabelecimento e de implementação dos *standards*, com especial ênfase, de como o escrutínio, das pessoas ligadas ao *standard*, faz das definições de normas e da implementação destas estratégias um feito coletivo que traz em interação múltiplos atores com diferentes níveis de poder

1.1 PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

Em meados do século XX a relação entre ecossistemas vulneráveis e delicados como as florestas *vis-à-vis* o processo de intensificação do controle humano sobre a natureza gerou conflitos de diversos setores da sociedade internacional. E cada vez mais há uma pressão de setores da mídia, da sociedade, órgãos internacionais e das organizações não governamentais (ONGs) no sentido de legitimar suas próprias maneiras de almejar uma relação mais equilibrada entre sistema produtivo florestal e meio ambiente.

Questões globais, como o desenvolvimento sustentável do planeta, entraram em uma nova fase na qual novos atores emergem na esperança de uma resolução mais efetiva dos grandes problemas expostos. Organizações transnacionais propõem-se não somente a discutir e forçar mudanças na sociedade internacional, mas institucionalizar e normatizar, por conta própria, questões ambientais por meio de consenso dos interessados (Pattberg, 2004). Este tese tem como proposta analisar esta emergente conjuntura internacional, que envolve instrumentos privados, que desenvolvem, constroem e legitimam determinadas “práticas aceitáveis” ou “responsáveis” que supostamente resultem no “desenvolvimento sustentável”.

No que tange às florestas, a ínfima vontade política dos governos em, efetivamente, criar mecanismos para dirigir adequadamente os problemas

decorrentes dos custos ambientais da globalização e controlar a questão econômica do meio ambiente, fez com que uma ampla coalizão de atores sociais privados (grupos de advocacia internacional, ONGs sociais e ambientais e empresas com interesses bem distintos, etc.) se organizassem em arenas de negociação e criassem, de maneira autônoma, suas próprias iniciativas em prol do desenvolvimento de práticas responsáveis para serem utilizadas a favor de uma vivência mais sustentável no planeta.

Parte destas iniciativas tornaram-se *standards*. Argumentamos que estas construções sociais para estabelecer “práticas aceitáveis” ou “responsáveis” que resultam no “desenvolvimento sustentável” ocorrem através do avanço de autoridades privadas especializadas em definir normas e implementar mecanismos privados de práticas ambientais aceitáveis. A emergência deste tipo de prática adquiriu determinado nível de legitimidade internacional a partir do reconhecimento dado a eles pelas diversas esferas governamentais como “mecanismos válidos para desenvolver e implementar práticas de administração social e ambientalmente responsáveis dirigidas ao desenvolvimento sustentável” (PI, 2005, p. 1). Isto resultou em novas organizações, propostas a alavancar atitudes proativas em relação à gestão ambiental da sociedade como um todo a partir de práticas responsáveis. Os *standards* privados assumem uma posição privilegiada, de mecanismos para pôr em funcionamento este tipo de reestruturação das práticas econômicas no que tange ao relacionamento entre os seres humanos e o meio ambiente.

A emergência dessas práticas responsáveis por parte das empresas engloba diversos conceitos distintos e correlacionados, como, por exemplo: novas práticas alimentares (*cf. p. ex.* Guivant et al, 2010), cidadania empresarial (*cf. p. ex.* McIntosh et al, 2002; Maignan et al, 1999; Googins et al, 2007), responsabilidade socioambiental (*cf. p. ex.* Cohen, 2010; Kao, 2010; Tachizawa, 2005; Ashley, 2003), padrões de qualidade e segurança (*cf. p. ex.* Mazon, 2010), filantropia corporativa (*cf. p. ex.* Himmelstein, 1997), desenvolvimento sustentável e (boa) governança empresarial (*cf. eg.* Malin, 2010; Ginther et al, 1995; Arnold & Day, 1998), ética empresarial (*cf. p. ex.* Crane & Matten, 2010; Fisher & Lovell, 2009; Matten & Palazzo, 2008), ambientalismo corporativo (Andrade, 2000) e empresa verde (*cf. p. ex.* Laville, 2009).

Esta prática permite atender diferentes interesses (relacionados à área social e ambiental) de partes distintas – comunidade, acionistas, funcionários,

prestadores de serviços, fornecedores, consumidores, sociedade, diferentes esferas governamentais e outros interessados – em um processo que proporciona um forte posicionamento de imagem e assim, um importante diferencial em um mundo cada vez mais competitivo. Estas novas práticas empresariais trazem menos problemas ao conciliar uma atividade econômica com a preservação da natureza, por intermédio de uma gama de ações que outrora não participavam do ideário empresarial – com *standards* privados e certificações de práticas que vão de intervenções gerenciais a uma completa reestruturação dos processos e procedimentos de toda a cadeia de produção, da matéria prima ao consumidor final.

Em meados dos anos de 1990, em uma tentativa coletiva de se estabelecer um denominador comum em torno de um suposto “manejo florestal responsável”, uma ampla coalizão se formou, composta por diferentes atores como: instituições, empresas, organizações interessadas no assunto, em prol do meio ambiente, de direitos humanos, de questões sociais, representantes dos indígenas, madeireiras; comerciantes de madeira, lojistas, comunidades relacionadas ao bom manejo das atividades florestais, e organizações de certificação florestal. Essa coalizão criou um sistema que construiu no papel um “consenso global” daquilo que seria definido como bom manejo florestal, sendo este controlado por auditores independentes em uma organização global chamada de Conselho de Manejo Florestal - FSC (FSC 2006a). A ideia surgiu sob os auspícios do *World Wide Fund for Nature* (WWF) e foi concebida, de um lado para organizar uma certificação florestal que assegurasse aos clientes a origem e manejo apropriado da madeira comercializada, e do outro para criar grupos de compradores de lojistas e outros compradores de produtos madeireiros. Institucionalizando, assim uma demanda por produtos de madeira certificados.

Este sistema de certificação voluntária é cada vez mais utilizado pelas empresas, e ganha cada vez mais destaque como instrumento de política florestal de implementação de processos de “desenvolvimento sustentável” no setor empresarial. Pois as empresas, estando ou não envolvidas no processo de definição do FSC, podem estar legitimando este *standard* simplesmente ao utilizar embalagens industriais certificadas, ao utilizar móveis oriundos de “madeira sustentável”, comprar papel para seus afazeres burocráticos certificados ou publicando em gráficas que se utilizam destas práticas.

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

Tendo em vista que os avanços realizados pela ciência por intermédio de inovações sociotécnicas em todos os âmbitos são “indissociáveis do que tanto pode ser percebido como melhorias e/ou ameaças à qualidade de vida” (Guivant et al., 2010), foi dado um maior reconhecimento às incertezas sobre as consequências do que determinadas inovações possam produzir, o que resulta em controvérsias e especulações, principalmente estabelecendo conexões entre determinadas práticas e a qualidade do meio ambiente.

As principais transformações industriais trazem estes riscos e incertezas, inserindo nas agendas empresariais novas possibilidades de relação com a sociedade e o meio ambiente, por intermédio de novas práticas inovadoras, como é o caso da introdução de mecanismos privados através de *standards* ambientais. Será que, mesmo que supostamente seja acordado um determinado “consenso global” acerca do manejo florestal responsável, deixar um setor tão importante da economia e de todo o meio ambiente ao setor privado é prudente?

No sentido de investigar esta problemática, nossos objetivos da pesquisa, que nos guiaram são:

- (1) Levantar o desenvolvimento histórico-institucional do FSC e caracterizar quais são os atores e discursos envolvidos, seus objetivos, como alcançá-los, que estrutura e etapas/tipos de atividades são necessárias para sua implementação *in loco*;
- (2) Descrever e analisar o processo de certificação FSC, a partir da definição de princípios e critérios, até a sua implementação por empresas;
- (3) Por que e como diferentes conflitos, negociações e acomodações de interesses emergem entre os diferentes interessados e como isto afeta os *standards* originalmente definidos do FSC.

Argumentamos, que, para compreender as implicações político-sociológicas da introdução de *standards* privados *in-the-making*, é necessário articular um debate entre conceitos pertinentes acerca desta construção social dentro dos ESCT. Da (alta)modernidade e do processo de modernização que rege a atividade econômico-política do capitalismo contemporâneo aliado a uma compreensão do corpo teórico constituído em torno da globalização e privatização

da política mundial, regulação social do mercado com evolução/emergência de *standards* e outras autoridades privadas especializadas em definições de normas, credenciamento (acreditação) e de certificadoras especializadas em monitorar, auditar e certificar (unidades de manejo florestal, no caso do FSC).

Uma pesquisa com estas características vem colaborar com os ESCT com um diálogo entre diferentes temáticas e subáreas das ciências sociais que se relacionam com esta importante temática da construção de *standards* de manejo florestal responsável.

1.3 O FSC COMO OBJETO DE ESTUDO CIENTÍFICO

O FSC tem sido objeto de estudos científicos desde sua fundação, com raras exceções (*cf. p. ex.* Voivodic; Beduschi Filho, 2011) a maioria das pesquisas relacionadas ao FSC é oriunda das ciências naturais. Nesta subseção² serão discutidos aspectos ontológicos e epistemológicos dos dois diferentes métodos quantitativos e qualitativos, seus potenciais e suas limitações para estudar o processo de certificação florestal dos *standards* FSC, além de fornecer alguns exemplos de suas aplicações acadêmicas.

Especificamente com relação à certificação florestal do FSC, uma ampla gama de dados está disponível (*p. ex.* área certificada por país, região, estado, município; quantidade de floresta certificada *versus* plantações; quantidade de membros por país; quantidade de membros individuais, ONGs sociais, ONGs ambientais, sindicatos, associações empresariais, associações técnicas, empresas de celulose e subprodutos, madeireiras e seus subprodutos; relatórios de avaliação das auditoras sobre os diversos certificados emitidos, dentre outros) e diferentes análises de cunho positivista foram realizadas (*Cf. p. ex.* Holvoet; Muys, 2004; McDermott; Cashore; Kanowski, 2010)

Diversos pesquisadores e institutos de pesquisa já desenvolveram procedimentos para a investigação dos “mecanismos causais” por detrás da

² A discussão de ontologia e epistemologia e suas implicações nos modelos de pesquisa é baseada nas discussões das seguintes obras: Marsh; Furlong, 2002; Devine, 2002; John, 2002; Read; Marsh, 2002; Marsh; Stoker, 2002; Hopkin, 2002.

certificação florestal. Indicadores, das mais variadas naturezas, foram apropriados para este tipo de pesquisa – efetividade, justiça, equidade, legitimidade, participação (e.g Bass; Guéneau, 2007; Kern, 2004; Dingwerth, 2005, 2007; Dingwerth; Pattberg, 2006) – e se mostraram relativamente insuficientes para endereçar o problema de maneira consistente com a amplitude do significado da certificação. Isto ocorre fundamentalmente pela limitação de uma análise puramente quantitativa. A escolha dos indicadores, bem como de seus conceitos envolvidos é uma questão muito subjetiva e que quase sempre deixa de lado potenciais “mecanismos causais” em detrimento de outros. A pesquisa quantitativa ignora contextos sociais e também ignora a relação entre o observador e o objeto a ser observado, o que faz o ato de coleta de dados algo único e *biased*. A complexidade do fenômeno não pode ser restringida a indicadores analisado sob uma perspectiva macro-quantitativa.

O método qualitativo geralmente é marcado por uma ontologia e epistemologia interpretativa, ou hermenêutica da realidade. Em outras palavras isto significa que o mundo não existe independentemente de nossa percepção sobre ele. Esta forma de encarar a teoria relativiza o poder explicativo de suas teorias por aceitar as limitações paradigmáticas envolvidas. Geralmente o método qualitativo envolve pesquisas que podem incluir estes tipos de procedimentos: observação, observação participativa, entrevistas intensivas individuais, entrevista focal em grupo. Neste tipo de pesquisa dá-se primariamente o foco à perspectiva de atores que dão significados subjetivos à suas próprias ações e interpretam sua própria situação com/e de outros. Interpretam-se os entendimentos das experiências e práticas humanas (Benton, 1977; Keat; Urry, 1975). O método qualitativo, para seus críticos, tem pouca representatividade para outros casos, além de estar sujeito à interpretação subjetiva dos dados, tornando a verificação impossível. Objetividade e falta de generalizações também contribuem no rol de críticas a esta metodologia. Por isso é considerado por muitos como *soft data*.

No caso da certificação florestal promovida pelo FSC é possível encontrar, na literatura acadêmica, alguns artigos baseados em estudos qualitativos de uma determinada área certificada (*p. ex.* Greenpeace, 2008), ou uma comunidade afetada pela certificação, ou empresa, ou país.

Nesta tese realizamos a análise em um plano meso, nele nem a estrutura é preponderante sobre a ação humana, nem a agência domina toda a lógica por trás das transformações da modernidade. Assim, para operacionalizar esta perspectiva,

este estudo foi concebido em partes que gradualmente trilham um caminho do enfoque geral ao particular; da estrutura até a agência. A temática envolvida reflete um pano de fundo teórico e técnico, característico dos ESCT. Sendo assim, almejamos em primeiro lugar posicionar os principais desenvolvimentos acadêmicos da área pertinentes à (alta)modernidade, globalização, reflexividade, modernização ecológica e como fonte deste processo, a emergência de *standards* e autoridades privadas especializadas com questões mais técnicas relacionadas, especialmente, ao caso do manejo florestal responsável do FSC, sua lógica de funcionamento, implementação e monitoramento por intermédio de análise num estudo de caso da certificação FSC adotada pela Klabin Paraná e implementada através do Imaflora e da a certificação FSC da Veracel realizada pela SGS e a impressão de vários atores envolvidos no processo. Desta forma, nossa pesquisa foi realizada de forma deliberada dando maior ênfase aos fatores sociais e políticos da trajetória de construção da certificação florestal do FSC pela articulação de teoria com pesquisa de campo.

1.4 JUSTIFICATIVA

A definição dos principais protagonistas desta pesquisa ocorreu de maneira pragmaticamente definida. Desta forma, em primeiro lugar foram identificados muitos atores por toda a rede ao redor do certificado FSC (Ver tabela 01). Estes atores foram divididos em categorias para possibilitar um melhor entendimento dos diferentes tipos de interações que ocorrem neste processo.

Tabela 01 – Atores na certificação FSC

CATEGORIAS	ORGANIZAÇÃO/TIPO DE ORG./SETOR/ELEMENTOS INERENTES	INDIVÍDUO/POSIÇÕES INDIVIDUAIS
<i>HUMANOS</i>		
AGENTES INSTITUCIONAIS	FSC IC; FSC GD; ASI; AG; AG/BR; FSC SE/BR; CD/BR.	Membros dos diferentes órgãos, funcionários; técnicos.
EMPRESAS	CELULOSE; MADEIREIRAS; SERRARIAS; PRODUTORAS; DISTRIBUIDORAS; GRÁFICAS. <i>P. ex. Klabin; Fibria; Suzano.</i>	Membros das diferentes empresas responsáveis pela certificação/monitoramento.

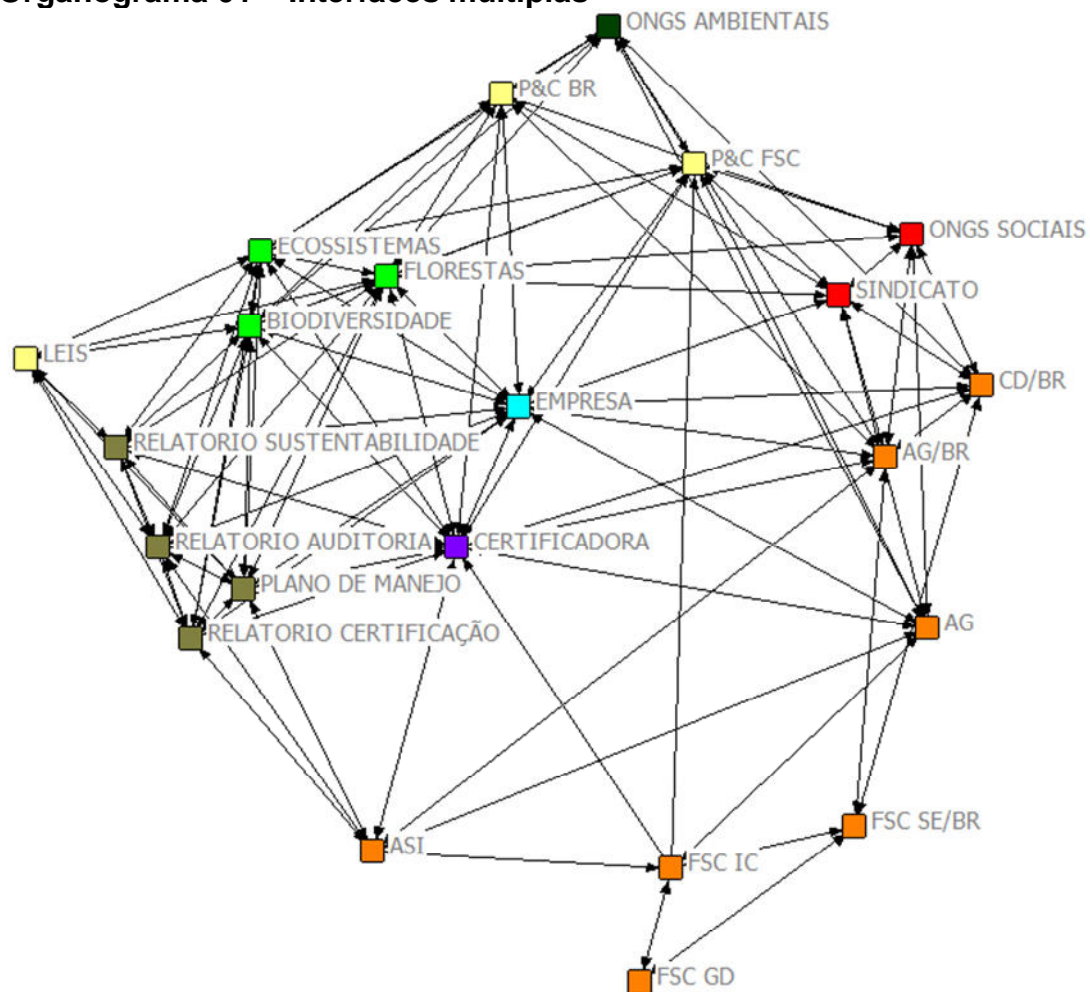
ONGs	SOCIAIS; AMBIENTAIS. <i>P. ex.</i> GTA; WWF; Greenpeace; Amigos da Terra.	Membros das diferentes ONGs envolvidos com o FSC.
CERTIFICADORA	APCER; BUREAU VERITAS; IMO; IMAFLORA (RA); SCS; SGS; CONTROL UNION.	Membros das diferentes certificadoras responsáveis pela certificação/ monitoramento.
SINDICATOS/ ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAIS	<i>P. ex.</i> Centro dos Trabalhadores da Amazônia.	Membros das diferentes entidades envolvidos com o FSC.
NÃO HUMANOS		
NATURAIS	FLORESTAS; ECOSSISTEMAS; BIODIVERSIDADE.	<i>P. ex.</i> Formigas cortadeiras; mosaico de plantações.
LEGISLATIVOS	PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS (FSC E FSC/BR); LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA (MUNICÍPIO, ESTADO, FEDERAÇÃO); OUTRAS CERTIFICAÇÕES.	<i>P. ex.</i> Código Federal; Princípio n. 2; indicadores do GRI; normas da ISO.
DOCUMENTAIS	PLANO DE MANEJO; RELATÓRIO DE CERTIFICAÇÃO/AUDITORIA/MONITORAMENTO; RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE.	<i>P. ex.</i> o relatório de Auditoria Anual de manejo florestal da Klabin SC, o plano de manejo da Klabin PR.

Fonte: Elaborado pelo autor

Todas estas interfaces entre os diferentes atores foram computadas utilizando-se a Análise de Redes Sociais (Scott, 2005; Hanneman, 2000; Molina, 2001; Minella, 2005; 2007; 2011) por intermédio das ferramentas digitais Ucinet 6 (Borgatti et al., 2002) e Netdraw (Borgatti, 2002) que permite verificar o grau de centralidade, intermediação de determinados atores em detrimento de outros, bem como facilitar a visualização das redes sociais, para assim melhor entender a composição dos participantes no sistema e da estrutura efetiva de poder no processo de definição de normas e de implementação da certificação florestal promovida pelo FSC (*cf.* apêndice A, ver organograma 01).

Podemos observar que os dois atores centrais, ou seja, aqueles em que ocorre o maior número de intermediações com outros atores, são a empresa e a certificadora responsável. Como um estudo social da relação específica entre a empresa que almeja o *standard* FSC e uma certificadora credenciada pelo FSC para fornecer este certificado é algo que não temos notícia nos ESCT, optamos por estudar de maneira mais específica como ocorre esta relação social entre as empresas e as certificadoras do *standard* FSC em seus aspectos sociais e políticos.

Organograma 01 – Interfaces múltiplas



Fonte: Elaborado pelo autor

Tendo em vista que a etapa da implementação dos *standards* por intermédio das empresas é chave para a concretização do que a certificação se propõe; visto que a certificadora e a empresa são centrais ao processo de certificação; além de argumentarmos que o processo de emergência de autoridades privadas por intermédio do *standard* FSC serviu para modelar os discursos acerca do importante setor econômico florestal com novos fluxos de produtos sustentáveis baseados em práticas de manejo florestal responsável, decidiu-se tratar da relevância desta arena de negociações específicas que envolve o relacionamento entre a certificadora e a empresa alvo da certificação.

A certificadora Imafloira é a única organização sem fins lucrativos que certifica em nome do FSC no Brasil (todas as outras certificadoras são empresas e não ONGs), além de ter realizado a primeira certificação de plantações no Brasil. A Klabin foi a primeira empresa do setor de celulose no Brasil a realizar a certificação

FSC para suas plantações em todas as suas unidades de manejo florestal, além de ter sido convidada a participar do processo de estabelecimento do *standard* FSC no Brasil. Este relacionamento estabelecido entre a certificadora e a empresa é relevante para o campo sociológico, visto que através da evolução das ações requeridas pela certificadora à empresa em suas auditorias, neste caso específico, retrata de maneira significativa o movimento de reflexividade forçado pela introdução de mecanismos privados de manejo florestal responsável.

A certificadora SGS é a maior e principal empresa credenciada pelo FSC para realizar a certificação florestal de seus *standards*. A Veracel é uma das maiores empresas do ramo de papel, celulose e seus derivados em todo o mundo. A certificação florestal das práticas empresariais da Veracel tem sido amplamente questionada por diversos setores sociais, desta forma o relacionamento entre esta certificadora e a empresa é importante, do ponto de vista acadêmico, para entender como os conflitos emergem e são tratados pelas partes envolvidas nestes mecanismos privados. Por isso a escolha nesta tese.

Desta forma, nossa análise será focada na trajetória de construção do processo de certificação florestal dos *standards* FSC *in-the-making* mais as práticas da certificadora (Imaflora) junto à unidade de manejo florestal (Klabin Paraná) em suas auditorias de monitoramento e de recertificação e dos conflitos na interface entre o emissor do certificado (SGS) e a unidade de manejo florestal (Veracel). Para, assim, entender como ocorrem as negociações, acomodações de interesses e como emergem os conflitos nestas inovadoras práticas privadas que transformam a realidade social de maneira mais específica. Optamos por um estudo de caso que venha observar na análise da trajetória da construção do *standard* FSC as diferentes interfaces que compõem a construção social dos *standards*, suas arenas de negociação, acomodações de interesses e conflitos que emergem nas diferentes etapas da certificação florestal.

1.5 TRAJETÓRIA DA PESQUISA

Esta pesquisa acerca da certificação FSC teve início em 2006, e progressivamente vem trazendo luz à lógica por trás deste ator-rede extremamente

complexo. Durante este período diversas mudanças vêm ocorrendo dentro do sistema FSC, assim é de fundamental importância dentro do viés construtivista explorar “o papel de instituições preexistentes na criação de novos arranjos institucionais” (Mazon, 2009, p. 1004). Desta forma, realizamos um mapeamento do funcionamento e lógica das diferentes trajetórias de construção estabelecida pela certificação dos *standards* FSC sendo feita pelos atores em suas características sociais.

No sentido de articular de maneira mais analítica os discursos dos diferentes atores sociais, nos ampararemos em fontes primárias e informantes. Desta forma traremos aqui os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa de campo e análise das trajetórias dos *standards* FSC nas suas duas etapas: de definição de normas e de implementação.

A pesquisa empírica se desenvolveu entre 2010 e 2011. Em combinação com o referencial teórico-metodológico exposto. Recorremos aos inúmeros documentos que servem de embasamento para todo o escopo de certificação e definição de *standards* que vem sendo negociado e construído pelo FSC desde a sua criação. Estas fontes formais são utilizadas para a análise de todo o sistema FSC. Outro tipo de fonte formal que é utilizada são os relatórios de auditoria produzidos pelo Imaflora no que diz respeito à certificação FSC pela Klabin, e os relatórios de auditoria da SGS no que tange à certificação FSC da Veracel, como os relatórios da ASI avaliando as práticas da SGS com relação ao processo de certificação, auditoria e monitoramento da SGS perante a Veracel. Diversas conversas formais, informais, além de entrevistas semi-estruturadas com informantes-chave foram conduzidas durante a investigação. Todas as pessoas ouvidas estão ligadas, de algum modo, ao processo de definição de *standards* e de implementação de certificados e selos FSC, sendo informantes-chave neste processo de desvendar algumas características da caixa-preta em que se tornou este constructo da ciência e da tecnologia, com suas discrepâncias, conflitos, dúvidas e incertezas.

Foram ouvidos: a Secretária-executiva do FSC Brasil; o Gerente de Meio Ambiente Florestal da Fibria; o Relações Corporativas & Sustentabilidade da Suzano Papel e Celulose; a Coordenadora de Pesquisa e Desenvolvimento, Qualidade e Ambiência Florestal da Klabin; um auditor da SCS; um auditor da SGS; um auditor do Imaflora; um auditor sênior do Bureau Veritas; e um representante da GTA. Suas

impressões acerca do processo de definição de normas e da implementação dos *standards* estão permeando os capítulos analíticos.

Esta abordagem teórico-metodológico permitirá entender como os *standards* do FSC se constroem e como se aplicam por intermédio de conceitos como ator social, interface, agência, relações de poder, traduções, arenas de negociações, que aliados à teoria dos *standards* fornecerá um relevante arcabouço analítico para compreender como são mediadas, transformadas e/ou perpetuadas determinadas práticas sociais neste processo. Ou seja, como as instituições com os interesses melhor articulados inserem seu discurso e preferências dentro de toda uma cadeia econômica com características de rede e fluxos muito complexas.

A partir da sugestão de Latour (2005, p. 147) optamos por utilizar como elementos intrínsecos da própria construção da análise da trajetória do *standard* FSC figuras ilustrativas que almejam facilitar ao leitor a visualização de determinadas percepções teórico-analíticas e práticas exercidas pela certificação florestal do FSC, com o objetivo demonstrar determinados processos de maneira didática. Além disso, em lugar de separar os tópicos de pesquisa em descritivos e analíticos optamos em tratar dos processos envolvidos em suas características estruturais e relacionais, o que propicia uma melhor integração e entendimento do estabelecimento e implementação dos *standards* FSC como um feito coletivo que traz em interação múltiplos atores com diferentes níveis de poder ao mesmo tempo que argumenta acerca dos pressupostos da teoria de modernização ecológica.

Também optamos por tratar do estudo de caso como uma trajetória que parte de uma análise mais geral (em busca de elementos mais estruturantes) até o particular. Sendo assim, a primeira etapa da tese é de caráter conceitual e traz definições teóricas e metodológicas situando a pesquisa e a segunda é de caráter empírico e inicia com a descrição da metodologia de pesquisa utilizada no estudo de caso da análise das trajetórias do *standard* FSC. A conclusão traz algumas recomendações que podem ser discutidas para um aprimoramento da certificação do manejo florestal exercido pelo FSC.

Desta forma, a tese está estruturada em sete capítulos, que procuram situar a problemática de pesquisa dentro da teoria social e responder aos objetivos anteriormente elencados. Desta maneira, o capítulo dois intitulado *Situando a Certificação Florestal dos Standards FSC* traz primeiramente definições acerca da evolução dos *standards*. Em seguida é introduzida a questão ambiental dando

ênfase à emergência do manejo florestal responsável sob a ótica dos mais proeminentes *standards* de certificação florestal. Em sequência são descritos os diferentes elementos da certificação florestal: as etapas de definição de normas e da implementação. Por fim são apresentadas as diferentes organizações utilizadas na pesquisa: o FSC, o Imaflora, a Klabin e a Veracel.

O capítulo três, chamado *Modernização, globalização e a emergência de autoridades privadas especializadas* traz a contextualização teórica em que esta tese se ampara. Desta forma, primeiramente, são debatidas noções úteis para analisar as principais transformações sociais da contemporaneidade, com os conceitos de modernização, (alta)modernidade, modernização reflexiva, modernização ecológica e sociologia dos fluxos (ambientais). Em seguida é discutido o advento da globalização, a privatização da política mundial e a emergência de autoridades privadas especializadas e suas novas formas de governança.

O capítulo quatro *A construção social dos conflitos e estratégias* apresenta as bases metodológicas nas quais analisamos as trajetórias da certificação florestal dos *standards* do FS, com a introdução do debate acerca do construtivismo na ESCT com a exposição de seus principais conceitos e teorias, como a construção social dos problemas ambientais, a relação agência-estrutura, a teoria do ator-rede e a perspectiva orientada ao ator.

O capítulo cinco da tese é intitulado *Trajetórias da definição de normas da certificação florestal do FSC*. Nesta parte é analisado como vem se desenrolando o processo de definição de normas dos *standards* FSC, além de ponderar o funcionamento de sua estrutura organizacional/funcional e governança. Por fim, são debatidos quais conflitos emergem e como os divergentes interesses dos vários atores nestes *standards* se acomodaram.

O sexto capítulo *A implementação da certificação florestal do FSC in-the-making* apresenta primeiramente os diferentes tipos de certificados outorgados às empresas. Em seguida é debatida a centralidade das certificadoras na etapa da implementação, além de descrever os procedimentos adotados para que a certificação FSC seja concedida. Em terceiro lugar é debatida a implementação dos *standards* FSC por intermédio da análise da implementação realizada pelo Imaflora à Klabin, e da implementação dos *standards* realizada pela SGS à Veracel, com especial ênfase aos conflitos que emergem deste processo.

Por fim o capítulo sete, de conclusão, além de debater os resultados da tese, traz uma categorização dos principais conflitos identificados na pesquisa de campo e uma série de recomendações que acreditamos poder contribuir à evolução do sistema de certificação FSC como um todo.

2 SITUANDO A CERTIFICAÇÃO DOS STANDARDS FSC

2.1 STANDARDS

Dentro da ESCT a temática ao redor da ambiguidade dos *standards* vem cada vez mais sendo discutido. Entre os autores mais destacados nesta área, Busch e Bingen (2006) consideram que os *standards* são as medidas pelas quais os produtos, processos e produtores são avaliados. As condições³ são as categorias usadas para implementar estes *standards*. Hoje em dia, condições e *standards* formais são onipresentes no mundo e afetam a produção, processamento e venda dos produtos, além de balizar também o julgamento da *performance* e mérito humano. Desta maneira, explicam os autores, existem condições e *standards* para massas, ketchup, produtos químicos e espécies ameaçadas de extinção, bem como para estudantes que almejem entrar no ensino superior, ou em alguma carreira governamental. Estas condições e *standards* podem ser definidos por Agências Reguladoras Governamentais (*p. ex.* Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel); por associações industriais (*p. ex.* Associação Nacional dos Processadores de Alimentos Estadunidense); por associações profissionais (*p. ex.* Ordem dos Advogados do Brasil – OAB); por fóruns nacionais de normalização (*p. ex.* Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT); por organizações privadas e sem fins lucrativos (*p. ex.* Conselho de Manejo Marítimo – MSC; Conselho de Manejo Florestal – FSC); ou por líderes de mercado (*p. ex.* Starbucks; McDonald’s).

Segundo Busch e Binger (2006), os *standards* têm uma longa história que remonta aos egípcios, que já adotavam medidas definidas de volume (os *hekats* de aproximadamente 4,6 litros) não apenas à contabilidade das autoridades mas também à coleta de impostos. Na Idade Média, um famoso ato governamental na Bavária (a *Bayerischen Reinheitsgebot*, ou a Lei da Pureza da Cerveja, de 1516) criou os *standards* para a cerveja, exigindo que apenas três ingredientes estivessem na receita: lúpulo, cevada e água. Até o presente esta norma é utilizada em toda a Alemanha. Entretanto nem todos os produtos/países tinham um único código de

³ Do original em inglês “grade”.

standards específico, pelo contrário. Na França do século XVIII existiam entre 700 e 800 medidas com mais de 250.000 variações, nelas os *standards* estavam intrinsecamente relacionados a determinados produtos de determinada região. Para Busch e Binger (2006), somente a partir do crescimento do comércio internacional ainda no século XVIII é que nações estabelecem de maneira mais efetiva processos de estandardização de pesos e medidas.

Alguns autores argumentam que a globalização traz consigo uma crescente estandardização dos processos e práticas empresariais (*cf. p. ex.* estudos na área agrícola de Bonanno et al., 1994; Magdoff et al., 2000), ao mesmo tempo pode-se argumentar que amplia-se a diversificação das práticas, processos e produtos disponíveis a qualquer indivíduo (ou empresa) no planeta.

Durante o século XX diversos *standards* se firmaram no universo empresarial e virtualmente influenciam todos os aspectos da produção, processamento, transporte e venda de produtos se sobrepondo em uma miríade de múltiplas Agências Governamentais, suas jurisdições e entidades privadas reguladoras (ver na figura 01 algumas logomarcas destes *standards*⁴).

Figura 01 – Logomarcas de diferentes Standards



Fonte: Pesquisa do autor nos diversos websites das entidades

Dentre eles, destacam-se as famosas séries 9000 e 14.000 da *International Standardization Organization* (ISO), que ditam boas práticas de

⁴ Todas as logomarcas apresentadas ao longo da tese são marcas registradas e estão indicadas pelo símbolo ®. A sua utilização nesta tese tem como único propósito o uso educacional e ilustrativo, nenhum uso comercial pode ser feito destas imagens.

gestão empresarial (9000) e boas práticas ambientais (14.000); o SA 8000, da *Social Accountability International* (SAI), que cobre uma grande gama de questões relacionadas a um tratamento justo e adequado aos trabalhadores, seus direitos segurança e saúde; outros *standards* emergentes tratam de comércio justo (*fair trade*) e geralmente lidam com produtos específicos (*cf. p. ex. Max Havelaar* com café, soja e cacau) embora possam ser identificados pelo logo da *Fairtrade Labelling Organizations International*.

Como *standards* são geralmente percebidos como um produto de práticas técnicas e científicas (*cf. Williamson, 1994*), assim sendo consideradas como “objetivas” e desprovida de qualquer tipo de enviesamento (*cf. Callon, 1998*), foram historicamente entendidos como um “lubrificante neutro” do mercado (Reardon e Farina, 2002). Visto que os *standards* estão embutidos em algum sistema particular de relações sociais, cujas normas e instituições influenciam os seus efeitos, *standards* estão impingidos por juízos de valor (*cf. Busch, 2000*) e seu conteúdo é definido por negociações e ações estratégicas que refletem as diferenças em poder de convencimento e barganha dos atores envolvidos no processo (*cf. Bingen e Siyengo, 2002*).

Busch e Bingen (2006, p. 06) afirmam que os

[s]tandards e a estandardização foram inseparáveis do desenvolvimento de muitos dos primeiros standards. Pesos, medidas e cunhagem apareceram milhares de anos atrás como um meio de estandardização, uma maneira de criar ordem do caos, e de facilitar o comércio e a taxação.

Mas os *standards* nem sempre levam à estandardização. *Standards* tiveram outros significados no passado. Empresas, como a *Standard Oil*, não almejavam estandardização, mas serem reconhecidas como a vanguarda de determinado setor econômico. Ou seja, não preenchiam determinados quesitos em determinados *standards*, e sim criavam os quesitos e *standards* para o setor tendo como base as suas próprias práticas e métodos.

Os autores argumentam que, mais recentemente, preencher determinados quesitos por intermédio de *standards* está, cada vez mais sendo reconhecido por sua faculdade de diferenciar produtos (*cf. p. ex. a atuação da General Motors* no começo do século XX de utilizar diferentes *standards* para segmentar o mercado automobilístico; ou da *H.J. Heinz Company* e suas “57 variedades” estampadas em todos os seus produtos). Assim, abrem-se as portas para o desenvolvimento e implementação de *standards* privados exigidos de

fornecedores para realizar qualquer operação com aquelas empresas. As principais redes de supermercados no mundo aplicam este tipo de regulamentação privada na escolha de seus fornecedores (*cf. p. ex.* o *Walmart* dos Estados Unidos, o *Carrefour* da França e o Grupo *Royal Ahold* dos Países Baixos). Entretanto, este tipo de *standard* não necessariamente leva ao estabelecimento de regras que cheguem a estandardização de todo o mercado visto que são utilizados por uma grande empresa líder de mercado e se expande somente pela rede de empresas que almejem manter negócios com este grupo.

O principal mecanismo para a implementação de *standards* é a certificação por terceiras partes que, refletindo a percepção dos *standards*, também é considerada uma “instituição objetiva”, devido principalmente à sua independência dos outros setores envolvidos (produtores, atacadistas, consumidores). Tal independência é o que dá legitimidade às entidades certificadoras, pois a princípio não teriam nenhum interesse no resultado final da transação e por isso são vistas como altamente eficazes para assegurar a qualidade e segurança dos produtos envolvidos pelo *standard*. Por isso a certificação por terceiras partes vem sendo amplamente utilizada por revendedores, produtores, Agências Governamentais e organizações de sociedade civil na implementação de seus *standards*.

O uso estratégico de *standards* está se difundindo com rapidez entre os diferentes interessados (*stakeholders*). Entretanto, dependendo de quais *standards* são utilizados, de que maneira, como e por quem eles são certificados, o uso de *standards* e certificação por terceiras partes afetará o sistema, bem como os atores particulares envolvidos diferentemente (*cf.* Hatanaka; Bain; Busch, 2006, p. 46-47). Isso ocorre, principalmente devido aos *standards*, ou

padrões de qualidade e segurança (...) não [serem] fenômenos neutros; [pois] a própria definição desses termos exprime disputas culturais” que são socialmente construídas principalmente “quando uma crise social, econômica ou política [ameace] os arranjos antes estabelecidos (Mazon, 2009, p. 1007).

2.2 MEIO AMBIENTE, FLORESTAS E SUSTENTABILIDADE

Mais da metade de todas as florestas do mundo foram devastadas no intervalo 1940-2010. Metade desta desflorestação aconteceu entre 1970 e 2010. A

concentração de gases antropogênicos como dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄) e óxido nitroso (N₂O) na atmosfera aumentaram drasticamente fazendo com que a temperatura média global subisse a níveis alarmantes (IPCC, 2007). Ao mesmo tempo, a radiação ultravioleta aumenta com o persistente desgaste que a camada de ozônio vem sofrendo devido à utilização de clorofluorcarbono (CFC). Além disso, os seres humanos estão utilizando cerca de 40% de toda a biomassa terrestre, afetando a maioria dos outros seres vivos. Com isso aumentou a taxa de extinção em mais de mil vezes, fragilizando a vida silvestre. Cerca de um quarto de todos os mamíferos, aves e anfíbios estão ameaçados de extinção. Os registros fósseis relatam cinco ciclos de extinções em massa. Este é o sexto ciclo da história, sendo esta a primeira vez que uma única espécie causa a extinção em massa de outras (Biermann, 2005, p. 3). Pesquisas alarmam que o sistema terrestre inteiro opera “bem longe do estado normal exibido nos últimos 500.000 anos” e que esta atividade

Pode inadvertidamente causar sérias consequências para o meio ambiente e habitat da Terra, modificando potencialmente o sistema terrestre para um modo de operação que pode ser irreversível e inóspito para humanos e outras formas de vida (ESSP, 2001).

Primeiramente nos países desenvolvidos, de um lado questões ambientais como a poluição, a desflorestação, o aquecimento global, a perda de biodiversidade, e de outro lado social questões relacionadas aos direitos indígenas e direitos trabalhistas levantaram a consciência da sociedade internacional acerca da relação entre forças produtivas, a sociedade e o meio ambiente. Desta maneira, a base do modelo capitalista foi colocada à prova acerca de sua sustentabilidade social, econômica e ambiental. Comumente, a comunidade acadêmica tem visto uma onda de novas possibilidades que emergem a partir da conscientização mundial presenciada a partir da divulgação pela Comissão do Meio Ambiente da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1987 do *Relatório Brundtland*, denominado *Nosso Futuro Comum* (CMMAD, 1991), que surge como marco desta nova compreensão da realidade mundial. É neste momento que se alinha a expressão desenvolvimento sustentável. Entretanto, a construção social

[do] conceito de sustentabilidade é suficientemente amplo como para abranger estratégias que visem desde o estímulo ao consumo verde até padrões de construção eco-eficiente. Mas, com estas iniciativas, ficam ainda mais fluidas as divisões entre os espaços alternativos e convencionais (Guivant, 2009, p. 194).

Sustentabilidade não diz respeito a um problema específico de tratamento certo, mas sim de uma complexa relação entre os seres humanos entre si e perante a natureza. Pois a incapacidade científica de lidar satisfatoriamente com a questão ambiental faz com que devamos reconhecer

o caráter limitado e abstrato das construções científicas diante da imensa complexidade, diversidade e variação do meio ambiente, (...) [além] de que os fatos são cientificamente (socialmente) produzidos (Grisotti, 2008, p. 101).

De forma bem abrangente o conceito de desenvolvimento sustentável é a integração da dimensão econômica, social e ambiental com balizamento ético do respeito às diferenças às futuras gerações. Dentro desta ótica, ao analisar a sustentabilidade está implícita a expressão de *sociedades sustentáveis*, na perspectiva de um mundo ambientalmente sadio, onde as *diversidades biológicas*, cultural, étnica, racial e religiosa são parte integrante dos pressupostos da sustentabilidade. Desenvolvimento sustentável

marca a afirmação de uma filosofia do desenvolvimento que combina eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica, como premissas da construção de uma sociedade solidária e justa (Demajorovic, 2003, p. 10).

Esta noção sugere que prevaleça a premissa de que é necessário determinar não só uma limitação nas possibilidades de crescimento, mas também

um conjunto de iniciativas que levem em conta a existência de interlocutores e participantes sociais relevantes e ativos, formados a partir de práticas educativas e de um processo de diálogo informado, o que reforça o sentimento de corresponsabilização e de constituição de valores éticos (*ibid.*, p. 9-10).

Para Guivant (2002a, p. 81-82), a sustentabilidade não pode ser conceituada de maneira exata, pois é uma noção muito contraditória e que não “representa um conjunto fechado de práticas ou tecnologias, nem um modelo a ser descrito ou imposto”, pois o problema de conceituar “o que estamos tratando de fazer é parte do problema, devido a que cada indivíduo [ter] valores diferentes”; e os “problemas sempre estão abertos às interpretações diferentes: como o conhecimento e o entendimento podem ser considerados como socialmente construídos”; uma vez que, “o que cada um de nós conhece e acredita está relacionado com o nosso contexto atual e nossa história. Não há, portanto, só uma interpretação *correta*”. Logo, “é fundamental procurar entender as múltiplas perspectivas sobre um problema para assegurar um amplo envolvimento dos atores

e grupos”. Visto que, “[a] resolução de um problema inevitavelmente leva à produção de outro problema porque os problemas são endêmicos. Sempre haverá incertezas”.

Para a autora, desta maneira, as incertezas devem ser explícitas e reconhecidas como válidas, pois “[a] característica chave passa a ser a capacidade dos atores de aprenderem continuamente a partir dessas situações em mudança, de forma a que possam agir rapidamente e transformar suas práticas” onde “[os] sistemas de aprendizagem e interação devem procurar as múltiplas perspectivas das diferentes partes interessadas e estimular o seu envolvimento. A participação e a colaboração são componentes essenciais de qualquer sistema de pesquisa”.

As florestas encontram-se no centro deste cenário de desenvolvimento sustentável ou sustentabilidade, pois por mais de cinco mil anos têm se mantido imprescindíveis para o desenvolvimento da civilização humana, como fonte de alimentos, de combustíveis, de materiais para construção civil ou de outros produtos necessários para a humanidade em dado período histórico (Perlin, 1989).

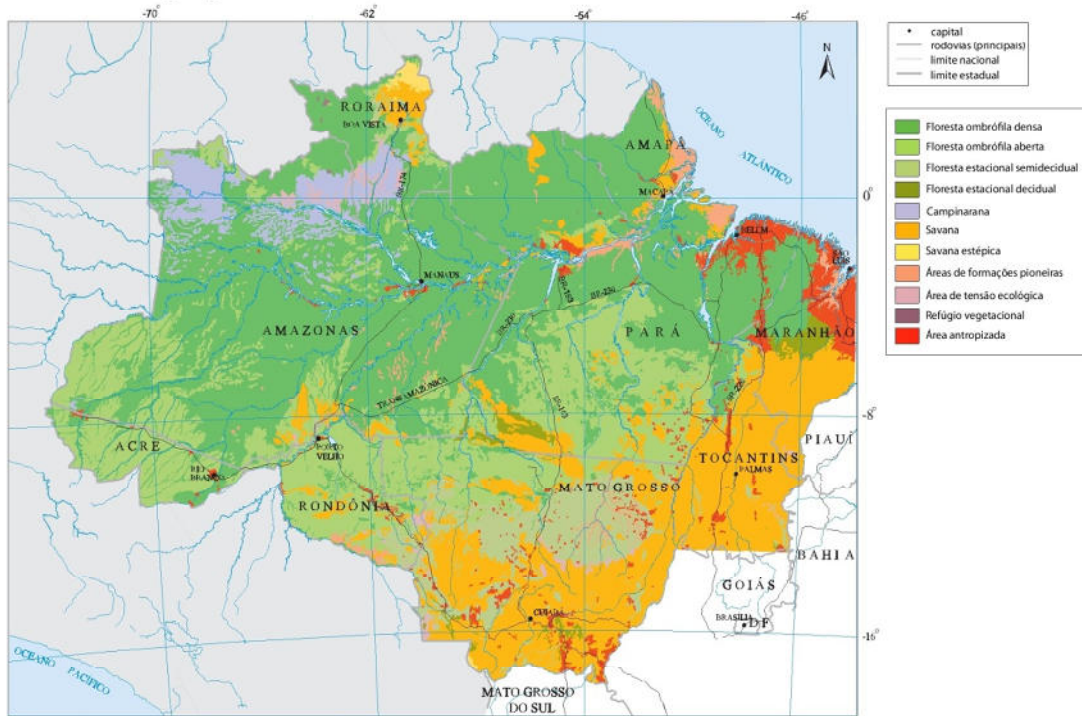
Dentro deste contexto que emerge a partir do Relatório *Brundtland*, a percepção era a de que as florestas em países tropicais estavam sendo rapidamente degradadas e geralmente destruídas (Cashore et al., 2006), desta forma ameaçando a diversidade biológica, o clima global, a sustentabilidade ambiental local, e o bem estar cultural, econômico e social das pessoas que dependem das florestas para subsistência. Grande parte da atenção foi dada ao desmatamento do dito “pulmão do mundo”, a Amazônia (cf. mapa 01), decorrente da rápida e crescente demanda por madeira barata e as consequências nefastas deste fenômeno em relação à sua biodiversidade em ecossistemas riquíssimos (Brown, 2001).

Atualmente, apenas 10% das reservas florestais de todo o mundo são florestas nativas, 82 países dos 148 países que se encontram na zona florestal já perderam suas florestas nativas, 49% do que resta de florestas nativas são florestas tropicais da América Latina, África, Ásia e Pacífico, 44% são as florestas boreais da América do Norte, da Escandinávia e da Rússia. O Brasil representa 35% das florestas nativas existentes em todo o mundo. Não seria de estranhar que as florestas fossem alvo de especial atenção por todos. Mesmo que “as verdades científicas também [envolvam] divergências, além de pressupostos valorativos (ver, por exemplo, o debate científico sobre os riscos dos transgênicos, pesticidas, etc)” (Guivant, 2002a, p. 83).

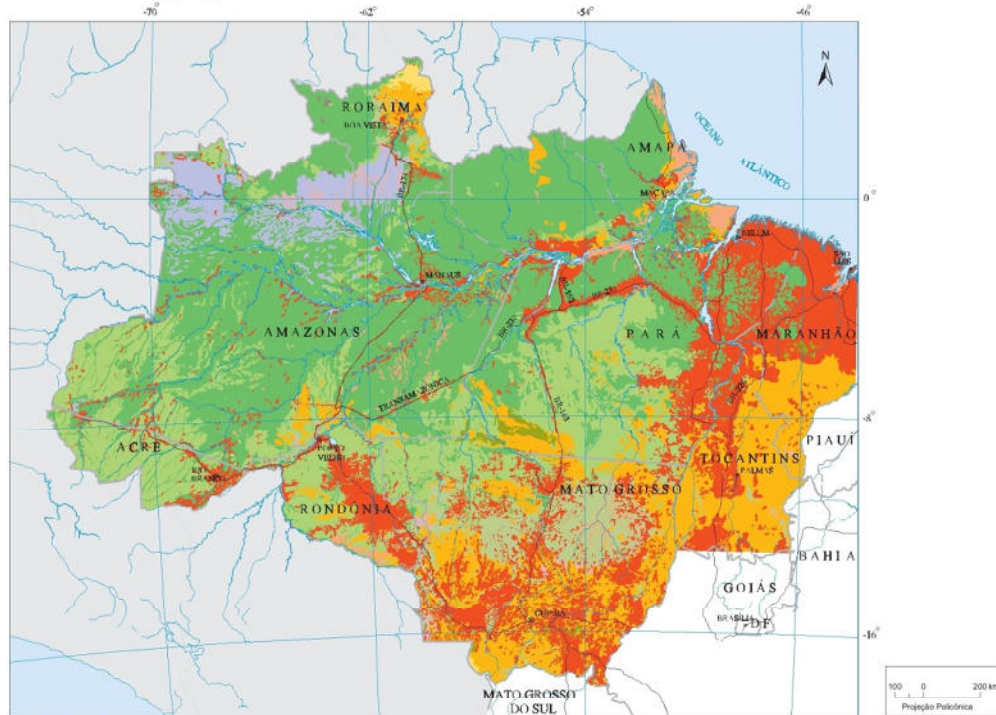
Mapa 01 – Evolução do Antropismo na Amazônia Legal

 Evolução do antropismo na Amazônia Legal 

Cobertura fitogeográfica 1976



Cobertura fitogeográfica 1991



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais.

Fonte: IBGE, 2011.

Estes riscos ambientais supostamente resultantes da diminuição das florestas ou da aceleração do desflorestamento, especialmente nos países subdesenvolvidos, fez com que uma crescente preocupação por parte de políticos, cientistas e em demais setores da sociedade fosse baseada na noção de que o uso incorreto, ou insustentável, dos recursos florestais é, segundo Jinlong (2006, p. 3), um problema global que ganhou um valor simbólico sob a alcunha de “patrimônio natural do mundo”.

Discursos como “a atividade florestal é o elemento principal de um ecossistema na terra”, ou “salve as florestas para salvar o meio ambiente”, foram amplamente introduzidas nas diferentes arenas de debate. Estes discursos, estas visões de mundo compartilhados pelos principais grupos ambientalistas como *p. ex.* o *Greenpeace* e *WWF* são vistos como prejudiciais às práticas empresariais florestais. Vastas campanhas publicitárias são lançadas estimulando consumidores a boicotar determinados produtos por suas supostas práticas maléficas. Desse modo, determinadas técnicas empresariais começam a ser vistas como prejudiciais aos ecossistemas terrestres pelos movimentos ambientalistas, ao mesmo tempo em que são vistas como maléficas para as comunidades locais por intermédio dos movimentos sociais.

Práticas de embate baseados em boicotes e alarde geraram uma grande desconfiança do público em geral sobre os produtos que estão consumindo. Para os movimentos sociais que exploravam exemplos empresariais específicos, esta prática era pouco eficiente, não afetava de maneira efetiva seu propósito. Para a empresa era extremamente danoso a seus negócios. Este primeiro grande embate entre as práticas produtivas do capitalismo mundial com a percepção de que determinados tipos de práticas deveriam ser modificados possibilitaram que diversas mudanças ambientais, econômicas, sociais e políticas viessem a alterar o comportamento dos diferentes atores envolvidos no centro desta mutação e evolução sistêmica de toda a comunidade mundial. No caso das empresas, esta conjuntura fez com que elas dessem preferência a uma condução dos negócios sob uma postura socialmente e ambientalmente responsável.

2.2.1 Dos meta-discursos sobre o meio ambiente à emergência do manejo florestal responsável

Para Arts et al (2010), os principais meta-discursos que permeiam a questão ambiental (florestal) e seus principais interlocutores são:

O discurso da modernização: O discurso acerca da modernização teve seu auge na metade do século XX e foi principalmente desencadeado pelas elites americanas. Este discurso tem como lógica fundamental a questão do crescimento econômico, urbanização e da industrialização com base em um controle humano sobre os recursos naturais (Umans, 1993). De acordo com esse discurso, a base social da sociedade e seus recursos deveriam ser transferidos do setor agrícola, florestal e rural para o setor urbano-industrial, o que levaria a uma transformação estrutural de toda a sociedade, tornando-a moderna. Assim, este discurso percebe o desenvolvimento como um movimento que ruma a formas mais tecnológicas e institucionalmente complexas e integradas em um processo que é posto em prática através da ampliação dos mercados. No que tange às florestas, sua substituição por cidades, indústrias, comércio eram vistas como fundamentais para sua implantação. Desta maneira, culturas e tradições nativas eram vistas como uma barreira para o desenvolvimento e necessitavam ser substituídas por ideais e comportamentos ditos superiores para possibilitar a modernização. Os críticos desta abordagem argumentam, no entanto, que a modernização se baseia em valores e tradições ocidentais, ou seja, para este discurso modernização é sinônimo de ocidentalização.

O discurso do crescimento limitado: O discurso acerca do crescimento limitado (Dryzek, 1997) é uma resposta crítica para a trajetória humana de “modernização”, que supostamente está produzindo uma crise ecológica que começa a ser percebida no final da década de 1960 e início da década de 1970. Este discurso foi principalmente abarcado por movimentos ambientalistas regionalizados, e desta maneira não adquiriu muita atenção na esfera política global. Antes desta *démarche*, os recursos naturais eram vistos como infinitos e serviam apenas ao propósito de gerar riquezas à humanidade. Este discurso pode ser considerado como radical no sentido de que sugere que necessitamos de limites absolutos para o crescimento econômico visto que a capacidade de carga (resiliência) do ecossistema da biosfera terráquea foi superada e que os recursos

planetários estão (quase) esgotados. Ou seja, este discurso prega que a lógica mundial implantada pelo capitalismo através do discurso da modernização atingiu certos limites com relação ao seu meio (o planeta Terra). Assim, o modo de produção ocidental, afirma Dupuy (1980) em suas críticas, é incompatível com a sobrevivência de todo o planeta, pois deu

origem a desperdícios, degradações do meio ambiente e fez aparecer raridades com as quais o capitalismo deve contar daqui em diante. A água e o ar eram bens abundantes e gratuitos. (...) É preciso hoje reproduzir o ar e a água, quer dizer, reciclá-los, e isso custa caro (Dupuy, 1980, p. 18-19).

Este autor fundamenta suas críticas no que diz respeito a esta questão fundamental acerca da sobrevivência da humanidade no planeta Terra. Mais precisamente que a espécie *Homo Sapiens* está cada vez mais ameaçada de extinção, principalmente se mantiver os padrões exponenciais de crescimento econômico, e subsequente degradação ambiental provocada pela atual lógica social. “A evidência é irrecusável. O modo de vida do Ocidente industrial não é generalizável, pois as suas vantagens bem relativas só existem reservadas a uma pequena minoria. Se todo o mundo as aproveitar, será a catástrofe geral” (Dupuy, 1980, p. 28). Os críticos desta abordagem (cf. p. ex. Sills, 1975) argumentam que os pressupostos deste discurso são falhos, embora enalteçam a contribuição desta *démarche* em colocar a questão ambiental em evidência em termos globais por intermédio de obras como a *Tragédia dos Comuns* (Hardin, 1968) e *Os Limites ao Crescimento* (Meadows et al., 1972), além de estabelecer uma discussão dentro das Nações Unidas de maneira mais institucionalizada através de diversas conferências sobre questões ambientais (cf. p. ex. Estocolmo 1972, Rio de Janeiro 1992).

O discurso da modernização ecológica: O discurso acerca da modernização ecológica tem sido influente a partir da década de 1990 e é fortemente identificado com o paradigma socioeconômico dominante do progresso tecnológico dentro da economia política capitalista. Este discurso prega que o crescimento econômico e o desenvolvimento podem ser alcançados ao mesmo tempo em que se proteja o meio ambiente. O discurso da modernização ecológica ajudou a içar, primeiramente nos países industrializados, a aceitação dos problemas ambientais e da necessidade de algumas ações corretivas (Bäckstrand; Lövbrand 2006). Com uma forte oposição ao discurso do crescimento limitado preconizado pelos ambientalistas mais ferrenhos, este discurso descreve a degradação ambiental como um problema solucionável em que um redirecionamento econômico radical

não seria necessário, visto que a própria lógica intrínseca do capitalismo traria elementos ecológicos para a atividade industrial. Este discurso preconiza a promoção de mecanismos de governança com um maior papel para o setor privado e regulações voluntárias, entrelaçando-se a uma ordem de mercado liberal descentralizada que visa fornecer soluções flexíveis e de custo otimizado para o problema ambiental (McGee; Taplin 2009). Para alguns cientistas (cf. p. ex. McAfee, 1999) os principais atores na promoção da modernização ecológica foram o Banco Mundial (BM), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o setor corporativista. Hodiernamente, o apoio a este discurso cresce entre formuladores de políticas ambientais, cientistas além de grandes instituições internacionais ambientalistas como a *International Union for Conservation of Nature* (IUCN), o *World Resources Institute* (WRI) e o WWF. Seus críticos acusam este discurso de eco-imperialista e tecno-otimista.

O discurso do desenvolvimento sustentável: O discurso do desenvolvimento sustentável substancialmente segue os pressupostos do discurso da modernização ecológica e é caracterizado por (Lélé, 1991) entender que o manejo, a conservação e a exploração de recursos naturais não sejam contraditórios, assim não se reconhece limites fixos ao crescimento econômico embora traga uma mensagem de respeito às necessidades inter e intra-geracionais. Outra característica deste discurso é a manutenção da noção gerencial de regulação, ou seja, através de uma ação coordenada entre o setor público e privado é possível resolver os problemas ambientais além de ampliar a participação pública e a equidade global. O discurso do desenvolvimento sustentável é um pouco mais amplo do que o da modernização ecológica no sentido de ser mais global (pois leva em consideração de maneira mais efetiva as preocupações dos países subdesenvolvidos) e inclusivo (trata de questões sociais ao lado das questões econômicas e ambientais tratadas pela modernização ecológica) (cf. Arts, 1994).

Uma maneira mais detalhada sobre os principais discursos sobre o meio ambiente é organizada por Alves, ao afirmar que os

principais modelos de desenvolvimento e paradigmas dominantes de 1950 ao ano 2000 (...) se caracterizam pela alteração na forma de propor a tomada de decisões que nas décadas anteriores eram sobre tudo de cima para baixo (*top-down*) para sugerir abordagens de baixo para cima (*bottom-up*) valorizando o conhecimento e os atores locais (ALVES, 2008, p. 29).

Para o autor os principais elementos que caracterizam esta passagem foram

1) o advento das pesquisas sobre sistemas agrícolas; 2) crescente crítica a monoculturas estimuladas pela Revolução Verde; 3) um crescente reconhecimento da validade dos conhecimentos técnicos locais; e na capacidade dos agricultores pobres em contribuir para soluções dos seus problemas; 4) o aumento do uso de métodos participativos, originários do diagnóstico rural rápido (rapid rural appraisal - RRA), passando pelo Diagnóstico Rural Participativo (participatory rural appraisal - PRA) e depois, durante a década de 1990, para Aprendizagem e Ação Participatória (Participatory Learning and Action -PLA); 5) o advento da perspectiva ator-orientada sobre desenvolvimento rural, em que os participantes no desenvolvimento rural são considerados atores competentes com diferentes e legítimos entendimentos dos processos de mudança em que estão envolvidos (Long e Long, 1992); 6) do ponto de vista teórico houveram a rejeição de teorias macro-explicativas como guias úteis para a ação com o conseqüente crescimento das teorias que salientavam as especificidades locais e os enfoques microssociológicos; 7) aumento da importância das questões de gênero para o desenvolvimento rural; e 8) surgimento de temática ambientais fruto dos movimentos de contestação e das pesquisas sobre o tema (Alves, 2008, p. 28-29).

Tendo em vista que a desflorestação do planeta foi constante e isso finalmente emerge como um risco à existência humana na Terra, o setor florestal começa a utilizar discursos como “o manejo florestal é sem sombra de dúvida um dos maiores desafios para o meio ambiente e desenvolvimento no mundo presente”. Este discurso ampara-se à

parte da ciência florestal que trata do conjunto de princípios, técnicas e normas, que têm por fim organizar as ações necessárias para ordenar os fatores de produção e controlar a sua produtividade e eficiência para alcançar objetivos definidos (Higuchi, 1996, p. 275).

Segundo Jinlong (2006, p. 4-5) o manejo florestal se manteve como uma noção técnica elaborada cientificamente da silvicultura que esteve sob um restrito foco setorial por muitos anos. Isto muda a partir do Rio-92. A partir deste instante, defende o autor, o manejo florestal emerge como um discurso central do diálogo político internacional envolvendo o sistema da ONU, do BM, e mais recentemente do Protocolo de Quioto, da Convenção sobre a Conservação da Biodiversidade. Desta maneira o então técnico conceito da ciência florestal emerge como um dos principais instrumentos para pôr em prática o discurso da sustentabilidade dentro do setor florestal.

Mesmo com a visível e exponencial degradação ambiental do mundo contemporâneo, a esfera intergovernamental foi incapaz de criar uma legislação específica aplicável de uma definição estandardizada de manejo florestal. Fato que pôs em xeque a manutenção das estruturas tradicionais de tomada de decisão e

normatização tendo o Estado como o único ator no desenvolvimento de políticas de preservação ambiental. Discussões intergovernamentais acerca da degradação do meio ambiente *vis-à-vis* à crescente urbanização e industrialização do mundo contemporâneo colocaram em evidência a falta de habilidade política dos Estados em criar um instrumento global na questão da sustentabilidade de atividades relacionadas às florestas (*p. ex.* Humphries 2003; Gereffi et al., 2001; Pearson; Seyfang 2001; Pattberg 2005) na forma de um tratado, que abriu espaço para que países divergissem em suas explicações e critérios para desenvolver manejos florestais sustentáveis.

As divergências acerca do manejo florestal sustentável podem ser elaboradas em termos de dois conflitos. Primeiramente, o conceito de manejo florestal esteve sobre o efeito de um dinâmico desenvolvimento e mudança de suas raízes históricas como um conceito predominantemente técnico da silvicultura, para uma visão mais global de manutenção e mobilização dos recursos florestais para o desenvolvimento sustentável, muito mais longe do que as limitações das reflexões de apenas um setor em específico. Em segundo lugar, que o entendimento *moderno* do manejo florestal sustentável é ligado, ou derivado, da visão suprema adotada como *verdade absoluta* do discurso acerca do conceito de sustentabilidade a partir do *Relatório Brundtland* e da Rio-92.

O manejo florestal se torna cada vez menos uma questão técnica, ou científica entre profissionais do setor florestal, para se tornar parte de questões relacionadas às florestas sob uma orientação política e mercantil, que enfatiza muito mais as interações entre pessoas e o relacionamento entre pessoas e as florestas. É desta maneira que, para Jinlong (2006), o manejo florestal sustentável é alçado a uma “posição de subserviência” dentro do conceito e lógicas gerais de um processo de desenvolvimento rural integrado e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável; além de vincular o manejo florestal sustentável inseparavelmente como aspectos e precondições de desenvolvimento sustentável, como a diminuição da pobreza e boas práticas de governança.

O setor corporativista tem analisado o desenvolvimento sustentável como uma visão suprema adotada para o futuro de seus negócios, o que faz do manejo florestal um instrumento para e subordinado ao desenvolvimento sustentável. Assim, o manejo florestal deixa de ser um conceito setorial para ser integrado a uma hierarquia lógica, estabelecendo pontes entre o desenvolvimento sustentável e o

desenvolvimento rural sustentável, até a gestão sustentável de recursos naturais, e, eventualmente, ao manejo florestal sustentável. Em consequência disto, aspectos econômicos, ecológicos e sociais devem ser considerados de maneira balanceada e integrada em todos os níveis desta suposta hierarquia lógica – explicando, por exemplo, a ligação entre manejo florestal sustentável e desenvolvimento rural e diminuição da pobreza (Jinlong, 2006; NU, 1992).

Diferentemente do que acontecia até bem pouco tempo atrás, pessoas envolvidas com a atividade florestal estão cada dia mais preocupadas com a certificação de suas operações do que com regulações florestais realizados por intermédio de leis nacionais ou tratados intergovernamentais. Isso ocorre, devido principalmente aos seguintes fatores (baseado em Bass, 2003, p. 27):

- (1) Foi quebrada a confiança pública em empresas e na gestão florestal, pois embora pessoas gostem e necessitem de produtos oriundos de florestas, não entendem nem confiam na gestão florestal dos intermediários que se encontram na interface dos benefícios públicos e privados relacionados às florestas: as comunidades que vivem nas florestas, os empresários que utilizam florestas, as empresas de manufaturas de madeira e celulose, etc.
- (2) Os problemas florestais estão aumentando, devido ao uso equivocado das florestas combinado à falta de rigor público em controlar estas atividades, ao mesmo tempo em que não é dado o necessário incentivo para a sustentabilidade por parte de governos tampouco dos mercados. Esta é uma realidade do mundo inteiro, mas se evidencia com maior força no hemisfério sul devido à pobreza. Como consequência várias práticas florestais ocorrem sem planejamento ou gestão, visando lucro imediato. Assim, ocorre o desflorestamento, uma drástica redução da qualidade das florestas, bem como a marginalização das parcelas mais empobrecidas e dependentes das florestas. Típicos serviços florestais públicos (biodiversidade, cursos das águas, qualidade do solo, etc.) sofrem em favor de interesses privados (venda de madeira, papel, carvão, nozes, etc.), embora uma grande parte das causas que estão por detrás deste triste fato não necessariamente seja causada pelo setor florestal (regras de comércio, dívidas, corrupção, falta e inabilidade pública de efetivo

controle de áreas florestais, falta de pessoal, equipamento ou recursos, etc.).

- (3) Produtores florestais estão sofrendo uma grande pressão para transformar o setor e, conseqüentemente, suas práticas: principalmente no hemisfério norte, empresários do setor florestal – em especial aquelas empresas de silvicultura com operações em regiões tropicais e relacionadas ao setor de papel e celulose – viraram símbolo da destruição ambiental. Organizações civis começaram a pressionar o governo a tomar alguma atitude, ao mesmo tempo em que fornecia argumentos ao público leigo. Assim, cada vez mais consumidores começaram a exigir produtos mais sustentáveis que garantissem que não estavam prejudicando o planeta.

Desta maneira emerge o conceito de manejo florestal sustentável, que tem como definição mais amplamente utilizada (com as empresas na liderança, mas definida intergovernamentalmente em Assembleia Geral da ONU de dezembro de 2007):

as a dynamic and evolving concept aims to maintain and enhance the economic, social and environmental value of all types of forests, for the benefit of present and future generations. It is characterized by seven elements, including: (i) extent of forest resources; (ii) forest biological diversity; (iii) forest health and vitality; (iv) productive functions of forest resources; (v) protective functions of forest resources; (vi) socio-economic functions of forests; and (vii) legal, policy and institutional framework (ONU, 2008).

2.3 EMERGÊNCIA DOS *STANDARDS* DE CERTIFICAÇÃO FLORESTAL

Para alguns autores, a emergência dos *standards* acerca da atividade de silvicultura ocorre na primeira metade da década de 1990 quando a certificação florestal emergiu com uma proposta de equilibrar uma utilização ambientalmente correta e socialmente benéfica das florestas aliadas à viabilidade econômica dos negócios relacionados às florestas, servindo dois propósitos: melhorar o manejo e gestão de práticas relacionadas à atividade florestal ao mesmo tempo em que se aumenta o acesso de mercado e quantidade de produtos com tais práticas.

Segundo Meidinger, Elliott & Oesten⁵ (2003, p. 4), através da certificação florestal se trata de garantir que as pessoas responsáveis pela manutenção e exploração de uma floresta estão se preocupando e cuidando desta de maneira própria e responsável. Assim, conseqüentemente, significa cuidar de uma floresta de maneira própria e responsável e que um perito que entenda do manejo florestal responsável visite e análise o trabalho desempenhado pelos gestores daquela floresta e que certifique que as atividades estejam ocorrendo conforme os procedimentos adequados à sustentabilidade. No caso de não cumprimentos das exigências contratuais a certificação é suspensa.

Neste contexto, sustentabilidade se refere à manutenção dos componentes ecológicos, econômicos e sociais das florestas, bem como de toda a cadeia de produção até o consumidor final. Assim, produtos de florestas certificadas passam por toda uma cadeia de custódia também certificada, e no final recebem um selo permitindo que consumidores saibam que este produto teve origem em uma floresta responsável e bem manejada. Este certificado tem como lógica um mecanismo de mercado que tende a valorizar produtos de origem controlada e que se utiliza de opções de manejo mais desenvolvidas e respeitadas aos trabalhadores e ao meio ambiente.

A certificação florestal é uma prática emergente com um crescente número de pessoas interessadas em implementar e comprar produtos certificados. Existe em 2012 uma gama de produtos certificados disponíveis ao mercado (FSC, 2012): carvão e lenha; móveis para casa – móveis para quartos e dormitórios, sala de estar e cozinha, como camas, armários, estantes, mesas e tampos, cadeiras, etc.; móveis de escritório, como estantes, componentes de móveis, cozinhas, cadeiras, mesas, acessórios, etc.; serviços consultoria e planejamento; lâminas e folheados; produtos para jardim (móveis, casas de jardim, *decking*, bancos, vasos, cercas e mourões, etc.); produtos para parques (produtos de *playground*, móveis para parques, pontes e componente para pontes, componentes de paisagismo, cerca para proteção sonora e visual, lixeiras, etc.); brinquedos e jogos; produtos derivados de serraria; utensílios doméstico (de cozinha, escovas, cabo de vassouras, artigos de papelaria, lápis, cabides, pregadores, molduras, etc.); madeira

⁵ Os autores são proeminentes teóricos da área de ciência e tecnologia, principalmente no que diz respeito ao processo de certificação florestal do FSC. Meidinger é inclusive membro desta organização desde sua fundação.

beneficiada; madeira para navio e barcos; madeira reconstituída (chapas de MDF, HDF, OSB, compensados, aglomerados, chapas isolantes, perfis e revestimento em fibra, etc.); produtos cosméticos e de higiene (sanitários, cosméticos e artigos de higiene pessoal); papel e papelão (papel de parede, envelopes, calendários, lenço de papel, sacos e sacolas de papel, livros, filtros, papel higiênico, papelão processado, etiquetas, papel de embrulho, papel-cartão, *kraftliner*, papel gráfico, etc.); toras de madeira; madeira serrada (bruta, vigas, frisos, esquadrias, dormentes, postes, estacas, ripas, etc.); produtos de marcenaria e carpintaria para construção (mobiliário de lajes, painéis para assoalho, *parquet*, laminados, janelas, portas, escadas, abrigos, estufas, casas pré-fabricas, revestimento, etc.); ferramentas (cabos de ferramentas, ferramentas de madeira, bancos, pincéis); livros, folhetos e cartilhas (folders, livros, jornais, revistas, cartões postais, calendários, cadernos, blocos de anotação); árvores de natal; produtos florestais não madeireiros (resina, cortiça, plantas ornamentais e utilizadas na indústria química de cosméticos, farmacêuticos e pesticidas, nozes e sementes); polpa e outros materiais de fibra de celulose; lã de madeira; produtos torneados; instrumentos musicais; equipamentos esportivos; embalagens de madeira (tambores e caixas, barris e tonéis); *pallets*.

O desenvolvimento desta prática está ligado ao desenvolvimento de outros setores econômicos e práticas bem estabelecidas de programas de certificação nas áreas industriais, programas de qualidade, programas de saúde. A principal e notável diferença entre estes diferentes esquemas de certificação, lembram Meidinger, Elliott & Oesten (2003), diz respeito a atores não governamentais estarem assumindo funções que em outrora eram desempenhados exclusivamente por Agências e Ministérios do Estado-Nação: a criação e implementação de *standards* florestais visando proteger o interesse público geral (das florestas) por intermédio do manejo florestal responsável.

Dentro desta definição de certificação florestal podemos encontrar um grande número de programas bem estabelecidos no mercado transnacional. Este número é variável, e depende muito da maneira como o interlocutor compreende a relação de poder entre determinados esquemas correlacionados⁶. Os principais e

⁶ Uma grande parcela das iniciativas de certificação florestal regionais e/ou nacionais acabou se vinculando a outro(s) processo(s) de certificação mais abrangente(s) – cf. p. ex.o programa *SmartWood* da *Rainforest Alliance* e o programa *Qualifor* da SGS acabaram se vinculando ao(s) *standards* do FSC, enquanto que especificamente no Brasil, a *Cerflor*, parceira da ABNT começou como uma iniciativa que almejada assegurar a garantia de procedência de madeira legal em todo o

mais conhecidos processos de certificação existentes e operantes de uma maneira mais globalizada são o Conselho de Manejo Florestal (FSC), o *Programme for the Endorsement of Forest Certification schemes* (PEFC) e o *Sustainable Forestry Initiative* (SFI) (ver figura 02).

Figura 02 – Os principais selos de certificação de manejo florestal



Fonte: Pesquisa do autor nos websites das organizações

Figura 03 – Selos de certificação florestal regionais



Fonte: Pesquisa do autor nos websites das organizações

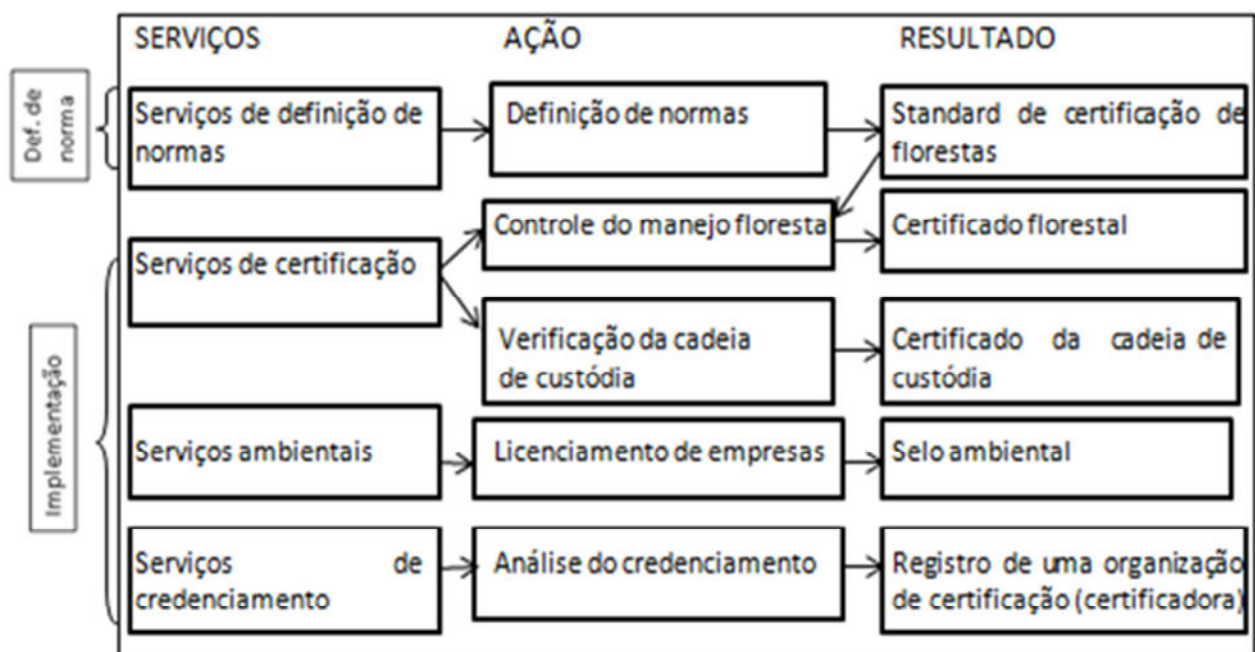
Outros sistemas regionais de certificação bem estabelecidos para guiar o processo de compra e venda de produtos oriundos de florestas são: *p. ex.* o *American Tree Farm System*, o Conselho Tcheco do Centro Nacional de Certificação, o Conselho Finlandês de Certificação Florestal, o *Lembaga Ekolabel*

território nacional acabou se vinculando ao processo de certificação estabelecido e monitorado pela PEFC.

Indonésia (LEI), o *Living Forests* da Noruega (afiliada PEFC), o *Australian Forest Certification Scheme* da Austrália, o *Standards Council of Canada*, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) por intermédio de seu processo de certificação florestal da *Cerflor* (afiliada PEFC), a *Certificación Española Forestal* (SEF) (afiliada PEFC), o Conselho Da Fileira Florestal Portuguesa (afiliada PEFC), o Conselho Malásio de Certificação de Madeira (MTCC) e o *Sistema Chileno de Certificación de Manejo Forestal Sustentable* (afiliada PEFC) (ver figura 03).

O processo de certificação florestal pode ser dividido em duas grandes fases: (1) em primeiro lugar, se tem a definição das normas; e (2) em segundo lugar o processo de implementação (Ver figura 04).

Figura 04 – Elementos da certificação florestal



Fonte: Adaptado de Bass, 2003.

Na próxima parte discorreremos mais especificamente acerca de como se concebe de maneira mais tradicional todo o sistema de certificação florestal, de seus atores, de suas características básicas, das definições das normas e do processo de implementação em suas três funções inter-relacionadas de certificação, credenciamento e etiquetamento.

2.3.1 Definição de normas

Na primeira etapa do processo de certificação é necessário definir normas para o funcionamento de todo o processo de certificação. Assim, é preciso definir que tipos de operações empresariais estarão sujeitas à certificação, bem como quem participará do processo decisório e de implementação do certificado.

A literatura no assunto (*cf. p. ex.* Meidinger, 2003a, p. 219) indica uma forte tendência de todos os processos de certificação em definir suas práticas segundo objetivos de um plano de manejo florestal sustentável que deve: (1) assegurar um fluxo contínuo de madeira das florestas, (2) ao mesmo tempo em que protege toda sua gama de funções ecológicas, componentes e serviços, (3) protegendo os diferentes interesses sociais envolvidos no processo.

Para Meidinger (2003a) existem duas maneiras de se pensar o processo de definição de normas: de um lado o plano de manejo florestal sustentável pode ser alcançado e definido a partir de desempenho (*performance outcomes*) ou a partir de sistemas de gestão.

O processo de definição de normas a partir de desempenho tem como ideia a análise dos resultados do manejo florestal em condições concretas do relacionamento entre os seres humanos e das florestas. Assim, princípios e critérios subjetivos, e dependentes do escrutínio humano definem a maneira com que as normas são estabelecidas.

O principal certificado florestal que trabalha sob esta ótica é o FSC, que estabelece dez princípios e vários critérios para cada princípio que podem ser utilizados na análise de qualquer processo de certificação em todo o planeta. Seus critérios almejam ser bastante objetivos – como *p. ex.* cumprir com todas as exigências legais aplicáveis daquela área, ou que florestas certificadas devam manter um determinado número de árvores de alto valor de conservação, preservadas, ou uma determinada quantidade de espécies sejam utilizadas na propriedade, ou ainda que os trabalhadores sofram menos acidentes em determinado período (Meidinger, Elliott & Oesten, 2003, p. 6).

Sistemas de gestão tratam mais especificamente de determinadas práticas gerenciais das empresas em alcançar processos mais satisfatórios de gestão empresarial e subseqüentemente ambiental em todo o processo de extração

vegetal até a produção de manufaturas. A ideia básica é que operações empresariais relacionadas à atividade florestal definam e implementem um determinado código de conduta interno para planejar melhoras nos processos insatisfatórios de gestão ambiental e os aprimorar. Nesta maneira de se estabelecer *standards* é mais importante melhorar determinadas práticas empresariais por intermédio de consultorias do que estabelecer critérios que possam ser utilizados de maneira global como o processo de definição de normas baseado em desempenho. A maioria dos processos de certificação florestal existentes está baseada sob esta perspectiva.

Estas duas maneiras de se estabelecer normas se distinguem principalmente pelo seu poder de generalização (Meidinger, 2003a, p. 222): (1) do programa como um todo; (2) das áreas locais cobertas pelo processo de certificação; e (3) das operações relacionadas à atividade florestal especificamente.

Todos os programas (esquemas) de certificação existentes empregam cada uma destas opções de configuração padrão, conforme acima descritos (ou seja, global/local/operações certificáveis e desempenho/sistema de gestão) em alguma medida, mas com inúmeras misturas e nuances possíveis.

Os programas variam, também, no que diz respeito à quais atores participam no processo decisório e de implementação do certificado. Embora todos os programas de certificação almejem algum grau de contribuição de todas as partes interessadas, a quantidade de atores varia muito, desde o equilíbrio balanceado entre interesses ambientais, sociais e econômicos previstos estatutariamente pelo FSC até os processos de certificação mais dominados pelos interesses empresariais e das grandes associações comerciais do SFI e PEFC.

Finalmente, os padrões de programas de certificação variam consideravelmente em seu escopo. Enquanto a maioria dos processos de normatização voluntária foca nas práticas florestais e biológicas, alguns certificados também incluem preocupações com questões relacionadas à justiça social, como a proteção dos direitos dos trabalhadores, dos povos indígenas e das comunidades locais (Meidinger, 2003a, p. 222).

2.3.2 Processo de implementação

Como Meidinger, Elliott & Oesten (2003, p. 7) afirmam, *standards* relacionados à gestão de atividades florestais podem ter pouco ou nenhum efeito a não ser que exista uma maneira de assegurar que as atividades certificadas controlem a implementação. Visto que empresas visam minimizar os custos, institucionalmente os *standards* devem prever arranjos para forçar o cumprimento das normas acordadas. Estes arranjos podem ser descritos em três funções inter-relacionadas: certificação, credenciamento e etiquetamento.

2.3.2.1 Certificação

Certificação de atividades relacionadas ao manejo e gestão de atividades florestais é o coração de qualquer programa de standard relacionado às florestas. Para garantir que os *standards* estão sendo rigorosamente seguidos, uma série de processos organizacionais devem ser definidos. Estes arranjos institucionais e organizacionais devem persuadir (passar a ideia de credibilidade) observadores de fora que são capazes de assegurar um alto nível de cumprimento às exigências impostas. Meidinger, Elliott & Oesten (2003, p. 7) afirmam ainda que enquanto todos os processos de certificação dependem de processos internos das atividades certificadas (*p. ex.* melhoria de determinada prática relacionada à gestão florestal ou de resíduos), dependem ainda de algum tipo de monitoramento externo a fim de garantir a confiabilidade do certificado emitido.

The most rigorous approach is 'third party verification', wherein a person or organization that is neither part of forest management operations, nor one of its customers or suppliers, is given authority to assess compliance with the program standards" (Meidinger, 2003a, p. 223).

Embora nem todos os certificados requeiram este tipo de verificação por terceiras partes, é uma grande tendência entre os programas de certificação florestal. Mesmo assim, estes mais rigorosos processos de verificação de cumprimento às exigências por terceiros sofrem críticas acerca de sua credibilidade. Isto ocorre, afirma Meidinger (2003a, p. 223), devido ao fato de que os certificadores

(monitoramento) são pagos pelos pretendentes à certificação. Assim, a neutralidade do processo estaria sendo prejudicada visto que a entidade certificadora compete com outras, e assim poderia vir a ser menos incisiva em suas colocações e recomendações a fim de não perder clientes.

2.3.2.2 *Credenciamento*

Se o programa de certificação escolheu realizar verificações por terceiras partes, é de suma importância definir quem estará qualificado para realizar este tipo de monitoramento para o *standard* manter sua credibilidade – ou seja, quem será credenciado a certificador. Alguns programas de certificação florestal realizam seu próprio credenciamento de certificadores, outros *standards* passam esta importante fase da certificação para organizações especializadas em credenciamento de certificadoras, enquanto outras deixam que as organizações interessadas determinem como almejam e por quem desejam ser certificados. Evidentemente, estas diferenças entre como determinar quem controla as atividades certificadas têm impacto na maneira pela qual o certificado é percebido, principalmente pelos grandes grupos de sociedade civil organizada preocupados com a questão ambiental. Se o credenciamento é feito pelos próprios interessados na certificação, é possível que o processo de monitoramento seja enviesado pelos interesses empresariais. Assim, é preferível o credenciamento pela própria instituição que controla e desenvolve o certificado.

2.3.2.3 *Etiquetamento*

O último elemento do processo de implementação da certificação diz respeito ao selo emitido, ou seja, como relacionar o produto comprado nas prateleiras de uma loja à floresta (quais produtos devem ter o selo e por quê). Meidinger, Elliott & Oesten (2003, p. 7) explicam que todos os *standards* desenvolveram práticas para etiquetamento de suas operações. Mesmo que os

diferentes *standards* tenham critérios divergentes de etiquetamento, estas práticas usualmente se referem à qualidade da madeira utilizada bem como de sua rastreabilidade das florestas até o consumidor final por intermédio de cadeias de produção e custódia controladas e monitoradas. Dependendo do *standard*, o selo verde pode aparecer somente para o consumidor final, ou por todas as cadeias de produção e custódia, bem como para o atacado e varejo.

2.4 POSICIONANDO O FSC

O FSC (2011a; 2011b) foi fundado por representantes empresariais, grupos sociais e organizações ambientais em 1993 como uma resposta a questionamentos sobre o desmatamento global evidenciado principalmente após a Conferência sobre o Desenvolvimento Sustentável em 1992 (Rio-92). O FSC é uma organização independente, não governamental, sem fins lucrativos que foi estabelecida com o propósito de promover a gestão responsável e o manejo sustentável das florestas do mundo, que cria normas para o manejo sustentável das florestas, acredita e faz auditoria das agências descentralizadas de certificação (FSC 2002; Taylor 2005). Ou seja, esta organização *multistakeholder* define as diretrizes através de seus filiados para desenvolver os *standards* para o manejo florestal e para a cadeia de custódia, além de fornecer garantias com relação a marca e providenciar serviços de credenciamento para uma rede global de negócios engajados, organizações e comunidades. Assim, a certificação do FSC garante uma conexão aceitável entre produção responsável e consumo de produtos florestais sustentáveis. A certificação permite, assim, aos consumidores e às empresas tomarem decisões de compra que beneficiam pessoas e o meio ambiente ao mesmo tempo em que aferem o valor de mercado de seus produtos e atitudes.

Mas afinal o que faz do *standard* FSC ser tão especial? O discurso construído e incorporado pelos diferentes atores do *standard* FSC como distintivos em relação a outros mecanismos de certificação de manejo florestal é de que o *standard* FSC em específico:

- (1) É uma organização construída a partir dos ideais e dos pilares do desenvolvimento sustentável, em que os três interesses fundamentais de

grupos sociais, movimentos ambientais e agentes econômicos são reunidos em Assembleia Geral com uma divisão entre Câmara Ambiental, Social e Econômica;

- (2) Dentro da instituição existe equidade/justiça pelo fato de dentro de cada câmara existir uma paridade de votos entre o Norte o Sul (dentro de cada câmara existe uma paridade de votos entre o Norte e o Sul, mas eles representam a maneira com que os interesses foram acomodados, visto que a própria divisão é subjetiva, coloca a Austrália no *norte* e a Rússia no *sul*);
- (3) É uma organização com participação *multistakeholder* (a organização foi feita para funcionar sem a influência governamental e, portanto não contém membros públicos, os membros da organização são compostos por uma mistura de representantes de movimentos sociais, ambientais, empresas do setor de silvicultura, representantes de organizações profissionais, e organizações de certificação (certificadoras) de todo o mundo. A preponderância da influência do *norte* é notável, tanto quanto das ONGs ambientalistas (p. ex. WWF e Greenpeace) como do setor econômico (as certificadoras são consideradas agentes econômicos e como auditores por terceira-parte);
- (4) O *standard* FSC se aplica de maneira global e se aplica para todas as florestas tropicais, temperadas e boreais e cobrem fatores econômicos, ambientais e sociais (embora dependam do escrutínio da interpretação dos auditores e assim tornam todo o processo subjetivo);
- (5) Presença global (o FSC é uma rede global com diversos escritórios em todo o mundo e tem florestas certificadas em quase todo o mundo);
- (6) Existe uma determinada flexibilidade na implementação local (como os *standards* são adaptados à realidade de um país eles acabam se diferindo levemente uns dos outros, embora sejam considerados compatíveis);
- (7) De maneira independente, através do setor privado tenham estabelecido um *standard* internacional que tem normas mais rígidas do que qualquer legislação em geral tanto no que tange às normas como no processo de monitoramento e auditoria;

- (8) O *standard* FSC tem independência e credibilidade (pelo fato dos *standards* serem verificados na forma de auditoria e inspeção em sítio, o que resulta em produto certificado e etiquetado);
- (9) O estabelecimento de relações com grandes atacadistas/conglomerados corporativos por intermédio do grupo organizado pelo WWF para preparar um grupo de compradores que comprassem exclusivamente madeira certificada pelo *standard* FSC;
- (10) Além de oferecer um impacto em forma de incentivo aos produtores pelas condições de mercado, geralmente tendendo aos melhores preços praticados.

O que começou como nada mais do que uma ideia inovadora se tornou modelo líder para o manejo florestal ambientalmente apropriado, socialmente benéfico e economicamente viável. No início do século XXI, o FSC é a única organização reconhecida internacionalmente de constituição de *standards* para a gerência responsável das florestas apoiada pelo setor corporativo bem como pelas organizações ambientais e os grupos sociais. Desde 1993, vem promovendo o manejo responsável das florestas do mundo. Desde então, esta organização vem sendo internacionalmente reconhecida como uma das principais iniciativas para a promoção de uma atividade florestal sustentável. Isso ocorre por intermédio da certificação de produtos oriundos de florestas responsáveis conforme *Princípios e Critérios* (ver anexo A) que harmonizam as salvaguardas ecológicas com os benefícios sociais e a viabilidade econômica dos empreendimentos.

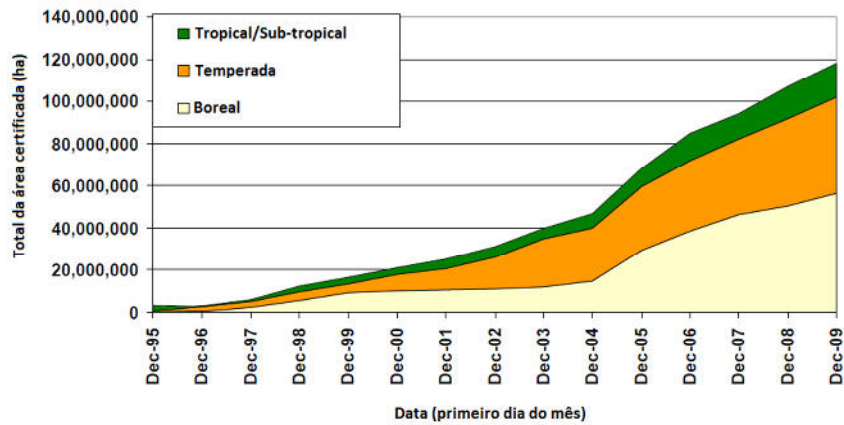
Sua rápida aceitação por diversos setores da sociedade fez com que suas atividades tivessem um crescimento exponencial (ver gráfico 01) e abrangessem todos os continentes (ver mapa 02), certificando em 2010 mais de 120 milhões de hectares em mais de 80 países - o que equivale a aproximadamente 5% de todas as florestas produtivas.

Gráfico 01 – Crescimento da área certificada pelo FSC no mundo



Forest Stewardship Council

CRESCIMENTO DA ÁREA CERTIFICADA NO MUNDO



© FSC, A.C. All rights reserved

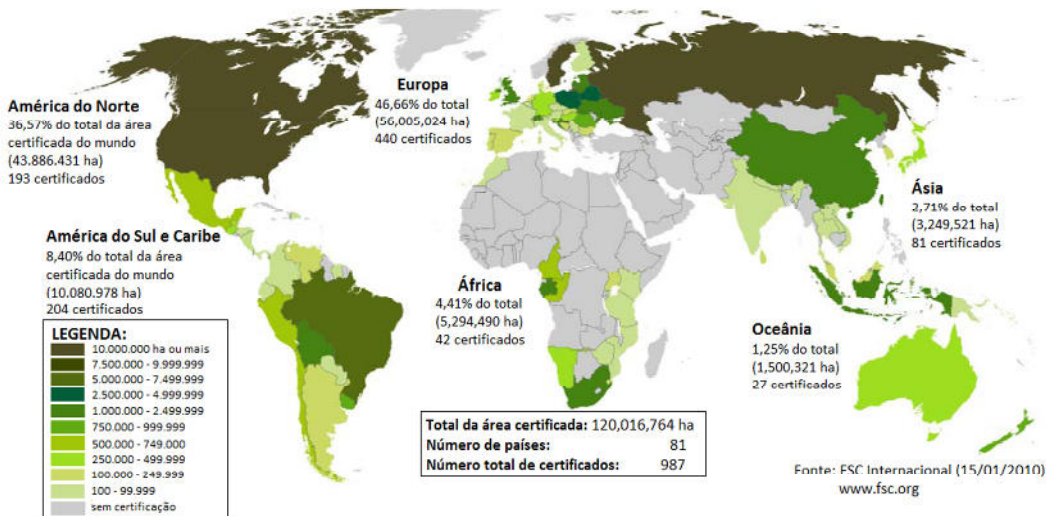
Fonte: FSC, 2010.

Mapa 02 – Área de floresta certificada pelo FSC em 2010



Forest Stewardship Council

Área floresta certificada pelo FSC no mundo: por regiões



© FSC, A.C. All rights reserved

Fonte: FSC, 2010.

O crescimento sem precedentes do FSC é considerado pela organização uma resposta à alta demanda por produtos com certificação FSC. Em 2010, o valor das vendas com selo FSC foi estimado em mais de 20 bilhões de dólares estadunidenses. Isso demonstra a enorme força política e econômica que está apoiando e promovendo o sistema FSC globalmente (FSC, 2010).

2.5 ACERCA DO IMAFLORA

A história do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) começa em 1995, quando um grupo de profissionais decide fundar uma organização sem fins lucrativos para desenvolver e incentivar o manejo florestal no Brasil.

Como o FSC foi pioneiro no desenvolvimento de *standards* para o manejo florestal e teve suas normas adaptadas à realidade brasileira, considerando as dificuldades e desafios específicos da realidade nacional, o Imaflora resolve se engajar no processo de credenciamento de certificadoras do FSC e assim nasce o Programa de Certificação Florestal desta ONG, que se firmou sobre o processo de implementação e monitoramento da ONG *Rainforest Alliance* e seu programa de certificação FSC chamado de *Smartwood* (ver figura 05).

Figura 05 – Logomarcas do Imaflora e da Rainforest Alliance



Fonte: Pesquisa do autor nos websites das organizações

Desta maneira, o Instituto passou a ser o primeiro do hemisfério sul a utilizar os critérios do FSC para avaliação de empreendimentos florestais. A primeira certificação realizada para o FSC foi uma operação de manejo florestal na Amazônia

em 1998, no ano 2000 realiza a primeira certificação de manejo de plantações no Brasil para a Klabin do Paraná. Desde então vem certificando, cada vez mais, uma série de empreendimentos. Até 2011, o Imaflora tem realizado a implementação de 320 certificados válidos, abrangendo um total de 3.915.017 ha, dos quais 1.970.149 ha são florestas/plantações e 1.582.978 ha de florestas de alto valor de conservação com mais de 82.000 trabalhadores envolvidos em todas as atividades.

De acordo com o estatuto do órgão:

o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) incentiva e promove mudanças nos setores florestal e agrícola, visando à conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e a promoção de benefícios sociais (Imaflora, 2011).

2.6 SOBRE A KLABIN

A história⁷ da Klabin (ver figura 06), líder nacional na produção de papel cartão, cartões para embalagens, embalagens de papelão ondulado e sacos industriais, começou em 1899 e tinha como atividade inicial a importação de produtos de papelaria e a produção e exportação de papéis para impressão, artigos para escritório, comércio, repartições públicas e bancos. Foi a primeira a produzir papel imprensa em escala industrial visando suprir a demanda interna nacional.

Figura 06 – Logomarca da Klabin



Fonte: Pesquisa do autor no website da empresa

O discurso pregado pela empresa é de que ela foi uma das pioneiras em atuar na causa ambiental com a inauguração, em 1980, do Parque Ecológico da

⁷ Baseado em Klabin (2011)

Klabin em Telêmaco Borba (Paraná), com mais de 11 mil hectares, dentre os quais 70% são florestas naturais preservadas, principalmente de araucárias, que comporta ainda o Museu da Fauna e da Flora, um centro de pesquisas em plantas e animais, o Criadouro Científico de animais silvestres, trilhas, ciclovias e trabalhos de educação ambiental que fizeram com que os gestores da Klabin, rapidamente, percebessem que o extrativismo não seria sustentável, sendo a preservação ambiental um importante fator para a continuidade das atividades da empresa.

Este engajamento ambiental faz da Klabin uma das convidadas iniciais do FSC Brasil para desenvolver os *standards* nacionais para plantações, desta maneira, em 2005, as florestas da Klabin em Santa Catarina e no Paraná ganham o selo de certificação FSC para suas unidades de manejo florestal, tornando-se a primeira empresa de todo o hemisfério Sul a receber tal certificado (Klabin, 2011a). Além disso, conquista a certificação FSC para a cadeia de custódia de papel cartão e kraftliner na unidade do Paraná tornando-se a “única empresa do mundo a receber tal selo” (Klabin, 2011a). Em 2007 a Klabin conquista o selo FSC para a produção de papéis reciclados e embalagens de papelão ondulado nos Estados de: São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro.

Atualmente, ou seja, em 2011 a empresa possui 100% das suas florestas certificadas pelo certificado desenhado pelo FSC que são responsáveis pelo abastecimento de matéria-prima (madeira) para as fábricas de papel da Klabin. A Unidade Florestal da Klabin é a maior fornecedora, no Brasil, de toras originadas de florestas plantadas e certificadas para serrarias e laminadoras.

Após mais do que um século de existência, a empresa está consolidada como a maior produtora, exportadora e recicladora de papéis do Brasil. Possui 18 unidades industriais, sendo uma na Argentina e geram aproximadamente 13 mil empregos diretos e indiretos e exporta para mais de 60 países. A área florestal total da empresa é de 441 mil hectares, sendo 218 mil hectares de florestas plantadas e 183 mil hectares (41%) de florestas nativas preservadas.

2.7 SOBRE A SGS

A empresa SGS (ver figura 07) é a líder mundial em testes, inspeções, verificações e certificações. Sua história remonta ao século XIX com o oferecimento de serviços de inspeção agrícola a granadeiros europeus. Em 1919, a companhia adotou o nome *Société Générale de Surveillance* (hoje, conhecida apenas como SGS). Durante o século XX, as atividades desta empresa se diversificaram, com a inclusão de serviços de teste, inspeção e verificação em uma série de setores, incluindo o setor industrial, mineral, petrolífero, químico, entre outros. Atualmente, os serviços incluem os processos de implementação de uma série de certificações, incluindo os *standards* FSC de manejo florestal e de cadeia de custódia. Seu credenciamento como certificadora FSC remonta aos primórdios do estabelecimento deste *standard*.

Figura 07 – Logomarcas da SGS e sua certificação florestal



Fonte: Pesquisa do autor no website da empresa

2.8 CONTEXTUALIZANDO A VERACEL

A Veracel (ver figura 08) teve sua fundação, em 1991, como Veracruz Florestal Ltda., empresa subsidiada à Odebrecht, com as primeiras aquisições de terras no sul da Bahia, um ano depois teve início o plantio de eucaliptos. Em 1997, ocorre uma associação entre a Odebrecht e a empresa sueca *Stora*, quando se muda a razão social para Veracel Celulose S/A.

Figura 08 – Logomarca da Veracel



Fonte: Pesquisa do autor no website da empresa

Em 1999 ocorre a fusão entre *Stora* (Suécia) e *Enso* (Finlândia), criando a *Stora Enso*. No ano 2000, a Aracruz entra no negócio com a aquisição de parte das operações da Odebrecht, e assim assume a parceria com a *Stora Enso*. No ano seguinte, parte das operações da Aracruz é comprada pela Votorantim Celulose e Papel (VCP) que figura, assim, entre os acionistas da Veracel. Em 2009 é concluída a fusão da Aracruz com a VCP que resulta na criação da Fibria, que assume todos os ativos das duas empresas, incluindo a Veracel, *joint-venture* com a *Stora Enso* (ver figura 09).

Figura 09 – Logomarcas das diversas empresas citadas



Fonte: Pesquisa do autor nos websites das empresas envolvidas

Em 2005 a Veracel consegue o selo Cerflor e em 2008 é emitido o selo FSC pelo programa de certificação florestal da SGS Qualifor.

Em 2010, a Veracel representa, na região do Extremo Sul da Bahia, a geração de mais de três mil empregos diretos. Ocupa uma área de aproximadamente 211.676 hectares, onde maneja 90.599 hectares de eucalipto, o que garante uma produção anual de 1.085.087 de toneladas secas ao ar de celulose

e 98,8% desta celulose é “de qualidade *prime*” (produto de primeira linha) principalmente destinado à exportação para a Europa, América do Norte e China.

3 MODERNIZAÇÃO, GLOBALIZAÇÃO E A EMERGÊNCIA DE AUTORIDADES PRIVADAS ESPECIALIZADAS

Dentro dos ESCT, transformações, transições e mudanças sociais nunca foram ideias periféricas; sempre estiveram no cerne de estudos e disputados debates das ciências sociais. Contemporaneamente, isto não é diferente. Existem diversas tentativas conceituais de explicar a dinâmica, origem, escopo e grandeza das transformações sociais cada vez mais fluídas, pela emergência e crescente importância de novos atores na sociedade internacional, pela incorporação de novas práticas tecnológicas, produtivas, laborais e cognitivas pelos diversos atores sociais, além da crescente mundialização e desterritorialização dos diferentes espaços sociais, principalmente nos mercados, e subsequentemente das empresas e dos consumidores. Entender as lógicas por trás destas constantes e imprevisíveis transformações sociais levou não somente sociólogos, mas estudiosos das diferentes disciplinas das ciências sociais, a maneiras distintas de selecionar objetos de estudo, conceitos e metodologias, além de interpretações divergentes em escolas paradigmáticas distintas.

Nesta primeira parte apresentamos relevantes discussões teóricas relacionadas aos ESCT que contribuem para um melhor entendimento de como são socialmente construídas as interfaces entre a sociedade e o meio ambiente. Particularmente, no que diz respeito à construção de percepções e definições de determinados “problemas ambientais” como relevantes para os atores sociais, em especial para as empresas. Constituindo o que está sendo designado aqui de “práticas responsáveis”, ou “reflexividade empresarial”, isto é um determinado tipo de monitoramento ou revisão sob a ótica de novas *informações* ou *conhecimentos* que é intrínseco à atividade social (humana).

Argumentamos que este processo de modernização está ligado à emergência de *standards* e da, cada vez mais presente, implementação por empresários responsáveis e preocupados com questões ambientais.

3.1 TEORIAS SOCIAIS DA MODERNIDADE

Na área dos ESCT, os conceitos que vêm sendo cada vez mais resgatados para explicar as transformações sociais do mundo policêntrico e multifacetado do pós-Guerra Fria são as noções de alta-modernidade, modernidade reflexiva ou modernidade tardia, que, influenciada pela virada histórico-cultural nas ciências sociais e humanas, permitiu a emergência de uma teoria social com muitas reinterpretações do que vem após a modernidade – *cf. p. ex.* a “modernidade líquida” de Bauman, 2001; a ideia da sociedade de risco de Beck, 1992; a “sociedade pós-moderna” de Kumar, 1995; a “outra modernidade” de Lash, 2002; a noção de “modernização reflexiva” de Beck, Giddens e Lash, 1997; as “tentativas incessantes⁸” da modernidade de Kolakowski, 1990; “as múltiplas formas da modernidade” de Eisenstadt, 2000; modernidade como “um projeto incompleto” de Habermas, 1987; ou ainda a centralidade das ideias de “ruptura e diferença” para o entendimento da modernidade de Bhabra, 2007 – o que ultimamente fortaleceu a discussão entorno deste conceito. Mas afinal “[o] que é modernidade, cuja presença é tão central em nossas ideias e práticas após mais de três séculos e que está em discussão, rejeitada ou redefinida, nos dias de hoje?” (Touraine, 2002, p.9)

O que emerge das alterações entorno deste tradicional conceito é um novo interesse nas transformações oriundas da modernidade cultural como contra movimento na sociedade moderna, mas também como semântica histórica (Koselleck, 1984), como a constante mudança interpretativa do presente em referência ao seu passado e às possibilidades do horizonte aberto do futuro. Ou seja, modernidade

Sinaliza uma condição de auto-confrontamento, incompletude e renovação em que o passado localizado é reformulado pelo presente; expressa uma autoconfiança no projeto transformativo do presente como uma liberação do passado (...) acreditando na possibilidade de um novo começo baseado na autonomia humana (Delanty, 2006, p. 268-269).

Ou ainda, “tudo está aberto a questionamentos e a testes; tudo é sujeito ao escrutínio racional e refutável por argumentos” (Heller, 1999, p. 41). Assim, modernidade pode ser descrita como a perda da certeza e a realização de que a

⁸ Original do autor: “endless trial”

certeza nunca poderá ser estabelecida de maneira definitiva, que ela sempre será transitória, contingente, disputável.

Este campo de batalha teórico-instrumental-discursivo que é a tensão da modernidade pode ser visto como o “imaginário radical confrontando o imaginário institucional, que almeja domesticá-lo” (Castoriadis, 1987 apud Delanty, 2006, p. 269), com “o objetivo da autonomia de um lado, e do outro a busca por poder e acumulação material, emergindo destas dinâmicas tendências autotransformativas e uma reflexividade consciente” (Arnason, 2003 apud Delanty, 2006, p. 269), ou uma luta entre “razão e sujeito” (Touraine, 2002), uma “relação de forças entre liberdade e disciplina” (Wagner, 2001) ou ainda “modernidade em termos de uma *aposta* sobre a natureza da autoridade: modernidade apostou todas as fichas na razão e no individual em detrimento do sagrado” (Seligman, 2000, p. 32-33 apud Delanty, 2006, p. 269-270), Delanty, por sua vez, trata do processo transformativo da modernidade como um modelo de translação: “translação do passado e do presente; translação de si e do outro; translação do local e do global” (Delanty, 2006, p. 270). Assim, a modernidade permite diversas possibilidades de inovar, de modificar as práticas existentes de outrora, vislumbrando um futuro melhor para todos os segmentos e atores sociais.

3.1.1 Modernização Ecológica

A modernização ecológica surge de um projeto político de alguns países desenvolvidos da Europa⁹. Seu agrupamento de maneira formal, sistêmica e teórica por Spaargaren & Mol (1992) inauguram esta teoria dentro da academia e especialmente dentro da emergente área de estudo dos ESCT. A teoria da modernização ecológica desenvolvida por esses dois sociólogos holandeses tem como premissa uma necessária readequação ambiental dos processos de crescimento e desenvolvimento industrial do capitalismo contemporâneo.

Na primeira fase do debate no entorno da teoria de modernização ecológica, a disputa acerca da necessidade de quebra de estruturas e reorganização

⁹ Para uma sucinta discussão sobre o assunto ver: *p. ex.* Jänicke 2009; Spaargaren & Mol 2009.

das instituições centrais ao funcionamento de toda a sociedade internacional capitalista para iniciar um projeto de longo prazo de desenvolvimento sustentável foi o principal objeto de crítica dos opositores à modernização ecológica. Para eles o mundo tinha que passar por uma revolução. Cientistas favoráveis à teoria de modernização ecológica eram céticos com relação a isto (*cf.* Huber, 2009; Spaargaren; Mol, 2009). Acreditavam que em um determinado grau, mudanças fundamentais deveriam ocorrer no funcionamento social, institucional e político do mundo contemporâneo, mas negavam a necessidade de uma completa reformulação do sistema vigente. Este pragmatismo dos cientistas favoráveis à modernização ecológica fez com que "talvez a crítica mais citada contra a teoria de modernização ecológica desde às suas origens fosse relacionada a seu otimismo tecnológico e suposto caráter tecnocrático"¹⁰ (Mol; Spaargarden, 2000, p. 20).

Mol & Sonnenfeld (2000) afirmam que estudos baseados nesta perspectiva têm basicamente três similitudes teóricas em comum: (i) questões ambientais são vistas como desafios para reformas econômicas, sociais e técnicas; (ii) uma grande ênfase é dada a transformações em instituições da modernidade, incluindo ciência e tecnologia, produção e consumo, política e governança, e o *mercado*, em múltiplos níveis (local, nacional e global); e (iii) mantêm um posicionamento teórico no meio acadêmico contrário a perspectivas como as teorias de contraprodutividade/desindustrialização, pós-modernista e muitas das análises neo-Marxistas da necessidade de extinguir toda e qualquer forma de capitalismo e das instituições que fundamentam este sistema econômico.

Nesta escola ambiental grande foco foi dado a diferentes comparações entre seus ensinamentos com outras doutrinas como a teoria de sociedades de risco de Ulrich Beck (*p. ex.* Blowers, 1997; Mol; Spaargaren, 1993; Dryzek et al., 2009); a teorias anticapitalistas, de desindustrialização e pós-modernistas (*cf.* Mol, 1995; Spaargaren; Mol, 1992); a teorias de globalização (*p. ex.* Mol, 2001); a teorias embasadas no comportamento dos consumidores (*p. ex.* Spaargaren, 2003); a teorias de redes sociais e fluxos (*p. ex.* Spaargaren et al., 2006); e mais recentemente supermercados à luz da modernização ecológica e da sociologia econômica dos objetos do mercado (Oosterveer; Guivant; Spaargaren, 2007;

¹⁰ Texto original: "*Perhaps the most often quoted critique against Ecological Modernisation Theory from its days of origin is related to its technological optimism and its supposed technocratic character*" (Mol & Spaargaren, 2000, p. 20)

Guivant, 2009). Outros estudos dão ênfase a diferentes reformas ambientais em práticas sociais das mais diversas naturezas em distintos países (*p. ex.* o estudo nos países desenvolvidos sobre a reciclagem de Pellow et al., 2000; a reforma agrícola-ambiental da Finlândia de Jokinen, 2000; a transformação ecológica nas indústrias da Hungria de Gille, 2000; etc.); as modificações na cultura política e social ocasionada pela modernidade e pela modernização ecológica (*p. ex.* Spaarengaren; Mol 2009; Hajer, 2009; Christoff, 2009; Buttel, 2009); as mutações na governança global e participação de grupos que outrora estavam sendo negligenciados (*p. ex.* Fischer et al., 2009); as alterações no papel do Estado e sua atuação perante modernização ecológica (*p. ex.* Jänicke, 2009); as inovações sociais e técnicas nas práticas de consumidores e de produtores (*p. ex.* Spaargaren; Cohen, 2009; Murphy; Gouldson, 2009; Spaargaren; van Vliet, 2000); e aos discursos sociais e políticos para uma melhora das bases sustentáveis da sociedade contemporânea (*p. ex.* Spaargaren; Mol, 1992; Jänicke, 2009).

No centro das atenções das principais obras relacionadas à modernização ecológica se encontram transformações institucionais e sociais que podem ser agrupadas em cinco grandes áreas, que representam seus principais tópicos de análise (baseado em Mol; Sonnenfeld, 2000, p. 6-7):

- 1) A mudança do papel da ciência e da tecnologia no mundo contemporâneo: a ciência e a tecnologia são consideradas ao mesmo tempo as fontes oriundas da deterioração ambiental e os principais instrumentos em curar e prevenir mazelas futuras. A teoria da modernização ecológica se utiliza de inovações tecnológicas e organizacionais para incorporar soluções socioambientais à agenda econômica. Assim, mesmo com uma crescente incerteza com relação ao conhecimento perito em definir as causas e soluções aos problemas ambientais, a importância da ciência e da tecnologia em relação à questão ambiental não pode ser marginalizada.
- 2) A crescente importância de agentes econômicos e da dinâmica dos mercados: agentes econômicos (como *p. ex.* produtores, compradores, consumidores, instituições de crédito, empresas seguradoras, certificadoras, etc.) vêm sendo vistos predominantemente, na maior parte da literatura acadêmica sobre o meio ambiente, como os principais

estimuladores de uma reestruturação rumo a reformas ecológicas *vis-à-vis* convencionais processos de tomada de decisões governamentais.

- 3) Transformações no papel do Estado-Nação soberano: o mundo contemporâneo vê a emergência de um tipo de governança mais descentralizado, flexível, baseado em consenso. Assim, nascem novas possibilidades para atores privados assumirem posições regulatórias, administrativas, gerenciais, corporativas e de mediação que tradicionalmente pertenciam ao Estado. Instituições supranacionais privadas também suplantam o Estado no que diz respeito às reformas ambientais.
- 4) Modificações no posicionamento, papel e ideologia de movimentos sociais: crescentemente, movimentos sociais estão cada vez mais envolvidos em instituições de tomada de decisões ambientais, contrastando seu envolvimento periférico ou nulo nas instituições e práticas ambientais dos anos 1970 e 1980. Junto com isso, surge uma mudança parcial de ideologias antissistêmicas de desmodernização para estratégias reformistas.
- 5) A emergência de novas ideologias e práticas discursivas em constante mutação: negligência total ao meio ambiente e a contraposição entre economia e meio ambiente não são aceitas como posições legítimas. A solidariedade intergeracional com relação à sustentabilidade do planeta surge como um princípio inquestionável.

A partir desta base comum não há um entendimento homogêneo do escopo, efetividade e aplicabilidade da teoria de modernização ecológica. Hodiernamente, suas potencialidades e limitações paradigmáticas permanecem sendo uma relevante área de pesquisa acadêmica.

Recentemente é possível argumentar que existe uma determinada convergência entre a Sociologia Geral e a Sociologia Ambiental que pode ser explicada pelo interesse comum destas duas áreas no emergente debate sobre uma melhor “compreensão da dinâmica específica do global em relação ao local no direcionamento da mudança (ambiental) global” (Mol; Spaargaren 2006, p. 38). Esta convergência, é arguido pelos autores, se dá com uma perspectiva teórica em que sistemas sociais são discutidos em termos de redes e de fluxos globais dos ESCT.

Um bom exemplo desta proposta é realizada por Guivant (2009, p. 194), que provocativamente desvela em seu artigo “O controle de mercado através da ecoeficiência e do ecoconsumo: uma análise a partir dos supermercados” que

expõe que um mosaico complexo que exige uma perspectiva não essencialista ou dicotômica para entender como as dinâmicas e demandas ambientais passam a fazer parte não só do discurso, mas de práticas influentes de atores econômicos poderosos e que podem passar a ter consequências não premeditadas nas relações entre produção e consumo nas novas regras da globalização dos mercados.

Isso ocorre, pois através da ecoeficiência e do ecoconsumo, “ficam ainda fluidas as divisões entre os espaços alternativos e convencionais” o que fez com que “[estes] fluxos [abrissem] novos desafios para a conceituação desses espaços em transformação (...) [onde] podem ser identificadas relações complexas e móveis entre o que pode ser alternativo e convencional” (Guivant, 2009, p. 194-5). Para a autora o artigo é pautado pela teoria da modernização ecológica, pois

Nos permite identificar as principais pedras angulares da estrutura para a análise das práticas que envolvem os diversos atores da rede varejista. Ambas as características físicas do estabelecimento varejista e as relações sociais que governam as práticas de compra são o resultado de uma articulação específica das forças ou dinâmicas locais e globais (id., 2009, p. 180).

Esta “sociologia dos fluxos (ambientais)” se refere a um novo tipo de organização espaço-temporal das dinâmicas das práticas sociais. Um dos expoentes nesta nova corrente sociológica é Castells, que argumenta que:

[fluxos não representam apenas um elemento da organização social: são a expressão dos processos que *dominam* nossa vida econômica, política e simbólica. Nesse caso, o suporte material dos processos dominantes em nossas sociedades será o conjunto de elementos que sustentam esses fluxos e propiciam a possibilidade material de sua articulação em tempo simultâneo. Assim, proponho a ideia de que há uma nova forma espacial característica das práticas sociais que dominam e moldam a sociedade em rede: o espaço dos fluxos. *O espaço dos fluxos é a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos.* Por fluxos, entendo as sequências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômica, política e simbólica da sociedade. Práticas sociais dominantes são aquelas que estão embutidas nas estruturas sociais dominantes. Por estruturas sociais dominantes, entendo aqueles procedimentos de organização e instituições cuja lógica interna desempenha papel estratégico na formulação das práticas sociais e da consciência social para a sociedade em geral (grifo do autor) (Castells 2009, p. 501).

Nesta linha de argumentação é possível afirmar que uma análise sociológica que contemple o conjunto dos elementos materiais do espaço dos fluxos atrelada à tradição sociológica clássica da dimensão social dos fluxos e fluidos tem

como resultado uma ênfase maior nos desenvolvimentos técnicos e tecnológicos que marcam a alta-modernidade, como é o caso dos *standards* e outras organizações privadas especializadas em reformar processos produtivos e gerenciais das empresas. Isso é necessário, pois:

é crucial entender que o estudo da globalização ambiental e de seus arranjos de governança requerem mais do que trabalhar num nível de análise mais macrossistêmico, do que utilizar conceitos e parâmetros convencionais. Em alguns casos, os conceitos e parâmetros devem ser redefinidos. Conceitos *antigos* – por exemplo, o Estado – deverão ser revisitados e reinventados; a distinção convencional entre estado, Mercado e sociedade civil começará a mudar; instrumentos deverão ser reavaliados em razão de novas metas e dinâmicas; e as relações sociais e as redes irão mudar [It is crucial to realize that the study of environmental globalization and its governance arrangements does require more than just working at a higher systemic level of analysis, while using conventional social and political concepts and parameters. In some respect, the concepts and parameters themselves must be redefined. *Old* concepts – for example, the state – will have to be revisited and reinvented; conventional distinctions between the state, the market, and civil society will start to shift; instruments will have to be evaluated in light of new goals and dynamics; and social relations and networks will change] (grifo do autor) (Spaargaren, Mol e Bruynickx, 2006 ,p.11)

Por toda a tese, nos utilizaremos deste conselho, introduzindo conceitos mais contemporâneos à luz da análise, ao mesmo tempo em que demonstraremos a inabilidade de conceitos clássicos da ciência tradicional em tratar de maneira adequada o problema basal desta tese: a introdução de mecanismos privados de manejo florestal responsável por empresas do setor madeireiro e de celulose.

3.2 A EMERGÊNCIA DE AUTORIDADES PRIVADAS

No início do século XXI, ao mesmo tempo, em que os valores e conceitos da ciência social clássica estão perdendo cada vez mais força (*p. ex.* os conceitos de Estado, soberania, sociedade civil e governo, bem como as crenças no progresso como crescimento econômico infinito ilimitado, ou a noção de uma possibilidade real de implementação de um modelo de transformação social marxista), para alguns autores o mundo parece ter adquirido uma nova feição devido à crescente relevância em diferentes práticas efetivadas e promovidas por *novos* atores sociais proeminentes como organizações internacionais, grupos de advocacia internacional, organizações não governamentais e corporações transnacionais. Dados da *Union of*

International Associations demonstram que em abril de 2006 existiam mais de 45.000 associações internacionais privadas em atividade em todo o mundo. Ao mesmo tempo, corporações internacionais crescem rapidamente em poder e influência. Anderson & Cavanagh (2000) produziram um trabalho onde documentam que das 100 maiores economias do mundo, 51 são corporações; apenas 49 delas são países (baseado em uma comparação entre valor de mercado versus os PIBs nacionais).

Várias questões da modernidade e da globalização, como *p. ex.* a ascensão de tais atores, se tornaram um desafio teórico para os conceitos clássicos das ciências sociais, e assim, novas ideias vêm permeando o ideário de cientistas com diferentes possibilidades teóricas. Suas principais representações acerca da realidade objetiva/subjetiva dos tempos incertos e dinâmicos de hoje relatam, dentro dos ESCT, uma grande discussão acerca da (alta/segunda/pós) modernidade e entorno da noção de globalização.

Para Arjomand, após o colapso do “socialismo realmente existente, globalização substituiu o pós-modernismo como a temática científica social mestre de uma nova era” (2004, p.341), Alexander fala que cientistas se encontram entorno de um “novo imaginário dominante” (2006, p. 521) representado pelo conceito de globalização, que segundo Mittelman (1994), se refere a crescente aceleração na interdependência global, que permite que a economia, política, cultura e ideologia de um país cruzem fronteiras. Manifestações mais específicas da globalização na sociedade internacional incluem, para Mittelman, a difusão de artigos de produção em massa; a reorganização espacial da produção; a transposição de indústrias sobre as fronteiras geopolíticas; o alargamento dos mercados financeiros; e as enormes transferências populacionais em todo o globo (fluxos migratórios).

Portanto, a globalização foi crucial para o aparecimento de uma força que transforma o papel e estrutura do Estado-Nação. Comunicações, transporte, comércio, turismo, e com isso qualquer forma de organização social foi facilitada pelo processo evolutivo da economia internacional contemporânea, que vive um determinado nível de *desterritorialização*¹¹ (Paterson; Humphreys; Pettiford, 2003). Este processo está sendo caracterizado por uma segunda dimensão subjetiva que se refere à consciência das pessoas de que o mundo (ou o planeta Terra) e não

¹¹ Do original em inglês: *deterritorialization*

mais o Estado-Nação é o único lugar que abriga a Humanidade (Duarte, 2001, p. 91). Como uma consequência imediata destes fatos, novos atores estão emergindo em face dos desafios da modernidade do mundo globalizado.

Atualmente, com o advento da globalização, novas formas de organização societária surgem de maneira transnacional: grupos terroristas, contrabandistas de armas, narcotraficantes, grupos guerrilheiros, grupos religiosos, grupos ambientalistas, grupos econômicos, grupos financeiros, grupos de proteção aos direitos humanos, etc. A diferença em relação à concepção tradicional de sociedade civil é que novos atores emergem como alternativa à tradicional estrutura hierárquica do Estado na esperança de uma resolução mais efetiva aos problemas expostos. A percepção do público geral de que algo deveria ser feito influenciou o aparecimento de organizações transnacionais propondo-se a não somente discutir e forçar mudanças na sociedade internacional, mas institucionalizar e normatizar por conta própria questões específicas por meio de consenso dos interessados (Pattberg, 2005).

A emergência de regimes internacionais é um aspecto interessante do contínuo desenvolvimento das relações internacionais e recebeu uma atenção especial por parte dos estudiosos desta área. Tradicionalmente, estudos acerca da esfera internacional se focalizam na relação entre a sociedade e a criação de regimes internacionais através de cooperação intergovernamental (Kaiser, 1990; Krasner, 1983; Young, 1997). Cientistas políticos contemporâneos discutem uma passagem, ou mudança de *governo* para *governança*, que é concomitantemente caracterizada por uma transformação comportamental estatal marcada por privatizações, iniciativas de cooperação entre estado e entidades privadas. Ou seja, o Estado começa a ceder espaço para autoridades privadas complementarem regulamentação estatal.

A sociedade internacional está em constante mutação. Hoje em dia, o Estado-Nação (visto por muitos como o único ator das relações internacionais), está sendo confrontado por pressões multilaterais e diferentes demandas internas e externas alheias a sua compreensão e possibilidade de ação em virtude da natureza caótica do desenvolvimento da modernidade. Assim, as normatizações e vontades políticas baseadas no escrutínio de decisões políticas nem sempre cumprem com todas as expectativas de todas as partes envolvidas, desta maneira as decisões estão cada vez mais sendo realizadas com a inclusão de outros atores além dos

Estados. Neste sentido muitos teóricos analisaram em detalhes como e por que diferentes atores não estatais influenciam a ação intergovernamental determinando a agenda global, fazendo *lobby* com governos e organizações internacionais, conferindo e forçando a ratificação de acordos internacionais e provendo conselhos para instituições oficiais responsáveis pela criação e implementação de normas internacionais (p. ex. Reinalda; Verbeek, 2001; Keck; Sikkink, 1998).

A crescente participação de atores não-estatais dos processos políticos transnacionais permitiu que a atividade privada significasse mais do que simplesmente ajudar na criação da agenda, fazer *lobby*, estimular a implementação de acordos ou providenciar conselhos para as instituições responsáveis por criar e implementar normas internacionais sem a influência da esfera pública. Estas construções de governança sem a atuação dos governos foram amplamente reconhecidas na política mundial. Neste sentido, o mundo está sendo caracterizado por uma complexa rede de atores transnacionais, incluindo a diplomacia interestatal; oficiais de Ministérios e Agências Regulatórias; governantes sub-estatais; organizações internacionais; e atividades privadas. Estas ligações transnacionais certamente causam algum efeito incerto e desconhecido que ultimamente venham a modelar, constranger e transformar a arena internacional de maneira constante.

3.2.1 A privatização da política mundial e a emergência de autoridades privadas

A globalização traz consigo a *privatização da política mundial* (Cashore, 2002; Clapp, 1998; Savas, 2000; Stevis; Assetto, 2001; Baylis; Smith, 2001), acontecimento da alta-modernidade em que parcelas relativas de autoridade outrora pública estão sendo transferidas para a esfera privada. Como este fenômeno encontra-se atualmente em estágio de afirmação, diversos conceitos teóricos foram encontrados na literatura acadêmica substituindo o tradicionalíssimo termo sociedade civil. Pesquisadores das mais diversas áreas se referiram a ocorrências relativamente análogas como “autoridade privada” (Cutler et al., 1999A; Cutler et al., 1999B), “tomada de decisão público-privada” (Dingwerth, 2005 e 2007), “parcerias-público privadas” (Risse, 2006), “redes globais de política pública” (Reinicke et al.,

2000), “sistemas de governança não estatais dirigidas pelo mercado” (Cashore, 2002), “regulamentação civil” (Bendell, 2000), “organizações de standardização” (Böstrom, 2006), “iniciativas de etiquetas” (Blowfield, 1999), “processos com múltiplos interessados” (Hemmati et al., 2002), “governança por múltiplos interessados” (PI, 2005), “instituições de governança privada” (Pattberg, 2004), “eco-eficiência” e “eco-consumo” (Guivant, 2009), “padrões de qualidade e segurança” (Mazon, 2010) e sistemas multissetoriais de governança (Voivodic e Beduschi Filho, 2011).

Devido às limitações teóricas do termo sociedade civil, novos conceitos vêm sendo propostos. O fenômeno chamado de “a emergência de regimes internacionais privados” (Hall; Biersteker 2002, Cutler 2002, Teubner 2004) é um bom exemplo disso. Este tema relativamente novo é ainda pouco explorado na literatura acadêmica, e quando é analisado não se utiliza sociedade civil. O termo sociedade civil representa muitas organizações diferentes, muitos fenômenos divergentes, que tem como similitude o fato de agirem no mesmo *locus*.

Regimes internacionais privados, ou seja, a concepção e a implementação de normas internacionais sem a influência da esfera pública, representam uma nova dimensão acerca da maneira que atores privados agem internacionalmente. O Estado, outrora único mandatário do poder de normatizar, abre espaço (ou perde espaço devido a sua inabilidade) para novos atores, como organizações não governamentais, organizações de sociedade civil de interesse público, corporações transnacionais e redes de especialistas transnacionais, criarem alternativas viáveis para o desenvolvimento sustentável.

Este deslocamento da autoridade dos Estados para atores privados é usualmente conceituada através do termo “governança”, que denota novas formas de regulação que diferem das atividades tradicionais e hierárquicas do Estado e implicam alguma forma de auto-regulação por atores sociais, atores privados, cooperação público-privada na resolução de problemas sociais, e novas formas de política multiniveladas (*p. ex.* Biermann, 2005). Este processo é usualmente conhecido por “privatização da política mundial” em que atores não-estatais *ganham* capacidades normativas (Cashore, 2002; Bernstein; Cashore, 2003) que prescrevam o comportamento de atores em uma área específica (*p. ex.* Pattberg, 2004; Pattberg, 2005; Dingwerth; Pattberg, 2006) são representadas mais condizentemente pelo conceito de *autoridade privada*.

A emergência de autoridades privadas na sociedade internacional é recente. Sua categorização mais proeminente foi desenvolvida por Hall & Biersteker (2002) e remonta às três formas que ela pode assumir, entre autoridade ilícita, autoridade moral e autoridade mercadológica. Autoridade privada mercadológica é relacionada com o surgimento de regimes através da cooperação de associações empresariais, firmas, negócios e outros atores corporativos (Cutler 2002, p. 23); autoridade privada moral é vista como mecanismos para a introdução de justiça social nas práticas e instituições internacionais através majoritariamente de campanhas, projetos e iniciativas privadas (Lipschutz; Fogel 2002, p. 117); e autoridade ilícita que é a autoridade privada de natureza associada a formas de violência organizada (Hall; Biersteker 2002, p. 16).

Autoridade privada moral e mercadológica referem-se às construções privadas de “governança sem governo” (Rosenau; Czempiel, 1992). Discussões políticas contemporâneas mencionam uma transição de *governo* para *governança*. Enquanto o termo *governo* refere-se a autoridades formais, que garantem a implementação de todas as políticas instituídas por meio de seu poder de polícia, *governança* refere-se ao deslocamento de autoridade estatal para atores privados, que denota novas formas de regulamentação que diferem das estruturas hierárquicas tradicionais e implica uma determinada forma de auto-regulação por atores sociais, privados e públicos na solução de problemas atuais por intermédio de políticas multiniveladas,

que abrangem tanto as instituições governamentais quanto mecanismos informais, de caráter não-governamental, mas que só funcionam se forem aceitos pela maioria ou, mais precisamente, pelos *principais atores* de um determinado processo” (Camargo, 2003, p. 307).

Governança privada é um fenômeno em que agentes privados exercem autoridade internacional por desenvolver e implementar normas/regulamentos. Esta transição de governo para governança se molda a partir de transferências de autoridade, que dependem muito de reconhecimento e confiança. Estados, indivíduos e organizações reconhecem e confiam na autoridade de um profissional, de um *expert*, de um professor, de moralidade e ética do senso comum. Subsequentemente, “a autoridade existe quando um indivíduo ou organização tem poder de decidir sobre uma problemática particular e exerce este poder legitimamente” (Cutler et al., 1999a, p. 5).

Essa legitimidade é emanada de uma determinada percepção e reconhecimento social de que as referidas organizações são virtuosas, de sua competência para tratar daquele assunto específico. Na realidade o conceito de legitimidade foi desenvolvido e exclusivamente utilizado na análise do Estado-Nação, por este ser legitimado por sua população para agir em seu nome. Thomas Risse vê legitimidade como algo incrustado na ordem social – ou seja, se refere à qualidade do funcionamento das instituições, normas e regras (2006, p. 7). E assim sendo, legitimidade é requerimento básico de qualquer órgão que prescreve determinado tipo de comportamento e impõe sanções à infração destas normas (Dingwerth 2005). Instituições que detêm autoridade e exercem efetivamente governança determinam regras e, portanto, devem deter legitimidade para fazer isso. Como autoridade privada, por intermédio de governança prescreve normas, deve ser legitimada para o fazer. Para se legitimarem perante o público estas organizações dependem de alguns valores relacionados à sua organização, gestão, transparência, possibilidade de agregar o maior numero de interessados e seus resultados propostos.

Neste sentido uma autoridade superior reclama determinados direitos e obrigações reconhecidos como legítimos por seus subordinados, ou sujeitos àquela autoridade. Para ser legítimo, o órgão regulador deve providenciar algum tipo de consenso ou reconhecimento de autoridade que pode ser produto de persuasão, confiança ou apatia (Böstrom, 2006, p. 351) e Voivodic & Beduschi Filho (2011) demonstram que a legitimidade de uma entidade é adquirida

A partir de corresponsabilidade para com os encaminhamentos, e de confiança sobre a justiça do processo decisório que os atores com interesses antagônicos legitimam o FSC e o reconhecem como uma instituição desejável e apropriada (p. 128-129).

Entretanto como essa legitimidade é instável, devido às diferentes contestações dos diferentes atores no processo. A literatura acadêmica que se refere à autoridade privada (geralmente por intermédio de seu maior exemplo, o FSC) ressalta três fatores para assegurar sua credibilidade: (1) uma representação balanceada de seus diversos participantes/interessados na rede; (2) uma prestação de contas eficiente e transparência nos mecanismos de monitoramento de eficiência entre os participantes; (3) um *design* institucional efetivo e um grupo de trabalho marcado pelo desejo de alcançar metas (p. ex. Bäckstrand 2005; Dingwerth 2007). Os dois principais componentes que compõem este tipo de organização são: (1) um

grupo de regras, normas, princípios ou diretrizes (geralmente na forma de um código de conduta, sistema de manejo ambiental, ou um grupo de regras mais específica); e (2) um mecanismo de monitoramento ou auditoria (Gereffi et al. 2001).

3.2.2 Fontes de autoridade em instituições de governança privada

O principal problema encontrado e descrito na literatura acerca do conceito de governança privada é a diversidade de organizações que este conceito engloba, visto que uma vasta quantidade de organizações exerce algum tipo de autoridade internacional. Partindo de arranjos privados puramente relacionados às empresas que autorregulam sua área de atividade (*cf. p. ex.* acordos bancários internacionais); passando por parcerias entre entidades privadas e estatais (*cf. p. ex.* a ISO, composta por entidades de standardização nacionais, estas entidades podem ser públicas, privadas ou mistas, dependendo do país); até parcerias entre movimentos sociais e empresas. Mattiello (2006, p. 10) afirma que em cada um destes casos a fonte de autoridade parece ser diferente:

- Arranjos baseados puramente entre empresas geralmente ganham autoridade através de sua capacidade de resolver problemas, em outras palavras sua autoridade está baseada na efetividade de corresponder às expectativas dos interessados no mecanismo. Esta iniciativas são geralmente *standards* utilizados por companhias para unificar padrões e/ou medir as técnicas de gestão e/ou estabelecer critérios de *performance* social/ambiental para a companhia e seus fornecedores e subcontratados.
- Parcerias entre atores públicos e privados têm como fonte de autoridade o ator público que necessita da assistência, *know-how* e *expertise* dos atores privados.
- Parcerias entre movimentos sociais e empresas privadas parecem ter duas fontes de autoridade. Podem ser relacionadas à suas pretensões no fornecimento de padrões morais e considerações éticas de justiça social embutidos no ativismo dos movimentos sociais para os negócios correntes. Ou podem estar arrolados com o mesmo tipo de arranjo

puramente relacionados com negócios. Estas parcerias são muitas vezes correlacionadas com o alto grau de preocupações sociais e/ou ambientais na produção e distribuição de determinado bem, relacionando a empresa com a ideia da justiça social pregada pelos movimentos sociais.

Desta forma, como distintos processos por trás das diferentes formas de autoridade privada são identificáveis, parece razoável tentar estabelecer algum tipo de diferenciação entre estas formas de governança privada. Mattiello (2006, p. 10) continua sua lógica argumentativa por estabelecer uma diferenciação entre instituições de governança privada e suas diferentes fontes de autoridade: (1) instituições de governança público-privadas, emanadas de relacionamentos e arranjos institucionais que contemplem ambos os atores das esferas públicas e privadas; (2) instituições de governança puramente empresariais, quando ocorre exclusivamente dentro do mundo corporativo; e (3) instituições de governança emanadas de movimentos sociais, quando dependem tanto de elementos inerentes à lógica dos movimentos sociais aplicados ao mundo corporativo.

Ao mesmo tempo em que o escopo do que se entende por governança está agora expandindo para diferentes áreas e em vários relacionamentos entre diferentes atores, o "projeto" governamental é cada vez mais reduzido (Morison, 2000, p. 99-102). A principal razão descrita na literatura para o surgimento de instituições de governança privada diz respeito a diferentes transferências de autoridade do governo para os atores privados. Estas são frequentemente relacionadas com a falta de atividade intergovernamental em uma área determinada, e assim, a "mão invisível do mercado" age espontaneamente. Vejamos por exemplo o caso de questões florestais, sustentabilidade e gestão de recursos naturais que nunca foram amplamente institucionalizados através da ação intergovernamental, diversas alternativas privadas regulamentadas nestas áreas para preencher este vácuo deixado pelos governos de todo o mundo (Gereffi et al., 2001; Pearson; Seyfang, 2001; Pattberg, 2004). Na literatura acadêmica, esse processo está relacionado desta maneira para o núcleo forte do paradigma neoliberal utilizado amplamente por governos, empresas e organizações internacionais que estão dispostos a explorar a relação entre comércio internacional e degradação ambiental (Humphreys, 2003). Assim, as corporações transnacionais, governos e representantes de organizações internacionais têm induzido a redução do papel do

Estado dando preferências a iniciativas privadas nestas áreas (Cutler, 1999, p. 40). Este movimento de modificação das preferências geralmente acaba sendo sustentada por crenças neoliberais de que disposições regulamentares privadas parecem ser inerentemente eficientes devido às características dos mercados que "são naturais em origem, neutras no resultado e, portanto, consensual em operação" (Cutler, 1999, p. 35).

Neste sentido a globalização tem estimulado uma competição profunda entre os diferentes atores. Enquanto as nações se tornaram menores (com *p. ex.* o Consenso de *Washington* e as instituições de *Bretton Woods*) e começam a privatizar e diminuir o Estado, corporações transnacionais, redes de advocacia, organizações não-governamentais ganham importância, e mais capacidade em implementar mudanças. Novas estruturas, como alimentos rotulados, gestão ambiental, normas e leis privadas contrastam com as velhas estruturas dos Tratados, Convenções, Atos, Conferências e outras emanações típicas da esfera intergovernamental. Estas novas formas de governança são para os Estado-Nações mais baratas e mais eficazes, como os Estados não precisam se envolver em questões em que o mercado pode autogerir-se. Neste sentido podemos afirmar que a governança em questões ambientais é deslocada do eixo dos Estado-Nações para um tipo de sistema ideal de autorregulação de caráter mais neoliberal, em que o Estado deliberadamente opta por deixar a indústria estabelecer padrões e sistemas próprios em esferas em que não há demanda para a regulação pública, deixando os encargos decorrentes da execução dessas normas nas mãos do setor privado. A ascensão da regulação privada é pontual e mais barata para o Estado. Ao invés de perder sua capacidade soberana em certas questões, os Estados estão se beneficiando da globalização e do uso mais generalizado dos mecanismos de governança privada. A principal proposição adotada por teóricos destas escolas paradigmáticas é que arranjos de governança privada preenchem um espaço na regulação pública, em que empresas que outrora eram criticadas agem de acordo com a seu interesse econômico. Ou seja, se empresas providenciam um determinado "serviço" para o estado. Por que o Estado deveria gastar dinheiro com isso?

3.2.3 Novas formas de governança e a regulação social do mercado

A *privatização da política mundial* é resultado da globalização. Este fenômeno fez com que corporações e organizações internacionais adquirissem um poder nunca antes vislumbrado. Nestas condições a sociedade internacional permite que qualquer grupo aja de maneira global. A área entre a família e a economia, vulgo sociedade civil, cresce e abarca diferentes tipos de associações. Algumas inclusive normatizando, como o FSC, e assim fazendo algo que não reflete o conceito de sociedade civil.

Autoridade privada, por outro lado, demonstra em seu conceito a condição atual de privatização política, e por isso se relate de maneira mais efetiva à realidade contemporânea. Não é necessário abandonar o conceito de sociedade civil, é necessário estabelecer conceitos criteriosos para a análise de fenômenos diferenciados e afinados com a evolução da sociedade internacional e suas repercussões nos diversos setores sociais. Estas *novas formas de regulação social* usualmente constroem códigos de conduta, sistemas para monitoramento e cumprimento destes códigos, definem normas em *standards* para a prestação de contas com o público interessado e cada vez mais vêm aumentando o uso de regimes de certificação para incentivar o mercado para determinados interesses específicos (Haufler, 2001). Para Haufler

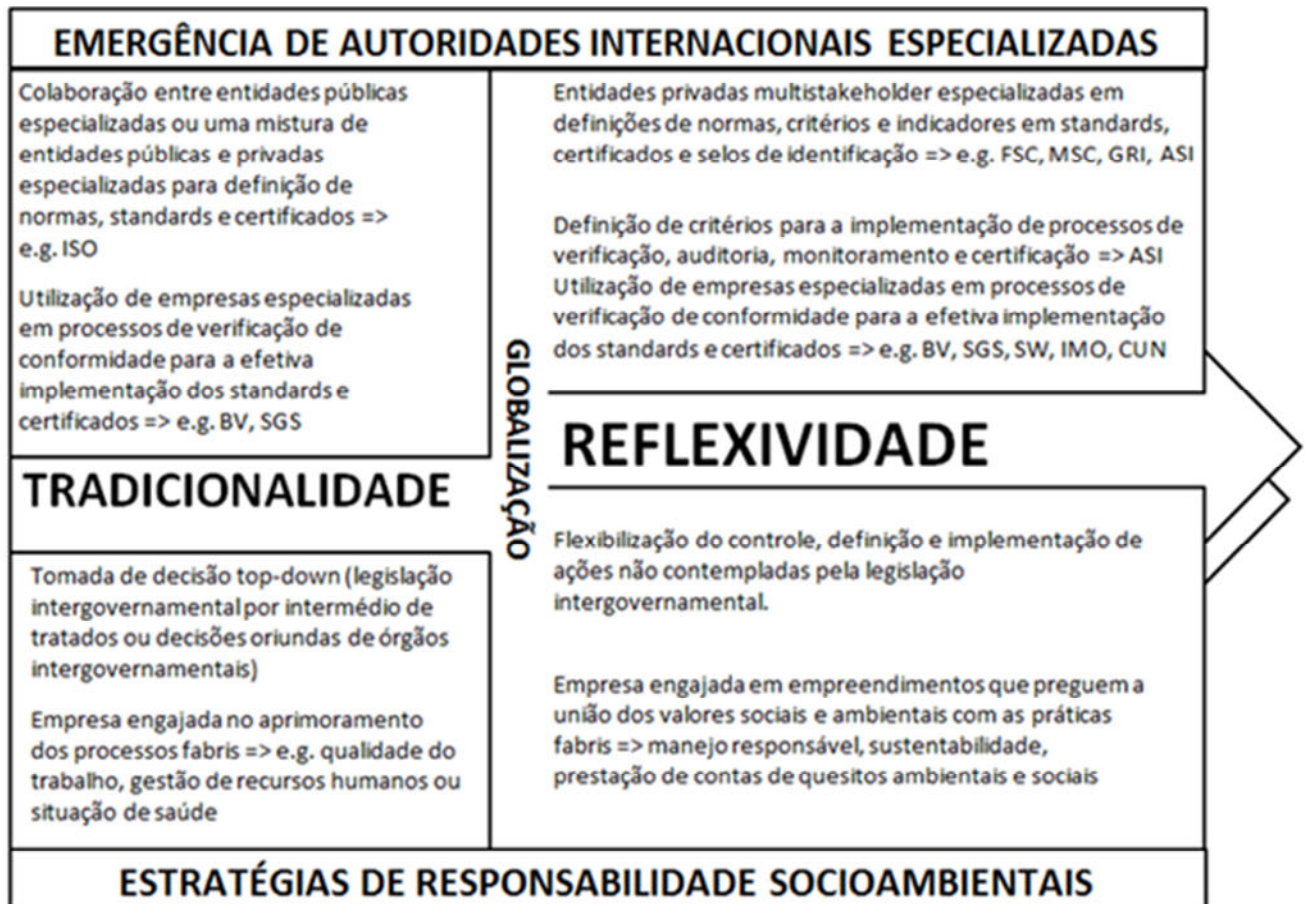
Estas novas formas de governança levantam importantes questões acerca de como a economia política pode ser governada, e por quem. Cientistas políticos e internacionalistas começaram a desenvolver uma tradição acadêmica que primeiramente se preocupa com o relacionamento entre globalização, governança global e atores não estatais (2003, p. 242).

Hodiernamente, temos como principais exemplos deste fenômeno que aqui designamos como a emergência de autoridades privadas, as organizações transnacionais especializadas nas definições de normas e padrões por intermédio de *standards*, as organizações especializadas no credenciamento de certificadoras aptas à prestarem consultoria e auditoria àquelas empresas que almejem se certificar com algum *standard* e as certificadoras especializadas na implementação destes *standards in loco*.

Os *standards* desenvolvidos pelo FSC diferem de outros sistemas de certificação tradicionais. Durante o século XX, vivenciamos uma forte onda de

transformações políticas, sociais e econômicas. Argumentamos que a emergência de autoridades internacionais especializadas desempenhou papel chave para a introdução de estratégias de responsabilidade socioambientais¹² por empresas. Com o advento exponencial da globalização, estas autoridades internacionais modificaram sua forma e lógica intrínseca (ver figura 10).

Figura 10 – Evolução dos *standards* e autoridades privadas especializadas



Fonte: Elaborado pelo autor

Enquanto no passado a emergência de autoridades internacionais especializadas esteve marcada por processos de tomada de decisão *top-down*, por intermédio de legislação intergovernamental ou decisões oriundas de órgãos intergovernamentais, além da colaboração entre entidades públicas especializadas ou uma mistura de entidades públicas e privadas para a definição de normas,

¹² Para uma análise das principais abordagens teórico-ideológicas da responsabilidade social das empresas (escola socioeconômica, teoria dos stockholders e teoria dos stakeholders) cf. p. ex. Boeira; Cunha, 2010, p. 286-289.

standards e certificados (*cf. p. ex.* a ISO) que visavam o aprimoramento de processos fabris (*p. ex.* qualidade do trabalho, gestão de recursos humanos ou questões relacionadas à saúde no trabalho) e da utilização de empresas especializadas em processos de verificação de conformidade para a efetiva implementação destes *standards* e certificados (*p. ex.* Bureau Veritas e SGS); na contemporaneidade, pela mediação de uma maior reflexividade de todos os interessados, a emergência de autoridades internacionais privadas especializadas se dá por uma determinada flexibilização do controle, definição e implementação de ações não contempladas pela legislação intergovernamental por entidades privadas *multistakeholder* especializadas em definições de normas, critérios e indicadores em *standards*, certificados e selos de identificação (*cf. p. ex.* FSC, MSC, Global Reporting Initiative – GRI, *Accreditation Services International* – ASI).

A definição de critérios para a implementação de processos de verificação, auditoria, monitoramento e certificação também está a cargo de autoridades privadas (*cf. e.g.* a ASI) que credenciam organizações (com ou sem fins lucrativos) para realizar a verificação da conformidade para a efetiva implementação dos *standards* e certificados (*p. ex.* Bureau Veritas, SGS, o programa *SmartWood* da *Rainforest Alliance* ou *Imaflora* no Brasil, *Institute for Marketecology* – IMO, *Control Union*) que preguem a união dos valores sociais e ambientais com as práticas fabris, como manejo responsável, sustentabilidade, prestação de contas de quesitos ambientais e sociais

É interessante mencionar que ao redor da emergência da certificação FSC com seus *standards* emergem também uma série de organizações internacionais embutidas de uma determinada autoridade para exercerem determinadas práticas que são especialidade delas. Vimos que o FSC resolve em determinado momento criar a ASI, que atualmente presta serviços de credenciamento de certificadoras para implementação de diversos *standards* pelo mundo. Desta maneira podemos argumentar que esta rede *multistakeholder* criada para promover o manejo florestal responsável de maneira taxativa representa este fenômeno, que por sua vez relaciona-se à ideia da privatização da política mundial e da questão da regulação social do mercado por *standards*.

4 CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS CONFLITOS E ESTRATÉGIAS

4.1 CONSTRUTIVISMO

No que aqui chamamos de alta-modernidade, a dinâmica social é volátil, incerta, aberta a negociações e rearranjos em uma lógica de transformações contínuas. Novas práticas, interesses e nexos emergem com a evolução deste processo. Assim, gradualmente os teóricos sociais se voltam a determinados temas que outrora não eram percebidos como questões desta disciplina. É neste contexto que emerge a questão do meio ambiente dentro dos ESCT.

Tendo em vista que as ciências sociais sempre negligenciaram o meio ambiente como fator de entendimento dos principais fenômenos das sociedades modernas, *não* se é de estranhar que esta discussão *não* ocorresse na disciplina até a segunda metade do século XX. A preocupação com o meio ambiente entre cientistas sociais é em seu início, nas sociedades industrializadas, uma tentativa de explicar a devastação ambiental e subsequente emergência dos movimentos ambientalistas. A preocupação central destas análises se baseava em explicar como o comportamento humano, as instituições capitalistas, a cultura de consumo em massa, os governos, as indústrias, os desenvolvimentos tecnológicos, dentre muitos outros fatores, contribuem para a deterioração do meio ambiente.

A partir da década de 60, questões ambientais começaram a integrar a pauta das ciências sociais e vêm, desde então, construindo argumentos indispensáveis para entender o funcionamento das principais transformações do mundo atual dentro de uma perspectiva sociológica. Neste sentido, é muito eloquente o livro *Primavera Silenciosa* de Rachel Carson, de 1962 (2010), que mostra que a intervenção humana potencialmente pode causar efeitos indesejados à natureza e à saúde humana. Nesta obra, a autora argui de maneira muito detalhada acerca dos efeitos do pesticida Dicloro-Difenil-Tricloroetano (DDT) a todos os seres vivos, inclusive aos seres humanos. A leitura de Guivant deste livro relata que

[a] polêmica transparece nos conceitos que se utilizam para se referir a estes insumos. Falar, como neste artigo, de *agrotóxicos*, *biocidas* ou *venenos* implica um posicionamento crítico. Mas também os conceitos que subentendem um posicionamento menos ou nada crítico, como *defensivos* – forma a qual se refere a indústria de insumos agrícolas – e *remédios* –

como muitos agricultores preferem – , ou meramente *insumos químicos* (2000, p. 281).

Para Carson, uma única aplicação de DDT é efetiva contra uma enorme quantidade de pragas, pois permanece tóxico no ambiente durante meses. Esta característica do pesticida traz segundo a autora um lado nefasto: ao mesmo tempo atinge irremediavelmente incontáveis espécies, incluindo aves e mamíferos, o que por sua vez contaminaria todo o suprimento alimentício mundial visto que era incorporado à cadeia alimentar e que se acumulava nos tecidos gordurosos dos animais, inclusive dos humanos. E assim, poderiam causar danos irreversíveis à saúde humana. Além disso, esta contaminação seria tão drástica que poderia afetar mais de uma geração, pois até no leite materno foram encontrados resquícios deste poderoso produto químico. Como consequência deste emblemático estudo da área ambiental, o DDT foi banido nos Estados Unidos dez anos depois. Mas a principal contribuição de Carson para as ciências sociais foi de desvelar a confiança cega da sociedade no desenvolvimento tecnológico.

Este primeiro modelo de desenvolvimento é usualmente chamado de *Revolução Verde* e suas consequências fazem com que pesquisas critiquem

a tecnicização da produção, [a] contaminação dos recursos naturais, [a] dependência de insumos químicos e máquinas agrícolas caras e superdimensionadas para as pequenas áreas; [a] concentração fundiária e êxodo rural, entre outros aspectos (Alves; Guivant, 2010, p. 2).

Entre as décadas de 1970 e 1980, uma expansiva literatura se formou nas causas, desenvolvimento e expansão da "crise ambiental" (*p. ex.* Pepper, 1984) trazida à tona por desastres ecológicos¹³ e sua subsequente introdução à agenda política internacional. Uma parte dos estudos centra-se em torno de estudos sobre a influência exercida por movimentos ambientalistas e outra sobre práticas e atitudes *vis-à-vis* o meio ambiente. Imediatamente após estes incidentes ambientais, no fim dos anos oitenta, a consciência da sociedade internacional acerca da relação entre forças produtivas e o meio ambiente foi exposta primeiramente nos países desenvolvidos. Surge uma "sociologia da reforma ambiental" (Buttel, 2003), profundamente marcada por desenvolvimentos empíricos e ideológicos com relação ao meio ambiente.

¹³ *P. ex.* incidentes na baía de Minamata, Flisborough, Three Mile Island, Harrisburg, Chernobyl e contemporaneamente o desastre de Fukushima atraíram muita atenção na mídia internacional, colocando questões ambientais no ideário político internacional. Outras crises ambientais que é importante mencionar é o problema da chuva ácida, o efeito estufa, o impacto do CFC na camada de ozônio, o aquecimento global e a crescente destruição das matas.

As ciências sociais entram em uma nova fase de reflexão e de transformação de seus diferentes enfoques. Em outras palavras, a percepção generalizada era que a base *estritamente* econômica do modelo capitalista foi sendo questionada acerca de sua sustentabilidade social, econômica e ambiental em longo prazo. Assim, foi reconhecida a necessidade da sociedade em se readequar à natureza, além de se tornar primordial estabelecer uma nova agenda no que diz respeito ao desenvolvimento industrial e o balanceamento em um sistema de favorecimento mútuo das questões sociais, ambientais e econômicas.

Com exceção destes entendimentos comuns, diferentes interpretações emergem entre diversos acadêmicos com relação (i) à natureza desta transformação; (ii) aos atores e ações responsáveis por iniciar inovações nas interações sociais no que diz respeito ao meio ambiente; (iii) à medida em que a evolução dos discursos e ideologias foram afetados por desenvolvimentos ambientais; e (iv) à distribuição social e geográfica destas mudanças (Mol; Sonnenfeld, 2000, p. 3).

O centro do debate gira em torno de escolhas ideológicas, em que cientistas mais radicais pregam que uma reorganização de todo o sistema internacional é essencial para alcançar o desenvolvimento sustentável, ou seja, acabar com a organização capitalista da economia, do Estado soberano e do sistema de produção industrializado. Outros, mais pragmáticos, reconhecem que algumas transformações deveriam ocorrer para diminuir a deterioração ambiental, e que para se efetivarem não necessariamente deveriam extinguir as estruturas existentes, apenas modificar alguns processos e práticas.

Guivant (2002a) afirma que as diferenças entre as posições realistas e construtivistas atravessam os estudos ambientais dos ESCT, que têm consequências significativas no modo de lidar com os problemas ambientais e envolvem pressupostos sobre as relações entre sociedade e natureza, ciências sociais e ciências naturais, entre leigos e peritos e entre indivíduos e a sociedade (ver quadro 01).

Quadro 01 - A teoria social frente aos debates entre realismo e construtivismo

Correntes teóricas	Relações entre ciências naturais e sociais	Relações entre sociedade e natureza	Relações entre leigos e peritos	Relações entre indivíduos e sociedade
Realismo	Modelo das ciências naturais para as ciências sociais (procura de leis universais e gerais, predomínio da sociedade sobre o indivíduo).	Sociedade e natureza completamente diferentes, sendo objetos de diferentes ciências.	Critica e ruptura com o senso comum.	Prioridade da totalidade social sobre os indivíduos.
Construtivismo social	Ciências sociais com especificidade, mas com o mesmo nível de objetividade das ciências naturais + modelo positivista das ciências naturais não questionado.	Sociedade e natureza completamente diferentes, sendo objetos de diferentes ciências.	Interpretação do sentido da ação social num processo de dupla hermenêutica na teoria social.	Prioridade da autonomia dos indivíduos frente à sociedade.
Teoria da estruturação Teoria da sociedade global de riscos	Ciências sociais e ciências naturais perpassadas por problemas equivalentes (valores, incertezas) mas com diferenças de objeto.	A natureza é socialmente construída. Não há uma natureza separada da sociedade.	Interpretação do sentido da ação social num processo de dupla hermenêutica na teoria social + reconhecimento do papel dos valores dos pesquisadores nas ciências naturais.	Equilíbrio entre sociedade e agência Tendência a generalizar processos sociais, com maior influência da sociedade sobre os indivíduos na modernização simples e vice-versa na alta-modernidade.
Teoria do ator-rede	Ciências sociais e ciências naturais perpassadas por problemas equivalentes (valores, incertezas) e sem diferenças de objeto.	Não há diferenças essenciais. O objeto das ciências sociais é focalizar nas redes sócio técnicas que envolvem atores humanos e não humanos.	A diferença entre o conhecimento local (senso comum) e o conhecimento científico é que este último tem condições de operar à distância, o que lhe dá mais poder.	Pragmaticamente definida, incluindo-se também os híbridos não humanos.

Fonte: GUIVANT, 2002a, p. 79-80

Para a autora (p. 79-80) a teoria social mais tradicional, de cunho realista, tem como característica utilizar-se de um suposto “modelo das ciências naturais para a ciência social”, ou seja, a busca por leis universais generalizantes, com o “predomínio da sociedade sobre o indivíduo”. Próximo ao realismo se encontram as teorias construtivistas mais fracas, ou o “construtivismo social” que entende que as “ciências sociais com especificidade, mas com o mesmo nível de objetividade das ciências naturais” e não questionam o modelo positivista das ciências naturais. Dentro deste prisma entre teoria construtivista fraca e forte, temos em sequência a teoria da estruturação e a teoria da sociedade global de riscos, que entendem as “[ciências] sociais e ciências naturais perpassadas por problemas equivalentes

(valores, incertezas), mas com diferenças de objeto”. A teoria construtivista forte tem para Guivant, como ícone, a teoria do ator-rede, na qual as “[ciências] sociais e (...) naturais [são] perpassadas por problemas equivalentes (valores, incertezas) e sem diferença de objeto”.

As relações entre sociedade e natureza têm diferenças fundamentais sob uma ótica teórica realista, de cunho construtivista mais fraco e sob um ponto de vista construtivista mais forte. Assim, para os realistas e os construtivistas sociais “sociedade e natureza [são] completamente diferentes, sendo objetos de diferentes ciências”. Para os construtivistas seguidores da teoria da estruturação e da teoria da sociedade global de riscos “[a] natureza é socialmente construída”, desta forma “[não] há uma natureza separada da sociedade”. Já para os seguidores do construtivismo forte da teoria do ator-rede, entre sociedade e natureza “[não] há diferenças essenciais”, e ainda que “[o] objeto das ciências sociais é focalizar nas redes sociotécnicas que envolvem atores humanos e não humanos”.

A maneira com que as diferentes teorias sociais veem a relação entre leigos e peritos exibem para Guivant(2002a, p. 79-80) diferenças. As teorias realistas exibem uma forte “[crítica] e ruptura com o senso comum”. Para o construtivismo social fraco é necessária a “[interpretação] do sentido da ação social num processo de dupla hermenêutica na teoria social”. Para a teoria da estruturação e teoria da sociedade global dos riscos além do processo de dupla hermenêutica, há o “reconhecimento do papel dos valores dos pesquisadores nas ciências naturais”. Para a teoria do ator-rede “[a] diferença entre o conhecimento local (senso comum) e o conhecimento científico é que este último tem condições de operar a distância, o que lhe dá mais poder”.

Nas relações entre os indivíduos e a sociedade, as diferentes teorias sociais, para Guivant (2002a, p. 79-80) exprimem divergências. Enquanto a teoria social realista exhibe “[prioridade] da totalidade social sobre os indivíduos” e o construtivismo social fraco “[prioridade] da autonomia dos indivíduos frente à sociedade”, a teoria da estruturação estabelece uma relação de “[e]quilíbrio entre sociedade e agência”. Já a teoria da sociedade global dos riscos tem uma “[t]endência a generalizar processos sociais, com maior influência da sociedade sobre os indivíduos na modernização simples e vice-versa na alta-modernidade”. A teoria construtivista mais forte, como a teoria do ator-rede observam as relações

entre indivíduos e sociedade como “[p]ragmatically definida, incluindo-se também os híbridos não humanos”.

Para Mazon (2010) o estudo dos mercados também se encontra dentro desta dicotomia, de um lado temos a Nova Sociologia Econômica, que se preocupa com a construção político-cultural do mercado e de suas instituições (*cf. p. ex.* Fligstein, 2001 e Bourdieu, 2005), e do outro a Nova Economia Institucional, que se embasa na ideia da teoria do ator racional, que tratam os aspectos sociais específicos de cada caso como externalidades.

O construtivismo nos estudos sobre o meio ambiente nos ESCT, área que tem sido fortalecida por inúmeros esforços de pesquisa na UFSC, especialmente no IRIS (*cf. p. ex.* Mazon, 2010, Alves, 2008, Guivant, 2000; 2002a; 2002b; Guivant et. al., 2010; Grisotti, 2008; Zitzke, 2007), e tem como proposta compreender como os atores sociais imputam acepções a suas realidades, e assim,

[o] que passa a ser socialmente considerado como um problema ambiental não implica meramente uma leitura imparcial e neutra de um fenômeno real ou uma referência a fatos objetivos sobre a natureza, mas se trata de demandas construídas socialmente (Guivant, 2002b).

Assim, defendemos que a construção dos *standards* de certificação de manejo florestal do FSC refletem os interesses que permeiam as discussões e negociações de grupos antagônicos em consonância com a Nova Sociologia Econômica, que “mostram como interesses e motivações podem ser formulados e reformulados num processo de interação Estado e mercado” (Mazon, 2010, p. 174).

Desta maneira, a percepção da existência de um problema ambiental depende da maneira com que eles são montados, apresentados e contestados pelos atores envolvidos. Bem porque existem inúmeras maneiras de construir significados sociais acerca da concepção de natureza, de problema e consequentemente, de problemas ambientais. Natureza pode ter uma representação simbólica relacionada à selvagem, de animais perigosos. Pode ainda ser fruto de uma imagem de inocência, beleza e bondade. Problemas são também oriundos da percepção de alguém sobre alguma prática. Desta maneira problemas ambientais dependem da concepção das percepções dos atores sociais por intermédio de suas representações simbólicas estabelecidas, em mutação e construção. Isso não quer dizer que as diferentes variantes do construtivismo nos ESCT neguem ou pretendam dar a entender que não existe uma realidade objetiva dos problemas ambientais (*p.*

ex. Hanningan, 1995; Irwin, 2001; Macnaghten; Urry, 1998) e sim que existem diferentes significados e práticas possíveis para questionamentos acerca de problemas ambientais.

Dentro desta tradicional perspectiva dos ESCT uma importante temática se destaca: aquela relacionada à força desempenhada pela incerteza nas diferentes análises de riscos socioambientais e tecnocientíficos.

Sem negar a existência de uma realidade objetiva nem o poder causal independente dos fenômenos naturais, levanta-se a necessidade de entender os conflitos que não só atravessam as relações entre peritos e leigos, mas também dividem a própria comunidade científica, pelo fato de que, por exemplo, a definição de um incidente de poluição, um padrão de qualidade ambiental ou um alimento seguro depende de julgamentos sociais em combinação com evidências científicas (Guivant, 2002b).

Ou seja, a teoria construtivista não nega a existência da realidade das questões ambientais, mas dá ênfase às análises de como são apresentados e contestados os problemas ambientais, visto que atores sociais são persuadidos a entender que determinado tipo de problema é mais urgente que outro.

O construtivismo representa uma importante ruptura com o modo positivista de pesquisar. As principais críticas se referem ao uso de leis genéricas em modelos fixos e exatos das ciências físicas e naturais na produção de conhecimento nas ciências humanas combinado com uma separação clara entre o pesquisador e o seu objeto de estudo. Ou seja, enquanto a maioria dos autores de cunho realista prefere adotar posições metateóricas de ontologia racionalista, autores construtivistas optam por utilizar métodos histórico-interpretativos e uma epistemologia pós-positivista na análise das complexas, dinâmicas modificações sociais. Enquanto, *p. ex.* o racionalismo econômico da teoria de escolha racional leva a crer que a unidade elementar da vida social é a ação humana maximizando a utilidade de todas as suas ações, de maneira contrastante, construtivistas insistem que a agência humana não existe independentemente de seu meio social e de sua simbologia coletivamente compartilhada de significados culturais.

Risse (2002, p. 599) afirma “que construtivistas sociais insistem na constituição mútua¹⁴ das estruturas sociais e dos agentes”. Assim,

o ambiente social em que nos encontramos define (constitui) quem somos e nossas identidades como seres sociais. Ao mesmo tempo, a agência humana cria, reproduz, e modifica a cultura através de nossas práticas diárias.

¹⁴ Original do autor “mutual constitutiveness”

Esta relação siamesa entre as estruturas sociais e a agência humana faz com que a conceptualização desta tradicional escola paradigmática se torne um tanto problemática, pois existem muitas perspectivas contrastantes dentro deste grande embate.

Por um lado, para alguns autores, perspectivas construtivistas acerca da modernidade devem ser concebidas primeiramente como mudanças estruturais ou institucionais; por outro lado é possível identificar autores que preferem discorrer primeiramente a partir das aspirações, significados e motivos de sujeitos humanos em interface com outros sujeitos humanos e não humanos. Este eixo de discussão sempre permeou as contendas dentro do construtivismo e pode ser visto como questões-chave para cientistas sociais. Assim, de um lado existem defensores de uma análise mais voltada à relação entre agentes ou atores sociais que iniciam ou obstruem transformações, e de outros autores que estudam as propriedades estruturais de sistemas sociais que, ao mesmo tempo, facilitam e constroem as ações e o comportamento humano dos agentes sociais. Para Turner (2009, p. 11), é evidente que outra maneira de descrever o debate sobre agência e estrutura seja o grande enigma do construtivismo entre as instituições e ação humana. Se as estruturas sociais são enfatizadas de maneira sobressalente pratica-se uma teoria de ação altamente determinista. Se a agência individual é muito enfática atenta-se para uma teoria de ação individualista e não sociológica. Neste sentido, Alves afirma que:

A teoria social tem travado um intenso debate sobre o conceito de ator e agência. A abordagem proposta pela Teoria Ator Rede extrapola o conceito convencional de ator. Nesta teoria o conceito de ator é utilizado para englobar um conjunto de elementos heterogêneos – animados e inanimados, naturais ou sociais. Estes, por sua vez, podem estar relacionados e rearranjados de diversos modos, durante um período de tempo longo o suficiente para incorporar, transformar e incorporar elementos novos à rede. O ator é definido como um espaço de ação e decisão, no qual a ação é decorrente da decisão (2008, p. 58).

Um expoente, no que diz respeito a uma tentativa de aproximação da linha divisora entre escolas paradigmáticas estruturalistas, macro e objetivistas de um lado, e voluntaristas, micro e subjetivistas, de outro, é certamente Anthony Giddens, com sua teoria de estruturação, que pode ser sumarizada (ver quadro 02) em uma série de pontos (Giddens, 1984, p. 281-284):

Quadro 02 – Síntese da Teoria da Estruturação

- 1) Todos os seres humanos são seres embutidos de conhecimento. O que significa que todos os atores sabem agir em uma grande parcela das situações e condições a que são submetidos em sua vida cotidiana. Este tipo de conhecimento exibe uma complexidade extraordinária, que usualmente não é captada pela ciência social de cunho positivista.
- 2) A maneira com que os seres humanos absorvem o conhecimento ocorre, por um lado, de maneira inconsciente e por outro por condições imprevisíveis, além das consequências inesperadas da ação.
- 3) O estudo do cotidiano da vida é uma parte integral da análise da reprodução de práticas institucionalizadas.
- 4) A rotina, que é psicologicamente ligada à minimização das formas de ansiedade, é a forma predominante da atividade social do cotidiano. Estabelecer rotinas é uma maneira de sustentar algum tipo de seguridade ontológica.
- 5) O estudo do contexto em que ocorrem as interações é inerente aos estudos de reprodução social. Neste contexto se envolvem: (a) as fronteiras de tempo-espaço entorno dos momentos de interação; (b) a presença de outros atores, tornando possível ver a diversidade de expressões faciais, linguagem corporal, trejeitos e outros tipos de meios de comunicação; (c) consciência e usar este fenômeno reflexivamente para influenciar e/ou controlar o fluxo da interação.
- 6) Identidades sociais, e as relações de prática/posição associadas a elas, são formas de estrutura de tempo-espaço e são associadas a obrigações, direitos e sanções que formam papéis específicos para cada um dos agentes envolvidos.
- 7) Nenhum sentido unitário pode ser dado à noção de constrangimento de ação em análises sociais. Constrangimentos ocorrem em todos os aspectos da vida humana, e assim não pode, de maneira exclusiva, ser atribuída à estrutura.
- 8) Uma das principais ênfases da teoria de estruturação é escapar de teorias que acreditam na possibilidade de categoricamente definir uma sociedade. A estrutura é importante, mas não é passível de teorização.
- 9) O estudo do poder não pode ser considerado como de segunda instância pelas ciências sociais, ao mesmo tempo não pode ser tratado de maneira inerentemente baseada em divisão. Existem disputas de poder em modalidades de controle de sistemas sociais.
- 10) Como cada ator faz o que faz pelas suas razões pessoais desconfiar de estudos em que fatores externos sejam considerados primordiais para a investigação.

Fonte: Adaptado de GIDDENS, 1984, p. 281-284

Giddens enfatiza a interação entre agência e estrutura enquanto refuta prioridade teórica de uma sobre a outra. Isso ocorre visto que o autor argumenta acerca da necessidade de ‘descentralizar’ as análises dos indivíduos como sujeitos, ao mesmo tempo em que se ‘recupera a subjetividade’. As ideias centrais de Giddens enfatizam as práticas sociais como unidades de análise, e a noção da ‘dualidade da estrutura’ para discorrer sobre a relação entre ator-estrutura, além do conceito de “dupla hermenêutica” para distinguir as ciências sociais das ciências naturais. Assim, toda pesquisa social deve englobar necessariamente um aspecto cultural, etnográfico, ou antropológico. Para Latour (1994) nesta lógica de aproximação entre perspectivas teóricas macro e micro os conceitos de tradução e de redes apresentam uma boa maneira para *p. ex.* evidenciar a lógica pela qual os atores em uma realidade micro podem vir a estruturar, estimular, modificar e instrumentalizar suas traduções de uma maneira mais ampla ao plano mais macro.

Neste sentido é eloquente o conceito de tradução, em que os atores coletivos (como uma organização social) ou individuais, humanos e não-humanos, se esforçam para dar sentido aos seus problemas, identidades e interesses através deste conceito. Como os conflitos se desenvolvem através do processo de tradução, que coloca diferentes interpretações dos atores em um processo de acomodação de interesses que (des)constrói, (des)articula e (des)estabiliza os mundos de vida destes atores, Callon nos convida a seguir os diferentes atores em suas atividades de tradução

destacando-se, entre elas, as estratégias concorrentes, as confrontações de força, o trabalho de mobilização, elaboração de dispositivos de interesse com a finalidade de organizar alianças e associações entre atores e a emergência de representantes destas associações (Zitzke, 2007, p. 41)

A operacionalização desta noção de tradução é comumente atrelada à utilização da teoria do ator-rede. Para Latour este conceito

propõe que todo objeto técnico-científico é o resultado da mistura de entidades humanas e naturais, mas que atua socialmente com as características de um ator situado entre dinâmicas sociais e leis naturais graças às possibilidades instrumentadas de ambas (Zitzke, 2007, p. 41-42).

O autor que analisa a obra de Latour continua arguindo que, assim, o conceito de rede vem substituindo as ultrapassadas e ortodoxas ideias das ciências humanas de sistema e de função, pois enquanto estes conceitos mais clássicos têm como meta demarcar e relacionar determinados elementos da realidade em algum tipo de hierarquia exata, o conceito de rede trata os elementos constituintes de maneira inter-relacionada, em constante mutação e, desta maneira, por definição contrastando a ideia de definitivas ou dadas. Esta abordagem teórico-metodológico considera as acomodações de interesses mais como o final de um processo do que como ponto de partida para análise.

Latour (1996) afirma que as três principais propriedades metodológicas de uma análise baseada nos preceitos da noção de rede, ou de ator-rede, é que permite ao pesquisador se livrar de algumas dicotomias de permeiam a teoria social clássica: (1) longe/perto; (2) pequena/grande escala e (3) dentro/fora. Ou seja, a noção de rede é mais maleável para realizar associações entre elementos que estão conectados embora se encontrem geograficamente distantes, diluindo o nexu micro-macro e dentro e fora da rede. Assim optamos em tratar esta complexa e densa rede que compõe os *standards* do FSC a partir dos atores.

4.1.1 Teoria centrada no ator e a dimensão das estratégias e conflitos nas arenas de negociação

Nesta lógica, é importante salientar a teoria orientada ao ator desenvolvida principalmente por Norman Long, em diálogo com as ciências sociais. Para este autor, adotar uma perspectiva orientada ao ator denota explorar como atores sociais (tanto locais como externos) em uma arena específica estão presos dentro de conflitos interligados sobre recursos, significados e legitimidade institucional e controle (Long, 2001). A perspectiva orientada ao ator significa entender como os atores dentro de processos de desenvolvimento assumem papéis diferentes, alguns como doadores e outros como receptores e alguns talvez até como administradores ao lado, mas sempre de uma maneira que o processo inteiro seja orientado aos atores. Para Long (2001, p. 20) a principal tarefa para a aplicação de uma análise baseada em perspectiva orientada ao ator é identificar e caracterizar diferentes práticas dos atores, suas estratégias e racionalizações, as condições em que elas emergem, como se inter-relacionam, sua viabilidade ou efetividade em resolver problemas, e suas maiores ramificações sociais. Nas palavras de Long (2001, p. 12), a perspectiva orientada ao ator se baseia em fomentar o interesse em atores sociais na convicção de que, embora seja verdadeiro que importantes mudanças estruturais resultam do impacto de forças exteriores, é teoricamente insatisfatório basear a análise na perspectiva do determinismo externo. Todas as formas de intervenção externa necessariamente entram nos mundos de vida de indivíduos e de grupos sociais, e desta maneira eles são mediados e transformados por estes mesmos atores e estruturas. Também, na medida em que forças sociais em larga escala e 'remotas' transformam as práticas de vida e comportamento de indivíduos, elas o fazem através de modelagem, direta ou indiretamente, das experiências diárias e das percepções dos indivíduos e grupos envolvidos.

Segundo Bosnam (2004, p. 42-44) uma teoria orientada ao ator se desenvolve com a aplicação de uma pesquisa qualitativa, que analise como diferenças sociais são produzidas, consolidadas e transformadas. Isso guia a identificação dos processos sociais envolvidos, como eles são conduzidos e por quem. Não seria correto apenas identificar os elementos da estrutura. Identificar conflitos e métodos para a resolução destes conflitos são fortes pré-requisitos para

uma utilização apropriada desta teoria. Desta maneira os diferentes atores podem ser identificados em seus papéis e isso pode enriquecer a compreensão geral de uma comunidade e de suas pessoas. Para Long (2001, p. 22) três pontos são fundamentais para a pesquisa de campo: (1) as maneiras que novos elementos nos mundos de vida são manejados e interpretados por diferentes atores sociais; (2) como membros da comunidade, ou grupos dentro da comunidade, criam espaços para eles mesmos para perseguir seus próprios projetos, especialmente porque tais projetos podem ser iguais, ou até o oposto dos interesses das partes interventoras ou programas governamentais; e (3) como o contexto mais amplo da ação social e do poder podem influenciar estes processos organizacionais, estratégicos e interpretativos.

A perspectiva orientada ao ator se utiliza de diversos conceitos para sua operacionalização. Para Jinlong (2006) no coração da perspectiva orientada ao ator estão as noções de agência, conhecimento e poder, que são propriedades de ambos atores, individuais e coletivos. Uma análise orientada ao ator necessita ser combinada com um entendimento do fenômeno estrutural maior, já que muitas das escolhas percebidas e das muitas estratégias perseguidas por indivíduos e grupos são modeladas de acordo com processos imediatamente fora da arena de interação (Long, 2001, p 62). Isto levanta a questão de como analisar os inter-relacionamentos entre questões macro e micro e globais e locais. Como, por exemplo, estas macro estruturas afetam os modos de vida das pessoas? E, do outro lado, como pessoas afetam estas macro estruturas? Long (1988, p. 126) propõe combinar questões relacionadas aos atores com processos econômico-políticos por integrá-los em um único conjunto de análise (Long, 2002).

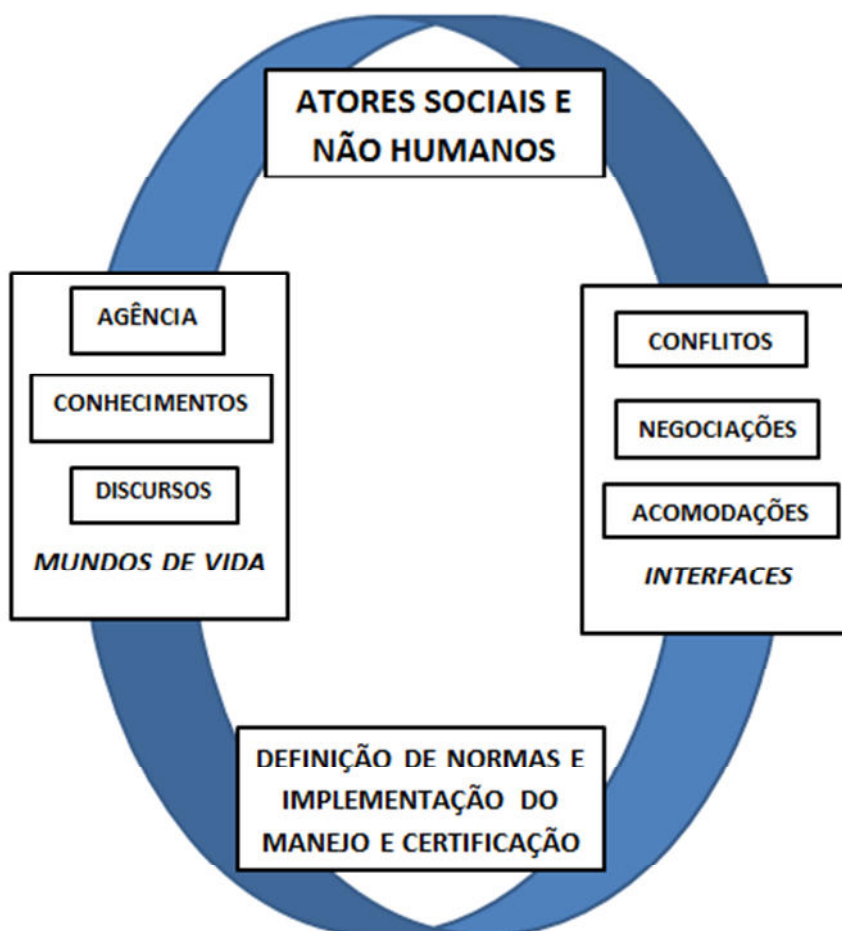
Uma perspectiva orientada ao ator enfatiza a importância de perceber a agência humana como um todo, o que significa reconhecer que indivíduos, não importando se são fazendeiros, artesãos, latifundiários, burocratas ou políticos, tentem entender e agir com o mundo ao seu redor, e fazem isto de maneira cognitiva em torno de categorias existentes, conhecimento e formas de consciência, ao mesmo tempo em que de maneira organizada interagem com outros indivíduos e grupos sociais (Long, 1988), que por sua vez configuram campos sociais, são compostos de uma variedade de elementos como recursos matérias, informações, tecnologias, componentes institucionais, discursos e conjuntos de relacionamentos sociais de todos os tipos (Long, 2001: 241-243). Não existe um único fator que

ordene esta composição heterogênea da sociedade. Qualquer ordem pode ser observada em um campo social se reflete como um resultado de conflitos, negociações e acomodações que tomam o lugar dos diferentes campos conflitivos.

Já o principal conceito de Long que optamos por utilizar de maneira mais específica é *interface*, ou como o autor coloca “interfaces sociais”, que são pontos críticos de interseção entre mundos de vida, campos sociais ou níveis de organização social em que descontinuidades sociais, baseadas em discrepâncias em valores, interesses, conhecimento e poder, são mais propensos a não ocorrerem (2001, p. 240-243). Para Alves este conceito “permitiria explorar como as dissenções do interesse social, interpretação cultural, conhecimento e poder são mediados, perpetuados ou transformados em pontos críticos de articulação ou de confrontação” (2008, p. 42), e assim, exprimem um “modo único de explorar e entender como os diversos conflitos, inerentes aos processos de intervenção, de projetos de desenvolvimento, são construídos” (2008, p. 45). Desta maneira, em qualquer projeto de desenvolvimento, deve-se concentrar em criar a interface social mais eficiente possível para diminuir a propensão em se encontrar descontinuidades sociais e outros obstáculos possíveis. Uma descontinuidade social significa que atores estão em um processo de estabelecer caminhos, pontes, se acomodando, ou competindo contra cada diferente mundo social e cognitivo. Uma análise de interface se concentra em tratar com as descontinuidades sociais e trabalhar na caracterização de diferentes formas organizacionais e culturais que podem influenciar a reprodução ou transformação destas descontinuidades. Para assegurar certas continuidades na interface social, a interface deve ser analisada como uma parte integral do processo de negociação, adaptação e transformação de significado.

Como esta tese tem como objetivo fazer uma análise político-sociológica das práticas empresariais socioambientais e de como estas se relacionam com novas instituições de governança transnacional, estudaremos uma rede de atores relacionadas ao setor florestal por intermédio da certificação florestal implementada pelo Conselho de Manejo Florestal (FSC) *in-the-making*. Entretanto este processo não é simples. Pelo contrário, ele acarreta a existência de múltiplos, inúmeros atores humanos e não humanos, que por sua vez tem mundos de vida embutidos de agência, conhecimentos e discursos próprios cujas interfaces geram conflitos, negociações e acomodações de interesses (ver figura 11).

Figura 11 – Perspectiva orientada ao FSC



Fonte: Elaborado pelo autor com base na teoria de Norman Long (p. ex. 2001).

Tomando como base a teoria dos *standards* que divide o processo dos padrões em duas fases: definição de normas e implementação, resolvemos dividir a construção e aplicação dos *standards* em dois capítulos. A primeira parte desta trajetória da construção da rede FSC trata de maneira mais específica a questão de como se acomodaram os diferentes interesses dos diversos atores sociais envolvidos na construção de um *standard* florestal que fosse aplicável a todas as florestas do mundo. A segunda parte da trajetória do *standard* FSC trata especificamente da implementação do *standard in loco* num estudo de caso específico.

5 TRAJETÓRIAS DA DEFINIÇÃO DE NORMAS DA CERTIFICAÇÃO FLORESTAL DO FSC

Sobre a definição de normas será realizada em primeiro lugar uma análise de como este processo se desenvolve, por intermédio de discussão da estrutura organizacional/funcional do sistema FSC, das redes sociais do sistema de governança utilizado pelo FSC em todo o mundo, além da acomodação dos interesses dos diferentes atores em torno de princípios, critérios e indicadores objetivos.

O manejo florestal e a conservação florestal estiveram por muito tempo em lados opostos. Enquanto o manejo florestal tinha como objetivo primário manter certa regularidade no fornecimento de produtos florestais, por intermédio de práticas ligadas à ciência florestal, conservacionistas florestais tinham como objetivo uma gestão ambiental preocupada em manter as florestas intactas para conservar a biodiversidade e ampla gama de serviços ecossistêmicos contidos nestas áreas.

Estas perspectivas aparentemente antagônicas se combinam através da institucionalização de organizações propostas a realizar processos de certificação de florestas responsáveis, em que de um lado se forneça madeira para o importante setor econômico ligado à atividade de silvicultura ao mesmo tempo em que a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos são preservados. Estes tipos de processos de certificação de práticas de manejo responsável são vistos como importantes mecanismos para assegurar aos produtores e consumidores que eles estão promovendo uma gestão apropriada dos serviços florestais, mantendo a oferta de madeira ao mesmo tempo em que a biodiversidade é preservada. Isso só é possível visto que um *standard* florestal confere uma forma jurídica e institucional ao conceito de manejo florestal responsável, ou seja, esta é uma maneira de canalizar os modos de produção e de consumo para determinados caminhos que preservem as capacidades de regeneração dos recursos naturais, seus ciclos, processos e equilíbrios, locais e globais, ao mesmo tempo em que garante a continuidade da atividade de silvicultura.

No século XXI temos como principal protagonista deste tipo de prática o FSC que tem sua trajetória construída para criar pontes entre ideias tão divergentes

e de maneira objetiva estabelecer princípios e critérios para a atividade florestal em termos mundiais.

Como vimos anteriormente, práticas de embate entre movimentos socioambientais e o setor florestal paradoxalmente resultaram em uma aproximação entre estes lados divergentes para criar um mecanismo que garantisse ao setor florestal a continuidade de sua atividade ao mesmo tempo em que satisfizesse as demandas sociais e ambientais das ONGs. Este processo é pautado pelo fato de que “os atores poderosos mais organizados podem ser convencidos de que novos arranjos são de seu interesse, mesmo que esses interesses sejam definidos e redefinidos no processo de negociação” (Mazon, 2009, p. 1007).

Tendo em vista a abrangência da questão ambiental, concomitante à inabilidade dos governos em criar mecanismos eficientes para o controle das atividades relacionadas a esta grande questão, com o reconhecimento dado às organizações peritas em estabelecer e controlar práticas adequadas, e com o crescente envolvimento do público em geral à questão florestal foi criado o FSC, que:

é uma organização independente, não governamental e sem fins lucrativos, fundada para promover o manejo responsável das florestas do mundo todo. O FSC presta serviços de definição de normas, fortalecimento de marca e credenciamento para empresas e instituições interessadas em um manejo florestal responsável. Os produtos que levam o selo FSC possuem uma certificação independente para assegurar aos consumidores que provêm de florestas cujo manejo atende às necessidades sociais, econômicas e ecológicas de gerações atuais e futuras (FSC, 2009)

O FSC foi fórum pioneiro no qual se congregaram as vozes dos países mais pobres do mundo bem como dos países industrializados, das pequenas e grandes organizações, para definir o manejo florestal ambientalmente apropriado, socialmente benéfico e economicamente viável. Isto foi realizado através da identificação de ferramentas e recursos que irão afetar positivamente uma mudança duradoura das práticas florestais, principalmente pelo desenvolvimento de soluções para as pressões face às florestas e as comunidades dependentes das florestas do mundo. Este procedimento foi realizado por um consenso através de processos democráticos entre os diferentes interessados, através de um desenho institucional inovador que permite a participação e o acesso de diferentes atores com seus interesses específicos no processo de governança e de tomada de decisão que rege o funcionamento dos *standards* FSC.

Para Voivodic & Beduschi Filho (2011) o FSC funciona como uma

arena de negociação política entre diversos grupos de interesse que formam o campo do mercado de produtos florestais [...] e o reconhecem como uma forma para alcançar seus objetivos e interesses, sejam eles relacionados a ganhos financeiros ou reputacionais no caso de empresas do setor privado, ou relacionados à redução dos impactos socioambientais da exploração florestal, no caso das organizações ambientalistas e sociais (p. 128).

Assim foi concebido para apresentar uma solução apropriada que ultimamente iria ajudar as comunidades locais, a sociedade e o mundo todo visto que providenciaria uma saída sustentável para o manejo florestal. Isto pode ser afirmado observando em diversos documentos (FSC 1994a; 1994b; 2002; 2004; 2006b; 2011a; 2011b) da organização que garantem e reafirmam frequentemente suas preocupações socioambientais. Este objetivo é certamente extremamente audacioso, veremos a seguir como esta organização desenvolveu seus objetivos e sua estrutura.

5.1 UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA DO FSC

A história do FSC¹⁵ para Meidinger (1997) tem sua origem em discussões entre um grupo de pequenos produtores norte-americanos de móveis, a Woodworkers' Alliance for Rain Forest Protection (WARP), que começaram a se preocupar com os possíveis efeitos do uso de madeira oriunda de países tropicais no final dos anos 80. A ideia fundamental por trás da WARP era identificar projetos florestais nos quais a madeira fosse extraída sob determinadas condições em que se conservassem as florestas ao redor do mundo, com isso esta entidade começou a publicar uma lista chamada de "*The Good Wood List*" com fontes de madeira tropical de origem garantida. Com o tempo esta lista passa a incorporar fontes de madeira de outros biomas e começam a emergir questionamentos acerca dos critérios utilizados e do processo de verificação dos projetos a serem incorporados à lista. Suas conclusões foram que um sistema era necessário para certificar madeira sustentável em nível global, e que era necessário que grupos ambientalistas estivessem à frente destes processos. Esta preocupação em dar centralidade aos grupos ambientais se dava a partir da vontade de criar um sistema que não tivesse a

¹⁵ Esta apresentação histórica do FSC é baseada em FSC (2011b).

preponderância dos empresários. A ideia era criar um *standard* que trouxesse um balanço entre os interesses empresariais exclusivamente baseados no lucro, entre os interesses dos grupos ambientalistas de preocupação cega com o meio ambiente e de como preservá-lo e dos interesses sociais, representados por organizações de direitos humanos. Assim, segundo os registros oficiais (FSC, 2011b), o nome “Conselho de Manejo Florestal” foi cunhado em 1990 quando ocorre o primeiro encontro entre um grupo de usuários de madeira, negociantes e representantes de organizações ambientais e de direitos humanos. Este grupo heterogêneo de pessoas se reuniu na Califórnia e tinham em comum a identificação de uma profunda necessidade de um sistema que pudesse de maneira plausível identificar florestas bem manejadas como uma fonte de produtos florestais produzidos de maneira responsável.

No período subsequente a este encontro (entre 1990 a 1993), foram realizadas inúmeras consultas em pelo menos dez países incluindo o Brasil. Este processo de consulta internacional gerou a criação de dois grupos de trabalho – um envolvendo os setores ambiental e social e o outro o setor econômico – para avaliar e dar início a possibilidade de se criar um sistema de certificação florestal baseado em padrões de manejo florestal responsável. A partir das contribuições destes dois grupos de trabalho foi acertado que este sistema seria baseado em um consenso global acerca do credenciamento e manejo responsável de florestas, independentemente do tipo (*p. ex.* boreal, tropical, etc.), propriedade (*p. ex.* pública, privada, comunitária, etc.) ou localização geográfica que cobrisse tanto florestas naturais ou plantações.

Vale a pena ressaltar que em 1992 foi empossado o primeiro Conselho Diretor interino do FSC, em Washington. Os trabalhos desenvolvidos por esta comissão interina culminaram com a constituição da primeira Assembleia Geral, realizada em outubro de 1993 na cidade de Toronto (Canadá) com 130 participantes de 26 países que veio a efetivar o lançamento desta instituição com sede em Oaxaca (México). Até meados de 1994, os integrantes do FSC se debruçam sobre a definição de normas e da elaboração do estatuto que viria a reger esta organização única. É também neste período emitido o primeiro certificado a um plano de manejo florestal no México e a toda cadeia de custódia até o produtor final nos Estados Unidos.

Em 1996 surgem os primeiros frutos palpáveis do FSC. Entre eles ressaltamos a assinatura dos quatro primeiros contratos de credenciamento de certificadoras para o monitoramento da certificação FSC, conseqüentemente são certificados e etiquetados os primeiros produtos disponibilizados a consumidores europeus. Neste ano também ocorre a ratificação do princípio 10 que trata da viabilização da certificação de operações florestais de reflorestamento e plantações, além do endosso acerca do primeiro grupo de trabalho de uma iniciativa nacional do FSC (FSC Grã Bretanha).

Neste ano ainda se dá início ao grupo de trabalho para a criação da iniciativa nacional do FSC brasileiro, que deveria seguir a mesma lógica da organização internacional do *standard*, ou seja, de paridade entre os três setores. Assim, seis ONGs sociais, seis ONGs ambientais e seis empresas se organizaram com o propósito de criar *standards* detalhando as adequações “à realidade brasileira nas duas atividades mais importantes do mercado florestal nacional: a exploração de madeira nativa na Amazônia e o plantio de florestas no sul do país” (Batmanian, 2005, p. 20). Como este processo de criar padrões nacionais do FSC não poderia ser imposto por um pequeno grupo, muitas pessoas foram ouvidas (mais de 500 pessoas só na Amazônia) em um longo processo em que técnicos de várias especialidades contribuíram para criar e testar em campo os padrões criados verificando de um lado se estes padrões cumprem sua função de maneira prática e eficiente sem custarem muito dinheiro, e de outro se o *standard* garante que atividades certificadas seguem o alto padrão ambiental e social preconizado.

No ano seguinte, é dado o aval de funcionamento do primeiro *standard* de uma iniciativa nacional do FSC, que trata especificamente das normas para a certificação de florestas boreais na Suécia. É neste ano também que é introduzida a possibilidade de certificação em grupo para o manejo florestal, bem como são iniciadas as discussões acerca da possibilidade de se certificar outros produtos oriundos de florestas que não sejam toras de madeira.

Na virada do milênio, é realizada a primeira conferência anual apresentando novos marcos que se concretizam na rápida e exponencial evolução dos certificados emitidos pelo FSC, nominalmente a certificação e etiquetagem da primeira operação e produto florestal não madeireiro – goma de mascar (México) – e também da conclusão da impressão do primeiro livro utilizando somente papel certificado pelo FSC – “A Living Wage” de Lawrence B. Glickman. Neste período

também é credenciada a décima instituição (certificadora) incumbida de assegurar as boas práticas em todo o processo florestal até o consumidor final.

A partir do ano 2000, se intensifica a atuação institucional do FSC em renomadas feiras de produtos certificados e sustentáveis. Assim, é notável a preocupação em tornar o FSC uma autoridade mundial no diz respeito ao manejo florestal consciente. Isso pode ser demonstrado a partir de sua participação em Londres na *Global Certified Trade Fair* com mais de 1000 participantes de 52 países e na *Forest Leadership Forum, Conference and Trade Fair* em Atlanta (Estados Unidos) que reúne mais de 1350 visitantes de 45 países e mais de 200 expositores. Suas nobres intenções são reconhecidas finalmente em 2001 com o recebimento do Premio Internacional do Meio Ambiente oferecido pela cidade de Gotemburgo (Suécia) à iniciativas expoentes de mudanças no relacionamento homem-natureza.

Em 2002, o Conselho Diretor decide criar o *FSC International Center*, com sede em Bonn (Alemanha) que presta serviços de fortalecimento de marca e abertura de novos mercados. Neste período também é desenvolvida a primeira política interna para a certificação em grupo da cadeia de custódia e amostragem para organizações certificadas em múltiplas localidades, o endosso da Estratégia Social do FSC, que visam garantir os benefícios sociais da certificação de maneira efetiva a todos os interessados no processo.

Neste ano é oficialmente fundada a iniciativa nacional do FSC Brasil. Neste momento já estavam criados os dois padrões de certificação florestal especificamente adaptado para a realidade do país, o *standard* para a certificação de terras firmes no bioma amazônico e o *standard* para plantações.

Em 2003, com uma área florestal total de mais de 40 milhões de hectares e 20.000 produtos certificados no mercado mundial, o FSC estabelece o escritório regional da África para ampliar as certificações em florestas tropicais. No ano seguinte, seguindo as celebrações de 10 anos da organização ocorre, no Brasil, a primeira feira com produtos exclusivamente certificados pelo FSC. Também ocorre neste ano o primeiro Fórum Global de Papel FSC, além da abertura do escritório regional russo e após dois anos de discussão surge a implementação da iniciativa de manejo florestal de pequena e baixa intensidade, garantindo o acesso equitativo da certificação para operações florestais de pequena escala, baixa intensidade e/ou comunitárias, seguindo as recomendações da Estratégia Social do FSC datada de 2001. Neste mesmo ano de 2004, ainda é realizada a primeira revisão acerca de

seus princípios e critérios objetivos para garantir o bom manejo florestal de plantações. No encerramento das comemorações pelo sucesso obtido nestes dez anos, ganha o prestigiado prêmio ALCAN para a sustentabilidade, garantindo um milhão de dólares por três anos pela enorme contribuição que fez em aprimorar o manejo e gestão florestal ao redor do mundo.

No final de 2005 é realizada a quarta Assembleia Geral no Brasil, com participação maciça dos membros do hemisfério sul, que de maneira sem precedentes submetem a maioria das moções para alterações estatutárias, garantindo o equilíbrio entre interesses das regiões mais ricas do mundo e das regiões menos abastadas.

Em 2006, é criada a *Accreditation Services International GmbH* (ASI) que tem como objetivo gerenciar o credenciamento de certificadores para o FSC International e suas subsidiárias regionais e nacionais. Neste ano é realizada a segunda feira de produtos exclusivamente certificados pelo FSC no Brasil, e chega-se à marca histórica de 10 milhões de hectares de florestas tropicais certificadas pelo FSC, reafirmando e provando que é o único sistema de certificação e *standard* que efetivamente funciona em todo o planeta. O reconhecimento do selo por parte do mercado europeu alcança níveis invejáveis. Um exemplo disto é que mais da metade da população suíça reconhece e confia no selo FSC, outro fato a ser ressaltado é o aumento dos lucros referentes a produtos certificados em mais de 50%. O FSC aquiesce com o código de boas práticas em definir *standards* sociais e ambientais emitido pelo ISEAL, que assegura a credibilidade internacional auferida ao sistema. Em outubro, os *standards* de fontes controladas são postos em prática. Critérios objetivos claros para quantidades e outros requerimentos exigidos para a certificação de produtos oriundos de fontes mistas (com certificação FSC em parte do processo, mas não em sua totalidade) auxiliam as companhias ligadas às cadeias de custódia a evitar matérias primas inaceitáveis.

Visto tamanho sucesso, determinadas práticas tornam-se obsoletas, assim, o ano de 2007 é marcado por grandes revisões no que diz respeito à estrutura de governança global do FSC e ao processo de certificação de plantações e áreas de reflorestamento. É aprovada, ainda, a Estratégia Global FSC pelo Conselho Diretor e é criado o *FSC Global Development* (FSC GD), objetivando o fortalecimento do mercado e da marca FSC.

Fevereiro de 2008 marca o início do FSC Papua Nova Guiné, o primeiro grupo de trabalho aprovado na Oceania, além do grupo de trabalho FSC Polônia, FSC Senegal, FSC Nepal, FSC Noruega e FSC Honduras. Nos anos de 2009 e 2010 o FSC continua desenvolvendo *standards* específicos para serem aplicados a determinadas regiões, países e biomas caracterizados por suas particularidades.

5.2 ORGANIZANDO UMA ARENA INSTITUCIONAL DE NEGOCIAÇÃO *MULTISTAKEHOLDER*

A organização do FSC, como vimos anteriormente, tem duas funções primordiais no que diz respeito ao certificado: (1) definição de normas; e (2) implementação destas normas. Além disso, tem uma característica muito específica de deter algum tipo de capacidade normativa não-governamental (Meidinger 2003b: 268) e por isso tenta providenciar uma alternativa neutra e efetiva à regulamentação pública no que diz respeito ao manejo florestal.

A organização foi desenhada para operar sem governos, inicialmente este arranjo foi visto como uma associação de indústrias relacionadas à madeira, mas o papel da indústria foi limitado e rapidamente o FSC evoluiu para uma organização *multistakeholder*. Esta coalizão de múltiplos interessados elaborou e construiu sob os valores de participação, democracia e equidade uma arena de negociação de estrutura única para acomodar todas as preocupações e conflitos existentes das diferentes partes interessadas (Cf. figura 12).

O FSC não é composto de níveis hierárquicos. A figura é apenas ilustrativa para designar o funcionamento desta interessante organização, que vem se transformando com o tempo. Veremos a seguir os diferentes elementos desta figura.

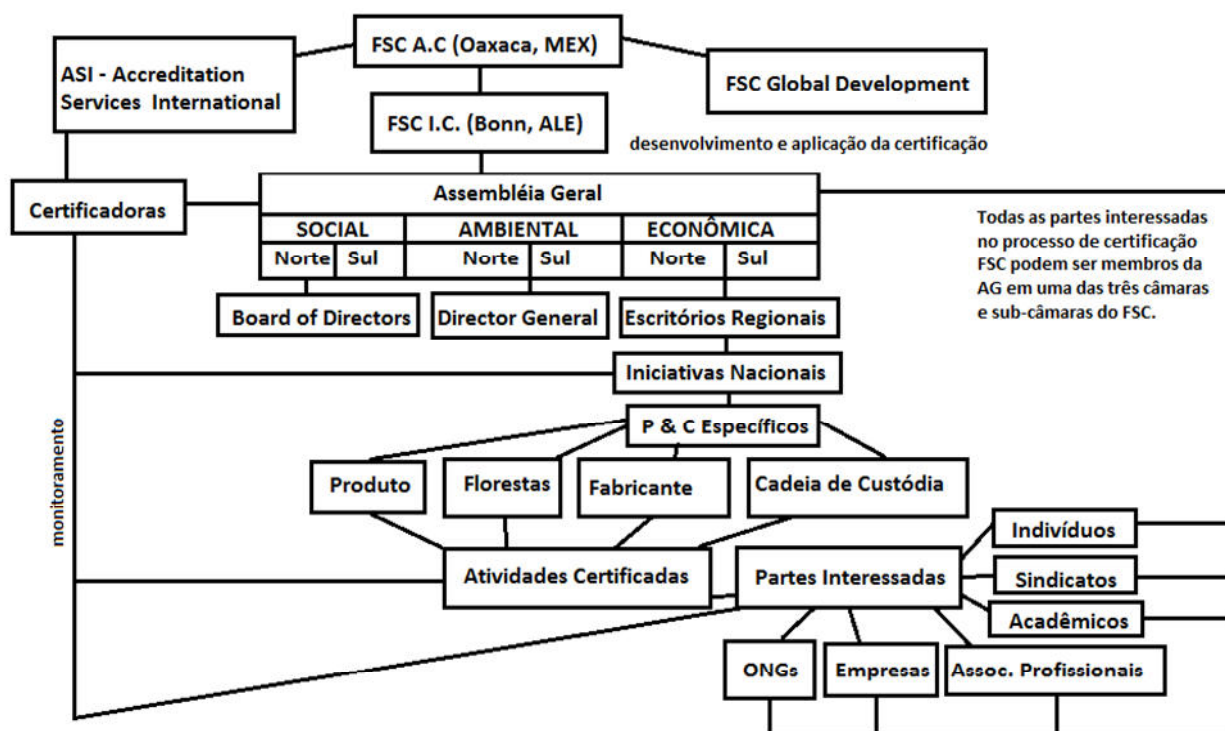
Na parte de cima da figura vemos a entidade designada FSC *Asociación Civil*, com sede no México, que representa o sistema FSC como um todo, com os seus Princípios e Critérios acordados.

Também na parte de cima da figura vemos a ASI, que embora tenha o FSC como seu único acionista se designa ser uma entidade independente de acreditação, que foi criada com o propósito de fornecer serviços de acreditação, ou

seja, o credenciamento de entidades habilitadas em monitorar a implementação da certificação fornecida não só pelo FSC, mas também para o *Marine Stewardship Council* (MSC), e o *Aquaculture Stewardship Council* (ASC), dentre outros esquemas de certificação existentes.

Ao topo também se encontra o FSC GD, que cuida da imagem da marca FSC, além de outras atividades relacionadas ao fortalecimento do sistema em novos mercados.

Figura 12 – Estrutura geral do sistema FSC, suas funções, tipos de certificação e seus múltiplos atores

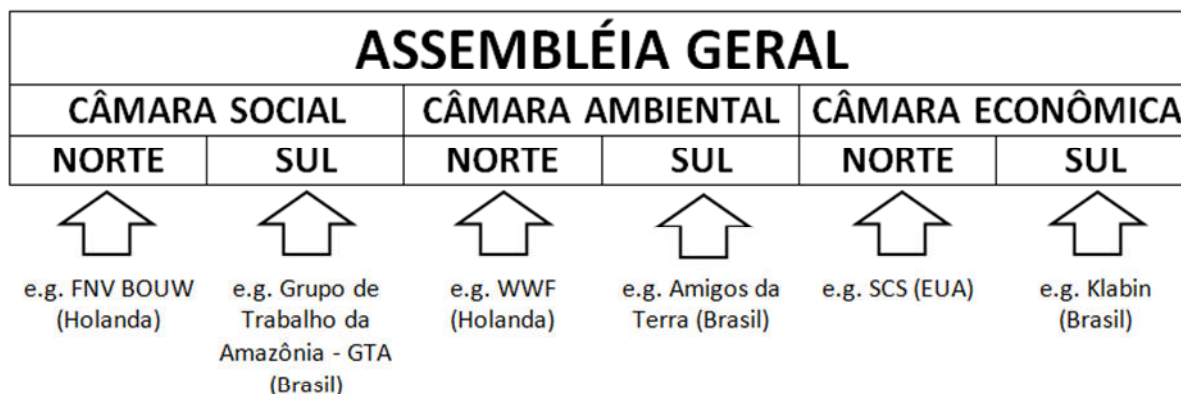


Fonte: Elaborado pelo autor

Mais ao centro da figura se encontra o Centro Internacional do FSC – FSC IC, que funciona como o braço executivo e administrativo de todo o sistema FSC em todo o mundo, embora se encontre acima na figura esta organização é subordinada ao principal nível de poder no FSC, a Assembleia Geral.

O principal nível de poder de decisão do FSC é a Assembleia Geral dos membros do FSC, que é o órgão de mais alta importância na organização e é responsável pela criação ou alteração de qualquer princípio ou critério referente ao sistema FSC (ver figura 13).

Figura 13 – Posicionamento nas Câmaras e Subcâmaras



UM EXEMPLO DE COMO CADA TIPO DE MEMBRO DO FSC SE POSICIONA NA ASSEMBLEIA GERAL DO FSC, NA HORA DA INSCRIÇÃO NA ORGANIZAÇÃO DEFINE-SE EM QUAL CÂMARA PARTICIPA.

Fonte: Elaborado pelo autor

Esta Assembleia opera como a instância máxima de todo o sistema e todas as suas deliberações devem ser alcançadas de maneira unânime. A Assembleia Geral é realizada por todos os membros do FSC, e é composta por três câmaras – a câmara ambiental, a câmara econômica e a câmara social – que detêm poder de voto distribuído de maneira igualitária, e é novamente dividida em duas subcâmaras – a subcâmara no norte e do sul – novamente com votos distribuídos de maneira igualitária. A intenção desta estrutura é preservar o equilíbrio do poder de voto (entre questões sociais, ambientais e econômicas; e entre norte (países desenvolvidos) versus sul¹⁶ (países em desenvolvimento) de diferentes interesses sem precisar limitar o numero de membros. Este órgão institucional, que se reúne de dois em dois anos é responsável, entre outras coisas, em aprovar grupos de trabalho, iniciativas nacionais e seus *standards* e princípios, definir metas, propostas de revisões de padrões, critérios, lista de produtos químicos proibidos, além de escolher certificadores em conjunto com a ASI. É a Assembleia Geral dos membros do FSC que ultimamente determina que floresta está de acordo aos princípios e quem não está em caso de desavenças.

Outro importante órgão do FSC é presidido por um **Diretor Geral**, o **Conselho Diretor** (Board of Directors), que presta contas à Assembleia Geral, e põe

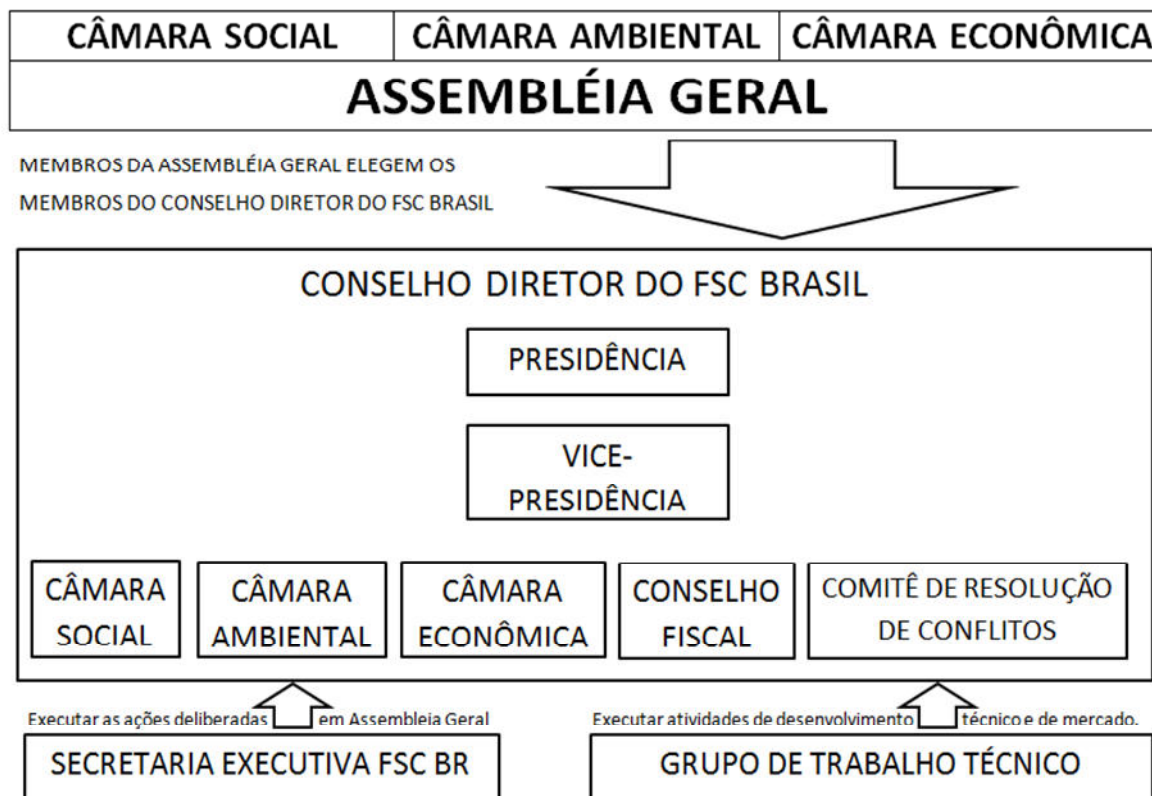
¹⁶ Esta tentativa de equilíbrio entre países desenvolvidos e em desenvolvimento ocorre no que popularmente é chamada de Câmara Norte e Câmara Sul. Só que a Austrália, mesmo estando situada no hemisfério sul, por exemplo, é incluída na Câmara Norte e a Rússia, mesmo geograficamente ao lado da Europa é incluída na Câmara Sul

em prática as decisões estabelecidas nas pautas das Assembleias. Os nove indivíduos que compõem este órgão são democraticamente eleitos por cada uma das câmaras para um mandato de três anos. Abaixo do FSC IC se encontram todos os escritórios regionais e iniciativas nacionais do FSC pelo mundo, que por sua vez são responsáveis pela criação e implementação de *standards* regionais e/ou nacionais, credenciamento de determinadas certificadoras acreditadas pela ASI para o monitoramento dos processos de certificação.

Abaixo vemos os **escritórios regionais**, que são iniciativas colocadas para ajudar no estabelecimento de novas iniciativas nacionais. Veja por exemplo o escritório regional para a África, no momento que algum país resolver iniciar as conversas para estabelecer um código de certificação nacional, o escritório regional em conjunto com o FSC IC presta serviços de consultoria para o início das atividades desta suposta iniciativa.

Abaixo dos escritórios regionais se encontra uma **iniciativa nacional**. Vamos usar o exemplo **do Brasil** (ver figura 14).

Figura 14 – Configuração do FSC Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor

A iniciativa brasileira do FSC é bastante complexa, e tem como base a estrutura do FSC Internacional, assim, a instância máxima do FSC Brasil é uma Assembleia Geral, subdividida por Câmara Econômica, Social e Ambiental, que é presidida por um Conselho Diretor escolhido democraticamente, além disso, conta com um secretariado executivo e coordenadores técnicos para auxiliar as ações deliberadas pela Assembleia Geral.

Abaixo das iniciativas nacionais temos os **princípios e critérios específicos** daquela iniciativa, para os diferentes tipos de certificação: certificação de florestas, de produtores, de cadeia de custódia e de produtos.

Depois temos os diferentes **interessados** no processo de certificação, ou seja, os atores sociais membros do FSC: as **certificadoras**, que são contratadas pelos empreendimentos certificados para realizar a implementação e monitoramento de todos os princípios e critérios internacionais, regionais e nacionais dentro da certificação daquele empreendimento (gestão da floresta, plantação ou fábrica); **ONGs**, que participam nas câmaras sociais e ambientais (depende do intuito daquela organização em específico) defendendo os interesses sociais/ambientais), participam da definição de normas além de ajudarem no controle das operações certificadas por intermédio de pesquisas, críticas e/ou denúncias; **associações profissionais** contribuem no desenvolvimento e aplicação de normas e critérios dos diferentes tipos de atividades correlacionadas à certificação do FSC; **pesquisadores/acadêmicos**, que estudam diferentes fatores, sob diferentes disciplinas e paradigmas o processo de certificação FSC; **sindicatos**, que batalham para uma melhor condição de trabalho para os seus membros; e **empresas** florestais, empresas de celulose, empresas de embalagens, distribuidoras, varejistas, gráficas, que almejam certificar seus produtos para alcançarem vantagens competitivas em relação aos seus concorrentes com práticas e um posicionamento de imagem mais bem preparados para os desafios da modernidade.

A definição das normas, ou seja, dos Princípios e Critérios, além de seus aditivos, como por exemplo, a lista de produtos químicos proibidos e suas derrogações nacionais ocorrem por intermédio da Assembleia Geral dos membros do FSC. Suas deliberações são exercidas de maneira consensual e têm poder de lei sobre todo o sistema FSC. Nesta fase do processo de certificação foi identificada uma possível discrepância na organização institucional do FSC, que permite que as certificadoras sejam membros ativas do processo de definição de normas como

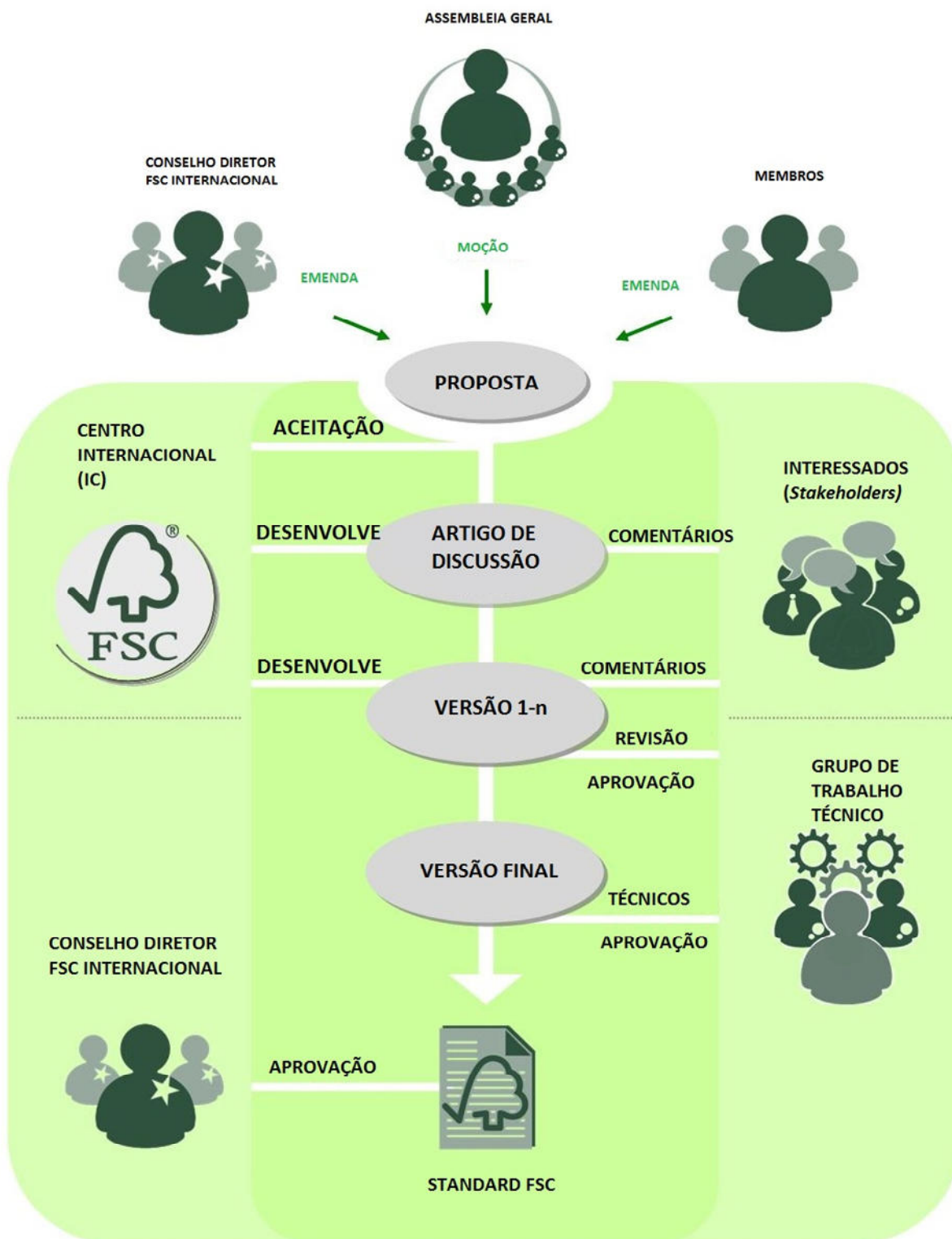
membros da Câmara Econômica (do norte ou do sul dependendo do caso). Esta inclusão das certificadoras como membros da organização FSC, com poder de voto e de propor novas regras, pode ser visto com ressalvas. Enquanto estas organizações são responsáveis pela implementação de todo o *standard* seu monitoramento e recertificação, elas também ajudam a decidir as normas. É possível arguir que com estas características este tipo de organização é mais poderosa do que outras organizações. Podem estimular as discussões em torno de novas proposições segundo os seus próprios interesses. O que poderia ser um *feedback* dos implementadores do certificado à própria lógica de funcionamento do certificado pode trabalhar contra o selo, facilitando o trabalho de monitoramento e auditoria por criar regulamentações que interessem apenas ao seus interesses e lucro, menosprezando a lógica por trás da certificação como um todo.

Um tipo de definição de norma que pode ser deliberado em Assembleia Geral é a moção, ou seja, uma proposta apresentada por um dos seus membros, ou pelo Conselho Diretor (ver figura 15).

Esta moção será discutida pelas Câmaras social, ambiental e econômica. A partir destas discussões preliminares emergem emendas ao texto originalmente proposto, gerando, por exemplo, uma proposta de alteração estatutária, ou uma complementação normativa. Esta proposta sendo aceita de maneira consensual pela Assembleia Geral segue ao FSC IC para desenvolver um artigo de discussão no qual serão ouvidas as diferentes partes interessadas e afetadas pela mudança proposta. Desta maneira cria-se a versão 1 do texto definitivo para a implementação da emenda/moção. Esta versão é preliminar e passa ainda pela revisão de um grupo de trabalho técnico constituído especificamente para este fim. Após a aprovação do texto definitivo pelo grupo técnico, temos a versão final da alteração proposta. Após a aprovação final do Conselho Diretor temos a incorporação desta proposta ao *standard* FSC.

Um exemplo prático de moções que podem ser apresentadas à Assembleia Geral, dizem respeito, por exemplo, à lista de produtos químicos proibidos para serem utilizados em florestas/plantações e suas derrogações, ou seja, a possibilidade da utilização de algum produto proibido sob determinadas condições em áreas geográficas específicas (Ver quadro 03).

Figura 15 - Modelo de trâmite para moção/emenda



Fonte: FSC, 2011.

Quadro 03 – Lista de substâncias proibidas e suas derrogações (em negrito)

Nome de base química para inclusão em lista do FSC de altamente perigosos (em inglês) proibidos para uso em florestas e plantações certificadas (FSC-GUI-30-001) e derrogações em vigência (em 09/2011) em algum standard nacional do FSC (FSC-GUI-30-001aV1-0).

Aldicarb; Aldrin; **Alpha-cypermethrin**; Aluminium phosphide; Amitrole; Atrazine; **Benomyl**; **Brodifacoum**; **Bromadiolone**; Carbosulfan; Carbaryl; Chlordane; Chlorothalonil; **Chlorpyrifos**; Cyfluthrin; **Cypermethrin**; **2,4-D, 2-ethylhexyl ester**; 2-(2,4-DP), dma salt (= dichlorprop, dma salt); DDT; **Deltamethrin**; Diazinon; **Dicamba, dma salt**; Dicofol; Dieldrin; Dienochlor; **Dichlorprop dimethylamine**; **Difethialone**; **Diflubenzuron**; Dimethoate; **Dinefacoum**; Diquat dibromide; Diuron; Endosulfan; Endrin; Epoxiconazole; Esfenvalerate; Ethion; **Fenitrothion**; **Fipronil**; Fluazifop-butyl; **Flufenoxuron**; Gamma-HCH, lindane; Heptachlor; Hexachlorobenzene; **Hexazinone**; Hydramethylnon; Isoxaben; **Lamba-cyhalothrin**; **Mancozeb**; Metam sodium; Methoxychlor; **Methylarsonic acid (monosodium methanearsenate, MSMA)**; Methylbromide; Mirex; Naled; Oryzalin; Oxydemeton-methyl, Metasystox; Oxyfluorfen; **Paraquat dichloride**; Parathion; Pendimethalin; Pentachlorophenol; **Permethrin**; Propaquizafop; **Propyzamide**; Quintozene; **Simazine**; **Sodium cyanide**; **Sodium fluoroacetate, 1080**; **Strychnine**; **Sulfluramid**; 2,4,5-T; Tebufenozide; **Terbutylazine**; Terbutryn; Thiodicarb; Toxaphene (Camphechlor); **Triadimenol**; Trifluralin; **Warfarin**; Zeta-cypermethrin; **Zinc phosphide**.

Fonte: Pesquisa do autor no website do FSC

É relevante ressaltar que existe uma lista de produtos químicos proibidos que são utilizados em alguns países, por serem considerados como imprescindíveis para o cultivo de determinadas espécies em determinado país. No caso específico do Brasil temos o produto químico sulfluramida que é proibido no mundo inteiro em unidades de manejo florestal certificadas pelo FSC, menos no Brasil, que segundo o lobby do principal produtor deste produto no Brasil (Mirex) é o único produto que realmente resolve o problema das formigas cortadeiras. Problema esse que países do hemisfério norte não têm, mas que não explica por que motivo este produto continua sendo proibido em países fronteiriços com o Brasil, como a Bolívia. Argumentamos que se trata de uma questão resultante de conluio entre a poderosa comitiva brasileira do FSC que tem poder para pedir uma derrogação deste nível em detrimento da fraca comitiva boliviana. Este produto continua permitido no Brasil até 2013, na Bolívia a sulfluramida não tem expectativa para voltar a ser utilizada em unidades de manejo certificadas.

5.3 GOVERNANÇA GLOBAL

O FSC objetiva ser uma organização que preserve os elementos morais e éticos pregados pelos grupos ambientalistas e sociais, enquanto comporta os interesses econômicos das grandes corporações. Ao mesmo tempo propõe uma estrutura de equilíbrio entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Nesta parte serão analisadas as duas instâncias de normatização e implementação de princípios criteriosos para a certificação ambiental. Primeiramente será analisada a Assembleia Geral e seus membros. Em segundo lugar serão analisados os diversos Conselhos Diretores das iniciativas nacionais do FSC no mundo inteiro.

5.3.1 Assembleia Geral

A *Assembleia Geral* tem uma estrutura de governança única que adequadamente dissolve os diversos interesses de maneira igualitária para o processo de criação de normas. Sendo uma associação participativa, o FSC está aberto para uma enorme variedade de organizações e indivíduos que representem interesses sociais, econômicos e ambientalistas. A *Câmara Social* inclui organizações sem fins lucrativos, organizações não governamentais, associações de indígenas, sindicatos, uniões trabalhistas, instituições técnico-profissionais, centros de pesquisa, acadêmicos e indivíduos que demonstrem comprometimento com uma atividade florestal socialmente benéfica. Isto significa que eles promovem o manejo floresta e acreditam que estão fornecendo ao mercado produtos de uma maneira que não infrinja os direitos de nenhum participante no processo. A *Câmara Ambiental* inclui organizações sem fins lucrativos, organizações não governamentais, instituições técnico-profissionais, centros de pesquisa, acadêmicos e indivíduos que têm um interesse ativo no manejo florestal ambientalmente viável e sustentável. E *last but not least*, a *Câmara Econômica* que inclui corporações e indivíduos com interesse comercial e econômico. Exemplos de membros incluem empregadores, órgão de certificação, associações comerciais e industriais (com ou sem fins lucrativos), atacadistas, varejistas, lojistas, associações de consumidores e

empresas de consultoria. Os membros devem demonstrar comprometimento em implementar os Princípios e Critérios do FSC em suas operações. A estrutura criada pelo FSC para a Assembleia Geral prevê que diferentes interesses sejam preservados. Uma análise superficial desta instância mostra uma estrutura de equilíbrio: três câmaras, equalizando os interesses sociais, econômicos e ambientalistas, que novamente é igualmente dividido entre Norte e Sul (ver tabela 02).

Tabela 02 – Igualdade entre interesses

	Câmara Econômica	Câmara Ambiental	Câmara Social
Total Membros do Sul	111	133	50
Total Membros do Norte	111	133	50

Fonte: Pesquisa do autor

No que diz respeito à qualidade dos membros existe uma incisiva e monumental diferença entre Norte e Sul: a participação de indivíduos e organizações que são membros das câmaras é completamente desigual. Enquanto 73% dos membros dos países desenvolvidos são companhias ou organizações, apenas 38 % dos membros dos países subdesenvolvidos são organizações. Em todas as câmaras, a participação individual dos membros do Sul contrasta com as participações organizacionais do Norte (Cf. tabela 03, tabela 04 e gráfico 02).

Tabela 03 – Os membros do Sul na Assembleia Geral

Membros do Sul	Câmara Econômica	Câmara Ambiental	Câmara Social
Indivíduos	63	91	30
Companhias/Organizações	48	42	20

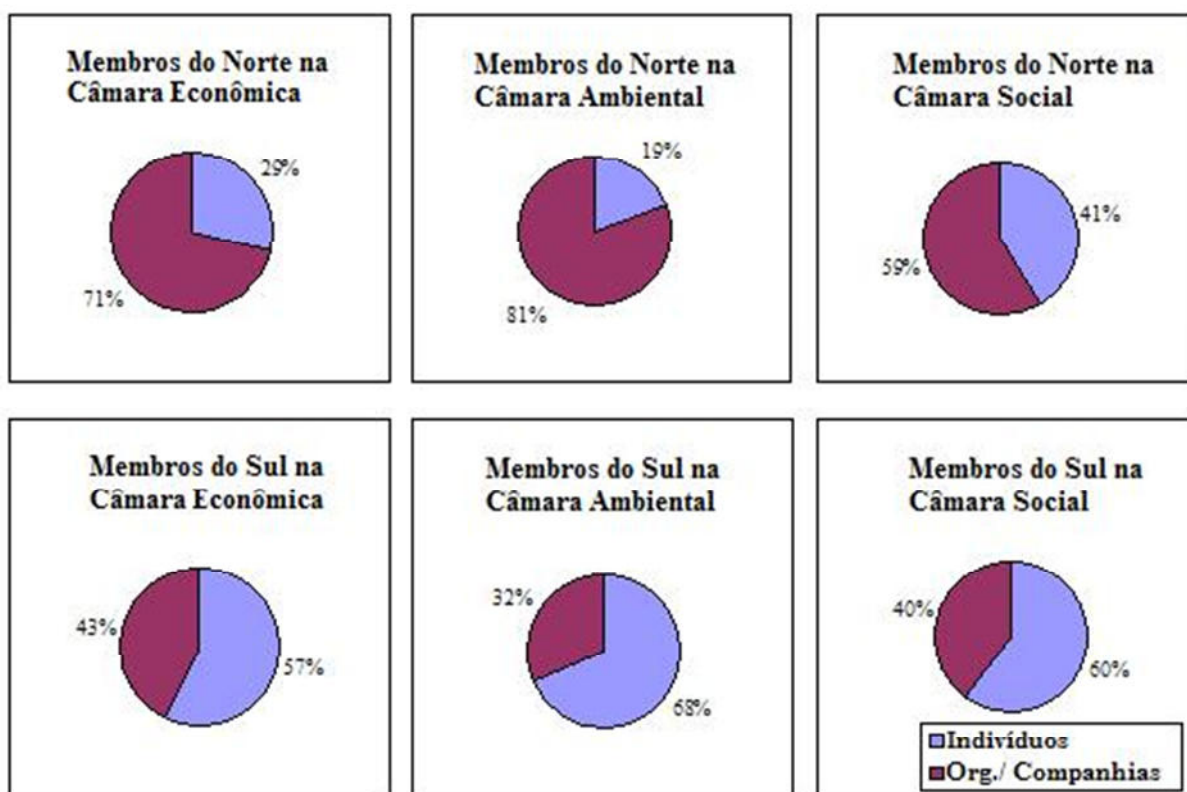
Fonte: Pesquisa do autor

Tabela 04 – Os membros do Norte na Assembleia Geral

Membros do Norte	Câmara Econômica	Câmara Ambiental	Câmara Social
Indivíduos	46	23	26
Companhias/Organizações	114	95	37

Fonte: Pesquisa do autor

Gráfico 02 - Contraste entre as participações de membros do Norte e do Sul



Fonte: Elaborado pelo autor

Estes dados evidenciam que os países desenvolvidos têm uma vantagem comparativa em relação aos países em desenvolvimento. Enquanto o Sul tem seus interesses representados por indivíduos, o Norte tem organizações como participantes nas Assembleias. Com isso, quanto o assunto é conflituoso, sem dúvida nenhuma, as opiniões emanadas pelas Câmaras Social, Econômica e Ambiental estarão sujeitas ao interesse das populações mais abastadas do mundo. Contrariando os princípios de igualdade em todos os tipos de interesse.

Desta forma, a influência dos países desenvolvidos tanto no que tange os mundos de vida de suas ONGs (as mais importantes de todo o processo de certificação FSC, como o WWF e o Greenpeace) como de todo o setor de silvicultura (visto que grande parte das vendas de produtos certificados é reservado aos países ricos) é visível. Assim, o poder dos mais fortes efetivamente interfere nos processos organizacionais do FSC, bem como nas estratégias e interpretações socioambientais de todos os atores inseridos nesta organização, pois mesmo tendo vislumbrado uma estrutura societária igualitária, nem todos os interesses estão sendo representados de maneira equitativa. Isto, sendo dúvida nenhuma, é um dado alarmante que merece uma atenção maior da instituição, visto que uma melhoria nas

participações do Sul poderia aumentar a legitimidade da organização perante a sociedade internacional, e sua capacidade de conciliar interesses divergentes.

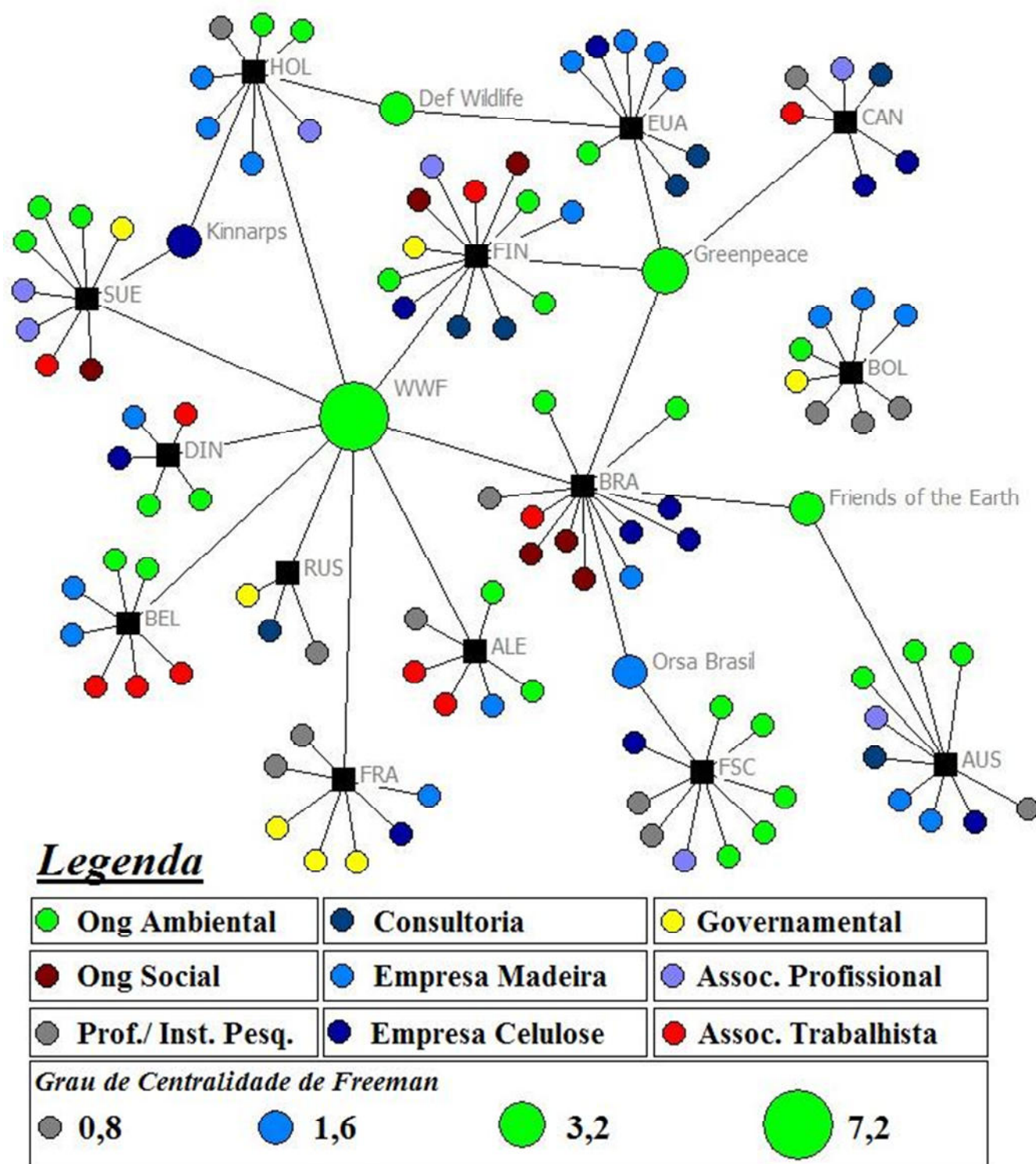
5.3.2 Conselho Diretor do FSC e das Iniciativas Nacionais

O FSC é formado por uma rede transnacional de iniciativas nacionais, também com suas estruturas de governança. No que se diz respeito ao outro órgão do FSC, o *Conselho Diretor*, que é quem acaba efetivamente decidindo acerca das políticas a serem seguidas, que tipo de estrutura de interesses consegue-se discernir? O organograma 02 é o resultado de uma análise de redes sociais, uma matriz de filiação (tipo II) conforme indicação de Minella (2007; 2011) foi desenvolvida a partir dos membros dos diversos Conselhos Diretores das iniciativas nacionais do FSC. Depois, por intermédio do UciNet 6 (Borgatti et al., 2002) e Netdraw (Borgatti, 2002), a matriz foi transformada em uma matriz quadrada para Análise¹⁷.

Por meio deste organograma, é possível perceber que os diferentes interesses – econômico, social e ambiental – estão bem representados em todos os Conselhos Diretores por todo o mundo. Entre os participantes dos diferentes *Conselhos Diretores* são: 30 ONGs ambientalistas; 6 ONGs sociais; 13 Institutos de Pesquisa / Professores; 7 Consultores / Consultorias; 7 indivíduos ligados ao governo; 7 Associações /Federações Profissionais; 10 Sindicatos / Associações Trabalhistas; 12 Empresas de Celulose e subprodutos; 20 Empresas Madeireiras.

¹⁷ As tabelas criadas para a realização desta visualização dessa rede não cabe no formato desta publicação por suas dimensões.

Organograma 02 - Conselhos Diretores e a atividade de seus membros



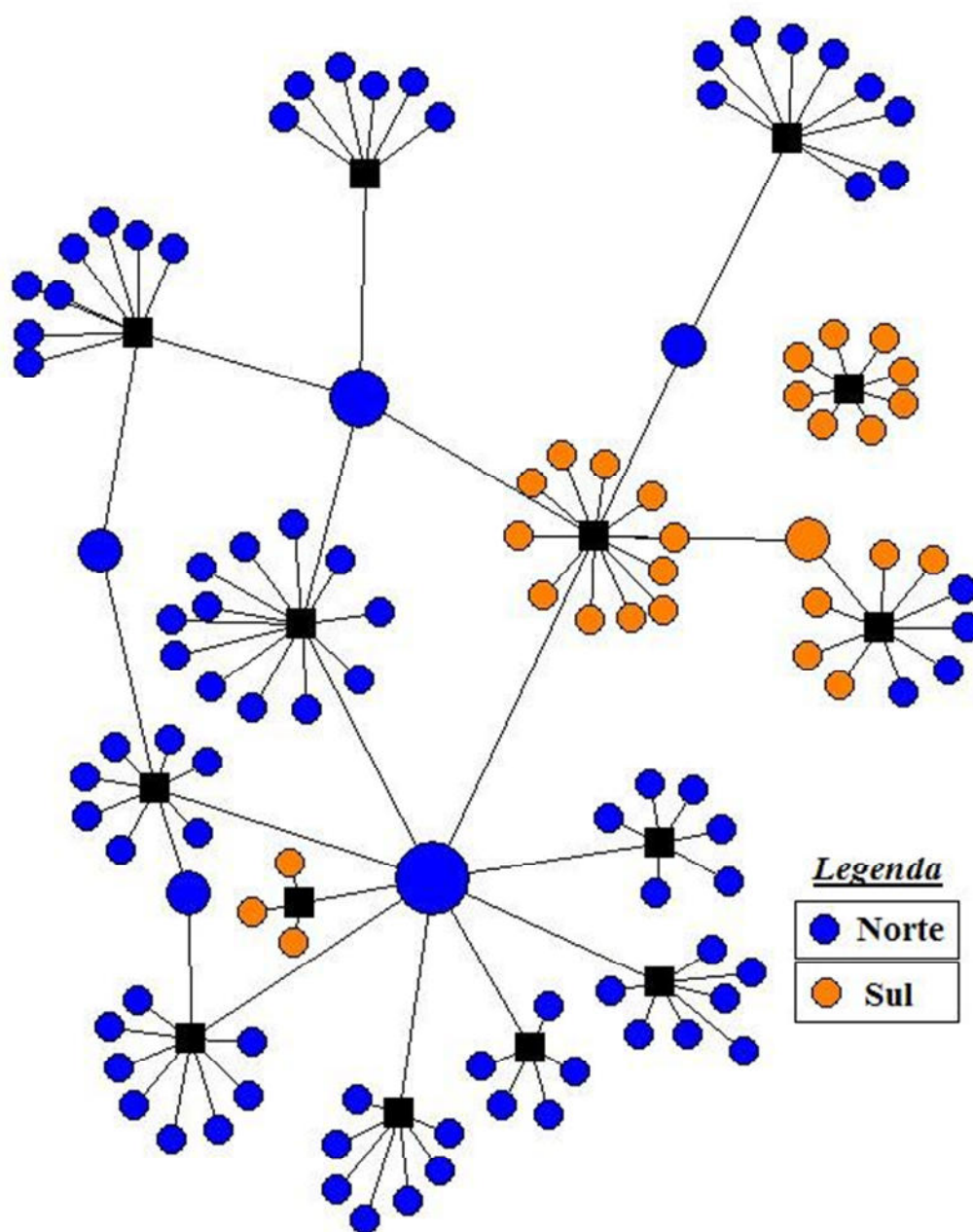
Fonte: Elaborado pelo autor

Outra constatação diz respeito ao grau de centralidade de algumas organizações em relação ao sistema de governança como um todo (grau de centralidade de Freeman): apenas 4 níveis de diferenciação foram comprovados –

0,8, 1,6, 3,2 e 7,2 – os interesses ambientais estão super-representados pela atuação do WWF nas iniciativas nacionais do Brasil, da Alemanha, da França, da Rússia, da Bélgica, da Dinamarca, da Suécia, da Holanda e da Finlândia; do Greenpeace nas iniciativas da Finlândia, dos Estados Unidos da América, do Canadá e do Brasil; a *Friends of the Earth* (FoE) participa da iniciativa australiana e da brasileira; enquanto a *Defenders of the Wildlife* está no Conselho Diretor da Holanda e dos Estados Unidos da América, os interesses sociais sub-representados, pois não ocorre em nenhum caso a múltipla participação nos diferentes Conselhos Diretores do mundo e os interesses econômicos estão sendo preservados, visto que a Orsa Brasil participa do Conselho Diretor do FSC Internacional e da iniciativa brasileira, enquanto a Kinnarps participa da iniciativa sueca e holandesa. Nesta figura também é possível analisar que na iniciativa boliviana não ocorre a existência de organizações que participem em algum outro Conselho Diretor do FSC pelo mundo.

A relação entre os componentes que participam dos diferentes *Conselhos Diretores* é muito desigual e reflete o mesmo tipo de problema encontrado na análise da *Assembleia Geral*, o organograma 03 mostra que o número de membros e das iniciativas nacionais do Sul é extremamente restrito, o que diverge dos objetivos fundamentais da organização. Pois estes dados demonstram que os países da OCDE têm uma proficuidade em relação aos países em vias de desenvolvimento.

Os dados obtidos através da análise da estrutura por trás deste modelo de certificação demonstram uma intrínseca supervalorização dos interesses dos países desenvolvidos em relação à periferia. Menosprezar os interesses dos países subdesenvolvidos vai absolutamente contra o objetivo primário desta organização que é o de conciliar interesses divergentes em torno de um modelo exemplar de certificação ambiental, para assim contribuir para o desenvolvimento sustentável de todos. Mesmo estabelecendo critérios rígidos para que nenhum tipo de interesse prevalecesse, os países periféricos têm sim seus interesses representados de maneira desigual: seja pela forma assumida de seus membros na *Assembleia Geral*; seja pela quantidade de membros em posição central na governança da organização em seus *Conselhos Diretores*.

Organograma 03 - Relação Norte/Sul dos membros dos Conselhos Diretores

Fonte: Elaborado pelo autor

Mesmo tendo vislumbrado uma estrutura societária igualitária, nem todos os interesses estão sendo representados de maneira equitativa. Isto, sendo dúvida nenhuma, é um dado alarmante que merece uma atenção maior da instituição, visto que uma melhoria nas participações do Sul poderia aumentar a legitimidade da organização perante a sociedade internacional, e sua capacidade de conciliar interesses divergentes.

No futuro, para que o objetivo de paridade institucional plena de interesses seja alcançado, vislumbramos uma tendência de que esta desigualdade seja objeto de discussões nas quais algum tipo de reformulação possa ser endereçada pelas esferas competentes. Uma organização que pretende auxiliar o desenvolvimento de técnicas de manejo florestal não pode deixar de lado as diferenças e interesses das populações mais afetadas e que mais necessitam de práticas adequadas de convívio entre florestas, empresas e populações locais – os povos do terceiro mundo que vive nas margens das florestas.

5.4 ACOMODANDO INTERESSES DIVERGENTES

Durante a trajetória da construção da certificação florestal do FSC muitas eram as posições divergentes entre os diferentes envolvidos no processo, principalmente no que tange o

conteúdo dos princípios e critérios e sua redação; [a] formas de equilibrar o poder político de todos os segmentos envolvidos (setores econômicos, social e ambiental [além da] representação hemisfério Norte e Sul, etc.); [e] ao tipo de florestas a serem incluídas (Faillace, 2005, p. 31).

Neste período houve muitas discussões, embates e negociações entre o setor econômico como um todo, entre ONGs ambientalistas e lideranças sociais de diferentes regiões do mundo. Eventualmente, foi acertado que o setor econômico pudesse participar nas instâncias de tomada de decisão, entretanto em menor número no Conselho Diretor do que os segmentos sociais e ambientais. Também foi acertado que a Assembleia Geral fosse desenhada sob uma lógica na qual existe uma representação por segmento (econômico, social e ambiental) e sub-região (norte e sul) e voto paritário. Assim

estabelecemos e aprovamos 10 princípios mundiais, o que eu comparo a uma constituição. Essas regras eram muito boas, mas sem especificidade suficiente para a realidade brasileira ou de qualquer outro país (Batmanian, 2005, p. 18).

Os Princípios e Critérios do FSC (ver anexo A) são o resultado das negociações dentro deste fórum que se chama Assembleia Geral que conseguiram ditar de maneira consensual como certificar um plano de manejo florestal sustentável (grifo do autor):

Princípio 1: Obediência às Leis e aos Princípios do FSC - O manejo florestal **deve respeitar todas a leis aplicáveis** ao país aonde opera, os tratados internacionais e acordos assinados por este país, e obedecer a todos os Princípios e Critérios do FSC.

Princípio 2: Responsabilidades e direitos de posse e uso da terra - **Os direitos de posse e uso** de longo prazo relativos à terra e aos recursos florestais **devem ser claramente definidos**, documentados e legalmente estabelecidos.

Princípio 3: Direitos dos Povos Indígenas - **Os direitos legais** e costumeiros **dos povos indígenas** de possuir, usar e manejar suas terras, territórios e recursos **devem ser reconhecidos e respeitados**.

Princípio 4: Relações Comunitárias e Direitos dos Trabalhadores - As atividades de manejo florestal **devem manter ou ampliar o bem estar** econômico e social de longo prazo dos trabalhadores florestais e das comunidades locais.

Princípio 5: Benefícios da Floresta - As operações de manejo florestal **devem incentivar o uso eficiente dos múltiplos produtos e serviços** da floresta para assegurar a viabilidade econômica e uma grande gama de benefícios ambientais e sociais.

Princípio 6: Impacto Ambiental - O manejo florestal **deve conservar a diversidade ecológica** e seus valores associados, os recursos hídricos, os solos, e os ecossistemas e paisagens frágeis e singulares, e ao assim atuar, **manter as funções ecológicas e a integridade da floresta**.

Princípio 7: Plano de Manejo - **Um plano de manejo** - apropriado à escala e intensidade das operações propostas - **deve ser** escrito, implementado e atualizado. Os objetivos de longo prazo do manejo florestal e os meios para atingi-los devem ser **claramente definidos**.

Princípio 8: Monitoramento e Avaliação - **O monitoramento deve ser** conduzido - **apropriado** à escala e à intensidade do manejo florestal - para que sejam avaliados a condição da floresta, o rendimento dos produtos florestais, a cadeia de custódia, as atividades de manejo e seus impactos ambientais e sociais.

Princípio 9: **Manutenção de florestas de alto valor de conservação** - As atividades em manejo de florestas de alto valor de conservação **devem manter ou ampliar os atributos** que definem estas florestas. Decisões relacionadas às florestas de alto valor de conservação devem sempre ser consideradas no contexto de uma abordagem precatória.

Princípio 10: Plantações - **As plantações devem** ser planejadas e manejadas de acordo com os Princípios e Critérios de 1 a 9 e o Princípio 10 e seus Critérios. Considerando que as plantações podem proporcionar um leque de benefícios sociais e econômicos, e contribuir para satisfazer as necessidades globais por produtos florestais, recomenda-se que elas **complementem o manejo, reduzam as pressões, e promovam a restauração e conservação das florestas naturais.**

De maneira concisa é possível dizer que idealmente qualquer operação certificada pelo FSC deve se utilizar de um plano de manejo e monitoramento que: deve respeitar todas as leis aplicáveis; os direitos de posse e uso da terra devem ser claramente definidos; os direitos legais dos povos indígenas devem ser reconhecidos e respeitados; assegure o bem estar dos trabalhadores florestais e das comunidades locais; provenha o uso eficiente dos múltiplos produtos e serviços da floresta; conserve a biodiversidade ecológica; mantenha as florestas de alto valor de conservação sob uma abordagem de precaução e; as plantações complementem o manejo das florestas naturais.

Estes princípios foram criados com a acomodação dos interesses dos mais diversos atores que em anos de discussões, negociações e conflitos estabeleceram um denominador comum entre diferentes interesses envolvidos (Cf. quadro 04).

Quadro 04 – Elementos envolvidos no *standard* FSC

ELEMENTOS SOCIAIS		ELEMENTOS ECONÔMICOS		ELEMENTOS AMBIENTAIS	
os direitos legais dos povos indígenas devem ser reconhecidos e respeitados	um plano de manejo e monitoramento	plantações complementem o manejo das florestas naturais	um plano de manejo e monitoramento	mantenha as florestas de alto valor de conservação sob uma abordagem precautória	
assegure o bem estar dos trabalhadores florestais e das comunidades locais	deve respeitar todas as leis aplicáveis		deve respeitar todas as leis aplicáveis		
	os direitos de posse e uso da terra devem ser claramente definidos		provenha o uso eficiente dos múltiplos produtos e serviços da floresta; conserve a biodiversidade ecológica		

Fonte: Elaborado pelo autor

Desta forma, existem princípios que denotam preocupações de cunho mais sociais, como no caso dos Princípios 3 (direito dos povos indígenas) e 4 (relações comunitárias e direito dos trabalhadores) que abarcam questões envolvendo trabalhadores, comunidades e indígenas além da problemática fundiária; também é possível falar que a divisão entre os Princípios 5 (benefícios da floresta), 6 (impacto ambiental), 9 (manutenção de florestas de alto valor de conservação) e 10 (Plantações), ou seja, entre Floresta e Plantação, é motivo de disputa de interesses e conflitos entre diferentes lógicas, que se acomodaram em um sistema dual. Os interesses ambientais foram acomodados com o Princípio referente a maneira precatória que florestas devem ser manejadas, ao mesmo tempo que se aprova um Princípio relativo à plantações, acomodando os interesses dos agentes econômicos e suas plantações e cultivos em escala industrial e teve como premissa a vontade de se estabelecer um sistema que fosse o mais inclusivo possível, trazendo práticas responsáveis para todo o setor de silvicultura ao mesmo tempo em que gerasse uma oferta substancial de produtos florestais certificados.

5.4.1 Conflitos na construção do *standard* global do FSC

Talvez a discussão que represente o mais antigo, disseminado e delicado conflito na construção da certificação florestal do *standard* FSC se relacione ao escopo da certificação que deve ser limitado às florestas naturais ou se é permitida a certificação de plantações de espécies exóticas como o pinus e o eucalipto. Para o certificado FSC plantações são consideradas objeto de certificação de manejo florestal, e tem um capítulo específico para a sua utilização. Qualquer plantação que após 1994 não seja resultado de conversão de floresta natural (nativa) para plantações de espécies exóticas pode ser certificada. Obviamente esta certificação levará em conta a preservação de área nativa e de um plano de manejo e gestão ambiental pelo menos igual ao de uma floresta de alto valor de conservação.

Para as grandes empresas do setor de silvicultura no Brasil as plantações industriais certificadas de pinus e eucalipto são consideradas como “culturas

agrícolas como qualquer outra cultura [...] que são produzidas no país e que geram riqueza” (Namikawa¹⁸, 2011). Além disso,

[n]o Brasil, ainda não reconhecemos o valor das florestas plantadas. Mas acreditamos que, à medida que a conscientização da sociedade aumentar, as florestas, inclusive as plantadas, serão muito valorizadas pelo papel fundamental que exercem para as comunidades (Poernbache, 2005, p. 61).

Esta lógica é embasada pelo pensamento de que o cultivo de *p. ex. pinus* por uma grande empresa fornecedora de celulose e seus derivados como papel, papelão e outros materiais para embalagens localizada no Sul do Brasil seria favorável ao desenvolvimento da comunidade em que se encontra localizada através da geração de emprego e conseqüentemente de renda. Além disso, o fato desta operação ser certificada faz com que as condições sociais e ambientais do empreendimento serão auditadas por processos externos mais rigorosos do que o próprio poder público é capaz de empregar, assegurando assim benefícios reais ao trabalhador daquela empresa, ao mesmo tempo em que garanta o respeito ao meio ambiente pela proteção permanente de florestas nativas e/ou a recuperação de áreas florestais historicamente degradadas, melhorando a qualidade de vida da comunidade em geral.

Além do que, no que diz respeito ao papel e celulose brasileiro, 100% das fibras virgens são provenientes de plantações. Assim, “[u]sar papel de fibra virgem não derruba árvore nativa” (Siqueira Junior, 2005, p. 48) Desta maneira,

os apelos precisam ser bem direcionados, esclarecidos. E há muito apelo distorcido. Não é porque um produto é artesanal, *comunitário* ou proveniente de floresta plantada que ele é bom. Há plantações com manejo tão ruim ou pior do que muitas áreas nativas não-certificadas. Há *produtos artesanais* frutos de roubo, devastação florestal e exploração infantil (Siqueira Junior, 2005, p. 48).

Para empresas florestais europeias e norte-americanas a competição entre plantações de espécies exóticas como o pinus e o eucalipto no Brasil que se colhe em 6 anos é considerada injusta visto que suas plantações de florestas de pinus e de eucalipto demoram até 70 anos para serem colhidas, assim os envolvidos da certificação do FSC destas regiões boreais querem estabelecer critérios cada vez mais restritivos para as plantações nos países em desenvolvimento (do dito sul). Para Namikawa (2011) “isso faz com que a gente tenha muito mais dificuldade de se certificar, e se a gente não tiver o certificado a gente não consegue vender o produto, então é uma barreira comercial”. Isso ocorre para Siqueira Junior, pois as

¹⁸ Coordenadora de Pesquisa e Desenvolvimento, Qualidade e Ambiência Florestal da Klabin.

vantagens das regiões tropicais para o estabelecimento de plantações são enorme em relação ao hemisfério norte, assim

a guerra corporativista *Norte versus Sul* está declarada nesse sentido. (...) E os interesses por trás dessas discussões (investimentos, disputa por mercados, qualidade do produto, competitividade, criação e garantia de empregos) são muito maiores do que se imagina (2005, p. 49).

A competitividade das plantações no Brasil é sim o objeto de questionamento das empresas europeias. É possível arguir que a introdução de elementos restritivos à certificação florestal de plantações, por intermédio de *p. ex.* limitações à introdução de espécies não endêmicas poderia restringir de maneira substancial o volume de produtos florestais produzidos no país, aumentando a competitividade dos produtos florestais oriundos de biomas boreais em detrimento de biomas (sub)tropicais.

Para alguns movimentos ambientalistas as plantações de pinus e de eucalipto, por mais que para as empresas certificadas que utilizam estas espécies seja imposto um rígido plano de implementação de medidas de controle e recuperação para evitar que ocorra a colonização de áreas de conservação, como reserva legal e áreas de preservação permanente, além de restaurar as áreas que já tenham sido invadidas, são consideradas como monoculturas de espécies exóticas que tendem a empobrecer ecossistemas nativos, visto que estas espécies têm “características agressivas de regeneração e podem levar a impactos ambientais, como a colonização de áreas naturais” e, portanto, não deveriam existir. Assim, algumas organizações historicamente ligadas ao FSC acabaram se afastando da organização por entender que os rumos que o *standard* tem seguido não colaboram efetivamente ao propósito de proteger o meio ambiente através de um manejo eficiente das florestas. Para a organização alemã Robin Wood, que participou como membro ativo do FSC Internacional por mais de 12 anos, o afastamento oficial do apoio ao FSC (decidido em encontro realizado em 24 de janeiro de 2009) ocorrerá enquanto o esquema de certificação florestal se mantiver com a política de certificar plantações como práticas de gestão e manejo responsáveis. Para esta ONG alemã a principal razão para abandonar a organização se dá a partir da recorrente política do *standard* em certificar grandes plantações em larga escala. Em seu entendimento o selo FSC foi dado a numerosas monoculturas industriais em países como o Brasil, o Uruguai e a África do Sul, e estas práticas não podem ser manejadas de maneira ecologicamente compatível e tampouco de modo socialmente justa. Para a Robin

Wood isto ocorreu dado o crescimento e aumento da importância global do FSC, o que fez com que o processo de tomada de decisão em questões críticas como o caso da possibilidade em se certificar plantações se tornaram cada vez mais complexos e ficaram muito difíceis de serem coordenados de maneira satisfatória, responsável e com credibilidade para conciliar seus interesses com o *standard*.

Neste mesmo entendimento segue a questão do princípio 9, acerca da manutenção de florestas de alto valor de conservação que, para Siqueira Junior (2005, p. 49), “ainda admite subjetividade, por ter uma definição ampla” visto que nem sempre concorda-se “quanto à classificação de determinada área, ou seja, quanto ao alto valor de conservação, que embora signifique que a área pode ser manejada, exige cuidados adicionais”. Esta suposta subjetividade no que diz respeito à viabilidade de se estabelecer um sistema que efetivamente venha a proteger as florestas concomitantemente às comunidades fez com que organizações resolvessem abandonar o FSC por divergências intrínsecas à condução da construção do *standard*. Desta forma, tanto a organização sueca Sociedade Sueca para a Conservação Natural (SSNC) como a FoE da Inglaterra, Gales e Irlanda do Norte abandonaram o apoio oficial ao sistema FSC por acreditarem e terem uma forte convicção de que o *standard* FSC e sua implementação não conseguem garantir um nível ambiental e social satisfatório. Para estas organizações existem inúmeras atividades que desrespeitam tanto as legislações nacionais como os *standard* internacional e nacional do FSC. Assim, o sistema FSC deveria ser mais blindado contra indícios de auditorias e monitoramentos fraudulentos e que muitas práticas notavelmente danosas ao planeta são legitimadas pelo FSC como um hipotético *greewashing*. A SSNC tentou fazer passar algumas moções dentro do FSC Suécia para investigar de maneira mais rigorosa as atividades suspeitas de irregularidades, entretanto foram apenas parcialmente aceitas e assim em Assembleia Geral foi decidido retirar o apoio ao FSC. Para a FoE da Inglaterra, Gales e Irlanda do Norte o “FSC não é recomendado” pois “existem um grande número de certificações que estão gerando controvérsias e ameaçando a credibilidade do esquema de certificação”. A grande expectativa de alguns grupos ambientalistas por trás do suporte ao FSC devido as suas características de equilíbrio entre questões sociais, ambientais e econômicas está sendo cada vez mais desapontado por certificações de grandes plantações industriais por todo o

mundo principalmente como algumas dessas operações têm sido questionadas acerca de sua lisura.

Para acomodar estes interesses divergentes desde o início da certificação florestal, foi estabelecida a data limite de 1994 como prazo para possibilitar a certificação de projetos nos quais o ecossistema primário tivesse sido substituído por plantações florestais com fins econômicos. A partir desta data ficou estabelecida que fosse proibido certificar plantações em áreas de conversão florestal (atualmente existe uma discussão em que se mudaria este prazo para ampliar a possibilidade da certificação e do subsequente manejo de florestas convertidas em plantações após 1994).

Outra questão complexa discutida, em 2011, na Assembleia Geral do FSC ocorrida na Malásia, com duas moções apresentadas, diz respeito ao fato do FSC começar a debater a possibilidade de fornecer selos verdes de créditos de carbono vinculados ao processo de certificação de manejo florestal e de cadeia de custódia tradicionais. Para a organização inglesa FERN, este procedimento não pode causar algum tipo de benefício para as florestas do mundo, na verdade esta vinculação esvazia a possibilidade da criação de um tratado multilateral que trate as florestas mundiais com um instrumento coeso de manutenção e ampliação da cobertura vegetal natural. Esta possibilidade fez com que a organização (FERN) abandonasse o FSC e retirasse seu suporte oficial ao processo desempenhado por este *standard* (cf. anexo B), mesmo que a ideia que prevalecesse na Assembleia tenha sido de que o FSC não crie mais um mecanismo que amarre créditos de carbono à certificação, pois estes créditos de carbono já têm mecanismos próprios de controle e monitoramento.

Como vimos, o processo de construção dos *standards* do FSC esteve ligado aos diferentes interesses que se acomodaram e que continuam se acomodando em uma arena de negociações que foi institucionalizada de maneira supostamente paritária. Também vimos que esta paridade é ilusória visto que as organizações ambientais dos países desenvolvidos têm uma posição central nos diferentes Conselhos Diretores das diferentes iniciativas nacionais do FSC pelo mundo, e assim detêm uma capacidade de inserir suas demandas de maneira mais efetiva à lógica de todo o sistema de certificação. Vimos também que opiniões divergentes acerca da possibilidade da utilização e subsequente certificação de plantações, da possibilidade do fornecimento de créditos de carbono

concomitantemente à tradicional certificação de operações florestais, além da utilização de espécies exóticas em frágeis ecossistemas faz dos *standards* FSC um processo em vias de estabilização.

6 A IMPLEMENTAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO FLORESTAL DO FSC *IN-THE-MAKING*

O processo de implementação do certificado FSC tem como objetivo maior assegurar que as florestas/plantações certificadas obedçam aos Princípios e Critérios do FSC e qualquer *standard* regional ou nacional que também seja aplicável.

6.1 TIPOS DE CERTIFICAÇÃO

Para que os ideais concebidos em Assembleia Geral sejam efetivamente implementados foram criados diferentes tipos de certificados por operações empresariais e por produtos. Desta maneira, o certificado FSC emitido pelas certificadoras é outorgado ao (1) manejo florestal (de florestas de alto valor de conservação ou plantações); e (2) à cadeia de custódia.

A certificação que pode ser obtida para o manejo florestal tem como objetivo assegurar que empreendimentos florestais estejam extraíndo os recursos florestais de maneira correta e segundo os padrões mínimos exigidos pelo *standard* FSC no que diz respeito a questões sociais, ambientais e econômicas. Empresas florestais (de produtos madeireiros ou não madeireiros que se utilizam de florestas naturais ou de plantações) podem solicitar a certificação de suas unidades de manejo florestais de maneira individual ou coletiva. Nesse processo de certificação, uma equipe de auditores vinculados à certificadora escolhida para realizar o processo de certificação FSC presta serviços de avaliação, no qual serão indicados que tipos de ações corretivas devem ser implementadas para que o empreendimento possa ser certificado (ou possa manter a certificação) segundo as regras do FSC. Uma vez emitido, este certificado é válido por cinco anos, com monitoramentos anuais. Após este período, a unidade de manejo florestal pode almejar a recertificação, tendo suas operações novamente amplamente auditadas.

O segundo tipo de certificado que pode ser obtido por empreendimentos do setor florestal é a certificação de cadeia de custódia, que avalia a cadeia de

produção de produtos. Ou seja, se o produto comercializado ao consumidor final foi beneficiado, por seus fabricantes, processadores, atacadistas e varejistas, com matérias primas oriundas de operações de manejo florestais certificadas pelo FSC. Desta maneira, há um controle de procedência da matéria prima, da maneira com que foi manuseada além de permitir a rastreabilidade das matérias primas florestais que foram utilizadas em todas as etapas da produção até o consumidor final. Este tipo de certificado permite o uso do selo FSC em produtos, garantindo o cumprimento das exigências de padrões sociais, ambientais e econômicos do *standard* FSC. Este tipo de certificação pode ser obtido por qualquer empresa que produza, beneficie ou comercialize qualquer tipo de produto florestal de origem oriunda da certificação FSC. Bons exemplos de empresas que podem obter a certificação de cadeia de custódia são indústrias de papel e celulose, de embalagens, marcenarias, indústrias moveleiras, artesãos, cosméticos, construtoras, exportadores, distribuidores, cooperativas, gráficas, e qualquer outro ramo que se utilize de produtos certificados. Como a certificação de manejo florestal a certificação de cadeia de custódia é válida por cinco anos, com monitoramentos anuais e a possibilidade da recertificação após este período, novamente com uma exaustiva análise dos processos desta cadeia de produção.

No que diz respeito aos tipos de selos encontrados em produtos florestais FSC existem atualmente três modalidades que dependem da (não) adição de outras matérias primas não certificadas FSC ao produto final: (1) o selo FSC 100%; (2) FSC Fontes Mistas ou FSC Misto; e (3) FSC Reciclado (*cf.* figura 16).

O selo FSC 100% garante que a totalidade da matéria prima florestal utilizada para a fabricação daquele produto é proveniente de fontes certificadas pelo FSC, ou seja, monitoradas e avaliadas por uma equipe de profissionais incumbidos especificamente de garantir a conformidade de todas as etapas da produção (desde a floresta até o consumidor final) com as normas do FSC.

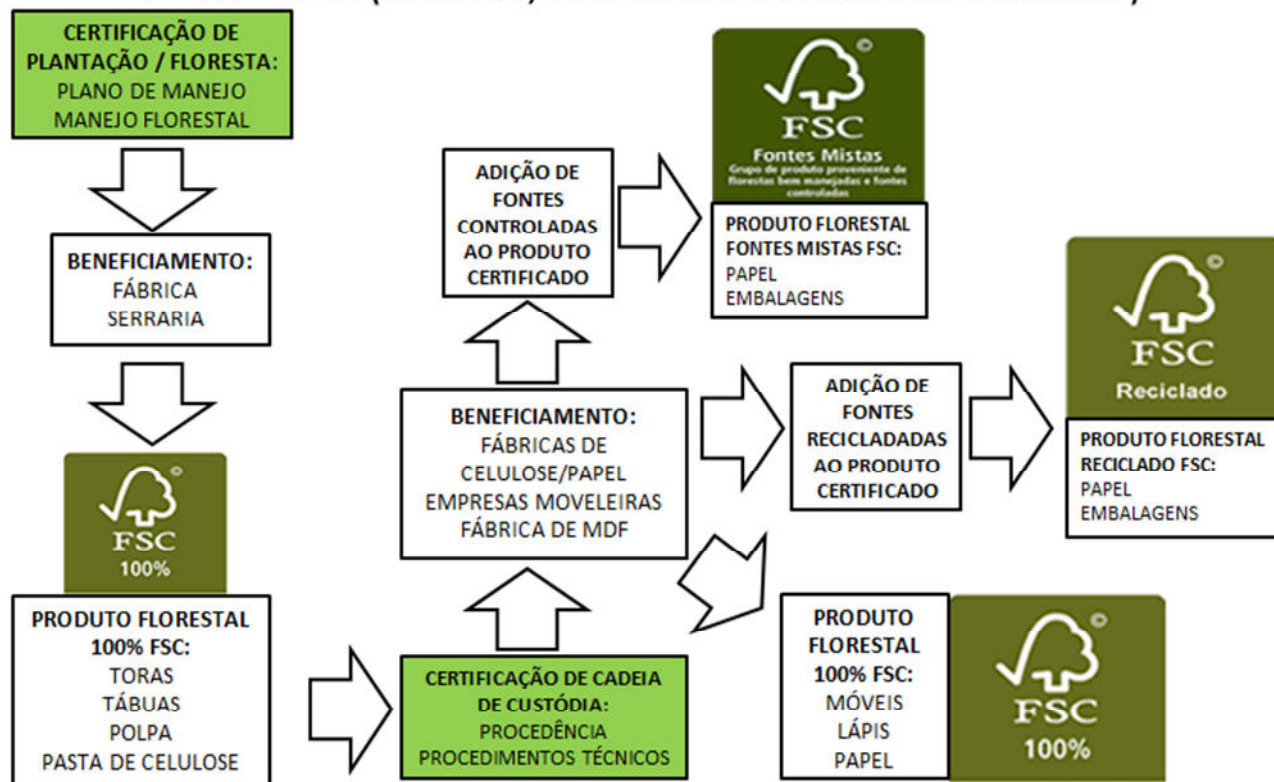
Já o selo FSC Fontes Mistas garante que a maior parte da matéria prima é originária de operações florestais certificadas pela certificação de plantações e florestas FSC. Outra parte de matéria prima não certificada (atualmente este índice não pode passar de 30%) é adicionada ao produto certificado, gerando um selo de indicação ao consumidor final FSC Misto, que garante que a parte da matéria prima utilizada para a fabricação daquele produto é certificada pelo FSC e parte é controlada. Esta parte de matéria prima controlada não garante a plenitude das

exigências impostas pela certificação FSC, apenas garante o cumprimento das exigências legais de determinado local, ou seja, mesmo que este produto florestal não seja em sua totalidade certificado pelo FSC é garantido que nenhuma matéria prima ilegal está sendo utilizada.

O último selo que foi criado pelo sistema FSC é o selo FSC Reciclado, que funciona de maneira bem parecida com o selo FSC Misto, no qual parte da matéria prima utilizada no processo fabril de determinado produto florestal é procedente de operações de manejo florestal certificadas pelo FSC e no lugar de se utilizar de matéria prima controlada (como no caso acima) é adicionado ao produto florestal matérias primas recicladas, o que gera a indicação para o consumidor final de que aquele produto se utiliza em partes de material florestal certificado FSC e em parte de material reciclado, por exemplo, madeira de demolição, ou papel reciclado.

Figura 16 – Tipos de certificações do FSC por operações e por produtos

TIPOS DE CERTIFICAÇÕES POR OPERAÇÕES (FLORESTAS E CADEIA DE CUSTÓDIA) E POR PRODUTOS (100% FSC, FONTES MISTAS FSC E FSC RECICLADO)



Fonte: Elaborado pelo autor

A nosso ver não há dúvidas de que toda operação certificada deveria utilizar o selo 100%, mas como o processo de certificação FSC vem sendo construído e lentamente consolidado como uma prática florestal benéfica, como é que os fabricantes de produtos teriam a possibilidade de aos poucos irem aumentando a sua quantidade de fontes certificadas para chegar ao percentual para ele ter o selo? Foram criadas diversas oportunidades na certificação de cadeia de custódia para que o processo de certificação fosse sendo reconhecido e adotado aos poucos. Se o selo compreendesse apenas a modalidade 100% sua utilização seria, de início, muito restrito, ou seja, muito poucos produtos estariam disponíveis com o selo verde do FSC. Isto era visto como prejudicial para a expansão e reconhecimento do esquema como um todo. Assim, foi decidida a utilização de um selo que não radicalizasse completamente as práticas empresariais existentes, deste modo a inclusão de fontes certificadas ao produto final vem sendo aumentada gradualmente. No início a exigência de madeira certificada para a obtenção do selo FSC Misto era de 10%, depois este percentual foi aumentando até 70%.

Para Namikawa (2011) este é um processo de desenvolvimento que é intrínseco à proposta do FSC de melhorar as práticas do mercado de maneira não restritiva. Como, por exemplo, com a questão da madeira controlada, que é um produto que não tem a certificação, mas que tem alguns discernimentos para ser aceita como “fonte controlada”, como não ter sido colhida, ou não ter sido manejada de uma área que tem trabalho escravo, ou trabalho infantil. Desta forma, aquilo que não tinha critério nenhum passou a ter algum critério: madeira controlada. Algumas pessoas na Assembleia Geral de 2011 questionaram a utilização destas fontes controladas. Para elas era necessário acabar com esse negócio de madeira controlada para virar tudo FSC 100%, mas quais são os mecanismos que serão adotados para que aos poucos essa madeira controlada passe a ser madeira certificada? O primeiro ponto necessário é que o processo de certificação FSC seja facilitado para que pequenos produtores possam, também, aderir à certificação, porque, hoje, por causa do custo, por causa da necessidade de adequação exigida pelo FSC. O pequeno produtor não consegue se certificar com a mesma facilidade de um grande. Então é preciso criar um mecanismo para facilitar isso e aí esses pequenos produtores passarem de madeira controlada, para o mecanismo de madeira certificada, mas tem que haver uma progressão, mas deverá chegar um momento em que todo o esquema de certificação seja baseado em fontes

certificadas 100% e em fontes recicladas. Desta forma aumenta-se a demanda de madeira certificada de uma maneira mais sustentada.

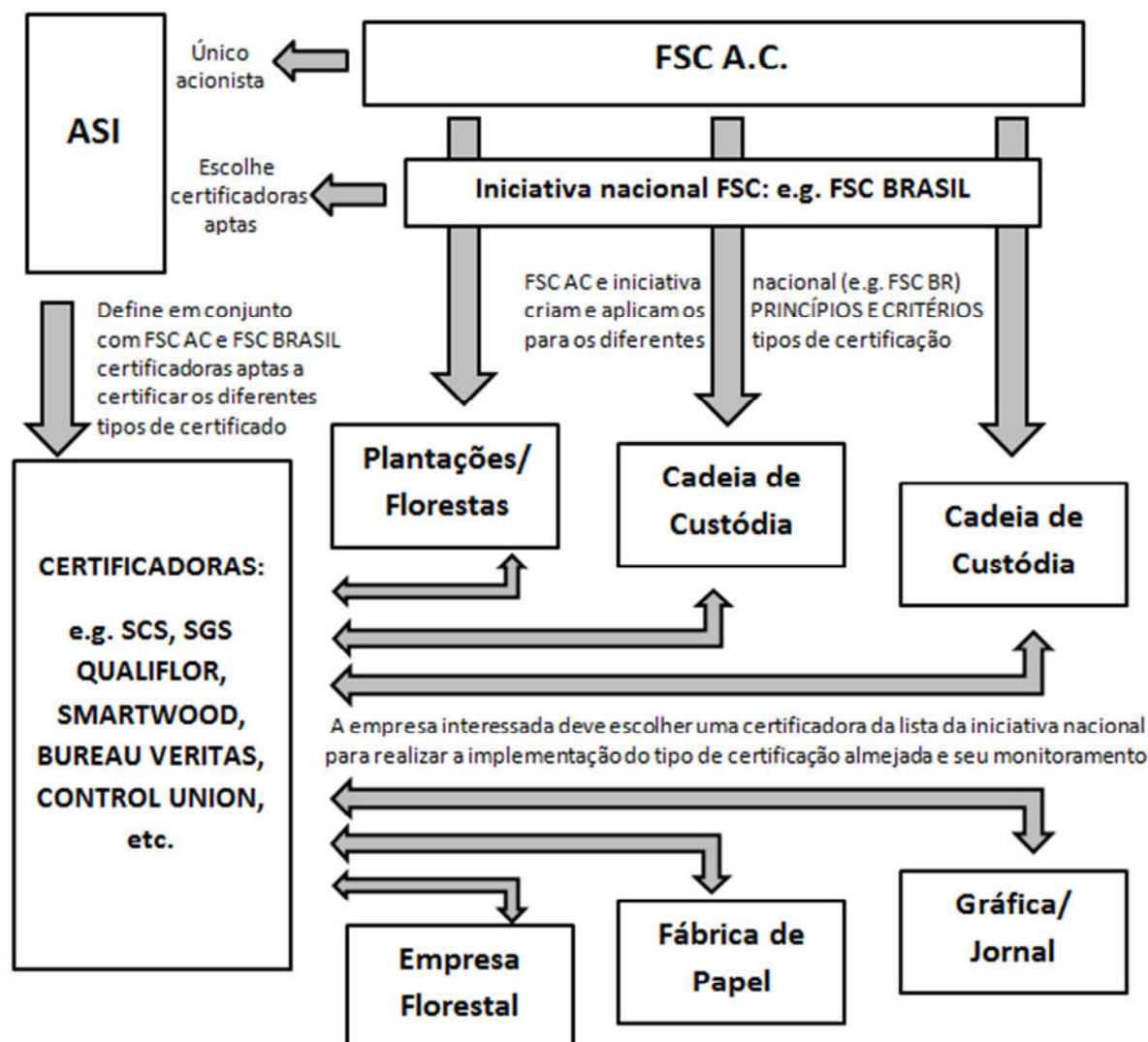
6.2 IMPLEMENTAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO FSC: CENTRALIDADE DAS CERTIFICADORAS

A implementação dos dois tipos de certificação (manejo florestal e cadeia de custódia) além da emissão de selos para os produtos em que o consumidor possa identificar as fontes utilizadas em seu processo fabril (FSC 100%, FSC Misto e FSC Reciclado) é conduzida por uma certificadora credenciada pelo FSC para auditar, monitorar e recertificar os empreendimentos certificados pelo FSC. Os custos da certificação recaem sobre a empresa florestal interessada. Desta maneira é possível afirmar que o FSC não certifica florestas tampouco plantações, entretanto certifica certificadoras, que por sua vez certificam florestas/plantações e cadeias de custódia para os produtos oriundos destas operações.

Embora o sistema FSC preconize critérios gerais como respeito aos princípios e critérios e de toda legislação aplicável, independência de governos ou da influência do setor florestal, monitoramento adequado, seus procedimentos de credenciamento geravam desconfiança ao sistema devido à falta de transparência, pois este credenciamento parecia arbitrário e variava segundo casos individuais. Desta maneira, um grande esforço foi colocado na criação da ASI, standardizando o processo de credenciamento de certificadoras, não só no FSC, mas em outros *standards* emergentes. Assim, delega-se o credenciamento das certificadoras a esta autoridade privada criada especificamente para este fim (ver figura 17).

Desta forma o FSC, que é o único acionista da ASI, criou esta autoridade privada para criar regras para a escolha e utilização de certificadoras aptas a desenvolver a implementação dos *standards* FSC pelo mundo. Das iniciativas nacionais é esperado que certificadoras aptas a certificar dentro de sua área de abrangência sejam escolhidas a partir da lista elaborada pela ASI. Estas certificadoras por sua vez estarão em uma lista produzida pela iniciativa nacional para serem contratadas por empresas que almejem a certificação de suas operações de manejo florestal e/ou de cadeia de custódia.

Figura 17 – Credenciamento e implementação da certificação FSC



Fonte: Elaborado pelo autor

Das certificadoras é esperado que mantenham completa transparência e abertura ao escrutínio do FSC, por intermédio de sua credenciadora oficial, a ASI, e seu credenciamento é sujeito a avaliações para o renovação da licença para operar, a cada cinco anos. Ou seja, o papel-chave das certificadoras é de assegurar que a certificação ocorra da maneira mais ética e transparente possível, sob risco de ter sua licença para operação revogada pela ASI.

Tendo em vista que o objetivo final da certificação florestal provida pelo FSC é significativamente baseado na colocação do selo FSC em produtos para o consumidor final, as companhias pretendentes à certificação de seus produtos devem obrigatoriamente alcançar a certificação da cadeia de custódia desde a produção primária até o comércio varejista. Conceitualmente, este processo requer

que qualquer produto florestal possa ter a sua origem rastreada até determinada floresta ou plantação certificada, passando por produtores que somente utilizem matéria prima certificada e por intermediários que somente utilizem matéria prima certificada. Isto pode ser um problema muito oneroso para grandes empreendimentos diversificados, especialmente aqueles comprando e vendendo em múltiplos mercados, com uma quantidade enorme de matéria prima e produtos finais, mas de outro lado toda a legitimação do sistema depende da confiança estabelecida pelo consumidor de que produtos etiquetados são oriundos de florestas/plantações que respeitem as determinações do FSC.

A rastreabilidade dos produtos por toda a cadeia de custódia continua sendo uma questão conflitante dentro do sistema FSC, principalmente com relação ao selo FSC misto, que permite até 30% de fontes não certificadas pelo FSC em sua composição, estas fontes controladas são vistas com ressalvas pelos seus críticos que argumentam acerca da inviabilidade de um real controle sobre estas fontes. Muitas vezes apenas documentos são utilizados para assegurar a procedência destas matérias primas.

Existem sete certificadoras habilitadas a implementar o *standard* FSC no Brasil: Associação Portuguesa de Certificação (APCER), *Bureau Veritas*, *Scientific Certification Systems* (SCS), SGS, Imaflora, *Control Union* e IMO.

Certificadoras são essencialmente empresas de consultoria, verificação, auditoria e monitoramento. Na maioria dos casos estas certificadoras são responsáveis por operações em muitos países, e são credenciadas para prover certificações de outros sistemas além do FSC, como *p. ex.* os *standards* da ISO (9001, 13485, 14001, 22000, 27001, 50001); EMAS (ecogestão); UNE 150301 (ecodesign); SGSPAG (gestão de segurança para a prevenção de acidentes graves); CELE (licenças de emissões de carbono); BS 25999 (continuidade de negócio); PEFC (gestão florestal e cadeia de custódia); NP 4457:2007 (gestão de investigação, desenvolvimento e inovação); ISO/IEC 2000 (tecnologias da informação); NP 4427 (gestão de recursos humanos); NP 4413 (extintores); NP 4492 (prestação de serviços manutenção); CE (marcação comunidade europeia); SQAS (Sistema de Avaliação da Qualidade e Segurança do Transporte, Armazenagem e Manuseamento de Matérias Perigosas); GRI (relatório de sustentabilidade); QWEB (Certificação de Processos de Negócio Electrónico); NP EN 206-1 (Certificação de Controle da Produção de Concreto); PSO (*Process Standard Offset*); SA 8000

(Sistemas de Gestão da Responsabilidade Social); IFS (*International Food Standard*); GLOBALG.A.P.(*The Global Partnership for Good Agricultural Practice*); MSC (*Marine Stewardship Council*); HACCP (*Hazard Analysis and Critical Control Point*); FSSC 22000 (*Food Safety System Certification*); *Occupational Health and Safety Advisory Services* - OHSAS 18001:2007/NP4397:2008(Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho); Certificação de Pessoas (Auditor); BRC (Comida); Produtos Orgânicos (cf. figuras 18, 19, 20, 21, 2, 23 e 24).

Figura 18 – Certificações providas pela APCER no Brasil



Fonte: Pesquisa do autor no website da APCER

Figura 19 – Certificações providas pelo Bureau Veritas no Brasil



Fonte: Pesquisa do autor no website do Bureau Veritas

Figura 20 – Certificações providas pela Control Union no Brasil



Fonte: Pesquisa do autor no website da Control Union

Figura 21 – Certificações providas pelo Imaflora no Brasil



Fonte: Pesquisa do autor no website do Imaflora

Figura 22– Certificações providas pela IMO no Brasil



Fonte: Pesquisa do autor no website do IMO

Figura 23 – Certificações providas pela SCS no Brasil



Fonte: Pesquisa do autor no website da SCS

Figura 24 – Certificações providas pela SGS no Brasil



Fonte: Pesquisa do autor no website da SGS

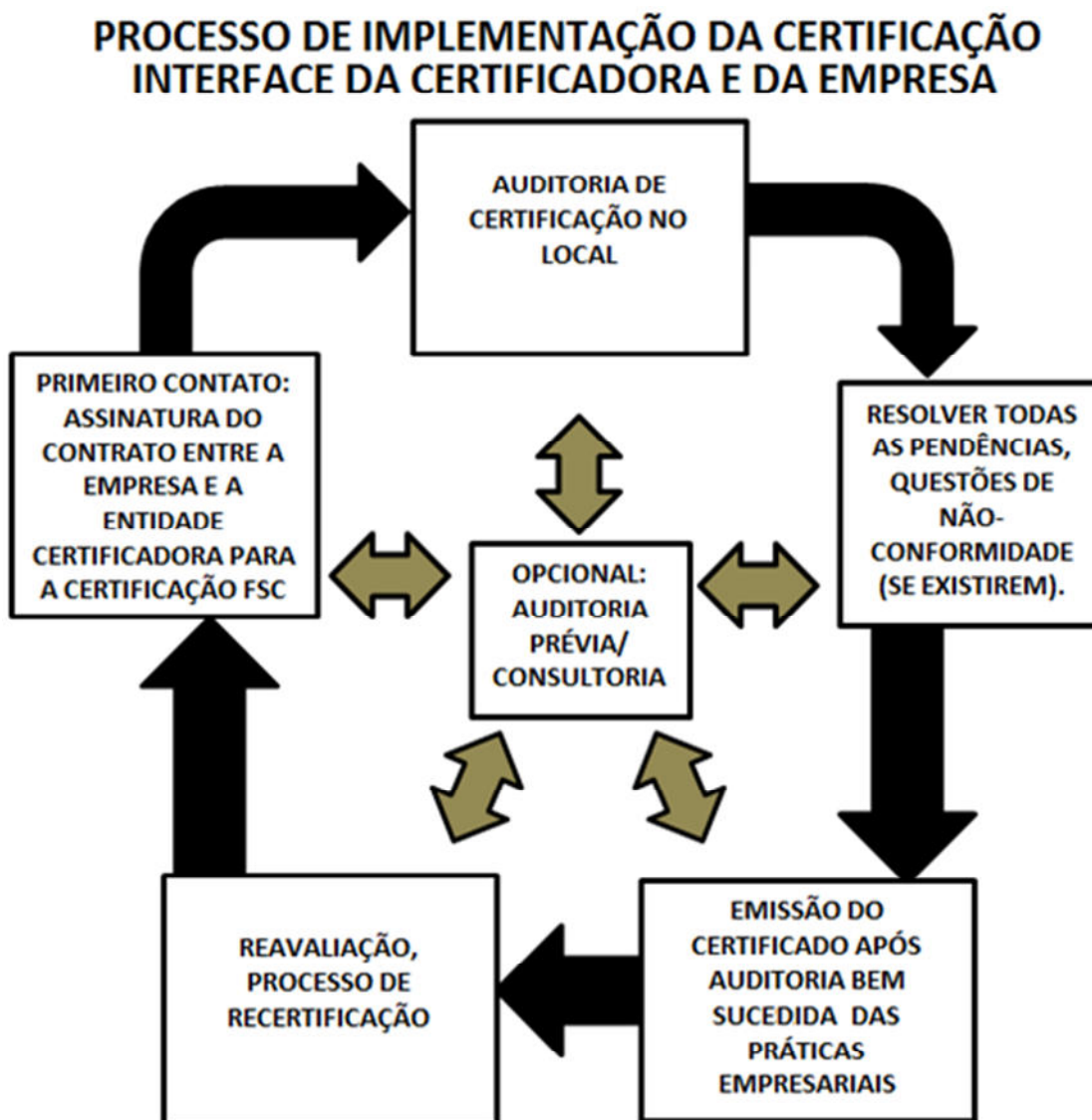
Destas certificadoras habilitadas em atuar no Brasil, apenas uma é organização sem fins lucrativos (Imaflora), todas as outras são empresas constituídas, e como qualquer empresa visa o lucro suas atividades supostamente podem ser comprometidas por critérios econômicos.

Para assegurar a implementação de seus *standards*, o FSC requer que seja criado um sistema de gestão ambiental pela empresa florestal. Este conceito é anterior ao FSC, e tem como ideia fundamental que empresas obrigatoriamente criem os arranjos organizacionais adequados para estabelecer metas ambientais, de coleta e análise de informações, e planejamento, monitoramento e revisão de seus planos. Estes arranjos podem ser bem elaborados em grandes organizações, e podem ser difíceis para pequenos empreendimentos implantarem.

Como o FSC sempre almejou e ressaltou a importância de certificar todos os tipos de empreendimentos, incluindo pequenas e médias empresas, o sistema de gestão ambiental requerido pelo FSC em uma primeira análise não parece muito complexo e geralmente envolve (1) um documento relatando os objetivos de gestão, detalhando os recursos florestais envolvidos e suas condições, além de descrever os procedimentos de planejamento, implementação e monitoramento; e (2) ações

visando à implementação deste sistema, como a comunicação da figura geral deste plano para os funcionários.

Figura 25 – Interface da certificadora e da empresa no processo de implementação da certificação FSC



Fonte: Elaborado pelo autor

Para implementar a certificação FSC (ver figura 25), as certificadoras usualmente realizam uma pré-auditoria para determinar se a empresa interessada tem as condições necessárias para obter o certificado, e geralmente sugerem que tipo de ações devem ser realizadas para a obtenção da certificação. Algumas certificadoras, no lugar de realizarem auditorias, providenciam aos empreendimentos interessados na certificação listas de elementos necessários a certificação para que eles mesmos determinem suas condições de se certificarem com o selo FSC.

Se o processo de certificação for efetivamente iniciado, usualmente começa com uma visita de auditoria quando um grupo de *experts* é estabelecido e um plano de trabalho é desenvolvido. Um típico grupo de *experts* inclui profissionais das áreas de engenharia florestal, ecologia e ciências sociais, alguns deles locais da área onde a empresa se encontra. O plano de trabalho envolve análise documental e avaliações de campo. As avaliações de campo irão envolver a análise das operações de gestão de recursos naturais e entrevistas com interessados no processo (comunidade, grupos sociais, sindicatos, grupos indígenas, trabalhadores, empregados, etc.). Ambos os aspectos requerem amostragem, visto que não é possível examinar cada hectare ou entrevistar cada uma das partes interessadas na certificação.

Uma visita de campo dura algumas semanas e geralmente é concluída com uma apresentação dos resultados preliminares do certificador ao interessado na certificação e uma discussão de sua validade.

Os resultados do processo de certificação são então sujeitos a revisões por pares para atestar a credibilidade técnica da metodologia empregada de um processo particular de certificação e para examinar as conclusões encontradas pela equipe de avaliação. Isto ocorre primeiramente pelo fato de que certificadoras utilizam diferentes métodos para decidir se um empreendimento deve ser certificado, algumas certificadoras se utilizam de sistemas quantitativos e outras qualitativos. Em todos os casos, um alto grau de discricão é utilizado, já que uma avaliação é uma maneira de organizar julgamentos profissionais.

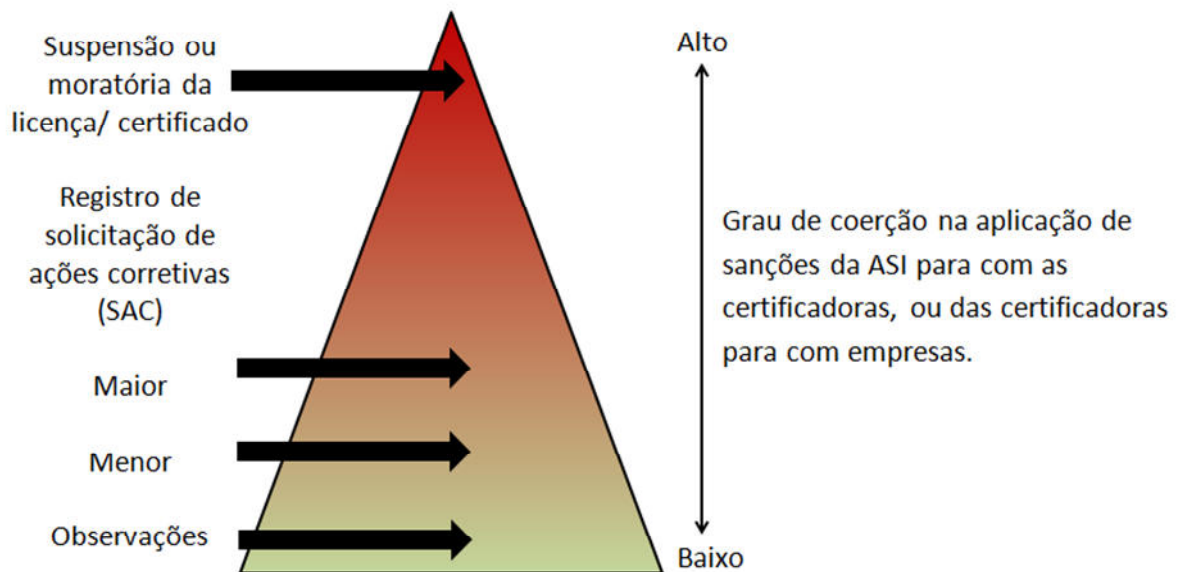
Quando certificados são emitidos, eles geralmente especificam condições específicas necessárias para o aperfeiçoamento das práticas empresariais, que podem tomar a forma de precondições, que obrigatoriamente devem ser mitigadas antes da certificação se tornar efetiva, ou ações corretivas especificando o que deve ser feito dentro de um determinado prazo depois da certificação se tornar efetiva. Das certificadoras é esperado que monitorem a conformidade com as regras do empreendimento certificado.

A avaliação é concretizada por peritos da área florestal, ambiental e social, em que a equipe realiza uma investigação bem ampla dos documentos da empresa e uma verificação de campo baseada em procedimentos técnicos com amostragem combinada com consultas a grupos de interesses relevantes. Este relatório final da certificadora em relação à empresa geralmente aponta

determinados tipos de problemas e aspectos do manejo florestal que necessitam ser aprimorados.

Com o desenrolar do processo de implementação e monitoramento da certificação do FSC, a equipe de auditoria da certificadora designada deverá levantar evidências de cumprimento (ou de descumprimento) para todos os indicadores do *standard* FSC brasileiro da operação em questão. O não cumprimento de um ou mais indicadores, gera a aplicação de um Registro de Solicitação de Ação Corretiva (SAC) que pode ser Maior ou Menor. Assim no caso de não conformidade com as normas do FSC, a certificadora (ou a credenciadora das certificadoras) pode aplicar os seguintes tipos de sanções, que podem ser mais ou menos coercivas (ver figura 26):

Figura 26 – Tipos de sanções aplicáveis por certificadoras e/ou pela credenciadora e seu grau de coerção



Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Agbled, 2010.

- (1) As observações são os comentários da equipe de auditoria com menor grau de coerção, pois não têm caráter obrigatório, mas servem de referência ao posicionamento futuro da certificadora/credenciadora para com as operações certificadas por ela.
- (2) Em segundo lugar na escala de coerção das sanções aplicadas pelas certificadoras/credenciadoras na implementação e monitoramento da

certificação FSC são os Registros de Solicitação de Ação Corretiva (SAC Menor), que são obrigações apontadas pela equipe de auditoria que o empreendimento deve cumprir em um ano, sob pena de ter o seu certificado retirado.

- (3) O terceiro maior tipo de sanção possível é o Registro de Solicitação de Ação Corretiva (SAC Maior) no qual o empreendimento tem apenas três meses para o atendimento das exigências impostas pelo relatório de auditoria/monitoramento da certificadora/credenciadora.
- (4) A pior sanção que pode ser imposta a um empreendimento florestal ou de certificação é a suspensão ou moratória da licença para certificar em nome do sistema FSC ou de ter sua operação de manejo florestal com o certificado retido.

6.3 IMPLEMENTAÇÃO DO FSC *IN-THE-MAKING* – O CASO DA KLABIN

Nesta parte analisaremos a evolução da implementação da certificação FSC pela Klabin realizada pelo Imaflora, por intermédio da identificação e análise das SACs levantadas pela equipe de auditoria nos dois últimos ciclos de recertificação da Klabin.

O principal motivo para que a Klabin obtivesse a certificação de manejo florestal do FSC é que, segundo seus representantes, “ela já tinha as condições necessárias para”. Ou seja, diferentemente de outras empresas que têm ações, estratégias, planos, para atingir a certificação, a Klabin já era reconhecida pelas suas preocupações por questões ambientais e sociais e a certificação viria a acrescentar neste processo de reconhecimento que a empresa já tinha. Para exemplificar esta questão do comprometimento com o meio ambiente e o reconhecimento que as atividades tinham, foi relatado que a produção da Klabin tem por base o eucalipto e pinus extraído de plantações que são entremeadas com extensas áreas de matas nativas preservadas, num sistema de manejo chamado de paisagem em *mosaico* (cf. fotografia 01 e 02).

Fotografia 01 – Região de plantio e extração de madeira certificada – Klabin



Fonte: Imaflora, 2010

Fotografia 02 – Mosaico florestal da Klabin no Paraná



Fonte: Klabin, 2011b

A Atividade florestal da Klabin compõe 212 mil hectares de florestas plantadas e 192 mil hectares de florestas nativas preservadas, o que significa que para cada 100 hectares que planta, a companhia preserva mais de 80 hectares de matas naturais, favorecendo a existência de uma rica biodiversidade nessas áreas. Outro ponto destacado foi que com o objetivo de estimular, nas propriedades rurais, o planejamento da produção, o cumprimento da legislação ambiental, a recuperação e a conservação das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal, a empresa criou o Programa Matas Legais, em parceria com a ONG Apremavi (Associação de Proteção do Meio Ambiente e da Vida) nos Estados de Santa Catarina e do Paraná.

Desta maneira, quando algumas empresas foram procuradas para dar início aos *standards* do FSC brasileiro e se iniciou a questão de se certificar plantações, em 1996, a Klabin realizou as primeiras auditorias com o Imaflora para avaliar as adequações e melhorias que deveriam ser implantadas na empresa para que se alcançasse o certificado. Transcorridos dois anos de intenso trabalho de amoldamento institucional para adequar-se aos princípios e critérios do manejo florestal responsável, a Klabin foi agraciada com o primeiro certificado de manejo de plantações emitido a uma empresa do setor de papel e celulose no Brasil.

Como vimos anteriormente, o *standard* FSC é baseado em *performance* das operações certificadas. Este processo de implementação da certificação FSC pela Klabin transcorre da seguinte maneira (ver figura 27):

- 1) A Klabin contrata o serviço de implementação da certificação FSC a ser desempenhado pelo Imaflora.
- 2) Após a assinatura do contrato, ocorre uma reunião inicial com os membros da equipe de auditoria e os responsáveis na empresa acerca dos procedimentos a serem seguidos para a efetiva certificação das operações florestais. Neste momento é requisitado à empresa que forneça uma série de documentos institucionais como o plano de manejo das operações florestais, para que a equipe de auditoria possa dar início a avaliação das condições e requisitos a ser cumpridos pela Klabin para que o certificado possa ser emitido.
- 3) Na sequência ocorre a etapa mais importante do processo de certificação – a avaliação pelo Imaflora das operações realizadas pela Klabin. Esta

avaliação consiste em análise documental, do sistema de manejo implementado, das reais condições da floresta/plantações, do contexto socioeconômico-ambiental por intermédio de visitas de campo, entrevistas com funcionários e membros da comunidade, além de consultas públicas. Nesta etapa são levantadas diferentes questões de análise, que farão parte do processo decisório acerca da (não)certificação.

- 4) O Imaflora produz o Relatório de Certificação do Manejo Florestal da Klabin, em que levanta uma série de recomendações, pré-condições e condições em SACs que balizam a certificação atrelada ao cumprimento destas pendências.

Figura 27 – Implementação FSC: Klabin e Imaflora



Fonte: Elaborado pelo autor

A ampla preocupação com o meio ambiente e comprometimento com a conservação dos recursos naturais é pré-requisito para a certificação, assim

qualquer falha cometida pela empresa deve ser reparada dentro do prazo pré-estabelecido do Relatório de Certificação. O Imaflora relata que desde o início do processo de certificação florestal a certificadora tem mantido a preocupação de verificar a aplicabilidade de todos os critérios estabelecidos, bem como avaliar todas as SACs, novas não-conformidades e suas resoluções por parte da Klabin apontadas nos processos de auditoria que sofreu ao longo dos anos.

Em abril de 1998 a Klabin obtém o certificado FSC válido por cinco anos. Isso ocorre porque a Klabin está em conformidade com o *standard* FSC. Para que o certificado seja mantido, a empresa vem sendo submetida anualmente a auditorias de monitoramento, nas quais as SACs identificadas no passado são sujeitas a avaliação de cumprimento, além disso, novas não-conformidades são identificadas a partir de novas regulamentações desenvolvidas no âmbito do *standard* e/ou novas legislações e/ou a partir da evolução da maneira com que as práticas empresariais e seu relacionamento social e ambiental vem sendo conduzido.

Entre 1998 e 2003 a Klabin tem o seu foco apenas na certificação do manejo florestal, ou seja, apenas a primeira etapa do processo produtivo foi certificado; não existiam produtos destinados ao consumidor final certificados, apenas toras de madeira para serrarias e madeireiras e polpa e pasta de celulose para a fabricação de papel.

Nesta primeira fase, ocorreram diversas mudanças e aprimoramento de práticas, tanto por parte da empresa quanto por parte da certificadora, estabelecendo um novo balizador para o manejo responsável de plantações no Brasil, a partir da implementação bem-sucedida deste padrão pela primeira vez. Este teste do padrão de plantações permitiu a exponencial aplicação deste *standard* a muitas outras empresas do setor de silvicultura.

6.3.1 Identificação e análise de não-conformidades

A Klabin, desde o início do processo de certificação, tem mantido a preocupação de verificar a aplicabilidade de todos os critérios estabelecidos, bem como tratar todas as não conformidades apontadas nos processos de auditoria. Como o processo de certificação florestal do FSC é contínuo, já em 2003 ocorre a

primeira recertificação da Klabin com duração de cinco anos. Em 2008 foi a segunda, quando novamente o Imaflora realiza uma ampla avaliação dos processos empreendidos pela empresa em suas operações florestais. Durante este ciclo de certificação ocorrem monitoramentos anuais, em que são identificadas diversas não conformidades (cf. anexo C).

Visando facilitar a análise das diferentes ações corretivas requisitadas pelo Imaflora, agrupamos estas SACs em quatro grandes grupos – pendências jurídicas (destacado em amarelo), procedimentos técnico-organizacionais (em azul), plano de manejo e impacto ambiental (em verde) e mecanismos de comunicação (em alaranjado) – que representam os diferentes tipos de não conformidades requisitadas durante o processo de auditoria e monitoramento das práticas empresariais (cf. apêndice B).

Durante o período analisado (2003-2011) foram requisitadas cento e duas SACs. Destas, trinta e duas foram relacionadas a pendências jurídicas (o que significa 31,37%); trinta a melhorias em procedimentos técnico-organizacionais (29,41%); trinta e três voltadas ao aprimoramento do plano de manejo e mecanismos de mitigação de impactos ambientais (32,35%); e sete inventariadas como afinação de mecanismos de comunicação (6,9%). Destas cento e duas SACs apenas onze foram consideradas SACs Maiores. Nos anos em que ocorreram as recertificações da Klabin foram levantadas pelo Imaflora os maiores números de não conformidades, e subsequentemente de ações corretivas a serem empregadas pela empresa - vinte e uma em 2003 e vinte em 2008.

A auditoria de recertificação de 2003 foi realizada pela equipe de auditores da Imaflora composta por: Lineu Siqueira Junior (Líder da Equipe) – Engenheiro Agrônomo, especialista em Manejo de Plantações Florestais e Gerenciamento Ambiental: é Gerente do Programa de Certificação Florestal do Imaflora/*SmartWood*, tendo participado em vários processos de avaliação de manejo florestal e cadeia de custódia no Brasil e exterior; Antonio Carlos Antiqueira – Engenheiro Florestal, especialista em Silvicultura e Economia Florestal: é Consultor do Programa de Certificação Florestal do Imaflora/*SmartWood*, tendo participado de vários processos de avaliação para certificação de Manejo Florestal; Estevão do Prado Braga - Engenheiro Florestal, especialista em Silvicultura e Cadeia de Custódia: é Coordenador de Cadeias de Custódia do Programa de Certificação Florestal do Imaflora/*SmartWood*; Heidi Cristina Buzato Carvalho – Mestre em

Sociologia, especialista nos Aspectos Sociais/Trabalhistas/Comunidades: é Consultora do Programa de Certificação Florestal do Imaflora/*SmartWood*, tendo participado de vários processos de avaliação para certificação de Manejo Florestal; Marcelo Menezes Caffer - Engenheiro Agrônomo, especialista em Manejo de Produtos Florestais Não Madeireiros: é o Responsável Técnico pelas certificações de Produtos Florestais Não Madeireiros do Programa de Certificação Florestal do Imaflora/*SmartWood*; Rosa Yamashita – Engenheira Agrônoma, especialista em Aspectos Sociais/Segurança do Trabalho: é Consultora Especial do Programa de Certificação Florestal do Imaflora/*SmartWood*; e Vera Lex Engel – Doutora em Engenharia Florestal, especialista em Ecologia Florestal e Professora Doutora do Departamento de Recursos Naturais da Universidade do Estado de São Paulo/Faculdade de Ciências Agrônômicas: é Revisora Independente do Programa de Certificação Florestal do Imaflora/*SmartWood*, tendo participado de vários processos de certificação florestal. Do lado da Klabin, temos como representante legal para esta etapa da certificação o Engenheiro José Aldezir de Luca Pucci (Gerente Geral Florestal da Klabin).

Esta primeira grande operação de recertificação da Klabin realizada pela equipe do Imaflora encontrou uma série de problemas a serem abordados pela empresa. A nosso ver, nesta operação de auditoria as principais dessas questões estão relacionadas: às *florestas nativas preservadas* com dez SACs exigidas tendo como principal ponto a averbação da Reserva Legal que deveria ser demandada nos contratos de arrendamento de acordo com o percentual exigido pela legislação ambiental vigente e existem evidências que isso não ocorre - SAC #1/2003; a *procedimentos operacionais* com oito SACs, com pendências no que tange *p. ex.* quantificar e qualificar a madeira que vem sendo deixada nos talhões – SAC #7/2003 e a eliminação de queima na Unidade de Manejo – SAC #8/2003; às questões relacionadas a um melhor controle das atividades dos *terceirizados*.

Diversos problemas foram identificados nesta auditoria no que tange às empresas terceirizadas – questões sociais como um melhor cumprimento da legislação trabalhista com relação a estes funcionários - além de questões de padronização, ou seja, foram identificadas substanciais diferenças de benefícios entre funcionários próprios e terceiros, além de algumas prestadoras de serviços apresentarem falhas quanto ao cumprimento de obrigações legais; questões de comunicação, como falta de diálogo e dificuldades na comunicação entre a empresa

e as empresas prestadoras de serviço; fragilidades no monitoramento das empresas prestadoras de serviço; além da necessidade de transferência de tecnologia aos fomentados. Estas questões geraram as condições #3/2003, 4/2003, 5/2003, 6/2003, 7/2003 e 8/2003 para manter a certificação, ou seja, a Klabin ficou responsabilizada para no prazo de um ano garantir o cumprimento de padrões de exigências mínimas como: prescrições técnicas clarificadas em cláusulas contratuais; as distorções de funções entre a empresa e os trabalhadores terceirizados deveriam *desaparecer*; recolhimento dos impostos conforme a legislação trabalhista; cumprimento dos acordos das convenções trabalhistas; alimentação servida em local adequado e de boa qualidade aos trabalhadores; sanitários; fornecimento e controle da utilização dos EPIs (equipamentos de proteção individual) para todos os trabalhadores; proteção das partes móveis (maquinário); manter higiene nos ônibus e ambientes utilizados pelos trabalhadores; padronização do depósito de ferramentas, lubrificantes e combustíveis; além de um bom mecanismo de comunicação por rádio nas frentes de trabalho.

No período subsequente à avaliação a empresa realizou um mapeamento da situação real das áreas de preservação permanente, localizando e corrigindo as irregularidades como: plantios avançados nas áreas de proteção permanente (APPs), replantio de matas ciliares, política de recuperação das APPs. Além disso, realizou um reforço no seu sistema de auditoria interna permanente, com a ampliação e criação de novos métodos de monitoramento, com maior frequência e rigidez nas análises das operações florestais, para garantir o cumprimento do padrão de exigências mínimas. Com isso, na auditoria de monitoramento de 2004, composta por quatro membros (três estavam presentes no primeiro ciclo de recertificação) foram destacados positivamente os aspectos sociais da gestão florestal da Klabin, que “adotou padrão de exigências para os prestadores de serviço, com o conhecimento e acordo com o sindicato de trabalhadores local”. Neste ano foram requisitadas apenas cinco SACs, com apenas alguns pequenos redirecionamentos, como realização de estudo e monitoramento de algumas práticas de plantio. Assim temos duas SACs relacionadas às florestas nativas, duas de questões operacionais e duas relacionadas à melhoria das condições de trabalho.

No ano subsequente não se observa uma grande demanda de SACs por meio da equipe de monitoramento do Imaflora – apenas quatro, sendo uma de estudo de aplicabilidade de tratados internacionais à realidade imediata do

empreendimento, uma de estudo social de impacto das atividades, uma relacionada às empresas prestadoras de serviços e uma relacionada às florestas nativas.

Em 2006, o monitoramento das atividades da Klabin trouxe onze SACs, sendo a maioria delas (seis no total) relacionadas a demandas dos trabalhadores (tanto da Klabin quanto das empresas terceirizadas), como *p. ex.* frentes de trabalho sem refeitórios e banheiros ou com refeitórios sub-dimensionados, EPIs em mau estado de conservação (SAC #2/2006). Três SACs estão relacionadas às empresas prestadoras de serviço e quatro tratam de questões de melhoramento de quesitos de monitoramento da empresa sobre as suas atividades no âmbito social, ambiental e operacional.

Na auditoria feita em 2007 foram identificadas catorze não conformidades da Klabin com os *standards* FSC, a maioria delas relatam-se a acompanhamentos de determinadas atividades ou à realização de estudos técnicos. O principal grupo de demandas novamente traz preocupações de cunho trabalhista às operações da empresa e de suas terceirizadas – *p. ex.* trabalhadores com carga horária de treinamento abaixo da exigência legal (SAC #2/2007) e atraso na entrega das refeições aos funcionários (SAC #7/2007). Neste monitoramento anual, a principal inovação sentida além dos já citados foi o levantamento de práticas equivocadas que prejudiquem a condição da água e dos solos com a emissão de laudos identificando medidas corretivas de ação imediata, que incluam alterações nas prescrições técnicas, nos procedimentos operacionais, no programa de treinamento e no Plano de Manejo Florestal (SAC #3/2007, #12/2007 e #13/2007).

No segundo ciclo de recertificação, ocorrido em 2008, a equipe do Imaflora foi composta por José Ferraz da Silva – Engenheiro Florestal, auditor líder de certificação FSC para manejo florestal de plantações do Programa *SmartWood* de Certificação Florestal; Luciana Maria Papp – Engenheira Florestal e mestre em Engenharia Ambiental, especialista em plantações do Programa *SmartWood* de Certificação Florestal; Ana Cristina Nobre da Silva - Mestre em Sociologia, Técnica do Programa de Certificação Florestal do Imaflora; Heidi Cristina Buzato – Socióloga, Mestre em Ciências Florestais, consultora, dos processos de certificação Imaflora/*SmartWood*; Leonardo Martin Sobral – Engenheiro Florestal, Coordenador de Florestas Naturais do Programa de Certificação Florestal do Imaflora; e Luiz Moro – Engenheiro Florestal, Mestre em Ciências Florestais pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ)/Universidade de São Paulo (USP) e Doutor

em Ciências Florestais pela Universidade Federal do Paraná como consultor em silvicultura e revisor independente.

Neste ano foram identificadas vinte SACs, sendo uma SAC Maior (SAC #10/2008), que questiona os métodos empregados pela Klabin para os encerramentos dos contratos de empresas prestadoras de serviço. A equipe de auditoria argumenta que às práticas da empresa “não têm sido suficientes para evitar impactos e repercussões negativas junto às partes diretamente afetadas”. Assim, a Klabin deve

comunicação ao prestador com antecedência mínima de sessenta dias, a análise das dívidas contraídas em função do contrato, o aperfeiçoamento do acompanhamento e re-qualificação dos funcionários dispensados (...) e o pagamento direto de funcionários dispensados, se constatada a necessidade.

Outras ações corretivas requisitadas tratam de realizar estudos abordando os potenciais impactos sociais, ambientais e econômicos decorrentes da adoção de operações mecanizadas (SAC #9/2008); temos também oito SACs relacionadas a questões dos trabalhadores – como *p. ex.* a questão dos alojamentos (SAC #7/2008) e à condução de EPIs usados com resquícios de herbicida para a casa dos funcionários (SAC #8/2008); cinco SACs tratam das empresas prestadoras de serviço – como *p. ex.* um melhor monitoramento da situação financeira destas empresas terceirizadas (SAC #11/2008); duas SACs tratam especificamente de questões relacionadas à erosão do solo em operações recentes (SAC #16/2008) e em estradas utilizadas pelos caminhões utilizados nas operações (SAC #17/2008). Outro aspecto importante apontado como não conformidade aos *standards* FSC foi a fragilidade do processo de indicadores e acompanhamento consistente no monitoramento social (SAC #5/2008 e #9/2008), ambiental (SAC #18/2008 e #19/2008), de saúde e segurança dos trabalhadores (SAC #14/2008).

Observamos nas ações subsequentes à identificação destas pendências que a Klabin investiu em projetos voltados para o desenvolvimento humano, como o Programa Qualidade de Vida que visa à saúde física e mental dos trabalhadores e colaboradores incentivando uma relação de harmonia entre a vida profissional e pessoal. Estas ações englobam medicina ocupacional preventiva, atividades físicas com foco na integração dos colaboradores com seus colegas e terapias alternativas. Exemplo disso é o Projeto Fitoterapia, que promove o uso múltiplo racional e sustentado dos recursos naturais disponíveis e reforça o posicionamento de

sustentabilidade da empresa. O projeto fez o inventário de espécies com potencial terapêutico, em que são produzidos cerca de trinta produtos que são utilizados pela equipe de saúde da empresa em Telêmaco Borba, no Paraná. O programa direciona atendimento para cinco doenças básicas, que representam praticamente metade de todos os problemas de saúde apresentados: gripes e resfriados, ferimentos e lesões de pele, dispepsias, diarreia e hipertensão arterial leve.

No campo social o Projeto Terra Viva Associação de Voluntários, cuja missão é a de promover ações de assistência social que diminuam as carências de pessoas menos favorecidas e, ao mesmo tempo, de conscientizar a comunidade sobre a importância do trabalho voluntário e hoje conta com duzentos e setenta voluntários. A empresa utiliza um sistema de monitoramento com indicadores para mensurar a efetividade das ações, com objetivos claramente definidos e acompanhados por equipes técnicas responsáveis e seus resultados são continuamente avaliados como foi proposto nas ações corretivas.

Em 2009 foi encontrada apenas uma não conformidade, relacionada aos trabalhadores, argumentando que fosse feita uma avaliação da necessidade de realocação das áreas de vivência dos funcionários para que não estivessem tão distantes das frentes de trabalho (SAC #1/2009).

Em 2010, o Imaflora identificou sete não conformidades graves, que geraram SACs Maiores: três delas tratam dos atributos de alto valor de conservação das florestas nativas, em que uma está relacionada ao mapeamento da fauna nestas áreas (SAC #6/2010), uma trata da recuperação de ecossistemas naturais (SAC #7/2010), uma sobre estudos para a implementação de novas APPs (SAC #11/2010); três delas dizem respeito aos canais de comunicação com a sociedade: uma acerca de um maior envolvimento das pessoas nas definições acerca das florestas nativas (SAC #12/2010), uma relacionada à higienização dos EPIs na casa dos funcionários (SAC #3/2010), e uma sobre o aperfeiçoamento dos mecanismos de comunicação com a comunidade em geral (SAC #5/2010). Nesta avaliação do Imaflora foram ainda constatadas três pendências no que tange às empresas prestadoras de serviço, uma relacionada à falta de EPI – dois pares de botina aos trabalhadores (SAC #2/2010), e uma a destinação final dos resíduos (inclusive tóxicos) produzidos pelas terceirizadas (SAC #8/2010). Quatro SACs tratam especificamente das florestas nativas e uma de questões operacionais.

Um ponto recorrentemente enfatizado nas auditorias (*p. ex.* SAC #3/2006, #5/2008, #5/2010) se relaciona aos mecanismos de diálogo da empresa com a comunidade, trabalhadores e empresas prestadoras de serviço, nos quais pudemos concluir que a empresa precisa e muito melhorar os seus canais de comunicação. Sabemos o quanto uma empresa de celulose incomoda as pessoas, os seus impactos na comunidade são muito grande, e ver que os canais existentes apenas são sites na internet e uma caixa de sugestão faz com que os resultados não sejam satisfatórios; apesar da Klabin ter iniciado um plano para a otimização destes canais, como na área de relações com Investidores todos os e-mails enviados são respondidos em até 48 horas e a instalação das caixas de sugestão que são distribuídas em locais públicos, próximos de operações florestais, por um determinado período. Os profissionais da Klabin recolhem as manifestações que são registradas em uma planilha de controle. As demandas são encaminhadas para as áreas internas responsáveis, para avaliação, tratativas e respostas. Esse sistema é auditado pelo Imaflora constantemente por se tratar de uma ação corretiva. Podemos citar ainda na área de comunicação com a comunidade o Programa Caiubi que é voltado à educação ambiental capacitando professores das escolas nas regiões de atuação da empresa. Nestas capacitações, os professores, que são formadores de opinião, são orientados sobre os conceitos de consciência ecológica nos quais os participantes do programa se manifestam em relação à empresa por meio de formulário. Todas as questões levantadas são respondidas, tabuladas e auditadas.

A auditoria do Imaflora realizada em 2011 encontrou evidências de não conformidades que geraram catorze SACs, sendo quatro delas SAC Maiores: duas relacionadas à emergência de reivindicações de comunidades quilombolas ao uso das florestas nativas na Klabin (SAC #3/2011 e #4/2011), uma sobre a falta de utilização de máscaras de proteção em algumas empresas terceirizadas (SAC #8/2011) e uma para mitigar impactos causados pelos caminhões que passam em rotas próximas à comunidades (SAC #9/2011). Neste ano também é importante salientar que existiram nove ações corretivas propostas no que tange a questões trabalhistas, como a realização de horas extras acima do permitido pela legislação trabalhista (SAC #1/2011), ausência de trabalho justificada por atestado médico sendo descontado dos vencimentos em empresas terceirizadas (SAC #5/2011), falta de profissionais de saúde para realização de exames médicos ocupacionais (SAC

#6/2011) e falta de fornecimento de água nas frentes de trabalho por parte de prestadoras de serviço (SAC #7/2011). Interessantemente, em 2011 (seis anos após esta certificação ter sido implementada dentro da Klabin) surgem as primeiras questões levantadas pelo Imaflora no que tange a cadeia de custódia do *standard* FSC, com duas SACs, uma relacionada à falta de treinamento para implementação e controle da cadeia de custódia (SAC #13/2011) e uma ligada à falta de definição formal do sistema de vendas ou porta da floresta para o produto certificado (SAC #14/2011).

Para Ivone Namikawa, representante da Klabin durante a recertificação de 2008, a persistente preocupação da empresa com o meio ambiente e com o lado social de suas atividades por intermédio destas práticas foi crucial para o seu sucesso no processo de certificação. Esta ação é contínua e demonstra comprometimento com a conservação dos recursos naturais e com os princípios de sua política de sustentabilidade.

Mesmo reconhecendo o aprimoramento das práticas empresariais através do processo de certificação e contínuo monitoramento, para Namikawa em cada auditoria, monitoramento e processo de recertificação “as exigências vão se tornando cada vez maiores, o que dificulta o processo pela empresa” (2011). Estas maiores exigências podem ser evidenciadas através da análise destas SACs implementadas durante os anos: até 2010 não tinham sido encontrados vestígios de atividades desempenhadas pela empresa que gerassem SACs Maiores, neste período a Klabin realizou de forma permanente o aprimoramento de suas práticas, e mesmo assim, em 2010 foram encontradas sete pendências de não conformidade ditas graves e em 2011 outras quatro. O constante aumento das exigências e burocracias para certificar-se com o *standard* FSC faz com que fique latente a falta de treinamento/preparo dos auditores/funcionários responsáveis pelo processo de implementação da certificação de manejo florestal por parte da certificadora e da empresa interessada. Principalmente no que tange às normas mais recentes acordadas em Assembleia Geral. Para Braga, que participou da recertificação da Klabin pelo Imaflora em 2003, e hoje é Relações Corporativas & Sustentabilidade da Suzano Papel e Celulose “o treinamento dos auditores é fundamental para que você consiga resultados que reflitam aquilo que está sendo dito nos relatórios técnicos” (2011).

Além disso, Namikawa (2011) acredita que a certificação FSC deveria ser bem objetiva, e que um único padrão deveria ser interpretado da mesma forma e aplicado da mesma maneira sempre, mas na mesma certificadora você tem auditores com uma visão um pouco diferente para um determinado critério, um determinado indicador e que isso é uma dificuldade do ponto de vista prático da certificação. Para Braga (2011) “nenhum sistema de certificação é perfeito porque a realidade é muito complexa!” Os indicadores são subjetivos, pois “é impossível detalhar tudo o que acontece no campo com todos os princípios, critérios e indicadores, além do que ficaria um processo extremamente exaustivo e limitado”. A Secretária Executiva do FSC Brasil, Zerbini complementa por afirmar que

o sistema é vivo, é feito de pessoas, e assim sendo as regulações têm limites, temos que construir laços de confiança de parceria e não mecanismos de desconfiança, ou de autoritarismo, ou certa arbitrariedade excessiva que tire a possibilidade da autorregulação, da possibilidade de cada certificador por si só querer ser competente de fazer o melhor no campo (2011).

O que pudemos observar a partir destes comentários é a confiança depositada na certificadora e em seus métodos, mesmo que normalmente as auditorias sejam realizadas com base em análise de documentos e visitas esporádicas em campo.

Embora compartilhem algumas opiniões expressadas pelos representantes das empresas, das certificadoras e da iniciativa nacional do FSC acreditamos que o escrutínio das interpretações dos auditores aliado ao pagamento e escolha da certificadora por parte das empresas pode de alguma forma vir a afetar a segurança jurídico-institucional do sistema de certificação. Assim, será que a ASI não deveria ser mais rígida na formação e escolha dos auditores das certificadoras? Ou será que se as certificadoras fossem indicadas pelo FSC ou pela ASI no lugar da empresa (que tem esta prerrogativa) estas questões não seriam minimizadas? Para Braga (2011) “tradicionalmente existe um papo de que se você regular, que é o caso da certificadora, estará perdendo este caráter de voluntariedade, que é o que cria a credibilidade deste certificado”.

O que foi possível observar é que com o passar do tempo as não-conformidades e as ações corretivas deixavam de ser voltadas a regularidade de averbação de terras, de cumprimento de padrões de exigências para as prestadoras de serviço, de padrões mínimos a serem adotados, de questões de melhorias e condições de trabalho, de impactos ambientais, socioeconômicos, de estudos

ecológicos, de plano de manejo florestal, dos sistemas de monitoramento, de questões trabalhistas e jurídicas e passam a ser mais específicas como: horário da saídas dos ônibus para as frentes de trabalho, melhoria no canal de comunicação, higiene dos equipamentos de proteção individual utilizado pelos trabalhadores, treinamentos mais pontuais (utilização de agrotóxicos), monitoramento da espécies específicas como a perereca-zebra, inspeção de maquinários, aplicação de herbicidas, entre outros, demonstrando que o processo de certificações abrange desde intervenções gerenciais até uma completa reestruturação dos processos e procedimentos de toda a cadeia de produção, da matéria-prima, envolvendo a comunidade na qual está inserida chegando principalmente ao consumidor final.

Assim, argumentamos que a certificação florestal faz com que o processo de reflexividade das empresas seja acelerado. Isso se dá especialmente em sistemas de certificação baseados em *performance* – como o FSC, pois a cada período de monitoramento, avaliação e de recertificação novos elementos são obrigatoriamente incorporados ao ideário empresarial em suas práticas específicas. Na primeira fase de certificação as questões mais abrangentes e de maior impacto social e ambiental são objetos de ações corretivas, com o aprimoramento das técnicas desempenhadas pelas empresas, cada vez novas questões se tornam objeto de ação de melhoramentos, por mais que não signifiquem tanto quanto os primeiros questionamentos identificados pela certificadora. Desta maneira, cada vez mais, noções de respeito ao meio ambiente e à sociedade em geral se combinam a atividade empresarial. Assim é possível afirmar que a certificação levou a melhorar a *performance* da empresa em todos os âmbitos.

6.3.2 Implicações político-sociológicas

Nesta parte focaremos nas implicações político-sociológicas da introdução destes mecanismos privados de certificação de manejo florestal responsável. Este fenômeno, aqui concebido pela implementação da certificação do FSC, pela Klabin, realizado pelo Imaflora e a sua evolução analisada representa uma parte do processo de desenvolvimento do capitalismo mundial: a reflexividade empresarial e a sua relação com modernização ecológica através da emergência de

standards e autoridades privadas especializada em processos de definição de normas (Princípios, Critérios e Indicadores), de credenciamento (acreditação), de certificação e monitoramento, avaliação e verificação da conformidade. Isso porque:

- a) O papel da ciência e tecnologia no mundo moderno vem se alterando. O FSC tem hoje, em seus princípios e critérios, o que há de mais adiantado com relação à proteção e viabilidade econômica das matas, e consegue assim ser mais efetivo em seus objetivos que qualquer Código Ambiental. As mais avançadas técnicas de plantio e manejo florestal do planeta, bem como de organização institucional são implementados de maneira a otimizar os processos produtivos, assegurando assim a viabilidade econômica, ambiental e social de empreendimentos certificados relacionados às florestas do mundo.
- b) No mundo contemporâneo, a dinâmica dos mercados vêm influenciando de maneira decisiva o desenvolvimento do capitalismo. Com mercados produtores e consumidores cada vez mais próximos, ambos os lados se estimulam a alterar seus comportamentos. Empresas investem cada vez mais em processos de responsabilidade social e ambiental, enquanto consumidores vêm de uma forma gradativa atribuindo valor a produtos oriundos de práticas relacionadas ao desenvolvimento sustentável. A certificação florestal é empiricamente um dos melhores exemplos deste processo dual.
- c) Atualmente, o poder público vem perdendo espaço em áreas que historicamente estavam confinadas à sua atuação. O FSC claramente evidencia este processo. Operando sem governo, sua certificação florestal estabelece princípios e critérios por intermédio de seus interessados em uma organização *multistakeholder*. Este método de atuação tem como grande vantagem eliminar o escrutínio de decisões politizadas e partidárias dos Estados. Tendo em vista o equilíbrio entre os interesses econômicos, ambientais e sociais, o FSC é muito mais competente em suas normatizações do que a sociedade internacional de nações conseguiu ser com relação às florestas do mundo.
- d) Os movimentos sociais têm tido um posicionamento ideológico menos radicalizado com relação a grandes empresas e corporações em geral. No FSC, os movimentos sociais de cunho ambientalista tiveram um papel

fundamental. A organização nasce sob os auspícios do WWF e do Greenpeace, que diferentemente de suas atuações na década de 1980, quando hostilizava empreendimentos ambientalmente incorretos, trabalha com as empresas na modificação de determinados processos e práticas nocivas ao meio ambiente. Esta mutação nas práticas dos movimentos sociais possibilita um entendimento, um consenso e, assim, permite transformações mais incisivas na lógica do capitalismo mundial. Sendo assim, o FSC consegue equilibrar os diferentes interesses envolvidos em todo o processo, sejam eles de ordem econômica, social ou ambiental.

- e) Temos a emergência de novas ideologias e práticas discursivas em constante mutação: empresas poluidoras se tornam referência em preservação ambiental; movimentos sociais radicais como as organizações de sociedade civil ambientalistas sentam à mesa com seus grandes desafetos e estimulam mudanças pragmáticas em seus discursos; e consumidores dispostos a pagar um pouco mais por um produto ambientalmente correto são apenas pequenos exemplos de como a modernização ecológica vem modificando os discursos, ideologias e práticas de diferentes instâncias.

A teoria de modernização ecológica considera que todos estes processos são inevitáveis, as transformações no meio estimulam o desenvolvimento de novos procedimentos peritos para realização de seus objetivos. Neste contexto a certificação florestal do FSC vem “quebrando barreiras” e se adaptando às constantes mudanças e necessidades de seu tempo. Por isso, consideramos que representa os pressupostos da teoria de modernização ecológica *vis-à-vis* o mundo globalizado.

Além disso, a análise das não-conformidades encontradas na evolução das auditorias e das práticas da Klabin demonstra como a empresa é obrigada a aprimorar muito de seus processos internos. Por trás dessa lógica é que argumentamos que a modernização ecológica aliada à emergência de *standards* privados e outras autoridades privadas especializadas na implementação destes *standards* gera um processo de reflexividade empresarial inerente à prática proposta de certificar seus processos produtivos pelo FSC.

6.4 SISTEMA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DO *STANDARD FSC IN-THE-MAKING*

Visto que o *standard FSC* é baseado em decisões consensuais, acordadas na Assembleia Geral, e respaldadas pelos membros representantes das câmaras social, ambiental e econômica; visto que este processo de certificação envolve visões, ideias, demandas e perspectivas de múltiplos interessados é normal que conflitos surjam a respeito do sistema como um todo, seja na definição de normas, seja na implementação da certificação.

No que diz respeito ao sistema FSC no Brasil, em agosto de 2011 foi feita a primeira reunião do comitê de resolução de conflitos. Segundo a organização

o sistema de Mediação, Conciliação e Resolução de Conflitos do FSC Brasil foi elaborado à luz da atuação histórica da nossa iniciativa nacional neste tema, e das novas regras do FSC Internacional, para respaldar a ação do Comitê de Resolução de Conflitos e ampliar a credibilidade da certificação no Brasil.

Além disso, este sistema de Mediação, Conciliação e Resolução de Conflitos “consiste em um conjunto integrado de processos e ferramentas que procuram garantir a agilidade, transparência e integridade da forma como denúncias e reclamações são apuradas”. Para este sistema o conceito de ‘conflitos’ denota “qualquer reclamação, insatisfação ou violação relacionada à certificação FSC. Em resumo, trata-se de uma situação de desentendimento e confronto de opiniões entre duas ou mais partes” (FSC, 2011).

As três grandes áreas de atuação deste sistema dizem respeito ao mau uso da logomarca FSC; das violações de princípios e critérios por parte de operações certificadas; e reclamações e/ou apelos sobre a atuação de entidades que compõem o sistema de certificação FSC no Brasil.

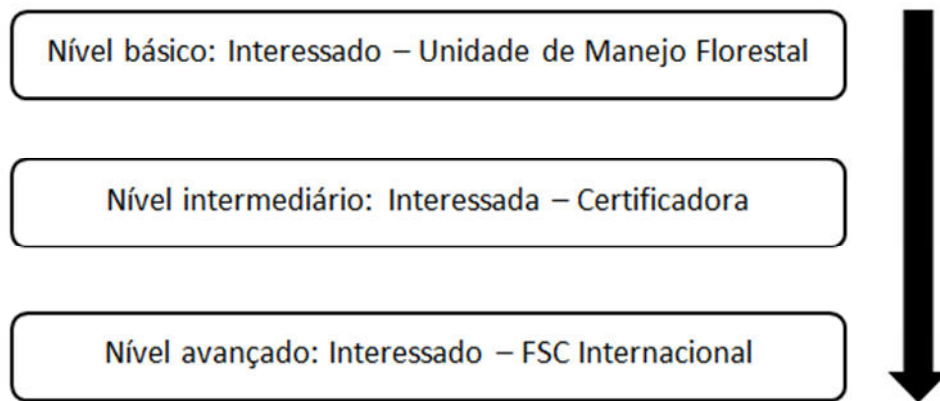
As principais atribuições do comitê composto por três membros eleitos em Assembleia atualmente são a SOS Mata Atlântica, representando a câmara ambiental, Sindicato dos Trabalhadores da Extração de Madeira do Extremo Sul da Bahia (SINTREXBEM), que representa a câmara social e *Precious Wood* com a câmara econômica.

Os principais objetivos do comitê são: “resolver conflitos relativos à construção de padrões nacionais de certificação”; além de “mediar conflitos gerados

através de denúncias entre grupos de interesse e empreendimentos certificados ou em processo de certificação, que o FSC Brasil julgue necessário apoiar”.

No caso de existir alguma reivindicação, o reclamante deverá proceder da seguinte maneira em cada um dos três níveis em que as reclamações podem ocorrer (ver figura 28):

Figura 28 – Níveis de reclamação e as partes envolvidas em cada um deles

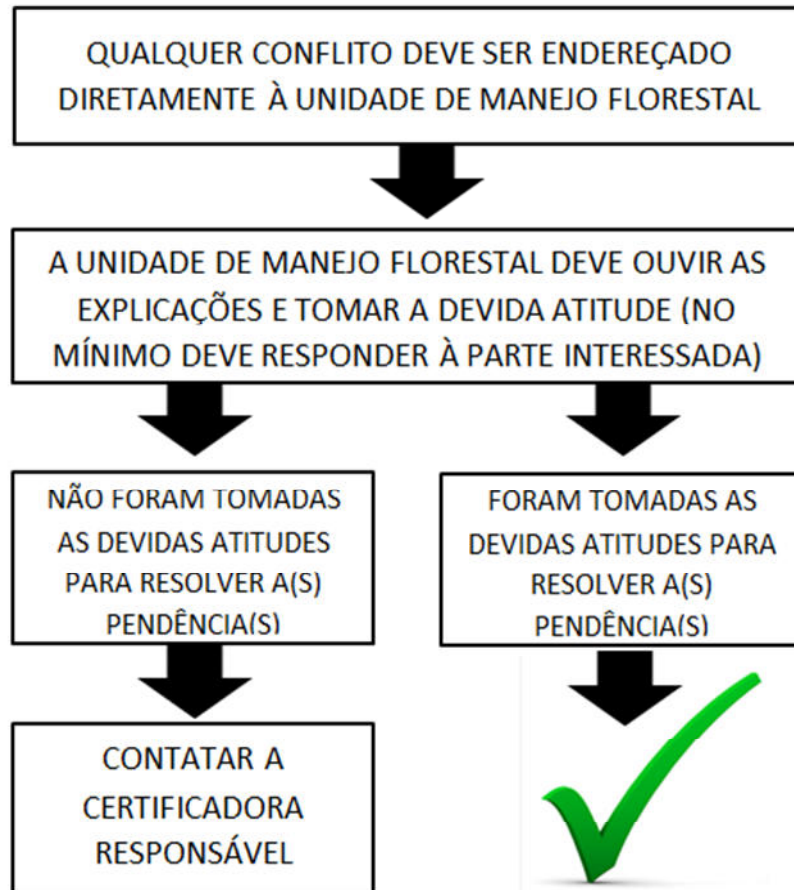


Fonte: FSC, 2007 - FSC-SERC-0024, baseado em Agbled, 2010

- No nível mais básico, a parte interessada deve endereçar qualquer conflito diretamente à unidade de manejo florestal. Por sua vez o empreendimento deve ouvir as explicações da parte reclamante e tomar as devidas atitudes para resolver estas demandas. Se porventura a parte reclamante entenda que o empreendimento em questão não pode ou não quer resolver estas pendências, deve-se contatar a certificadora responsável pela auditoria e monitoramento da certificação do FSC (ver figura 29);

Figura 29 – Reclamação de nível básico – entre o reclamante e a unidade de manejo florestal

RELACIONAMENTO INTERESSADO – UNIDADE DE MANEJO FLORESTAL



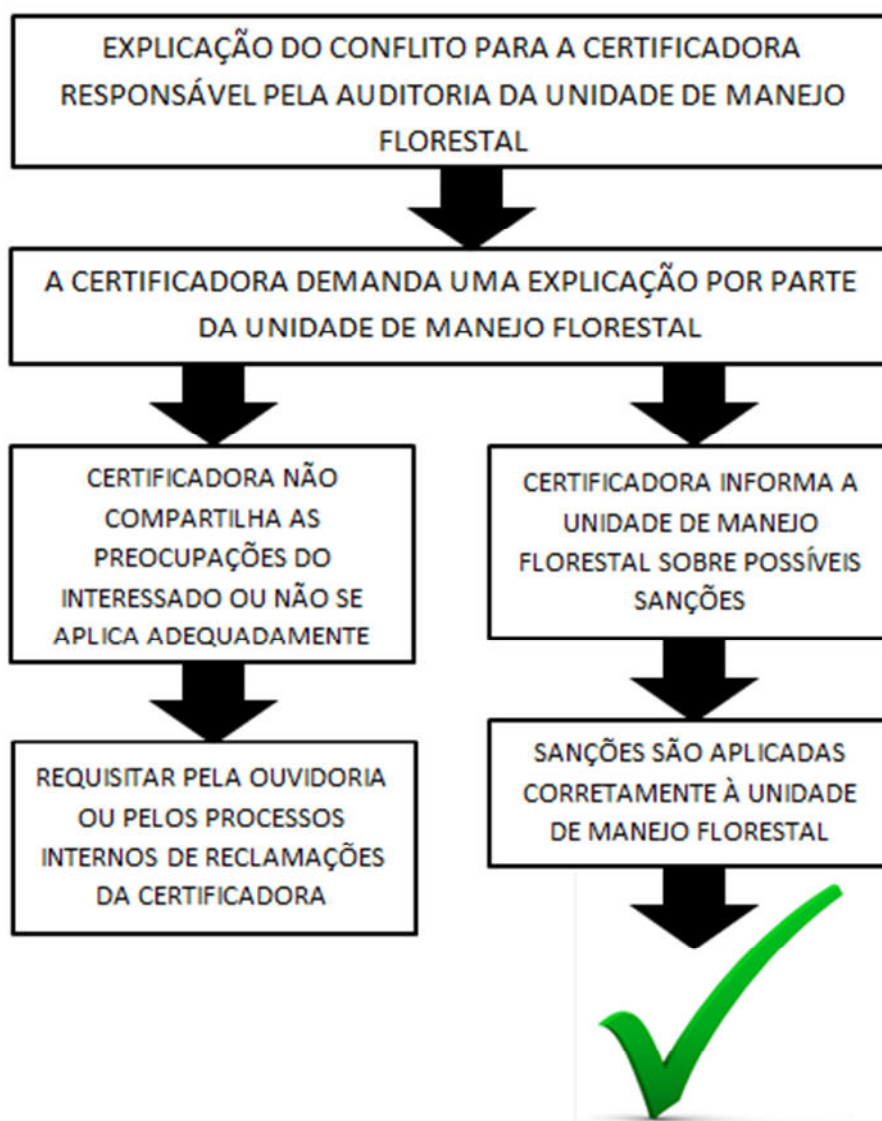
Fonte: FSC, 2007 - FSC-SERC-0024, baseado em Agbled, 2010.

- No nível intermediário, o reclamante deve explicar o conflito, os interesses envolvidos e suas demandas para a certificadora responsável para realizar todos os procedimentos de certificação FSC naquela unidade de manejo florestal objeto de questionamentos. Desta maneira, o próximo passo é que a certificadora em questão demande explicações para a unidade de manejo florestal. Neste momento novas sanções (SAC Maiores, Menores, Observações ou mesmo a suspensão do certificado) podem ser aplicadas ao empreendimento e assim a demanda é resolvida. No caso da certificadora não compartilhar das preocupações do interessado, ou mesmo entenda que elas não se aplicam adequadamente

aos quesitos do *standard* do FSC, ou de sua implementação, só resta ao reclamante requisitar pela ouvidoria ou pelos processos internos de reclamações da certificadora em questão (ver figura 30);

Figura 30 – Reclamação de nível intermediário – entre o reclamante e a unidade de certificação responsável .

RELACIONAMENTO INTERESSADO – CERTIFICADORA

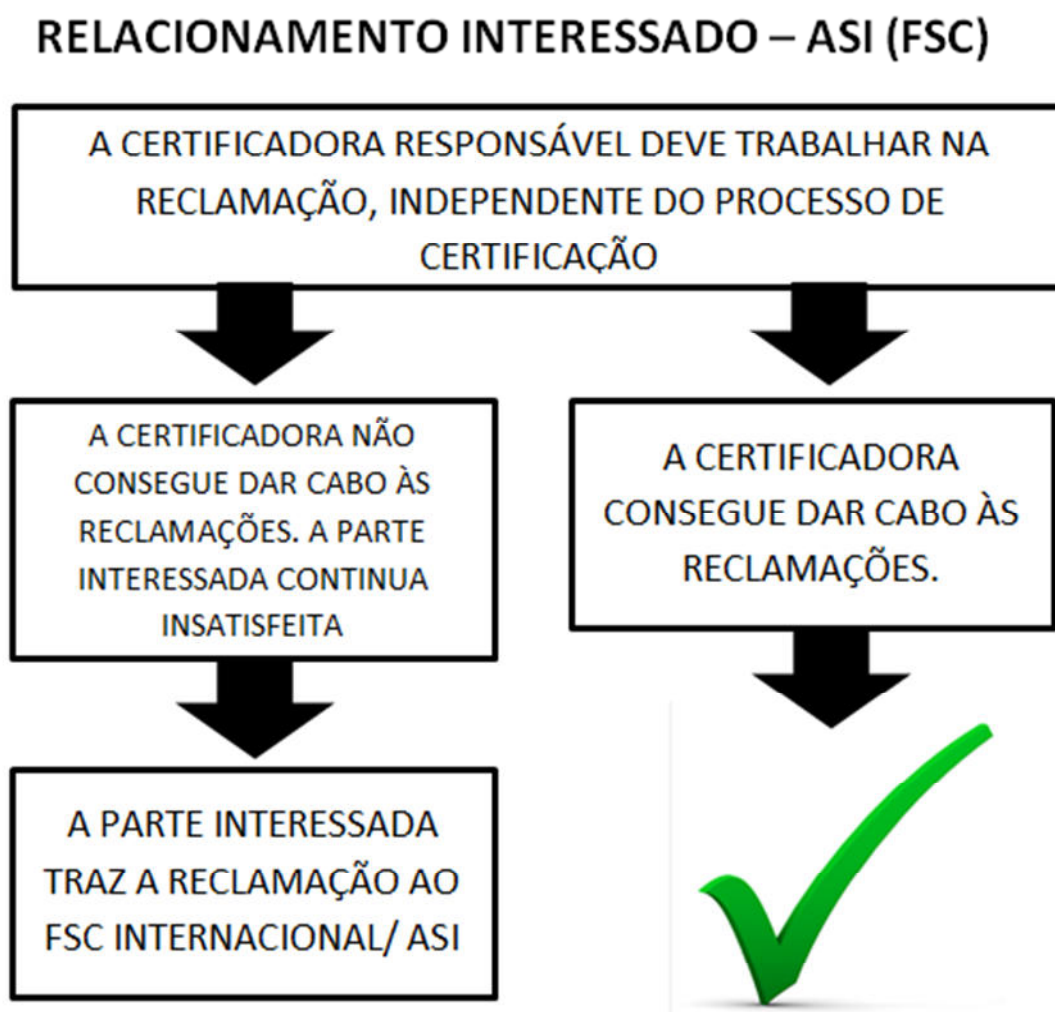


Fonte: FSC, 2007 - FSC-SERC-0024, baseado em Agbled, 2010.

No nível avançado de resolução de conflitos, o relacionamento entre a parte reclamante e o sistema FSC se dará com a ouvidoria da certificadora, que então deve obrigatoriamente trabalhar para resolver esta pendência, independentemente do processo de certificação que ele represente. Se a

certificadora não der cabo de resolver as pendências de maneira autônoma, o reclamante deve então submeter seu pedido à unidade credenciadora de certificadoras designada pelo FSC a atuar em seu nome, a ASI (ver figura 31).

Figura 31 – Reclamação de nível avançado– entre o reclamante e o FSC Internacional/unidade credenciadora (ASI)



Fonte: FSC, 2007 - FSC-SERC-0024, baseado em Agbled, 2010.

Se a ASI for acionada, os mesmos tipos de sanções existentes para as unidades certificadas de manejo florestal podem ser utilizados para as certificadoras responsáveis pela certificação das operações de manejo ou cadeia de custódia.

Se o empreendimento atender aos princípios e critérios do FSC a unidade de manejo florestal, ou a certificadora pode receber o certificado, que é válido por

cinco anos e anualmente é realizada auditoria de monitoramento para assegurar que as operações estejam ocorrendo da maneira que afirmam em seus planos de manejo e conduta.

Conceitualmente, a certificação é um processo inerentemente desafiador, que envolve avaliar centenas de princípios, critérios e indicadores de áreas enormes em condições sociais e ambientais altamente voláteis. Desta maneira, de nenhum pretendente à certificação é esperado o cumprimento absoluto de todos os princípios, critérios e indicadores. Assim, as certificadoras devem fazer julgamentos de valores acerca das operações florestais, e decidir se de maneira geral uma operação pode ser considerada bem manejada o bastante para cumprir com as regras da certificação. Assim, certificadoras devem dar sentido concreto aos princípios, critérios e indicadores, e aí decidir com base em uma ponderação quão conforme uma operação deve se encontrar para poder ser certificada. Ou seja, o escrutínio da certificadora é parte integrante fundamental da certificação FSC visto que sua avaliação de aspectos ambientais, sociais e econômicos de empreendimentos florestais tendo como referências as normas do FSC depende de interpretações dos membros da equipe de auditoria e monitoramento.

6.4.1 Exemplificando o sistema de resolução de conflitos – o caso da Veracel e da SGS

Como vimos o comitê brasileiro para a resolução de conflitos dentro do *standard* FSC é recente (a primeira reunião ocorreu em agosto de 2011) e tem como principal caso o escândalo envolvendo a certificação das operações florestais da Veracel pelo sistema SGS Qualifor.

Desde que esta operação de manejo florestal no sul da Bahia foi agraciada pelo *standard* FSC em agosto de 2008 pela SGS foi objeto de fortes críticas sociais¹⁹ realizadas por *p. ex.* a ONG local chamada de Centro de Pesquisa e Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia (CEPEDES) e o movimento ambientalista que combate a expansão do cultivo de espécies exóticas como o pinus

¹⁹ Esta parte é em parte baseado no filme *Duurzaam op Papier* e no artigo Broers & Lecluyse, 2010.

e o eucalipto denominado *World Rainforest Movement* (WRM). Este discurso completamente contrário à utilização de espécies exóticas não é o único questionamento destes movimentos contrários à certificação da Veracel.

As principais críticas colocadas às operações florestais da Veracel dizem respeito em primeiro lugar à substituição de áreas agrícolas tradicionalmente voltadas para a produção de mamão e de outros alimentos pela utilização de “monoculturas de eucalipto” que representariam um suposto “deserto verde”, baseado em processos fabris mecanizados que reduziram a oferta de empregos drasticamente na região. Para Roberto Conceição Santana, chefe do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em Eunápolis “onde antigamente tinham fazendas produtivas, hoje, só sobra eucalipto” e desta forma “pessoas que viviam na área rural mudaram para a cidade”. Para Sergio Alípio, presidente da Veracel, “esta região é destinada para produzir biomassa, como o eucalipto. Aqui não há tradição de agricultura familiar”.

Em segundo lugar, os opositores às operações da Veracel afirmam que esta empresa se utiliza de produtos químicos extremamente danosos às comunidades e ao riquíssimo solo desta região do Brasil, como o glisofato (herbicida da Monsanto conhecido como Round Up) e a sulfloramida – para David Fernandes, responsável pelas atividades de silvicultura da Veracel estes são “produtos perfeitamente seguros” – que supostamente não corresponderiam a processos efetivos de “sustentabilidade” (mesmo que a sua utilização seja permitida pelo FSC por intermédio de derrogações específicas para a realidade brasileira).

Em terceiro lugar, os opositores à Veracel afirmam que a empresa tem conduzido processos de conversão de mata nativa em plantações (após a data de 1994) e que áreas destinadas para a regeneração da mata atlântica têm sido alvos da utilização de herbicidas controlados, que teriam gerado a destruição de uma vasta área na região. Assim, diversas multas por desmatamento, pela contínua falha da empresa em recuperar áreas de mata atlântica e pelo plantio de eucalipto em áreas devolutas ou perto de parques nacionais foram aplicadas (sendo a maior destas multas, aplicada em 2008, de vinte milhões de reais; esta decisão judicial também veio revogando as licenças ambientais para o plantio de eucalipto em 96.000 hectares), mas como o chefe do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) na região Cleide Guirro afirma “a Veracel sempre entra com recurso em Brasília”. Com tantos indícios de problemas

ambientais severos o que a SGS tem a dizer? Mesmo sabendo das conversões de floresta nativa para plantações estando fora do limite estabelecido pelo FSC para Rosemary Vianna da SGS:

essa transformação ocorreu antes que estava se falando de certificação (...) e, além disso, o eucalipto já foi cortado e a recuperação ambiental já iniciada. Então não vejo o porquê ainda colocar em cheque o certificado.

Em quarto lugar, existe um forte questionamento acerca do respeito desta empresa às comunidades indígenas na região. Para a Veracel a comunidade Pataxó da Coroa Vermelha é símbolo do respeito à questão das comunidades tradicionais. A liderança Biribiri confirma que enquanto o governo não faz nada para ajudá-los “felizmente a Veracel patrocina nossos projetos de educação e de saúde”. Para os opositores às atividades da Veracel, apenas quatro das dezenove aldeias Pataxó e Tupinambá têm os territórios, ou seja, seus direitos de posse de terra, bem delineados. A comunidade de Guaxuma reivindica um território que é atualmente utilizado pela Veracel em suas plantações industriais de eucalipto. Kuhupyxa afirma que sua comunidade, no ano 2000, caçava em área de mata nativa que hoje foi convertida em monocultura de eucalipto: “[e]les têm desmatado dia e noite e com grandes tratores destruíram tudo. Mas infelizmente não temos provas disso”. Além do que, para seu filho, Takwahy “[o]s rios e nascentes por aqui secaram todos, porque o eucalipto necessita de muita água”. Nos autos de certificação da SGS ficou evidente que a organização foi informada sobre esta queixa, mas no lugar de fazer uma visita afirmam em seu relatório de 2008 que “[c]onsiderando os produtos que estão sendo usados e as dosagens, contaminação da água é muito improvável”.

Em quinto lugar, visto que nos primeiros processos de auditoria para a certificação florestal do *standard* FSC de plantações para a Veracel alguns interessados, como *p. ex.* o CEPEDES não foram ouvidos, a credibilidade do esquema de certificação é vista com ressalvas. Assim para Winfridus Overbeek, do CEPEDES, no que tange à certificação de plantações no sul da Bahia: “[e]ste certificado serve para enganar pessoas no Norte. O certificado do FSC existe apenas no papel, mas não na prática”.

Por último existe um sentimento por parte destas organizações e de outros setores que esta empresa se encontra acima da lei. Para João Alves da Silva, promotor em Eunápolis a “Veracel viola as leis trabalhistas, a legislação ambiental e a legislação criminal”. Somente na Justiça do Trabalho em Eunápolis existem mais

de 850 ações contra a Veracel e seus terceirizados. E isso não é tudo, para o promotor “o Ministério Público tem provas de crimes ambientais, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal e corrupção. Temos um depoimento de um vereador que foi comprado pela Veracel para convencer seus colegas a aprovar leis favoráveis”. Para o advogado Leandro Henrique Mosello Lima sobre estes processos: “a Veracel se manifestou antes mesmo de ser citada pela Justiça no processo (...) não existe atestado maior de transparência e vontade de trazer a verdade à tona como esse”. Para Rosemary Vianna da SGS não é competência da certificadora se intrometer em processos judiciais, assim, “enquanto não há uma decisão definitiva do Juiz, monitoramos este caso nas nossas auditorias”. Para o promotor João Alves da Silva o fato da certificadora (no caso a SGS) ser pago pela empresa que é certificada cria uma relação de dependência que cria as bases para que a certificadora camufle as violações da Veracel. “Vou informar ao FSC que ele está sendo abusado pela SGS e pela Veracel. Aí eu quero ver se eles assumem sua responsabilidade”.

Mesmo com todos estes contundentes questionamentos existem muitas controvérsias em torno da obtenção da certificação florestal do FSC por parte da Veracel. Para Peter Gerhardt, da organização Robin Wood (que deixou de apoiar o sistema FSC devido à supostas discrepâncias entre seus ideais e o que ocorreria na prática no que tange o processo de certificação do *standard*)

os consumidores alemães esperam que as certificadoras credenciadas do FSC endossem operações florestais sustentáveis, e não milhares de hectares de monoculturas de eucalipto pulverizadas por agroquímicos como no caso da Veracel.

Para o coordenador internacional do WRM

“a Veracel claramente não merece receber a certificação florestal do *standard* FSC, mas ao mesmo tempo é essencial que o FSC pare de certificar plantações de madeira de crescimento rápido e que comece a descertificar um grande número de plantações que nunca deveriam receber o selo FSC”.

Para Wally Menne, da *The Timberwatch Coalition* “é chocante que a SGS não tenha aprendido nada a partir da grande controvérsia que a certificação de grandes plantações de crescimento rápido criou”. Para Namikawa (2011) esse é um processo abstruso, pois o extremo sul da Bahia é uma área extremamente visada por organizações internacionais, porque lá tem uma concentração enorme de empresas que plantam celulose e que competem lá no mercado europeu. Desta forma “uma série de organizações não governamentais ditas defensoras das questões sociais vieram para o extremo sul da Bahia (...) exatamente para ficar

escarafunchando as questões que tinham lá, os problemas que tinham lá”. Para ela muitas destas questões emergem porque existem pessoas que estão “sendo cooptadas lá” por estas ONGs que querem minar a competitividade das grandes empresas brasileiras, visto que plantar eucalipto na Bahia traz muito mais retorno do que na Europa, assim as empresas europeias querem limitar o plantio de espécies exóticas no *sul*, visto que algumas espécies de pinus e do eucalipto são oriundas de seus biomas. Além do que, para Namikawa (2011)

tem muito dinheiro que eles investiram para melhorar a comunidade. No ponto de vista das empresas, a empresa investiu em um monte de melhorias sociais lá na região, que na hora que eles começam a levantar essas denúncias, ninguém tá olhando o que eles tão fazendo de bom lá!.

O que é interessante neste aspecto é que, como diz Namikawa (2011)

no caso da Veracel porque a ASI veio lá para fazer auditoria lá na sede da SGS Qualiflor? Por que teve uma denuncia? Quem é que fez a denuncia? Não ficou claro isso até hoje!

Por que não foram utilizados os mecanismos de resolução de conflitos de nível básico e intermediário previstos pelo *standard* FSC? Por que as denúncias partiram imediatamente para o nível mais avançado da resolução de conflito? Para Braga (2011) “existe uma forma de tentar resolver o problema dentro do próprio sistema, existem diretrizes”. Assim, se

qualquer pessoa achar que um certificado foi dado de forma desmerecida, que aquela empresa não deveria estar certificada, você pode contatar o FSC (...) tem um processo dentro do FSC, no FSC Internacional, dentro da própria certificadora, ela é obrigada a responder todos os questionamentos propostos (Braga, 2011).

O Ministério Público, ou o CEPEDES, quem é que tenha sido o reclamante, poderiam ter conversado primeiramente com a Veracel, utilizado seus procedimentos internos de resolução de conflitos, se isso não tivesse surtido efeito poderiam ir à SGS exigir explicações, nem o FSC Brasil ficou sabendo destas questões até a ASI resolver vir ao Brasil auditar os procedimentos da SGS.

Aparentemente, o estopim dos questionamentos relacionados a esta questão emergem com a apresentação do documentário *Duurzaam op Papier* que tem como alvo o processo de certificação da Veracel pelo *standard* do FSC. Este documentário belga é fortemente tendencioso visto que de um total de 39 minutos de vídeo apenas 7 minutos tratam de questões que não denotem algum tipo de negatividade à priori acerca das práticas da Veracel (*cf.* apêndice C), mas fez com que múltiplos interessados no processo de certificação do FSC questionassem o que

estava havendo. A ASI imediatamente forma uma equipe de auditores para virem ao Brasil analisar tanto as operações da certificadora SGS quanto as operações da unidade de manejo florestal da Veracel.

Desta maneira, em 2011, depois de uma série de investigações acerca das práticas da SGS no que tange a certificação da Veracel na Bahia, foi decidido que a organização fosse banida de poder certificar no Brasil. Esta dura sanção contra a SGS se deu devido aos muitos problemas encontrados pela ASI no processo de certificação da Veracel pela SGS.

Sendo os principais (*cf.* ASI, 2010; ASI, 2011; Anexo D):

- Contínua falta de consulta com importantes partes interessadas.
- Processo de consulta fraudulento.
- Nos relatórios de auditoria, no lugar de permanecer imparcial em todos os momentos a SGS parece basicamente estar defendendo os interesses da Veracel no lugar de ser comportar como uma entidade independente.
- Indícios de corrupção, plantações em terras governamentais (terras devolutas), vários processos judiciais envolvendo a Veracel em supostos crimes trabalhistas, ambientais, tributários e criminais.
- Na comunidade Pataxó de Guaxuma a comunidade presenciou desflorestamento de áreas nativas em que eles caçavam, uso de produtos químicos para limpar a área para plantações e a poluição da água com químicos. A SGS soube destas denúncias, mas não levou a sério e não foi ao local verificar.
- Empregados terceirizados vivenciaram muitas práticas ilegais cometidas pela Veracel
- Pessoas que têm acordos com a Veracel no âmbito do fomento florestal não foram incluídos no sistema de certificação. Além disso, algumas dessas pessoas têm experimentado muitas práticas ruins e ilegais cometidos pela Veracel em sua propriedade: os trabalhadores são mal tratados, ocorre desmatamento de Florestas de Alto Valor de Conservação e em áreas de Reserva Legal, intimidação e assim por diante.

- O último relatório de monitoramento da SGS Qualifor acerca da Veracel data de 30/11/2009-04/12/2009 e é exatamente o mesmo documento (copiar e colar) do primeiro relatório de monitoramento
- SGS concedeu a certificação duas semanas antes de haver uma consulta com um ator social importante, a ONG CEPEDES.
- Segundo a IMA, a Agência Estadual de Meio Ambiente da Bahia existe 37,037 ha de plantações clandestinas, dos quais a Agência Ambiental não tem conhecimento ou controle em áreas de zona de influência da Veracel. Ou seja, é muito provável que a Veracel tenha plantações sem licença ambiental. Além disso, a IMA aponta vários problemas que estão relacionados com a expansão das culturas de eucalipto: a questão indígena, a pilhagem de madeira, desmatamento, degradação da água, não conformidade com as normas ambientais, o uso de produtos químicos nas plantações, a migração, o êxodo rural, o declínio de terra agrícola para produção de alimentos e de emprego.
- Indícios mostram que a Veracel não tem interesse na capacitação da comunidade local. Ou seja, a SGS não avaliou a falta de compromisso da empresa com o engajamento social da comunidade.
- Veracel está atualmente ocupando terras que pertencem ao Estado.
- Foram encontradas discrepâncias em benefícios de trabalho entre trabalhadores próprios da Veracel e os empregados terceirizados por empreiteiros. Trabalhadores próprios recebem mais benefícios, e os contratantes alegam que não podem oferecer condições de igualdade, porque eles não são bem pagos e a Veracel está relutante em oferecer benefícios iguais para todos os trabalhadores.
- Falta de continuidade da SGS ao abordar as seguintes questões:
 - a) A empresa, de propósito, muda os seus representantes para que o processo seja atrasado ou completamente esquecido internamente;
 - b) Auditores e certificadores diferentes raramente visitam a região tornando-se impossível ter uma clara perspectiva histórica de uma situação tão intrincada.
- Indícios de negligência:
 - a) Ciente da maioria das questões, o grupo ainda certificou a empresa

- b) SGS recusou apoio externo para analisar caso da Veracel
- c) FSC é visto como cúmplice de atividades ilegais da empresa assegurando a sua sustentabilidade econômica

Considerando o desempenho geral da equipe de auditoria SGS Qualifor, as recomendações que a equipe ASI emitiu foram de que as deficiências observadas na não identificação de problemas fizeram com que o processo de monitoramento da SGS fosse considerado insatisfatório nesta avaliação. Assim, foi recomendado ao diretor geral da ASI, a suspensão do credenciamento do programa SGS Qualifor de Manejo Florestal FSC no Brasil até a resolução efetiva das não-conformidades identificadas durante esta avaliação. Já as atividades suspeitas da Veracel continuam legitimadas pelo certificado FSC, que não foi suspenso, e continua válido até março de 2013 (Cf. Anexo E). Para Augusti da Fibria (empresa ligada à Veracel):

A ASI decidiu fazer uma auditoria própria no empreendimento, e aí houve vários conflitos de interpretação e também de posicionamento. A empresa tem um posicionamento, a certificadora SGS tem outro posicionamento e a ASI tem outro posicionamento. Eu acompanhei (este processo), e o que eu tiro deste episódio é o seguinte: - A ASI precisa ser repensada. Eu acho que ela, como um organismo que faz parte deste mundo FSC, de diversidade, ela não pode ter todo o poder e ter esta arbitrariedade de decidir a investigar antes de você analisar muito bem e consultar muito bem a quem ela vai estar investigando. Ela tem que consultar muito bem a empresa, consultar o certificador, respeitar o trabalho do certificador, que já vem anos certificando, anos sendo avaliadas auditorias no mundo inteiro, certifica no mundo inteiro. Respeitar, não estou dizendo se está certo ou errado, e também consultar a sociedade. A partir daí terá um posicionamento comum de como agir. Então realmente eu acho que a ASI ela precisa ser repensada, o FSC está trabalhando para isso, para ter um melhor organismo certificador nós também temos questionamentos com relação à capacidade dos técnicos e à interpretação dos técnicos. Então não é uma crítica para criticar no final da história. O FSC se abrir e a gente ir lá participar, como nós podemos ir lá e ajudar a criar um organismo certificador mais equilibrado. Eu acho que é isso, infelizmente aconteceu agora está sendo revisto o primeiro posicionamento com uma segunda auditoria que realmente vai corrigir algum tipo de interpretação e alguma forma de atuação que não foi tão adequada (2011).

Para Braga (2011)

o sistema não quer se prevenir das eventuais falhas somente, ele quer no caso que haja alguma falha, no caso de alguma auditoria, etc. que ele tenha sistemas para que esta falha seja corrigida e estes procedimentos sejam melhorados.

A nosso ver se uma atividade é considerada por tantas partes como no mínimo controversa, a questão que emerge então é porque manter esta certificação? Por causa dos pagamentos realizados pela empresa à certificadora durante todos estes anos? Por que a(s) dona(s) desta empresa (tanto no exterior

como no Brasil) estão historicamente ligadas ao desenvolvimento do *standard* FSC e em seu sistema de governança? Se o esquema de certificação do FSC preconiza tanto o aprimoramento das suas práticas bem como das práticas empresariais deveria lidar de maneira mais satisfatória com as incertezas resultantes de sua atividade, principalmente no que tange à relação entre plantações, ecossistemas nativos, comunidades tradicionais, processos judiciais e a efetiva resolução destes conflitos.

O estudo deste caso envolvendo a implementação pela SGS do *standard* do FSC brasileiro de manejo florestal à Veracel demonstra como este processo reflete à acomodação de diferentes interesses/mundo de vida divergentes em interfaces embasadas principalmente por estratégias discursivas e racionalizações antagônicas. A análise deste processo de certificação conflituoso traz muitas lógicas interlaçadas: para os movimentos sociais como *p. ex.* a ONG CEPEDES e o WRM, a empresa não poderia certificar suas operações por utilizar de práticas de manejo nas quais espécies exóticas são utilizadas; em que diversos interessados no processo de certificação simplesmente não foram ouvidos; pela existência de fortes indícios de corrupção que envolvem a empresa e o governo das municipalidades do extremo sul da Bahia onde a Veracel atua. Para a empresa, o procedimento da implementação da certificação, auditoria e monitoramento ocorreu segundo o esperado rito por parte de sua certificadora; concomitantemente com a presunção de inocência até que se prove o contrário no caso das ações impetradas pelo Ministério Público e por outras partes; aliado ao fato de disputas acerca do certificado FSC não terem seguido o procedimento acertado. Para a certificadora, o abuso de poder exercido pela ASI foi desproporcional ao tamanho dos questionamentos. Para o setor de silvicultura brasileiro, as ONGs estão atuando como fantoches dos interesses dos países desenvolvidos, querendo minar a utilização das práticas de manejo mais eficientes do mundo e, portanto mais positivas ao meio ambiente, por utilizarem menos área de floresta para alcançarem níveis (quase) ideais de produção.

A nosso ver, se o documentário *Duurzaam op Papier*, financiado por duas entidades que abandonaram o FSC não tivesse causado uma comoção tão grande na Bélgica, nem a SGS teria sido impedida de continuar suas práticas de certificação no Brasil, tampouco a ASI viria a questionar as práticas desta empresa que por muitos setores da comunidade internacional é tida como exemplo de sustentabilidade e

transparência. Como vimos, em 2012, a dinâmica social é incerta, volátil, aberta a rearranjos e negociações nas quais a construção de percepções acerca dos problemas ambientais são demandas socialmente constituídas por diferentes acepções dentro do espaço dos fluxos e das redes. No setor florestal, o questionamento dos movimentos sociais atrelados a uma reflexividade empresarial, cada vez mais intensa, fez emergir práticas responsáveis através de autoridades privadas e da implementação de seus *standards*. Este processo de certificação não emerge sem conflitos, pois “os agricultores, do mesmo modo que professores, políticos e técnicos têm suas próprias redes, suas intenções e suas estratégias” (Alves, 2008, p. 224) Desta forma, muitas incertezas e acepções discrepantes tomam conta de grande parte do debate de todos os envolvidos na certificação. Estas discontinuidades têm sido amplamente debatidas e (re)inseridas dentro dos mundos de vida dos *stakeholders* (re)estruturando e (re)mapeando as estratégias, racionalizações e diferentes práticas discursivas dos atores sociais envolvidos. Assim,

[o] desafio constante para quem quer manter a *rede* em funcionamento é decifrar os sinais emitidos pelos atores nos seus deslocamentos. O que é muito complexo, pois geralmente se confia apenas nas interpretações dos líderes e representantes ou nos seus próprios filtros, que nunca são desprovidos de interesses (Alves, 2008, p. 224).

A interface social instituída dentro desta ampla rede por mais inclusiva que seja não dá cabo de acabar com todas as discrepâncias de valores, pois disputas de diversos interesses são inerentes à ação social. Principalmente no que tange *p. ex.* as possíveis interpretações acerca dos princípios e critérios e principalmente de como eles devem ser interpretados durante a etapa de implementação. Vimos que este processo pode ser extremamente conflituoso e causar um sério transtorno à atividade empresarial, mesmo que isso deva ser analisado como uma parte integral do processo de negociação, adaptação e transformação de significado das diversas acepções e contradições imersas numa questão complexa como o manejo florestal responsável.

7 CONCLUSÃO

Nesta tese realizamos uma pesquisa do funcionamento de uma lógica privada de um esquema de certificação inovador. Dentro do contexto da modernização ecológica interpretamos a emergência e o desenvolvimento de autoridades privadas especializadas (em definição de normas para um *standard* específico), em credenciar certificadoras aptas a implementar *standards* e certificadoras especializadas em implementar estes *standards*). Argumentamos que este processo de modernização ecológica ocorre por intermédio da regulação social do mercado e da reflexividade empresarial.

Tanto a definição de normas quanto a implementação da certificação florestal do FSC são arenas de disputas de diversos interesses, por intermédio, por exemplo, de diferentes interpretações acerca da configuração dos princípios e critérios e de como eles devem ser interpretados. Muitos aspectos do FSC estão em constante mutação, isso ocorre devido às constantes disputas de ideais em negociações e acomodações que caracterizam os conflitos nesta arena *multistakeholder*.

7.1 CATEGORIZAÇÕES DOS PRINCIPAIS CONFLITOS LEVANTADOS NA PESQUISA DE CAMPO

Diversos conflitos foram identificados durante a pesquisa de campo. É notável a quantidade de questões conflituosas relacionadas às certificadoras (*cf.* apêndice D). Os diferentes conflitos emergentes dentro do escopo de certificação promovido pelo FSC foram categorizados segundo as duas principais etapas do *standard*: em primeiro lugar foram identificados conflitos emergentes na etapa de definição de normas; e em segundo as principais disputas na etapa da implementação da certificação FSC em todas as peculiaridades que envolvem um caso particular (ver figura 32).

Figura 32 – Categorização de conflitos existentes por elementos do processo de certificação FSC



Fonte: Pesquisa do autor

Durante esta etapa da pesquisa, foram identificados os seguintes conflitos na definição de normas:

- Talvez o conflito mais antigo e mais disseminado do processo de certificação do FSC é se o escopo da certificação do FSC deve ser limitado às florestas naturais ou se é permitido à certificação de plantações de espécies exóticas como o pinus e o eucalipto. Para o certificado FSC plantações são consideradas objeto de certificação de manejo florestal, e têm um capítulo específico para a sua utilização. Qualquer plantação que após 1994 não seja resultado de conversão de floresta natural para plantações pode ser certificada. Obviamente esta certificação levará em conta a preservação de área nativa e de um plano de manejo e gestão ambiental pelo menos igual ao de uma floresta de alto valor de conservação. Este tipo de certificação é visto como econômica e ambientalmente correta visto que as florestas plantadas ocupam atualmente 5 % de toda cobertura vegetal e respondem a 40 % da demanda por produtos florestais. Se plantações não fossem certificáveis, teríamos uma pressão muito mais exacerbada sobre ecossistemas nativos, e conseqüentemente para a sustentabilidade da biosfera como um todo.

- Outro problema identificado, na etapa da definição de normas, diz respeito à possibilidade de se emitir certificados de créditos de carbono conjuntamente com a certificação de manejo florestal tradicional. Esta possibilidade fez com que uma organização (FERN) abandonasse o FSC e retirasse seu suporte oficial ao processo desempenhado por esta organização.
- Outro conflito que foi identificado no que tange à definição de normas é a organização institucional do FSC, que permite que as certificadoras sejam membros ativos do processo de definição de normas como membros da Câmara Econômica (do norte ou do sul, dependendo do caso). Esta inclusão das certificadoras como membros da organização FSC, com poder de voto e de propor novas regras, pode ser visto com ressalvas. Enquanto estas organizações são responsáveis pela implementação de todo o *standard* seu monitoramento e recertificação, elas também ajudam a decidir sobre as normas. É possível arguir que com estas características este tipo de organização é mais poderosa do que outras organizações. Podem estimular as discussões em torno de novas preposições segundo os seus próprios interesses. O que poderia ser um *feedback* dos implementadores do certificado à própria lógica de funcionamento do certificado pode trabalhar contra o selo, facilitando o trabalho de monitoramento e auditoria por criar regulamentações que zelem apenas aos seus interesses e lucro, menosprezando a lógica por trás da certificação como um todo.
- Ainda em se tratando da questão da definição de normas, é relevante ressaltar que existe uma lista de produtos químicos proibidos que são utilizados em alguns países, por serem considerados imprescindíveis para o cultivo de determinadas espécies em determinado país. O produto químico sulfluramida é proibido no mundo inteiro em unidades de manejo florestal certificada pelo FSC, menos no Brasil. Segundo o lobby do principal produtor deste produto no Brasil (Mirex) é o único produto que “realmente” resolve o problema das formigas cortadeiras. Problema esse que países do hemisfério norte não têm, mas que não explica por que motivo este produto continua sendo proibido em países fronteiriços com o Brasil, como a Bolívia. Argumentamos que se trata de uma questão

resultante de conluio entre a comitiva brasileira do FSC que tem poder para pedir uma derrogação deste nível. Este produto continua permitido no Brasil até 2013.

No que diz respeito ao processo de implementação da certificação foram identificados os próximos pontos de discussão:

- Falta de treinamento/preparo dos auditores/funcionários responsáveis pelo processo de implementação da certificação de manejo florestal do FSC por parte da certificadora e da empresa interessada.
- A interpretação de (não-) conformidade dos princípios, critérios e indicadores do *standard* FSC para plantações e florestas por parte dos auditores e da empresa.
- A ética do auditor e da empresa, de ser conivente (se submeter) a procedimentos ilícitos para esconder (aliviar) problemas severos na atividade florestal por troca de favores.
- A existência de um contrato entre a empresa e a certificadora, ou seja, é possível afirmar que existe uma relação econômica entre a certificadora e a empresa, fato que pode comprometer a integridade das avaliações por constranger as partes e conseqüentemente reduzir o lucro das operações realizadas pela certificadora e pela empresa.

Outras disputas, conflitos e impressões levantadas na pesquisa de campo englobam ainda questões:

- *Utilização do selo* – FSC 100%, FSC reciclado e FSC Misto: não há dúvidas de que toda operação certificada deveria utilizar o selo 100%, mas isto é ainda idealismo, portanto está sendo aumentada a exigência de madeira certificada para a obtenção do selo FSC Misto, e assim aumenta-se a demanda de madeira certificada de uma maneira mais sustentável.
- *Disputas envolvendo a SGS Qualifor/ASI/Veracel* – O processo de certificação foi considerado fraudulento e assim a SGS foi excluída da lista de certificadoras brasileiras até que uma série de ajustes sejam integrados às suas práticas, no ínterim todas as atividades certificadas por esta organização estão sob suspeita e sujeitas a análises complementares.

- *Escrutínio das interpretações dos auditores combinado ao pagamento e escolha da certificadora por parte das empresas* – Será que esta questão pode de alguma forma vir a afetar a segurança jurídico-institucional do sistema de certificação? Será que a ASI não deveria ser mais rígida na formação e escolha dos auditores das certificadoras? Ou será que as certificadoras deveriam ser indicadas pelo FSC ou pela ASI no lugar da empresa escolher, porque hoje quem tem esta prerrogativa é a empresa, ela pode escolher a certificadora, talvez por causa de custos, ou por outros critérios. Será que este procedimento pode afetar a imagem do FSC, tendo em vista que esta prática não é divulgada ao consumidor final. No selo não vem sendo dito que determinada cadeia de custódia e manejo florestal de uma empresa é certificado pelo programa *SmartWood* da *Rainforest Alliance*, do Imaflo, simplesmente vem o selo do FSC. Ou no caso da Veracel, em que a SGS atualmente não pode certificar pelo FSC por estar sendo reavaliada, e esta notícia não vem na informação para o cliente-final.
- *Utilização do pinus e do eucalipto em áreas que estas espécies não sejam endêmicas* - vários setores acadêmicos pensam que a utilização de espécies exóticas pode ser maléfica para ecossistemas.

7.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, o FSC é uma entidade *multistakeholder* que almeja equilibrar os interesses econômicos aliados à questão ambiental e social. Em nossa análise foi ressaltado que existe uma centralidade de determinados atores em detrimento de outros no que tange à definição de normas da entidade e também em sua implementação.

No caso da definição de normas ficou evidenciado que existe uma preponderância de organizações baseadas no “norte” (ou nos países membros da OCDE – os ditos países desenvolvidos) com especial relevância para o processo de governança global do FSC. Nominalmente podemos citar as organizações ambientais Greenpeace, WWF, *Friends of the Earth* e *Defenders of the Wildlife* como

um dos principais elos entre o processo de governança do FSC em todo o mundo. Isso ocorre visto que participam dos Conselhos Diretores de inúmeros FSC nacionais. Em um primeiro olhar é surpreendente a importância das ONGs transnacionais para todo o sistema FSC, mas olhando de perto os atores envolvidos é possível afirmar que esta estratégia esteja de acordo com os interesses destas entidades em promover alternativas para um consumo mais responsável. Participando do processo decisório dos *standards* nacionais, ao mesmo tempo em que estas entidades promovem sua imagem aceleram a introdução destas práticas de manejo responsável certificadas pelo FSC. Não acreditamos que a preponderância deste tipo de organização na governança do FSC prejudique de alguma maneira o processo como um todo, cremos que ao contrário estas organizações servem como fiel da balança para que o *standard* FSC não se torne simplesmente um certificado corporativista. Este caráter de dar relevância a movimentos sociais e ambientais torna o selo FSC único e diferenciado.

No que tange o processo de implementação vimos que o ator com maior centralidade é a certificadora. Esta opção por utilização de auditorias e monitoramentos por terceiras partes faz parte de *standards* baseados em *performance*, mas não necessariamente diminuem os riscos de que algum tipo de irregularidade ocorra durante a implementação da certificação. Acreditamos que esta centralidade das certificadoras na implementação FSC possa trazer em determinada maneira riscos à efetividade da certificação.

No que diz respeito aos conflitos emergentes durante a certificação é importante salientar que existem uma série de controvérsias em diversos pontos. Definir de maneira satisfatória e consensual o que significa um manejo florestal responsável é uma tarefa extremamente complicada. Questões basais podem gerar muita controvérsia, como *p. ex.* a definição de florestas e de plantações; a entrada do FSC no mercado de carbono; a utilização de derrogações para permitir por um período de tempo a utilização de determinadas substâncias proibidas; a falta de treinamento e preparo dos auditores; a interpretação dos princípios, critérios e indicadores por diferentes certificadoras; o escrutínio ético-moral dos auditores; a relação econômica entre a certificadora contratada para realizar o processo de certificação de uma determinada empresa; os inúmeros escândalos envolvendo praticamente todas as certificadoras pelo mundo com indícios de *greenwashing*.

É importante salientar que o processo de certificação que engloba a definição de normas como a implementação é um processo em constante mutação em busca de um constante aperfeiçoamento. Desta maneira, estão sendo realizadas constantemente revisões de seus *standards* na esfera internacional e brasileira. Em janeiro de 2012 está sendo concluído um processo de revisão dos *standards* globais para resolver algumas pendências de conflitos e acomodar, de maneira mais coerente, os diferentes interesses envolvidos na complexa questão de estabelecer de maneira concreta quesitos ambientais para o manejo responsável de florestas e plantações para produção de celulose e subsequentemente de papel e seus derivados.

7.3 RECOMENDAÇÕES

- O papel exercido pelas certificadoras (p. ex. SGS, SCS, Bureau Veritas, etc.) pode ser considerado como diferenciado com o encontrado entre os outros membros do FSC, visto que ao mesmo tempo participam da Câmara Econômica no que diz respeito à definição de normas e são as responsáveis pela implementação dos *standards in loco*. É possível argumentar que possam emergir alguns tipos de conflito de interesse com esta dupla função. Corre-se o risco das certificadoras almejem estrategicamente uma flexibilização das normas, facilitando sua atuação e ao mesmo tempo exaurindo a real efetividade e abrangência do processo de certificação como um todo. A nosso ver, a certificação FSC escolheu procedimentos de auditoria por terceiras partes para garantir a independência dos auditores, ampliando a credibilidade e efetividade do processo com um todo. No momento em que a certificadora participa do processo de definição de normas e da implementação esta credibilidade pode ser afetada, pois na realidade o processo de certificação não é realizado por equipes desvinculadas do FSC, mas por pessoas de dentro.
- Como as certificadoras em grande parte são empresas constituídas, e visam lucro, suas atividades de implementação e controle das atividades certificadas podem vir a serem comprometidas com a substituição de

determinadas práticas e procedimentos por outros que deem uma expectativa de lucro maior. A nosso ver, o ideal seria que todo o papel exercido pelas certificadoras fosse absorvido pelo próprio FSC (ou ASI), sendo responsabilidade única e exclusiva da gerência do *standard*. No mínimo é recomendável que estatutariamente as certificadoras fossem obrigatoriamente organizações sem-fins lucrativos, pois teriam como meta no lugar de lucrar e de remunerar seus acionistas, realizar o melhor processo de implementação, monitoramento e auditoria possível. Se isso ocorresse a única entidade em nível global que poderia continuar exercendo o papel de certificadora seria o sistema *SmartWood* da *Rainforest Alliance*, representado no Brasil pelo Imaflora.

- Em nosso ponto de vista, cremos que as diferenças sociais entre os países do mundo influenciam a maneira com que o processo de implementação é conduzido. Desta maneira, uma certificação em um país pobre e corrupto tem maior chance de ser passível de irregularidades, é recomendável que estudos para minimizar estas práticas sejam realizados. Acreditamos que uma formação de auditores de carreira pelo FSC seja um dos caminhos para mitigar problemas. Outra possibilidade é fazer com que auditores realmente de fora, ou seja, do exterior, especializados em determinado tipo de certificação e/ou processo de auditoria/monitoramento sejam convocados para a inspeção, ou mesmo para realizarem o processo de implementação do FSC como um todo.
- Acreditamos que seja recomendável estabelecer critérios para estimular a certificação de outros produtos florestais, visto que existe uma preponderância do setor de celulose para a produção de papel e outras embalagens, de um lado, e de madeira para a produção de tora/tábuas/móveis, de outro. Fora isso existem poucos produtos certificados. No caso brasileiro não é difícil imaginar outros produtos que possam vir a obter a certificação FSC, existem uma série de nozes e frutos comestíveis nativos do Brasil (preponderantemente na região amazônica) como a Castanha-do-Pará (*Bertholletia excelsa*), Castanha-de-Caju (*Anacardium occidentale*), Castanha-do-Maranhão (*Bombacopsis glabra*), Pequi (*Caryocar brasiliense*), Açaí (*Euterpe oleracea*), Guaraná (*Paullinia cupana*), Coco (*Cocos nucifera*), entre outros produtos como a

borracha de Seringueiras (*Hevea brasiliensis*) que ocupam importante função econômica para diversas comunidades florestais ribeirinhas e/ou indígenas em remotas áreas da Amazônia brasileira. Outra área relevante para a exploração da certificação florestal FSC é o setor de essências para fragrâncias, outro produto florestal que poderia ser melhor explorado. A utilização de um perfume “sustentável” e certificado pelo FSC teria uma aceitação imediata em todo o mercado. Além disso, o próprio *standard* do FSC prega em seu princípio número 5 que “as operações de manejo florestal devem incentivar o uso eficiente dos múltiplos produtos e serviços da floresta para assegurar a viabilidade econômica e uma grande gama de benefícios ambientais e sociais” (FSC, 2004). Estes pequenos exemplos citados já fariam uma grande diferença para que empresas cumprissem com este princípio de maneira mais efetiva. Mesmo no caso de uma empresa de celulose como a Klabin, estas atividades correlacionadas à floresta poderiam ser facilmente empregadas em suas práticas.

- Acreditamos que a praxe seja a introdução de planos de manejo que contemplem a introdução de espécies exóticas e específicas (geralmente algum tipo de espécie de Pinus e/o de Eucalipto) para a produção florestal e seus produtos mais comuns, madeira bruta, papel e celulose. É recomendável que em lugar de estudo sobre a introdução destas espécies exóticas sejam realizados diferentes análises nas diversas realidades ecológicas para avaliar a utilização de outras espécies em vez da tradicional utilização destas. Talvez em alguma realidade específica, a utilização de outras plantas nativas em detrimento da introdução de espécies exóticas com um grande poder de disseminação seja melhor para o meio ambiente.
- Valorização de planos de manejo que contemplem o plantio exclusivo de espécies nativas. Isto poderia ocorrer *p. ex.* com a introdução do Selo FSC Nativo (Bioma), dando ao consumidor final uma opção viável de contribuir para o manejo responsável em determinado bioma que aos olhos deste consumidor efetivamente necessite de maior contribuição. Desta maneira, a embalagem produzida exclusivamente a partir de vegetação nativa da Mata Atlântica poderia receber o Selo FSC 100%

e/ou o Selo FSC Nativo (Mata Atlântica), no caso de um porta-joias produzido com capim-dourado (*Singhnantus sp*) oriundo do Cerrado receberia o Selo FSC Nativo (Cerrado). Este Selo poderia ser utilizado internacionalmente, valorizando o local em detrimento do global, ao mesmo tempo em que traz o consumidor mais próximo do manejo responsável, contribuindo para a disseminação destas práticas exercidas pelo FSC.

REFERÊNCIAS

- AGBLED, H. **Forest Stewardship Council's (FSC) certification dispute in Sweden: a case study involving the Swedish Society for Nature Conservation (SSNC) and Svenska Cellulosa Aktiebolaget (SCA)**. 2010. 50 f. Dissertação (Mestrado em Rural Development and Natural Resource Management) – Faculty of Natural Resources and Agricultural Sciences, Department of Urban and Rural Development, Swedish University of Agricultural Science, Uppsala. 2010.
- ALEXANDER, J. Global Civil Society. **Theory, culture and society**, v. 23, p. 521-524. 2006.
- ALVES, A.F. **Do desenho à implementação de projetos de desenvolvimento rural sustentável: interfaces e negociações no Projeto Vida na Roça (Paraná)**. 2008. 234 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- ALVES, A.F.; GUIVANT, J.S. Redes e Interconexões: Desafios para a construção da agricultura sustentável. **Interthesis**, Florianópolis, v. 7, n.1, p. 01-27, jan./jul. 2010.
- ANDERSON, S.; CAVANAGH, J. **Top 200: the rise of corporate global power**. Institute for Policy Studies. Washington. 2000. Disponível em: <http://www.ips-dc.org/downloads/Top_200.pdf>. Acesso em: 18 julho 2010.
- ANDRADE, J.C.S. **Conflito, cooperação e convenções: a dimensão político-institucional das estratégias sócio-ambientais da Aracruz celulose (1990-1999)**. 2000. 419 f. Tese (Doutorado em Administração) - UFBA, Salvador. 2000.
- ARJOMAND, S.A. Social theory and the changing world: mass democracy, development, modernization and globalization. **International sociology**, v. 19, n.3, p. 321-353. 2004.
- ARNASON, J. **Civilizations in dispute: historical questions and theoretical traditions**. Leiden: Brill. 2003.
- ARNOLD, M.; DAY, R. **The next bottom line: making sustainable development tangible**. Washington: World Resources Institute. 1998.
- ARTS, B.; APPELSTRAND, M; KLEINSCHMIT, D.; PÜLZL, H; VISSEREN-HAMAKERS, I.; EBA'Á ATYI, R; ENTERS, T; MCGINLEY, K.; YASMI, Y. Discourses, actors and instruments in international forest governance,. In: RAYNER, J., BUCK, A. & KATILA, P. (eds.) **Embracing complexity: meeting the challenges of international forest governance**. International Union of Forest Research Organizations: World Series. 2010. v. 28. p. 57-73.
- ASHLEY, P.A. **Ética e responsabilidade social nos negócios: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira**. São Paulo: Saraiva. 2003.

ASI ASI assessment report: ASI-AR-0265-SGS QUALIFOR – 2010 – Brazil (Veracel), FSC accreditation program - FSC FM (forest management) - assessment for SGS South Africa (Pty) Ltd. 2010. Disponível em: <http://www.accreditation-services.com/wp-content/uploads/downloads/2011/10/ASI_-REP-54-SGS-2010-BRA__Veracel__PS_-_updated_24-05-2010__AR-0265_.pdf>. Acesso em: 15 fevereiro 2012.

ASI ASI assessment report: ASI-REP-54-SGS QUALIFOR – 2011 – Brazil (Veracel), FSC accreditation program - FSC FM (forest management) - assessment for SGS South Africa (Pty) Ltd. 2011. Disponível em: <http://www.accreditation-services.com/wp-content/uploads/downloads/2011/10/ASI-REP-54-SGS_Qualifor-2011-BRA__Veracel__AR-0592_.pdf>. Acesso em: 15 fevereiro 2012.

AUGUSTI, J.C. [gerente de meio ambiente florestal da Fibria] Empresas florestais e os sistemas de certificação: visão e papel do setor florestal. **Seminário “certificação florestal no Brasil”**, 18/08/2011, Piracicaba: ESALQ/USP.: 12 2011. arquivos MP3 (352min): 128 Kbit/s, 8000 Hz, 322 MB, estéreo.

BÄCKSTRAND, K. **Accountability and legitimacy of networked governance:** public-private partnerships for sustainable development. Paper presented at International Organizations and Global Environmental Governance, 2-3 December 2005, Berlin. 2005. Disponível em: <http://web.fu-berlin.de/ffu/akumwelt/bc2005/papers/backstrand_bc2005.pdf>. Acesso em: 09 julho 2010.

Bäckstrand, K.; Lövbrand, E. Climate governance beyond 2012: competing discourses of green governmentality, ecological modernization and civic environmentalism. In: PETTINGER, M.E. (ed.) **The social construction of climate change:** power, knowledge, norms, discourses. Aldershot: Ashgate Publishing. 2007. p. 123-147.

BASS, S. Certification in the forest political landscape. In MEIDINGER, E.; ELLIOTT, C.; OESTEN, G. (Eds.) **Social and political dimensions of forest certification.** Remagen-Oberwinter: Verlag. 2003. p. 27-60.

BASS, S.; GUÉNEAU, S. Global forest governance: effectiveness, fairness and legitimacy of market-driven approaches. In THOYER, S.; MARTIMORT-ASSO, B. (eds.) **Participation for sustainability in trade.** Aldershot, Ashgate. 2007.

BATMANIAN, G. O consumidor brasileiro deve ir às lojas pedir produtos com madeira certificada,. In: IMAFLORA. **Brasil certificado:** a história da certificação florestal no Brasil. Piracicaba: Imaflora. 2005. p. 18-21.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Zahar. 2001.

BAYLIS, J.; SMITH, S. **The globalization of world politics:** an introduction to international relations. Oxford: Oxford University Press. 2001.

BECK, U. **Risk society:** towards a new modernity. Londres: Sage. 1992.

BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP. 1997a. p. 11-71.

BECK, U. Autodissolução e auto-risco da sociedade industrial: o que isso significa. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP. 1997b. p. 207-218.

BENDELL, J. Civil regulation: a new form of democratic governance for the global economy? In: BENDELL, J. (Ed.) **Terms of endearment: business, NGOs and sustainable development**. Sheffield: Greenleaf Publishing. 2000. p. 239-254.

BENTON, T. **Philosophical foundations of the three sociologies**. Londres: Routledge. 1997.

BERNSTEIN, S. & CASHORE, B. Non-State global governance: Is forest certification a legitimate alternative to a global forest convention? In: KIRTON, J.J. & TREBILCOCK, M.J. (Eds.) **Hard choices, soft law: combining trade, environment and social cohesion in global governance**. Londres: Ashgate. 2003. p. 73-89.

BHAMBRA, G.K. **Rethinking modernity: postcolonialism and the sociological imagination**. Basingstoke/Nova Iorque: Palgrave Macmillan. 2007.

BIERMANN, F.H.B. **Earth system governance: the challenge for social science**. 2005. 50 f. Tese (Aanvarding van het ambt van hoogleraar Milieubeleidswetenschappen aan de FALW en hoogleraar Politicologie aan de FSW van de VU). Vrije Universiteit, Amsterdam, 2005.

BINGEN, J.; SIYENGO, A. Standards and corporate restructuring in the Michigan dry bean industry. **Agriculture and human values**. Houten, v. 19, n. 4, p. 311-323, 2002.

BLOWERS, A. Environmental policy: ecological modernization and the risk society? **Urban studies**, Beverly Hills, v. 34, n. 5-6, p. 845-871. 1997.

BLOWFIELD, M. Ethical trade: a review of developments and issues. **Third world quarterly**. Londres, v. 20, n.4, p. 753-770. 1999.

BOBBIO, N. Sociedade civil. In: BOBBIO, N.; METTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Eds.) **Dicionário de política**. São Paulo/Brasília: Editora da Universidade de Brasília/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2004. p. 1206-1211.

BOEIRA, S.L; CUNHA, C.R. Souza Cruz: história e ideologia contemporânea sobre responsabilidade social. **Interthesis**, Florianópolis, v. 7, n.2, p. 276-315, jul/dez. 2010.

BONANNO, A.; BUSCH, L.; FRIEDLAND, W.H.; GOUVEIA, L; MINGIONE, E. (Eds.) **From Columbus to ConAgra: the globalization of agriculture and food**. Laurence: University Press of Kansas. 1994.

BORGATTI, S.P. **Netdraw**: graph visualization software. Harvard: Analytic Technologies. 2002.

BORGATTI, S.P., EVERETT, M.G.; FREEMAN, L.C. **Ucinet for Windows**: software for social network analysis. Harvard: Analytic Technologies. 2002.

BOSNAM. **An analysis of the actor-oriented approach as tool in international development cooperation**. 2004.387 f. Tese (degree of Doctor of Administration in Development Studies). University of South Africa, Pretória. 2004.

BÖSTROM, M. Regulatory credibility and authority through inclusiveness: standardization organizations in cases of eco-labelling. **Organization**. Londres, v. 13, n.3, p. 345–367. 2006.

BOURDIEU, P. O campo econômico. **Política e sociedade**. Florianópolis, v. 6, p. 15-57. 2005.

BRAGA, E.P. [relações corporativas & sustentabilidade da Suzano] Perguntas e respostas FSC Brasil. In: **Seminário “certificação florestal no Brasil”**, 18/08/2011, Piracicaba: ESALQ/USP. 2011. 12 arquivos MP3 (352min): 128 Kbit/s, 8000 Hz, 322 MB, estéreo.

BROERS, L.; LECLUYSE, A-K. **Veracel**: sustentável somente no papel nas plantações para produção de papel da Bahia, Brasil. 2010. Disponível em: <<http://www.vozdetrancoso.com/veracelcelulose.htm>>. Acesso em: 12 fevereiro 2012.

BROWN, K. Cut and run? Evolving institutions for global forest governance. **Journal of international development**. Storrs, v. 13, p. 893-905. 2001.

BULL, H. **The anarchical society**: a study of order in world politics. Londres: Palgrave. 1997.

BUSCH The moral economy of grades and standards. **Journal of rural studies**. Exeter, v. 16, p. 273-283, 2000.

BUSCH, L.; BINGEN, J. Introduction: a new world of standards. In: BINGEN, J.; BUSCH, L. (Eds.) **Agricultural standards**: the shape of the global food and fiber system. Houten: Springer. 2006. p. 3-28.

BUTTEL, F. H. Environmental sociology and the explanation of environmental reform. **Organization & environment**, Boulder, v. 16, p. 306-344. 2003.

BUTTEL, F.H. Ecological modernization as social theory. In: MOL, A.P.J.; SONNENFELD, D.A.; SPAARGAREN, G. (Comp.) **The ecological modernisation reader**. Londres/Nova Iorque: Routledge. 2009. p. 123-137.

CALLON **The laws of the market**. Oxford: Blackwell Publishers. 1998.

CAMARGO, A. Governança. In: TRIGUEIRO, A. (Coord.) **Meio ambiente no século 21**. Rio de Janeiro: Sextante. 2003. p. 307-321.

CARSON, R.L. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010.

CASHORE, B. Legitimacy and the privatization of environmental governance: how non-state market-driven (NSMD) governance systems gain rule-making authority. **Governance**. Boulder, v. 15, p. 503–529, 2002.

CASHORE, B.; NEWSOM, D.; BAHN, V. Does forest certification matter? An analysis of operation-level changes required during the SmartWood certification process in the US. **Journal of forest policy and economics**, v. 9, n. 3, p. 197-208, 2006.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra. 2009.

CASTORIADIS, C. **The imaginary institution of society**. Cambridge: Polity. 1987.

CHRISTOFF, P. Ecological modernisation, ecological modernities. In: MOL, A.P.J.; SONNENFELD, D.A.; SPAARGAREN, G. (Comp.) **The ecological modernisation reader**. Londres/Nova Iorque: Routledge. 2009. p. 101-122.

CLAPP, J. The privatization of global environmental governance: ISO 14000 and the developing world. **Global governance**. Boulder, v. 4, p. 295–316, 1998.

COHEN, E. **CSR for HR: A necessary partnership for advancing responsible business practices**. Sheffield: Greenleaf Publishing. 2010.

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro : Editora da Fundação Getúlio Vargas. 1998.

COSTA, S. **As Cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós nacionais**. Belo Horizonte: UFMG. 2002.

CRANE, A.; MATTEN, D. **Business ethics: managing corporate citizenship and sustainability in the age of globalization**. 3. ed. Oxford: Oxford University Press. 2010.

CUTLER, C.A. Private international regimes and interfirm cooperation. In: HALL, R.B. & BIERSTEKER, T.J. (Eds.) **The emergence of private authority in global governance**. Cambridge: Cambridge University Press. 2002. p. 23-40.

CUTLER, C.A., HAUFLER, V.; PORTER, T. Private authority and international affairs. In: CUTLER, C.A., HAUFLER, V.; PORTER, T. **Private authority and international affairs**. Albany: State University of New York Press. 1999a. p. 1-22.

CUTLER, C.A., HAUFLER, V. & PORTER, T. The contours and significance of private authority in international affairs. In: CUTLER, C.A., HAUFLER, V. & PORTER, T. **Private authority and international affairs**. Albany: State University of New York Press. 1999b. p. 333-376.

DELANTY, G. Modernity and the escape from eurocentrism. In: DELANTY, G. (Ed.) **Handbook of contemporary european social theory**. London: Routledge. 2006. p. 266-78.

DEMAJOROVIC, J. **Sociedade de risco e responsabilidade sócio-ambiental: perspectivas para a educação corporativa**. São Paulo: Editora Senac. 2003.

DEVINE, F. Qualitative method. In: MARSH, D. & STOKER, G. (ed.) **Theory and methods in political science**. Basingstoke / NewYork, Palgrave Macmillan. 2002. 2 ed. p. 197-215.

DINGWERTH, K. The democratic legitimacy of public-private rule-making: what can we learn from the World Commission on Dams? **Global governance**. Boulder, v. 11, p. 1- 65, 2005.

DINGWERTH, K. Global governance and the south: the affirmative procedures of the Forest Stewardship Council. **Global governance**. Boulder, v. 14, p. 1-35, 2007.

DINGWERTH, K.; PATTBERG, P. Global governance as a perspective on world politics. **Global governance**. Boulder, v. 12, p. 185-203, 2006.

Dryzek, J.S. **The politics of the Earth: environmental discourses**. Oxford: Oxford University Press. 1997.

DRYZEK, J.S.; DOWNES, D.; HUNOLD, C.; SCHLOSBERG, D.; HERNES, H-K. (2009) Ecological modernization, risk society, and the green state. In: MOL, A.P.J.; SONNENFELD, D.A.; SPAARGAREN, G. (Comp.) **The ecological modernisation reader**. Londres/Nova Iorque: Routledge. 2009. p. 226-253.

DUARTE, F.P. 'Save the Earth' or 'manage the Earth'? The politics of environmental globality in high modernity. **Current sociology**, v. 49, n. 1, p. 91-111, 2001.

DUPUY, J.-P. **Introdução à crítica da ecologia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1980.

DUURZAAM OP PAPIER. **Documentário de Leo Broers e An-Katrien Lecluyse, realizado com recursos do Pascal Decroos Fund for investigative journalism, uma coprodução vzw 't Uilekot e Friends of the Earth Vlaanderen en Brussel**. Zellik (Flandres, Bélgica), 2010. Arquivo de streaming online (39 min). 2010. Disponível em: <<http://vimeo.com/33334675>>. Acesso em: 27 fevereiro 2012. Son., color. Legendado, Francês.

EISENSTADT, S.N. Multiple modernities. **Daedalus**, Cambridge, v. 129, n. 1, p. 1-29, 2000.

ELLIS, F.; BIGGS, S. Evolving themes in rural development 1950s-2000s. **Development policy review**, v. 19 n. 4, p. 437-448, 2001.

FAILLACE, S. O selo FSC significa a legalidade,. In: IMAFLORA. **Brasil certificado: a história da certificação florestal no Brasil**. Piracicaba: Imaflora. 2005. p. 30-39.

FERN FERN statement to the FSC on withdrawing FERN's membership. 2011. Disponível em: <<http://www.fern.org/leavingFSC>>. Acesso em: 15 fevereiro 2012.

FISCHER, D.R.; FRITSCH, O.; ANDERSEN, M.S. Transformations in environmental governance and participation. In: MOL, A.P.J.; SONNENFELD, D.A.; SPAARGAREN, G. (Comp.) **The ecological modernisation reader**. Londres/Nova Iorque: Routledge. 2009. p. 141-155.

FISHER, C.; LOVELL, A. **Business ethics and values: individual, corporate and international perspectives**. 3. ed. Essex: Pearson Education. 2009.

FLIGSTEIN, N. Mercado como política: uma abordagem político-cultural das instituições de mercado. **Contemporaneidade e educação**, v. 6 n. 9, p. 26-55, 2001.

FSC – CONSELHO DE MANEJO FLORESTAL **FSC by-laws**. 1994a. Disponível em: <http://www.fsc.org/keepout/en/content_areas/77/84/files/FSC_By_laws_revised_November_2002.PDF>. Acesso em: 13 julho 2010.

FSC – CONSELHO DE MANEJO FLORESTAL **FSC statutes**. 1994b. Disponível em: <http://www.fsc.org/keepout/en/content_areas/77/83/files/FSC_Statutes_revised_November_2002.PDF>. Acesso em: 13 julho 2010.

FSC – CONSELHO DE MANEJO FLORESTAL **FSC social strategy: building and implementing a social agenda**. 26th meeting of the Board of Directors. 2002. Disponível em: <http://www.fsc.org/keepout/en/content_areas/77/32/files/FSC_Social_Strategy_version_2_1.pdf> Acesso em: 13 julho 2010.

FSC – CONSELHO DE MANEJO FLORESTAL **FSC principles and criteria for forest stewardship**. 2004. Disponível em: <http://www.fsc.org/keepout/en/content_areas/77/71/files/FSC_STD_01_001_FSC_Principles_and_Criteria_for_Forest_Stewardship_2004_04.PDF> Acesso em: 13 julho 2010.

FSC – CONSELHO DE MANEJO FLORESTAL **FSC**. 2006a. Disponível em <<http://www.fsc.org/en/>> Acesso em: 13 julho 2010.

FSC – CONSELHO DE MANEJO FLORESTAL **Mission**. 2006b. Disponível em: <http://www.fsc.org/en/about/about_fsc/mission> Acesso em: 13 julho 2010.

FSC – CONSELHO DE MANEJO FLORESTAL **FSC stakeholder involvement: guideline for active participation in FSC certification**. 2007. Disponível em: <http://www.stakeholderinvolvement.org/files/resource_7/reports/baltic%20brochure_en.pdf> Acesso em: 13 julho 2010.

FSC – CONSELHO DE MANEJO FLORESTAL **Certification**. 2010. Disponível em: <<http://www.fsc.org/certification.html>> Acesso em: 13 julho 2010.

FSC – CONSELHO DE MANEJO FLORESTAL **About FSC**. 2011a Disponível em: <<http://www.fsc.org/about-fsc.html>>. Acesso em: 01 março 2011.

FSC – CONSELHO DE MANEJO FLORESTAL **History of FSC**. 2011b. Disponível em: <<http://www.fsc.org/history.html>>. Acesso em: 01 março 2011.

FSC – CONSELHO DE MANEJO FLORESTAL **Produtos FSC**. 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.fsc-products.org/products/index.php?lang=pt>>. Acesso em: 10 maio 2012.

FSC– CONSELHO DE MANEJO FLORESTAL **Um guia de fácil uso sobre a certificação FSC para pequenos proprietários**. Série técnica FSC n. 2009 – T0003. Bonn: FSC. 2009. Disponível em: <http://www.fsc.org/fileadmin/web-data/public/document_center/publications/FSC_Technical_Series/FSC_smallholder_guide-PT.pdf>. Acesso em: 04 abril 2011.

GEREFFI, G.; GARCIA-JOHNSON, R.; SASSER, E. The NGO-industrial complex. **Foreign policy**, Washington, v. 125, p. 56–65. 2001.

GIDDENS, A. **The constitution of society**. Cambridge: Polity Press. 1984.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp. 1991.

GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP. 1997. p. 73-133.

GILLE, Z. Legacy of waste or wasted legacy? The end of industrial ecology in post-socialist Hungary. In: MOL, A.P.J.; SONNENFELD, D.A. (Comp.) **Ecological modernisation around the world: perspectives and critical debates**. Londres/Portland: Frank Cass. 2000. p. 203-234.

GINTHER, K.; DENTERS, E.M.G.; DE WAART, P.J.I.M. (Eds.) **Sustainable development and good governance**. Dordrecht: Martinus Nijhoff. 1995.

GOOGINS, B.K.; MIRVIS, P.H.; ROCHLIN, S.A. **Beyond good company: next generation corporate citizenship**. Basingstoke / New York: Palgrave Macmillan. 2007.

GREENPEACE **Holding the line with FSC**. Amsterdam: Greenpeace Intl. 2008.

GRISOTTI, M. A construção dos fatos científicos e a existência dos vetores de doenças. **Revista brasileira de ciências sociais**, São Paulo, v. 23, p. 93-103. 2008.

GUIVANT, J.S. **O Brasil como sociedade de risco: o caso dos agrotóxicos nos alimentos**. [Cadernos de Pesquisa nº 3], Florianópolis: UFSC. 1995.

GUIVANT, J. S. A Trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social. **Revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais**. Rio de Janeiro, v. 46, p. 03-37, 1998.

GUIVANT, J. S. Reflexividade na sociedade de risco: os agrotóxicos nos alimentos. In: HERCULANO, S. (Org.) **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niteroi: Editora da UFF. 2000. p. 251-281.

GUIVANT, J. S. Reflexividade na sociedade de risco: conflitos entre leigos e peritos sobre os agrotóxicos. In: HERCULANO, S. (Org.), **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niterói: Editora da UFF. 2000. p. 281-303.

GUIVANT, J. S. A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia. **Estudos sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro, n. 16, p. 95-112, 2001.

GUIVANT, J. S. Sustentabilidade e métodos participativos: os riscos dos pressupostos realistas. **Estudos sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro, n. 19, p. 72-88, 2002a.

GUIVANT, J. S. Contribuições da sociologia ambiental para os debates sobre desenvolvimento rural sustentável e participativo. **Estudos sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro, n. 19, p. 72-88, 2002b.

GUIVANT, J. S. O controle de mercado através da eco-eficiência e do eco-consumo: uma análise a partir dos supermercados. **Política e sociedade**. Florianópolis, v. 8, n.15, p. 173-198. 2009.

GUIVANT, J. S.; TOMIELLO, N. Ambivalência na comunicação das estratégias de sustentabilidade: uma análise da cadeia de valor da Wal-Mart na perspectiva global, nacional e local. **Cadernos de pesquisa interdisciplinar em ciências humanas**. Florianópolis, v. 9, n. 95, p. 55-78, 2008.

GUIVANT, J. S.; MACNAGHTEN, P. O mito do consenso: uma perspectiva comparativa sobre governança tecnológica. **Ambiente e sociedade**, Campinas, v.5, p. 89-104, 2011.

GUIVANT, J. S.; NUNES, D. M.; CASSIANO, A.C. Nanotecnologias e qualidade de vida. **Com ciência**. Campinas, v. 119. 2010. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=57&id=716>> Acesso em: 03 dezembro 2011.

GUIVANT, J. S.; SPPARGAREN, G.; RIAL, C. (Orgs.). **Novas práticas alimentares no mercado global**. Florianópolis: Editora da UFSC. 2010.

HABERMAS, J. **The philosophical discourse of modernity**. Cambridge: MIT Press. 1987.

HAJER, M.A. Ecological modernisation as cultural politics. In: MOL, A.P.J.; SONNENFELD, D.A.; SPAARGAREN, G. (Comp.) **The ecological modernisation reader**. Londres/Nova Iorque: Routledge. 2009. p. 80-100.

HALL, R.B.; BIERSTEKER, T.J. The emergence of private authority in the international system. In: HALL, R.B.; BIERSTEKER, T.J. (Eds.) **The emergence of**

private authority in global governance. Cambridge: Cambridge University Press. 2002. p. 3-22.

HANNEMAN, R.A. **Introducción a los métodos de análisis de redes sociales.** Dep. de Sociología da Universidade da California Riverside. 2001. Disponível em: <www.redes-sociales.net/materiales>. Acesso em: 10 julho 2011.

HANNIGAN, J. **Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social.** Lisboa: Perspectivas Ecológicas. 1995.

HARDIN, G.. The tragedy of the commons. **Science**, v. 162, p. 1243–1248, 1968.

HATANAKA, M.; BAIN, C.; BUSCH, L. Standardization, standardized differentiation: the complexity of the global agrifood system. In: MARSDEN, T.; MURDOCH, J. (Eds.) **Between the local and the global: confronting complexity in the contemporary food sector.** Amsterdam: Elsevier. 2006.

HAUFLER, V. **A public role for the private sector: industry self-regulation in the global economy.** Nova Iorque: Carnegie Endowment for International Peace. 2001.

HAUFLER, V. New forms of governance: certification regimes as social regulations of the global market. In: MEIDINGER, E.; ELLIOTT, C.; OESTEN, G. (Eds.) **Social and political dimensions of forest certification.** Remagen-Oberwinter: Verlag. 2003. p. 237-247.

HELLER, A. **A theory of history.** Oxford: Blackwell. 1999.

HEMMATI, M.; DODDS, F.; ENAYATI, J.; MCHARRY, J. **Multistakeholder processes for governance and sustainability: beyond deadlock and conflict.** Londres: Earthscan. 2002.

HIMMELSTEIN, J. **Looking good and doing good: corporate philanthropy and corporate power.** Bloomington: Indiana University Press. 1997.

HOLVOET, B. & MUYS, B. Sustainable forest management worldwide: a comparative assessment of standards. **International forestry review**, v. 6, p. 99-122, 2004.

HOOVER, R. Civil society as political society. In: HALL, J.A.; TRENTMANN, F. **Civil society: a reader in history, theory and global politics.** Basingstoke / New York: Palgrave Macmillan. 2005. p. 26-30.

HOPKIN, J. Comparative method. In: MARSH, D. & STOKER, G. (ed.) **Theory and methods in political science.** Basingstoke / Nova Iorque: Palgrave Macmillan. 2002. 2 ed. p. 249-270.

HUBER, J. Ecological modernization: beyond scarcity and bureaucracy. In: MOL, A.P.J.; SONNENFELD, D.A.; SPAARGAREN, G. (Comp.) **The ecological modernisation reader.** Londres/Nova Iorque: Routledge. 2009. p. 42-55.

HUMPHREYS, D. Life protective or carcinogenic challenge? Global forests governance under advanced capitalism. **Global Environmental Politics**, Nova Iorque, v. 3, n. 2, p. 40-55, 2003.

IMAFLORA **Missão do Imaflora**. 2011. Disponível em: <<http://www.imaflora.org.br>>. Acesso em: 08 dez. 2011.

IMAFLORA. **Região de plantio e extração de madeira certificada**. Acervo Imaflora: color. 565 x 269. 2010. Disponível em: <<http://www.imaflora.org/index.php/noticia/detalhe/96>>. Acesso em: 14 maio 2012.

IRWIN, A. **Citizen science: a study of people, expertise and sustainable development**. Londres: Routledge. 1995.

JÄNICKE, M. On ecological and political modernization. In: MOL, A.P.J.; SONNENFELD, D.A.; SPAARGAREN, G. (Comp.) **The ecological modernisation reader**. Londres/Nova Iorque: Routledge. 2009. p. 28-41.

JINLONG, L. **Forests in the mist: livelihoods and responses to natural forest protection program in China**. 266 f. Tese. Universiteit van Wageningen, Wageningen. 2006.

JOHN, P. Quantitative method. In: MARSH, D. & STOKER, G. (ed.) **Theory and methods in political science**. Basingstoke / New York, Palgrave Macmillan. 2002. 2 ed. p. 216-230.

JOKINEN, P. Europeanisation and ecological modernisation: agri-environmental policy and practices in Finland. In: MOL, A.P.J.; SONNENFELD, D.A. (Comp.) **Ecological modernisation around the world: perspectives and critical debates**. Londres/Portland: Frank Cass. 2000. p. 138-170.

KAISER, K. A política transnacional: para uma teoria da política multinacional. In: BRAILLARD, P. **Teoria das relações internacionais**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1990. p. 262-293.

KALDOR, M. The ideal of global civil society. **International affairs**. Londres, v. 79, n. 3, p. 583-593, 2003.

KAO, R.W.Y. **Sustainable economy: corporate, social and environmental responsibility**. Cingapura: World Scientific Publishing. 2010.

KEAT, R.; URRY, J. **Social theory as social science**. Londres: Routledge. 1977.

KECK, M.E. & SIKKINK, K. **Activists beyond borders: advocacy networks in international politics**. Ithaca: Cornell University Press. 1998.

KERN, K. Globale governance durch transnationale netzwerkorganisation. möglichkeiten und rrenzen zivilgesellschaftlicher selbstorganisation. In: GOSEWINKEL, D.; RUCHT, D.; DAELE, W.V.D.; KOCKA, J. (Eds.)

Zivilgesellschaft: national und transnational. WZB-Jahrbuch. Berlin: Edition Sigma. 2004. p. 285–308.

KLABIN **Klabin**. 2011a. Disponível em: <<http://www.klabin.com.br>>. Acesso em: 08 novembro 2011

KLABIN **Mosaico florestal da Klabin, no Paraná**. Color. 225 X 272 mm. 2011b. Disponível em: <http://conservacaodonossoverde.blogspot.com.br/2011_02_01_archive.html>. Acesso em: 14 maio 2012.

KOBRIN, S. Back to the future: neomedievalism and the postmodern digital world economy. **Journal of International Affairs**. Nova Iorque, v. 51, n. 2, p. 51-72, 1998.

KOLAKOWSKI, L. **Modernity on endless trial**. Chicago: Chicago University Press. 1990.

KOSELLECK, R. **Futures past: on the semantics of historical time**. Cambridge: MIT Press. 1984.

KRASNER, S.D. **International regimes**. Ithaca: Cornell University Press. 1983.

KUMAR, K. **From the post-industrial society to post-modern society**. Oxford: Blackwell. 1995.

LASH, S. **Another modernity; another reality**. Oxford: Blackwell. 2002.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34. 1994.

LATOUR, B. On interobjectivity. **Mind, culture, and activity**, v. 3, n. 4, p. 228-245, 1996.

LAVILLE, E. **A empresa verde**. São Paulo: Õte. 2009.

LELÉ, S.M. Sustainable development: a critical review. **World development**, v. 19, n. 6, p. 607–621, 1991.

LIPSCHUTZ, R.D.; FOGEL, C. Regulation for the rest of us? In: HALL, R.B.; BIERSTEKER, T.J. (Eds.) **The emergence of private authority in global governance**. Cambridge: Cambridge University Press. 2002. p. 115-140.

LONG, N. En búsqueda de un espacio para el cambio. Una perspectiva sobre la sociología del desarrollo. *Tiempos de Ciência*. **Revista de Difusión científica de la Universidad de Guadalajara**. p. 1-10, abr./jun. 1988.

LONG, N. **Development sociology: actor perspectives**. Londres/Nova Iorque: Routledge. 2001.

MACNAGHTEN, P.; URRY, J. **Contested natures**. Londres: Sage. 1998.

MAGDOFF, F.; FOSTER, J.B.; BUTTEL, F.H. (Eds.) **Hungry for profit: the agribusiness threat to farmers, food and the environment**. Nova Iorque: Monthly Review Press. 2000.

MAIGNAN, I.; FERRELL, O.C.; HULT, G.T.M. Corporate citizenship: cultural antecedents and business benefits. **Journal of the academy of marketing science**. Ruston. v. 27, n. 4, p 455-469, 1999.

MALIN, C.A. **Corporate governance**. 3. ed. Oxford: Oxford University Press. 2010.

MARSH, D.; FURLONG, P. A skin not a sweater: ontology and epistemology in political science. In: MARSH, D. & STOKER, G. (ed.) **Theory and methods in political science**. Basingstoke / NewYork: Palgrave Macmillan. 2002. 2 ed. p. 17-44.

MARSH, D.; STOKER, G. Conclusion. In: MARSH, D. & STOKER, G. (ed.) **Theory and methods in political science**. Basingstoke / NewYork, Palgrave Macmillan. 2002. 2 ed. p. 311-317.

MATTEN, D.; PALAZZO, G. Unternehmensethik als gegenstand betriebswirtschaftlicher forschung und lehre: eine bestandsaufnahme aus internationaler perspektive. **Zeitschrift für betriebswirtschaftliche forschung**, Monique, v. 58, n. 8, p. 50-71, 2008.

MATTIELLO, R. **The Forest Stewardship Council: market authority and moral authority?** 2006. 84 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas, especialização Relações Internacionais e Governança Transnacional) – Faculdade der Sociale Wetenschappen (revalidado pelo IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), Vrije Universiteit Amsterdam (revalidado pela UniCamp – Universidade Estadual de Campinas), Amsterdã (Campinas), 2006.

MAZON, M.S. Padrões de qualidade e segurança alimentares no terreno institucional brasileiro. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 4, p. 1003-1045, 2009.

MAZON, M.S. **Abastecimento alimentar no Brasil e as reformas liberalizantes: estado e mercado em questão**. 2010. 232 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MCAFEE, K. Selling nature to save it? Biodiversity and the rise of green developmentalism. **Environment and planning: Society and Space**, v. 17, n. 2, p. 133–154, 1999.

MCDERMOTT, C.L.; CASHORE, B.; KANOWSKI, P. **Global environmental forest policies: an international comparison**. Londres/Washington: Earthscan. 2010.

MCGEE, J.; TAPLIN, R. The role of the Asia-Pacific-Partnership in discursive contestation of the international climate regime. **International environmental agreements**, v. 9, n. 3, p. 213–238, 2009.

MCINTOSH, M.; THOMAS, R.; LEIPZIGER, D.; COLEMAN, G. **Living corporate citizenship: strategic routes to socially responsible business**. Londres: FT Prentice Hall. 2002.

MEADOWS, D.H.; MEADOWS, D.L.; RANDERS, J.; BEHRENS, W.W. **The limits to growth**. New York: Universe Books. 1972.

MEIDINGER, E.E. Look who's making the rules: international environmental standard setting by non-governmental organizations. **Human ecology review**. v. 4, n. 1, p. 52-54, 1997.

MEIDINGER, E.E. The new environmental law: forest certification. In: MEIDINGER, E.; ELLIOTT, C.; OESTEN, G. (Eds.) **Social and political dimensions of forest certification**. Remagen-Oberwinter: Verlag. 2003a. p. 214-303.

MEIDINGER, E.E. Forest certification as a global civil society regulatory institution. In: MEIDINGER, E.E.; ELLIOTT, C.; OESTEN, G. **Social and political dimensions of forest certification**. Remagen: Verlag Kessel. 2003b. p. 265-289. Disponível em: <<http://law.buffalo.edu/homepage/eemeid/scholarship/FCGCSReg.pdf>>. Acesso em: 13 julho 2010.

MEIDINGER, E.E.; ELLIOTT, C.; OESTEN, G. The fundamentals of forest certification. In: MEIDINGER, E.E.; ELLIOTT, C.; OESTEN, G. (Eds.) **Social and political dimensions of forest certification**. Remagen-Oberwinter: Verlag. 2003. p. 3-25.

MINELLA, A. C. Representação de classe do empresariado financeiro na América Latina: a rede transassociativa no ano 2006. **Revista de sociologia e política**, Florianópolis, v. 28, p. 31-56, 2007.

MINELLA, A.C. Grupos financeiros e associações de classe do sistema financeiro. In: MENDONÇA, S. R. de. (Org.). **O Estado brasileiro: agências e agentes**. Niterói: Ed. da UFF. 2005. p.159-178.

MINELLA, A.C. Análise de redes sociais aplicada à pesquisa da estrutura da representação de classe do empresariado financeiro na América Latina. **XI Congresso luso africano de ciências sociais**. Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011, Universidade Federal da Bahia – PAF I e II. 2011.

MITTELMAN, J.H. The globalisation challenge: surviving at the margins. **Third world quarterly**, v. 15, n. 3, p. 427-443, 1994

MOL, A.P.J. **The refinement of production: ecological modernization theory and the chemistry industry**. Utrecht: Jan van Arkel/International Books. 1995.

MOL, A.P.J. **Globalization and environmental reform: The ecological modernization of the global economy**. Cambridge (EUA)/Londres: Massachusetts Institute of Technology Press. 2001.

MOL, A.P.J.; SONNENFELD, D.A. Ecological modernisation around the world: an introduction. In: MOL, A.P.J.; SONNENFELD, D.A. (Comp.) **Ecological modernisation around the world: perspectives and critical debates**. Londres/Portland: Frank Cass. 2000. p. 3-14.

MOL, A.P.J.; SPAARGAREN, G. Environment, modernity and the risk society: the apocalyptic horizon for environmental reform. **International sociology**, Beverly Hills, v. 4, n. 8, p. 431-459, 1993.

MOL, A.P.J.; SPAARGAREN, G. Ecological modernization theory in debate: a review. In: MOL, A.P.J.; SONNENFELD, D.A. (Comp.) **Ecological modernisation around the world: perspectives and critical debates**. Londres/Portland: Frank Cass. 2000. p. 17- 49.

MOL, A.P.J.; SPAARGAREN, G. Sociological perspectives for industrial transformation. In: OLSHOORN, X.; WIECZOREK, J. **Understanding industrial transformation: views from different perspectives**. Heidelberg: Springer. 2006. p. 33-52.

MOLINA, J.L. **El análisis de redes sociales: uma introducción**. Barcelona: Ed. Bellaterra. 2001.

MORISON, J. Government-voluntary sector compacts: governance, governmentality, and civil society. **Journal of law and society**. v. 27, n. 1, p. 98-132, 2000.

MURPHY, J.; GOULDSON, A. Environmental policy and industrial innovation: integrating environment and economy through ecological modernisation. In: MOL, A.P.J.; SONNENFELD, D.A.; SPAARGAREN, G. (Comp.) **The ecological modernisation reader**. Londres/Nova Iorque: Routledge. 2009. p. 275-294.

NAMIKAWA, I. S. [coordenadora de pesquisa e desenvolvimento, qualidade e ambiência florestal da Klabin] **A Klabin e o processo de certificação FSC**. Entrevista concedida a Rafael Mattiello. Curitiba. 2011. 26/07/2011: 2 arquivos MP3 (127min): 128 Kbit/s, 8000 Hz, 86 MB, estéreo.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU **Resolução adotada pela Assembléia Geral 62/98: non-legally binding instruments on all types of forests**. 2008. Disponível em: <<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N07/469/65/PDF/N0746965.pdf?OpenElement>> Acesso em: 27 fevereiro 2012.

PATERSON, M.; HUMPHREYS, D.; PETTITFORD, L. Conceptualizing global environmental governance: from interstate regimes to counter-hegemonic struggles. **Global environmental politics**, Nova Iorque, v. 3, n. 2, p. 1-10, 2003.

PATTBERG, P. The institutionalisation of private governance: conceptualising an emerging trend in global environmental politics. **Global governance working paper**, Potsdam/Amsterdam/Berlim, v. 9. 2004. Disponível em: <<http://www.glogov.org>> Acesso em: 15 julho 2010.

PATTBERG, P. The institutionalization of private governance: how business and nonprofit organizations agree on transnational rules. **Governance: an international journal of policy, administration, and institutions**. Bergen, v. 18, n. 4, p. 589-610, 2005.

PEARSON, R.; SEYFANG, G. New hope or false dawn? Voluntary codes of conduct, labour regulation and social policy in a globalising world. **Global social policy**. Londres, v. 1, n. 1, p. 77-106, 2001.

PELLOW, D.N.; SCHNAIBERG, A.; WEINBERG, A.S. Putting the ecological modernisation thesis to the test: the promises and performances of urban recycling. In: MOL, A.P.J.; SONNENFELD, D.A. (Comp.) **Ecological modernisation around the world: perspectives and critical debates**. Londres/Portland: Frank Cass. 2000. p. 109-137.

PEPPER, D. **The roots of modern environmentalism**. Londres: Croom-Helm. 1984.

PI ENVIRONMENTAL CONSULTING **Governança por múltiplos interessados: um guia breve**. Pully, Secretaria de Estado Suíço de Negócios Econômicos (SECO). 2005. Disponível em: <<http://assets.panda.org/downloads/finalpicconsultingpaperportuguese.pdf>> Acesso em: 10 julho 2010.

POERNBACHER, R. Klabin: compromisso histórico com o desenvolvimento sustentável. In: IMAFLORA. **Brasil certificado: a história da certificação florestal no Brasil**. Piracicaba: Imaflora. 2005. p. 60-62

PRETTY, J. **Regenerating agriculture**. Londres: Earthscan. 1995.

RAINFOREST ALLIANCE; SmartWood PROGRAM; IMAFLORA **Resumo público de certificação de Klabin S/A (Klabin Florestal Paraná)**. Certificado nr. SW-FM/COC-NTFP038. 2003. Disponível em: <<http://ww2.imaflora.org/arquivos/KLABINPR.pdf>> Acesso em: 1 junho 2012.

RAINFOREST ALLIANCE; SMARTWOOD PROGRAM; IMAFLORA **Resumo público de certificação de Klabin S/A (Klabin Florestal Paraná)**. 2004 e 2005. Certificado nr. SW-FM/COC-NTFP038. 2005. Disponível em: <http://www.rainforest-alliance.org/forestry/documents/klabin_parana_portuguese.pdf> Acesso em: 1 junho 2012.

RAINFOREST ALLIANCE; SMARTWOOD PROGRAM; IMAFLORA **Relatório de auditoria anual 2006 do manejo florestal da Klabin S/A - Klabin Florestal Paraná em Telêmaco Borba – PR**. Certificado nr. SW-FM/COC-NTFP038. 2006. Disponível em: <http://www.ra.org/sites/default/files/site-documents/forestry/documents/klabin_florestalpubsum06por.pdf> Acesso em 1 junho 2012.

RAINFOREST ALLIANCE; SMARTWOOD PROGRAM; IMAFLORA **Relatório de auditoria anual 2007 do manejo florestal da Klabin S/A - Klabin Florestal Paraná em Telêmaco Borba – PR**. Certificado nr. SW-FM/COC-NTFP038. 2007. Disponível

em: <<http://www.ra.org/sites/default/files/site-documents/forestry/documents/klabinforestalpubsum07por.pdf>> Acesso em 1 junho 2012.

RAINFOREST ALLIANCE; SMARTWOOD PROGRAM; IMAFLORA **Relatório de auditoria anual 2008 e 2009 do manejo florestal da Klabin S/A - Klabin Florestal Paraná em Telêmaco Borba – PR.** Certificado nr. SW-FM/COC-NTFP038. 2009. Disponível em <<http://ww2.imaflora.org/arquivos/ResPubl%20Klabin%20PR%20FM%20Reassess%2008%20POR.pdf>> Acesso em 1 junho 2012.

RAINFOREST ALLIANCE; SMARTWOOD PROGRAM; IMAFLORA **Relatório de auditoria anual 2010 e 2011 do manejo florestal da Klabin S/A - Klabin Florestal Paraná em Telêmaco Borba – PR.** Certificado nr. SW-FM/COC-NTFP038. 2011. Disponível em <<http://ww2.imaflora.org/arquivos/ResPubl%20Klabin%20PR%20FM%20Reassess%2011%20POR.pdf>> Acesso em 1 junho 2012.

READ, M.; MARSH, D. Combining quantitative and qualitative methods. In: MARSH, D. & STOKER, G. (ed.) **Theory and methods in political science.** Basingstoke / NewYork, Palgrave Macmillan. 2002. 2 ed. p. 231-248.

REARDON, T.; FARINA, E. The rise of private food quality and safety standards: illustrations from Brazil. **International food and agribusiness management review.** Boston, v. 4, p. 413-421, 2002.

REINALDA, B. & VERBEEK, B. Theorising power relations between NGOs, inter-governmental organisations and states. In: ARTS, B.; NOORTMANN, M.; REINALDA, B. (Eds.) **Non-state actors in international relations.** Aldershot/Burlington: Ashgate. 2001. p. 145-158.

REINICKE, W.H.; DENG, F.; BENNER, T.; WITTE, J.M.; WHITAKER, B. & GERSHMAN, J. **Critical choices:** The United Nations, networks, and the future of global governance. Ottawa: International Development Research Centre. 2000.

REZENDE, M.T. (2011) [secretária-executiva do CERFLOR/INMETRO] O sistema CERFLOR/PEFC e sua atuação no Brasil. In: **Seminário certificação florestal no brasil.** 18/08/2011, Piracicaba: ESALQ/USP. 2011. 12 arquivos MP3 (352min): 128 Kbit/s, 8000 Hz, 322 MB, estéreo.

RISSE, T. Constructivism and international institutions: toward conversations across paradigms. In: KATZNELSON, I. e MILNER, H.V. (Eds.) **Political science state of the discipline.** Nova Iorque/Washington: Norton and American Political Science Association. 2002. p. 597-623.

RISSE, T. (2006) Transnational governance and legitimacy. In: BENZ, A.; PAPADOULOS, I. (Eds.) **Governance and democracy:** comparing national, european and international experiences. Londres: Routledge. 2010. Disponível em: <http://web.fu-berlin.de/atasp/texte/tn_governance_benz.pdf> Acesso em: 15 julho.

ROSENAU, J.N. & CZEMPIEL, E-O. **Governance without government:** order and change in world politics. Cambridge: Cambridge University Press. 1992.

SAVAS, E. S. Privatization and public-private partnerships. Nova Iorque: Chatham House. 2000.

SCOTT, J. **Social network analysis: a handbook**. Londres: Sage. 2005.

SELIGMAN, A. **Modernity's wager: authority, the self, and transcendence**. Princeton: Princeton University Press. 2000.

SILLS, D.L. The environmental movement and its critics. **Human ecology** v. 3, n. 1, p.1-41, 1975.

SIQUEIRA JUNIOR, L. É muito bonito, mas 'alguém tem que pagar a conta. In: IMAFLORA. **Brasil certificado: a história da certificação florestal no Brasil**. Piracicaba: Imaflora. 2005. p. 44-48.

SGS **Certificate SGS-FM/COC-004383**. 2008. Disponível em <http://www.veracel.com.br/LinkClick.aspx?fileticket=Z60rA9JSn_c%3d&tabid=68&mid=1013> Acesso em: 1 junho 2012.

SPAARGAREN, G. Sustainable consumption: a theoretical and environmental policy perspective. **Society and natural resources**, Philadelphia, v. 16, n. 8, p. 687-702, 2003.

SPAARGAREN, G.; COHEN, M.J. Greening lifecycles and lifestyles: sociotechnical innovations in consumption and production as core concerns of ecological modernisation theory. In: MOL, A.P.J.; SONNENFELD, D.A.; SPAARGAREN, G. (Comp.) **The ecological modernisation reader**. Londres/Nova Iorque: Routledge. 2009. p. 257-274.

SPAARGAREN, G.; MOL, A.P.J. Sociology, environment, and modernity: ecological modernization as a theory of social change. **Society and natural resources**. Filadélfia, v. 5, p. 323-344, 1992.

SPAARGAREN, G.; MOL, A.P.J. Sociology, environment, and modernity: ecological modernization as a theory of social change. In: MOL, A.P.J.; SONNENFELD, D.A.; SPAARGAREN, G. (Comp.) **The ecological modernisation reader**. Londres/Nova Iorque: Routledge. 2009. p. 56-79.

SPAARGAREN, G.; MOL, A.P.J.; BRUYNINCKX, H. Introduction: governing environmental flows in global modernity. In: SPAARGAREN, G.; MOL, A.P.J.; BUTTEL, F.H. **Governing environmental flows: global challenges to social theory**. Cambridge: MIT Press. 2006. p. 1-38.

SPAARGAREN, G.; VAN VLIET, B. Lifestyles, consumption and the environment: The ecological modernisation of domestic consumption. In: MOL, A.P.J.; SONNENFELD, D.A. (Comp.) **Ecological modernisation around the world: perspectives and critical debates**. Londres/Portland: Frank Cass. 2000. p. 50-76.

STEVIS, D. & ASSETTO, V.J. Introduction: problems and solutions in the international political economy of the environment. In: STEVIS, D. & ASSETTO, V.J.

(Eds.) **The international political economy of the environment**. Boulder: Lynne Rienner. 2001. p. 1-12.

TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**. 3. ed. São Paulo: Atlas. 2005.

TAYLOR, P.L. In the market but not of it: fair trade coffee and Forest Stewardship Council certification as market-based social change. **World development**. Montreal, v. 33, n. 1, p. 129–147, 2005.

TEUBNER, G. Global private regimes: neo-spontaneous law and dual constitution of autonomous sectors? In: LADEUR, K-H. **Public governance in the age of globalization**. Aldershot. 2004. Disponível em: <<http://ssrn.com/>> Acesso em: 17 julho 2010.

TOURAINÉ, A. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes. 2002.

TURNER, B.S. Introduction. In: TURNER, B.S. (Ed.) **The new Blackwell companion to social theory**. Oxford: Blackwell. 2009.

UMANS, L. A Discourse on forest science. **Agriculture and human values** v. 10, n. 4, p. 26–40, 1993.

VOIVODIC, M.A.; BEDUSCHI FILHO, L.C. Desafios de legitimidade em sistemas multissetoriais de governança: uma análise do Forest Stewardship Council. **Ambiente & sociedade**, Campinas, vol 14, n. 1, jan.-jun, p. 115-132, 2011.

WAGNER, P. **Theorizing modernity**. Londres: Routledge. 2001.

WILLIAMSON, O.E. Visible and invisible governance. **American economic review**, Nashville, v. 84, n. 2, p. 323-326, 1994.

YOUNG, O.R. **Global governance: drawing insights from the environmental experience**. Cambridge/Londres: MIT Press. 1997.

ZERBINI, F. [secretária-executiva do FSC Brasil] O sistema FSC e sua atuação no Brasil. In: **Seminário certificação florestal no Brasil**. 18/08/2011, Piracicaba: ESALQ/USP. 2011. 12 arquivos MP3 (352min): 128 Kbit/s, 8000 Hz, 322 MB, estéreo.

ZITZKE, V.A. **A rede sociotécnica da usina hidrelétrica do Lajeado (TO) e os reassentamentos rurais das famílias atingidas**. 316 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2007.

ANEXO A: PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS DO CONSELHO DE MANEJO FLORESTAL (FSC)

É amplamente aceito que os recursos florestais e as áreas por eles ocupadas devam ser manejados para suprir as necessidades sociais, econômicas, ecológicas, culturais e espirituais de gerações presentes e futuras. A crescente conscientização do público sobre a destruição e degradação das florestas tem levado consumidores a exigir que suas compras de madeira e outros produtos da floresta não contribuam para esta destruição, mas ajudem a assegurar os recursos florestais para o futuro. Em resposta a estas exigências, proliferam no mercado os programas de certificação por terceiros e/ou de autocertificação.

O FSC (sigla em inglês que significa *Forest Stewardship Council*) ou Conselho de Manejo Florestal é uma entidade internacional que credencia organizações certificadoras de modo a garantir a autenticidade de suas declarações. O processo de certificação começa por iniciativa voluntária dos proprietários de operações florestais e responsáveis pelo manejo florestal. São eles que solicitam os serviços de uma organização certificadora. O objetivo do FSC é promover o manejo das florestas do mundo de forma ambientalmente adequada, socialmente benéfica e economicamente viável. Isso é feito através do estabelecimento de um padrão mundial de Princípios de Manejo Florestal amplamente reconhecido e respeitado.

Os Princípios e Critérios²⁰ (P&C) do FSC se aplicam a todas as florestas tropicais, temperadas e boreais, conforme explicitado no Princípio #9 e no glossário em anexo. Muitos destes P & C aplicam-se também às plantações e florestas parcialmente replantadas. Padrões mais detalhados para estes e outros tipos de vegetação devem ser desenvolvidos em nível nacional e local.

Os P&C serão incorporados aos sistemas de avaliação e padrões de todas as organizações certificadoras que procurem o credenciamento junto ao FSC. Apesar de os P&C terem sido desenvolvidos principalmente para as florestas manejadas voltadas para a produção de madeira, eles também são relevantes, em diferentes graus, para florestas manejadas para produtos não-madeireiros. Os P&C constituem

²⁰ Fonte: FSC, 2004.

um pacote completo a ser considerado em sua totalidade, mas sua seqüência não representa uma ordem de prioridade.

Este documento deverá ser usado em conjunto com os Estatutos do FSC, os Procedimentos para Credenciamento de Certificadoras e os Guias para Certificadores.

O FSC e entidades certificadoras credenciadas pelo FSC não irão insistir em perfeição no cumprimento dos P&C. Entretanto, grandes falhas no cumprimento de qualquer princípio individual normalmente irão desqualificar um candidato à certificação ou mesmo implicar no cancelamento da mesma. Estas decisões serão tomadas individualmente pelos certificadores e orientadas dentro dos limites em que cada critério é satisfeito, bem como em função da importância e das conseqüências do seu não-cumprimento. Todavia, alguma flexibilidade será permitida para adequação às condições locais.

A existência de um continuum entre a intensidade do manejo florestal e a condição florestal resultante é reconhecida pelo FSC. Esse continuum inclui a floresta natural primária intacta (com todas ou a a maior parte das características e funções do ecossistema florestal natural), florestas secundárias em estágio avançado de regeneração, florestas semi-naturais (com muitas ou algumas das características do ecossistema florestal natural) e as plantações (com poucas ou nenhuma característica do ecossistema florestal natural)

A decisão de classificar e avaliar uma floresta manejada (um regime de manejo aplicado a um tipo florestal específico) como uma "floresta natural" ou como uma "plantação" deve ser tomada em nível local e será orientada por padrões regionais reconhecidos pelo FSC (quando tais padrões existirem). Eles poderão incluir condições e restrições adicionais ao manejo de plantações florestais.

O FSC também reconhece diferenças entre plantações florestais de espécies exóticas e de espécies nativas. As primeiras inerentemente colocam mais riscos do que as segundas e exigirão salvaguardas ecológicas e sociais adicionais. Tais salvaguardas serão articuladas no âmbito dos padrões regionais do FSC.

Para candidatar-se à certificação, todas as florestas, incluindo as plantações florestais, devem atender aos Princípios e Critérios de 1 a 9. As plantações florestais, entretanto, devem também satisfazer o Princípio 10 e seus Critérios.

A escala e a intensidade das atividades de manejo florestal, a singularidade dos recursos afetados e a relativa fragilidade ecológica da floresta serão consideradas em todas as avaliações para a certificação. As diferenças e dificuldades de interpretação dos P&C serão abordadas de acordo com padrões nacionais e locais de manejo de florestas. Esses padrões serão desenvolvidos em cada país ou região envolvida e serão avaliados, para fins de certificação, por instituições certificadoras e outras partes envolvidas ou afetadas em cada caso.

Se necessário, durante a avaliação para certificação, poderão ser acionados mecanismos do FSC para resolução de disputas. Maiores informações e orientações sobre o processo de certificação e credenciamento estão incluídas nos Estatutos do FSC, nos Procedimentos para Credenciamento de Certificadores e nos Guias para Certificadores.

Os P&C do FSC devem ser considerados conjuntamente com a legislação nacional, internacional e regulamentações aplicáveis. O FSC pretende complementar -- não suplantará -- outras iniciativas que apóiam, em todo o mundo, um manejo responsável de florestas.

O FSC conduzirá atividades educacionais para aumentar a consciência do público sobre a importância das seguintes questões:

- melhoria das práticas de manejo florestal;
- incorporação dos custos totais de manejo e de produção no preço de produtos de origem florestal;
- promoção do melhor uso dos recursos florestais;
- redução de danos e desperdícios;
- importância de evitar o excesso no consumo e na exploração florestal.

O FSC também irá orientar os elaboradores de políticas públicas sobre essas mesmas questões, incluindo a melhoria de legislação e políticas de manejo florestal.

Princípio 1: Obediência às Leis e aos Princípios do FSC - O manejo florestal deve respeitar todas as leis aplicáveis ao país aonde opera, os tratados internacionais e acordos assinados por este país, e obedecer a todos os Princípios e Critérios do FSC.

- 1.1. O manejo florestal deve respeitar todas as leis nacionais e locais, bem como as exigências administrativas.
- 1.2. Devem ser pagos todos os encargos aplicáveis e legalmente exigidos como royalties, taxas, honorários e outros custos.
- 1.3. Nos países signatários devem ser respeitadas as cláusulas de todos os acordos internacionais acordados como o CITES (Convenção Internacional sobre a Comercialização de Espécies da Flora e da Fauna Ameaçadas de Extinção), a OIT (Organização Internacional do Trabalho), o ITTA (Acordo Internacional sobre Madeiras Tropicais) e a Convenção sobre Diversidade Biológica.
- 1.4. Visando a certificação, os certificadores e as outras partes envolvidas ou afetadas devem avaliar, caso a caso, os conflitos que porventura existam entre leis, regulamentações e os P&C do FSC.
- 1.5. Recomenda-se que as áreas de manejo florestal sejam protegidas de extração ilegal, assentamento e outras atividades não autorizadas.
- 1.6. Os responsáveis por áreas sob manejo florestal devem demonstrar um compromisso de longo prazo de adesão para com os P&C do FSC.

Princípio 2: Responsabilidades e direitos de posse e uso da terra - Os direitos de posse e uso de longo prazo relativos à terra e aos recursos florestais devem ser claramente definidos, documentados e legalmente estabelecidos.

- 2.1. Deve ser demonstrada clara evidência quanto aos direitos de uso dos recursos florestais de longo prazo relativos à terra (p.ex.: título da terra, direitos costumeiros adquiridos ou contratos de arrendamento).

- 2.2. As comunidades locais com direitos legais e costumários de uso e de posse da terra devem manter controle sobre as atividades florestais, na extensão necessária para proteger seus direitos ou recursos, a menos que deleguem este controle a terceiros, de forma livre e consciente.
- 2.3. Devem ser adotados mecanismos apropriados para a resolução de disputas sobre reivindicações de posse e direitos de uso da terra. As circunstâncias e o status de quaisquer disputas pendentes serão explicitamente consideradas na avaliação da certificação. Disputas de magnitude substancial, envolvendo um número significativo de interesses, normalmente irão desqualificar uma operação florestal de ser certificada.

Princípio 3: Direitos dos Povos Indígenas - Os direitos legais e costumários dos povos indígenas de possuir, usar e manejar suas terras, territórios e recursos devem ser reconhecidos e respeitados.

- 3.1. Os povos indígenas devem controlar as atividades de manejo florestal em suas terras e territórios a não ser que deleguem este controle de forma livre e consciente à terceiros.
- 3.2. As atividades de manejo florestal não devem ameaçar ou diminuir, seja direta ou indiretamente, os recursos ou direitos de posse dos povos indígenas.
- 3.3. Os locais de especial significado cultural, ecológico, econômico ou religioso para os povos indígenas devem ser claramente identificados em cooperação com estes povos, e reconhecidos e protegidos pelos responsáveis pelas áreas de manejo florestal.
- 3.4. Os povos indígenas devem ser recompensados pelo uso de seus conhecimentos tradicionais em relação ao uso de espécies florestais ou de sistemas de manejo aplicado às operações florestais. Esta recompensa deve ser formalmente aceita de forma livre e com o devido conhecimento e consentimento destes povos antes do início das operações florestais.

Princípio 4: Relações Comunitárias e Direitos dos Trabalhadores - As atividades de manejo florestal devem manter ou ampliar o bem estar

econômico e social de longo prazo dos trabalhadores florestais e das comunidades locais.

- 4.1. Recomenda-se que sejam dadas às comunidades inseridas ou adjacentes à área de manejo florestal oportunidades de emprego, treinamento e outros serviços.
- 4.2. Recomenda-se que o manejo florestal alcance ou exceda todas as leis aplicáveis e/ou regulamentações relacionadas à saúde e segurança dos trabalhadores e suas famílias.
- 4.3. Devem ser garantidos os direitos dos trabalhadores de se organizarem e voluntariamente negociarem com seus empregadores, conforme descrito nas Convenções 87 e 98 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).
- 4.4. O planejamento e a implantação de operações de manejo florestal devem incorporar os resultados de avaliações de impacto social. Devem ser mantidos processos de consulta com as pessoas e grupos diretamente afetados pelas operações de planejamento.
- 4.5. Devem ser adotados mecanismos apropriados para resolver queixas e providenciar compensações justas em caso de perdas ou danos que afetem os direitos legais ou costumários, a propriedade, os recursos, ou o meio de vida das populações locais. Devem ser tomadas medidas para evitar tais perdas ou danos.

Princípio 5: Benefícios da Floresta - As operações de manejo florestal devem incentivar o uso eficiente dos múltiplos produtos e serviços da floresta para assegurar a viabilidade econômica e uma grande gama de benefícios ambientais e sociais.

- 5.1. Recomenda-se que o manejo florestal se esforce rumo à viabilidade econômica, ao mesmo tempo que leve em conta todos os custos de ordem ambiental, social e operacional da produção, e assegure os investimentos necessários para manter a produtividade ecológica da floresta.
- 5.2. Recomenda-se que o manejo florestal e as operações de comercialização estimulem a otimização de uso e o processamento local da diversidade de produtos da floresta.

- 5.3. Recomenda-se que o manejo florestal minimize o desperdício associado às operações de exploração florestal e de processamento no local e evite danos a outros recursos florestais.
- 5.4. Recomenda-se que o manejo florestal se esforce para fortalecer e diversificar a economia local, evitando a dependência a um único produto florestal.
- 5.5. As operações de manejo florestal devem reconhecer, manter, e onde for apropriado, ampliar o valor dos recursos florestais e dos serviços da floresta, como as bacias hidrográficas e os recursos pesqueiros.
- 5.6. Os níveis de colheita dos produtos florestais não deve exceder os patamares de forma que possam ser permanentemente sustentados.

Princípio 6: Impacto Ambiental - O manejo florestal deve conservar a diversidade ecológica e seus valores associados, os recursos hídricos, os solos, e os ecossistemas e paisagens frágeis e singulares, e ao assim atuar, manter as funções ecológicas e a integridade da floresta.

- 6.1. A avaliação dos impactos ambientais deve ser realizada - de acordo com a escala, a intensidade do manejo florestal e o caráter único dos recursos afetados - e adequadamente integrada aos sistemas de manejo. As avaliações devem incluir considerações ao nível da paisagem, como também os impactos das unidades de processamento no local. Os impactos ambientais devem ser avaliados antes do início das atividades que possam causar distúrbios.
- 6.2. Devem existir salvaguardas para proteger as espécies raras, as ameaçadas e as em perigo de extinção, bem como seus habitats (p.ex.: ninhos e áreas de alimentação). Devem ser estabelecidas zonas de conservação e de proteção de acordo com a escala e a intensidade do manejo florestal e a singularidade dos recursos afetados. As atividades inapropriadas de caça, pesca, uso de armadilhas e coletas de espécimes florestais devem ser controladas.
- 6.3. Os valores e as funções ecológicas vitais devem ser mantidos intactos, aumentados, ou restaurados, incluindo: a) a regeneração e a sucessão natural da floresta, b) a

diversidade genética, a diversidade das espécies e do ecossistema, e c) os ciclos naturais que afetam a produtividade do ecossistema florestal.

- 6.4. As amostras representativas dos ecossistemas existentes dentro da paisagem natural devem ser protegidas em seu estado natural e plotadas em mapas, apropriadas à escala e à intensidade das atividades de manejo florestal e segundo a peculiaridade dos recursos afetados.
- 6.5. Devem ser preparadas e implementadas orientações por escrito para controlar a erosão, minimizar os danos à floresta durante a exploração, a construção de estradas e todos os outros distúrbios de ordem mecânica; e proteger os recursos hídricos.
- 6.6. Os sistemas de manejo devem promover o desenvolvimento e a adoção de métodos não-químicos e ambientalmente adequados de controle de pragas, e se esforçarem para evitar o uso de pesticidas químicos. Devem ser proibidos pesticidas classificados pela Organização Mundial de Saúde (WHO) como tipos 1A e 1B e pesticidas à base de hidrocarbonetos clorados; pesticidas persistentes, tóxicos ou aqueles cujos derivados permanecem biologicamente ativos e são cumulativos na cadeia alimentar para além dos estágios desejados quanto ao seu uso; como também quaisquer pesticidas banidos por acordos internacionais. Se forem utilizados produtos químicos, deve ser providenciado o uso de equipamento e treinamento apropriados para a minimização de riscos para a saúde e o meio ambiente.
- 6.7. Os produtos químicos, vasilhames, resíduos não-orgânicos líquidos e sólidos, incluindo combustível e óleos lubrificantes, devem ser descartados de forma ambientalmente apropriada, em local adequado.
- 6.8. O uso de agentes de controle biológico deve ser documentado, minimizado, monitorado e criteriosamente controlado de acordo com as leis nacionais e protocolos científicos internacionalmente aceitos. É proibido o uso de organismos geneticamente modificados.
- 6.9. O uso de espécies exóticas deve ser cuidadosamente controlado e ativamente monitorado para evitar impactos ecológicos adversos.

6.10. Não deve ocorrer a conversão florestal para plantações florestais ou para usos não-florestais da terra, exceto em circunstâncias onde a conversão: a) representa uma porção muito limitada da unidade de manejo florestal; e b) não ocorre em áreas de florestas de alto valor de conservação, e c) possibilitará benefícios de conservação claros, substanciais, adicionais, seguros e de longo prazo por toda a unidade de manejo florestal

Princípio 7: Plano de Manejo - Um plano de manejo - apropriado à escala e intensidade das operações propostas - deve ser escrito, implementado e atualizado. Os objetivos de longo prazo do manejo florestal e os meios para atingi-los devem ser claramente definidos.

7.1. O plano de manejo e a documentação pertinente devem fornecer: a) os objetivos do manejo, b) a descrição dos recursos florestais a serem manejados, as limitações ambientais, uso da terra e a situação fundiária, as condições sócio-econômicas e um perfil das áreas adjacentes, c) a descrição do sistema silvicultural e/ou de outro sistema de manejo, baseado nas características ecológicas da floresta em questão e nas informações coletadas através de inventários florestais, d) a justificativa para as taxas anuais de exploração e para a seleção de espécies, e) os mecanismos para o monitoramento do crescimento e da dinâmica da floresta, f) as salvaguardas ambientais baseadas em avaliações ambientais, g) planos para a identificação e proteção de espécies raras, ameaçadas e em perigo de extinção, h) mapas descrevendo a base dos recursos florestais, incluindo áreas protegidas, as atividades de manejo planejadas e a situação fundiária das terras, i) descrição e justificativa das técnicas de exploração escolhidas e dos equipamentos a ser utilizados.

7.2. O plano de manejo deve ser revisado periodicamente para incorporar os resultados do monitoramento ou de novas informações científicas e técnicas, como também para responder à mudanças nas circunstâncias ambientais, sociais e econômicas.

7.3. Os trabalhadores florestais devem receber treinamento e supervisão adequados para assegurar a implementação correta dos planos de manejo.

7.4 Mesmo respeitando a confidencialidade de informação, os responsáveis pelo manejo florestal devem tornar disponível ao público um resumo dos elementos principais do plano de manejo, incluindo aqueles listados no Critério 7.1.

Princípio 8: Monitoramento e Avaliação - O monitoramento deve ser conduzido - apropriado à escala e à intensidade do manejo florestal - para que sejam avaliados a condição da floresta, o rendimento dos produtos florestais, a cadeia de custódia, as atividades de manejo e seus impactos ambientais e sociais.

8.1. Recomenda-se que a frequência e a intensidade de monitoramento sejam determinadas pela escala e intensidade das operações de manejo florestal, como também pela relativa complexidade e fragilidade do ambiente afetado. Os procedimentos de monitoramento sejam consistentes e reaplicáveis ao longo do tempo para permitirem a comparação de resultados e a avaliação das mudanças.

8.2. Recomenda-se que o manejo florestal inclua a pesquisa e a coleta de dados necessárias para monitorar, no mínimo possível, os seguintes indicadores: a) o rendimento de todos os produtos florestais colhidos; b) as taxas de crescimento, a regeneração e condição da floresta; c) a composição e as mudanças observadas na fauna e flora; d) os impactos ambientais e sociais da colheita e outras atividades; e) os custos, a produtividade e a eficiência do manejo florestal.

8.3. O responsável pelo manejo florestal deve providenciar a documentação necessária para que as organizações de monitoramento e certificação possam rastrear cada produto da floresta desde a origem. Este processo é conhecido como "cadeia de custódia".

8.4 Os resultados do monitoramento devem ser incorporados na implementação e revisão do plano de manejo.

8.5 Mesmo respeitando a confidencialidade de informação, os responsáveis pelo manejo florestal devem tornar disponível ao público um resumo dos resultados dos indicadores de monitoramento, incluindo aqueles listados no Critério 8.2.

PRINCÍPIO N.º 9: MANUTENÇÃO DE FLORESTAS DE ALTO VALOR DE CONSERVAÇÃO - As atividades em manejo de florestas de alto valor de

conservação devem manter ou ampliar os atributos que definem estas florestas. Decisões relacionadas à florestas de alto valor de conservação devem sempre ser consideradas no contexto de uma abordagem precautória.

9.1. A avaliação para determinar a presença de atributos consistentes com Florestas de Alto Valor de Conservação será realizada de forma apropriada à escala e à intensidade do manejo florestal.

9.2. A etapa consultiva do processo de certificação deve dar ênfase aos atributos de conservação identificados, e as opções para a sua manutenção.

9.3. O plano de manejo deve incluir e implementar medidas específicas que assegurem a manutenção e/ou ampliação dos atributos de conservação aplicáveis consistentes com a abordagem precautória. Tais medidas devem ser especificamente incluídas no resumo do plano de manejo disponível ao público.

9.4. O monitoramento anual deve ser conduzido para avaliar a eficácia das medidas empregadas para manter ou incrementar os atributos de conservação aplicáveis.

PRINCÍPIO 10: PLANTAÇÕES - As plantações devem ser planejadas e manejadas de acordo com os Princípios e Critérios de 1 a 9 e o Princípio 10 e seus Critérios. Considerando que as plantações podem proporcionar um leque de benefícios sociais e econômicos, e contribuir para satisfazer as necessidades globais por produtos florestais, recomenda-se que elas complementem o manejo, reduzam as pressões, e promovam a restauração e conservação das florestas naturais.

10.1. Os objetivos do manejo da plantação florestal, incluindo os objetivos de conservação e restauração da floresta natural, devem estar explícitos no plano de manejo, e claramente demonstrados na implementação do plano.

10.2. Recomenda-se que a configuração e a disposição física das plantações florestais promovam a proteção, a restauração e a conservação de florestas naturais, e não aumentem pressões sobre as mesmas. Corredores para a vida silvestre, matas ciliares e um mosaico de talhões de diferentes idades e períodos de rotação devem ser utilizados no delineamento da plantação, consistentes com a escala da operação. A

escala e a disposição dos talhões dos plantios devem ser consistentes com os padrões da floresta natural da região encontrados na paisagem natural.

- 10.3. É preferível a diversidade na composição das plantações florestais, a fim de ampliar a estabilidade econômica, ecológica e social. Esta diversidade pode incluir o tamanho e a distribuição espacial das unidades de manejo dentro da paisagem natural, o número e a composição genética das espécies, as classes de idade e as estruturas.
- 10.4. A seleção das espécies para o plantio em plantações florestais deve estar baseada na total adequação das espécies ao local e sua conformidade aos objetivos do plano de manejo. Visando ampliar a conservação da diversidade biológica, as espécies nativas são preferíveis às exóticas no estabelecimento de plantações florestais e na recomposição de ecossistemas degradados. As espécies exóticas, que devem ser usadas apenas quando o seu desempenho for maior que o das espécies nativas, devem ser cuidadosamente monitoradas a fim de se detectar taxas de mortalidade anormais, doenças, ou aumento da população de insetos e impactos ecológicos adversos.
- 10.5. Uma proporção da área total de manejo florestal, apropriada à escala da plantação florestal e a ser determinada nos padrões regionais, deve ser manejada a fim de restaurar o local à cobertura florestal natural.
- 10.6. Devem ser tomadas medidas visando manter ou melhorar a estrutura, a fertilidade, e a atividade biológica do solo. As técnicas e taxas de exploração florestal, a construção e manutenção de estradas e trilhas de arraste, e a escolha de espécies não podem resultar na degradação do solo a longo prazo ou em impactos adversos na quantidade e qualidade da água ou em alterações significativas dos cursos de drenagem dos cursos d'água.
- 10.7. Devem ser tomadas medidas para prevenir e minimizar o aparecimento de pragas, doenças, ocorrências de incêndio e a introdução de plantas invasoras. O manejo integrado de pragas deve constituir uma parte essencial do plano de manejo, com principal ênfase na prevenção e em métodos de controle biológico em lugar de pesticidas e fertilizantes químicos. Recomenda-se que no manejo de plantações florestais seja feito o possível para afastar o uso de pesticidas químicos e fertilizantes,

incluindo o seu uso em viveiros. O uso de agentes químicos é também abordado nos critérios 6.6 e 6.7.

- 10.8. Complementando os elementos definidos nos Princípios n.º. 08, 06 e 04, o monitoramento de plantações florestais, apropriado à escala e à diversidade da operação, deve incluir avaliação regular quanto aos potenciais impactos sociais e ecológicos dentro ou fora da área de plantação (p.ex., a regeneração natural, os efeitos sobre os recursos hídricos e sobre a fertilidade do solo e impactos na saúde e no bem estar social locais). Recomenda-se que nenhuma espécie seja plantada em larga escala até que ensaios e experimentos a nível local tenham demonstrado que a espécie esteja ecologicamente bem adaptada à área do plantio, não sendo invasora, e não apresentando impactos ecológicos negativos significativos sobre outros ecossistemas. Atenção especial será dada às questões sociais de aquisição de terra para plantações florestais, especialmente quanto à proteção de direitos locais de propriedade, de uso ou de acesso.
- 10.9. As plantações florestais estabelecidas em áreas de florestas naturais convertidas após novembro de 1994 normalmente não devem ser qualificadas para a certificação. A certificação pode ser permitida em circunstâncias nas quais há evidências suficientes submetidas à entidade certificadora de que o responsável pela unidade de manejo florestal/ proprietário não é responsável direta ou indiretamente por tal conversão.

ANEXO B: COMUNICAÇÃO DO FERN ACERCA DA RETIRADA DE SEU APOIO AO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO DESEMPENHADO PELO FSC

FERN statement to the Forest Stewardship Council

Why FERN is withdrawing its FSC membership

2 June 2011

Summary

In a position paper presented to the FSC General Assembly in 2008, FERN and other FSC members from the environmental and economic chamber highlighted the changes necessary for the FSC to regain and retain its credibility.¹ In 2010, FERN followed this up with a statement outlining that as a member of FSC, challenges to FSC's credibility had a negative effect on FERN's own credibility. The statement identified three courses of action that would lead to FERN terminating its FSC membership.² One of these read: *'If the FSC decides to become actively involved in the certification of carbon forestry practices, including: certification of forest carbon, issuing of FSC certificates concurrently or jointly with carbon credits, or aligning or partnering with voluntary carbon standards, FERN will have to leave the FSC.'*

In the run up to the FSC's general assembly, FERN has looked at the available information and come to the conclusion that progress towards achieving the changes requested in 2008 has been insufficient and that it is inevitable that the FSC will continue on the path of aligning itself with carbon offset standards and issuing certificates concurrently or jointly with carbon offset certificates. This development towards closer and pro-active cooperation with carbon offset standards is irreconcilable with FERN's work and we have therefore decided to give up our membership.

Although the present state of FSC has led to our decision, this should not be taken as support for any of the other forest certification schemes, which FERN considers to be even less robust than the FSC. If FSC were to both satisfactorily deal with the structural and performance issues outlined in the 2008 joint statement, and clearly state that it does not and will not engage in carbon offsets, FERN would consider re-joining.

In our view, FSC's decision to align itself with forest carbon offsetting is not only unwise from a forest and climate perspective, but also increases the risks FSC exposes itself to at a time where its credibility remains challenged and when FSC has stated that regaining its credibility is one of its main tasks. Below we outline the risks to FSC as we see them. For FERN's concerns about offsetting more generally see Annex 1.

The following key issues inherent in carbon offsets could lead to more credibility problems for the FSC

Additionality. Determining whether or not an offset credit reflects a truly additional emission reduction always involves guesswork: trying to imagine what would have happened without the offset project. It is therefore impossible to verify whether a claimed reduction is additional or not. This problem is exacerbated in forest carbon offsets because amounts of carbon stored and released fluctuate. FSC is already grappling with disagreements over whether certification bodies are making the right judgment on compliance with FSC principles. The level of abstraction involved in the determination of how many tons of carbon are supposed to have been saved by a forest offset

1. Regaining Credibility and Rebuilding Support; changes the FSC needs to make to ensure it regains and maintain its credibility; October 2008. www.fern.org/node/4297

2. FERN open letter to the FSC; available at www.fern.org/FSCposition

activity is significantly higher than the level of abstraction involved in determining whether an FSC standard has been complied with. How likely would it be for an offset credit with 'FSC approval' to be found to come from a project that did not really 'reduce' emissions? This would have a negative impact on the climate and be a potential PR disaster for the FSC.

Perverse incentives and social conflicts. People and organisations that have always been managing their forests well or protecting their forests would not be eligible for forest offsets as 'business as usual' would not lead to any additional savings. The additionality requirement therefore provides a perverse incentive: only those with bad management practices or those intending to destroy a forest are eligible. Furthermore, many of the forest carbon offset projects that already exist, and some of which have been issued FSC certificates, have already exacerbated social tensions and conflicts.

Complexity. Carbon volumes are not measured directly, but calculated on the basis of proxies. As a consequence, forest carbon calculations have very large error bars. This complexity combined with poor and difficult to verify data can be very problematic for the FSC's credibility. There have already been several cases where auditors having signed off on a project document with a certain prediction of carbon credits, then had to revise that prediction downward. How such a situation would be reconciled with FSC's approach to certification based on assessing actual performance rather than predictions, remains an open question for FERN.

Permanence. The mean residence time of carbon in the atmosphere is around 100 years. Therefore, in order to have any hope of ensuring carbon storage for the correct amount of time from a climate perspective, forest carbon offset contracts would need to be for around 100 years. FSC would be taking on a reputational risk if it were to approve a project selling forest carbon offset credits, and during the contract period trees were cut or there was insufficient monitoring. Currently, in the case of non-conformity with the FSC standard, the certificate is withdrawn and future products cannot carry the label any longer. This cannot be done with offsets as the product (the forest carbon credits) has already been sold – justifying an extra fossil fuel emission. The most commonly proposed remedy is to sell only a portion of the possible credits and keep the rest as insurance against such incidents – same as the remedy proposed for dealing with inaccuracy of measurements / calculations. The question that arises for FSC is how such remedies would fit with the current FSC approach based on measurable and verifiable performance.

We sincerely hope that FSC membership at the FSC General Assembly will take a close look at the problems and risks concerning forest carbon offset projects and steer the FSC away from the proposals on the table, to align itself with forest carbon offsetting.

Annex 1: Why offsetting is the wrong route to addressing climate change

Offsets do not reduce emissions

Scientific assessment and predictions suggest that to avoid dangerous climate change, greenhouse gas emissions in industrialised countries need to drop by 90 per cent in the next 40 years or so – and even then we only have a 50 per cent chance to ensure temperatures will not increase more than two degrees. If emissions are not reduced, and temperatures increase beyond two degrees, it is likely that the world will lose a large percentage of its forests, including many tropical forests. To keep forests standing, therefore, drastic reductions in greenhouse gas emissions must be a first priority.

The [legally binding] commitments to reduce greenhouse emissions that industrialised countries have made to date³ are insufficient to keep a temperature rise within two degrees. In addition, where such legally binding commitments have been made, they include ‘flexible mechanisms’ intended to make it less expensive for countries and companies to meet the emissions cap. These ‘flexible mechanisms’ were introduced in the Kyoto Protocol and are commonly referred to as emissions trading and carbon offsetting. They have become part of national and regional commitments to reduce emissions, e.g. in the form of the EU’s Emissions Trading Scheme. Offsets are not intended to reduce emissions, but to shift the location of the emission in a way that makes it easier (cheaper) to stay within the emissions limit or cap.

Carbon offsetting, therefore, does not lead to overall emission reductions: it just changes the place where emissions are being released. Indeed, put another way, offsets allow the company or country whose emissions are limited by the cap to exceed the cap by continuing to pollute whilst paying someone else somewhere else to try to make the reduction for them.

So in a ‘best-case scenario’, no net increase of emissions is achieved. Unfortunately, this is rarely the case. It is never possible to prove that any offset credit actually represents an ‘additional’ reduction and if the reduction was not additional – if it would have happened anyway – the use of offsets effectively increases emissions. The offset credit justifies an emission that otherwise would not have been permissible because it would have pushed the offset buyer’s emissions above the ‘cap’. Offsetting therefore allows the polluters that are responsible for the climate crisis to continue polluting, and because forests will be affected by climate change, offsets will also contribute to forest loss in the long run.

Voluntary offsetting by companies or individuals that are not obliged by law to reduce their emissions has the same problem: they move emissions around instead of reducing them and are therefore as much a ‘fake’ solution to addressing climate change as offsets are in the context of legally binding emission caps.

Carbon trading does not bring in the expected revenues for forest communities⁴

The main reasons that companies, governments and individuals wish to get involved in buying or selling forest offset credits seems to be the idea that the carbon market will produce (large amounts of) funds for forests and forest peoples. What is not well understood is that forest carbon markets may never really take off and that, even if they do, they are unlikely to deliver large sums of money

3. Through the Kyoto Protocol or by limiting emissions by legislation, such as the EU’s Climate Change Package (ECCP) or the UK government’s Climate Change Bill.

4. For detail, see The Munden Project: ‘REDD AND FOREST CARBON: Market-Based Critique and Recommendations’. March 2011 www.mundenproject.com/forestcarbonreport2.pdf

to forests and communities. The global carbon market for the foreseeable future consists mainly of the European Union Emissions Trading Scheme (EU ETS), which at least until 2020 will not include forest offsets.

If forest carbon is brought into the carbon market, it is likely to be traded like a commodity. The first transaction, where a project sells its carbon to an 'intermediary' or final user of the offset credit, is referred to as the "primary" market. Secondary markets are where the 'intermediary' sells that carbon to other parties – the end users of credits, governments, speculators, private investors and the like. This primary-secondary structure is an inherent part of trading in commodities, as is the fact that in such a market, the money that goes to the project is a small fraction of the total money changing hands. The commodity pricing structure therefore is highly unlikely to create the benefit flows that many expect from a trade in forest carbon credits.

The process of creating a secondary market in carbon derivatives brings with it many consequences, such as large uncertainties and the possibility to speculate on an unclear asset. Money will be made, but the majority will in all likelihood not go to forests, forest peoples or climate change mitigation activities. Furthermore the difficulties inherent in counting forest carbon lead to vague, opaque standards and then even those may end up being loosened as participants learn to play the trading system to achieve short-term gains.

It therefore is an illusion to think that forest carbon markets will deliver large amounts of money for forests and forest peoples. However, this illusion has already started a trend of increasing centralisation of power over forest lands, violations of tenure rights of local communities and the undermining of attempts to improve forest governance.

To read more:

The Munden Project; REDD AND FOREST CARBON. Market based critique and recommendations. Available at <http://www.mundenproject.com/forestcarbonreport2.pdf>

Friends of the Earth; A dangerous distraction. Why offsetting is failing the climate and people: the evidence. Available at http://www.foe.co.uk/resource/briefing_notes/dangerous_distraction.pdf

Greenpeace: Carbon scam, subprime carbon brought to you by AEP, BP and Pacificorp, available at <http://www.greenpeace.org/usa/Global/usa/report/2010/1/carbon-scam-noel-kempff-clima.pdf>

FERN; Trading Carbon. How it works and why it is controversial. Available at <http://www.fern.org/tradingcarbon>

FERN; Designed to Fail. The concepts, practices and controversies behind carbon trading. Available at <http://www.fern.org/designedtofail>

Forest Peoples Programme and FERN; Smoke and Mirrors. A critical assessment of the FCPF. Available at <http://www.fern.org/smokeandmirrors>

www.redd-monitor.org

**ANEXO C: EXTRATO DAS SAC EMITIDAS PELO IMAFLORA À KLABIN
DURANTE AS AUDITORIAS DE CERTIFICAÇÃO DO PERÍODO 2003-2011**

<u>Auditoria Klabin – 2003</u>				
SAC #	Condições	Crítérios	Prazo	Situação 2004
1/2003	Apresentar a documentação comprobatória da regularidade na averbação das áreas de Reserva Legal referentes às matrículas das áreas arrendadas que compõe a UMF; a partir de tal data, todas as áreas que integrem a UMF, incluindo as arrendadas, deverão estar com a RL averbada, de acordo com o percentual exigido pela legislação ambiental.	1.7	1 ano	Cumprida / contínua
2/2003	Realizar um levantamento e mapeamento da situação real das áreas de preservação permanente, demonstrando : a) qual a porcentagem da área total que está em situação irregular e localização dessas áreas; b) quais os talhões que apresentam plantios avançando sobre a APP; c) o estado de conservação das áreas ciliares (onde há e onde não há matas) e o seu estágio sucessional; d) a política e planejamento da recuperação dessas áreas com base na programação de colheita dos talhões avançados sobre as APPs; e e) a estratégia (métodos) de restauração do ecossistema ciliar.	1.7	2 anos	Em andamento 2005: cumprida
3/2003	KLABIN deverá garantir o cumprimento de padrão de exigências mínimas para as empresas prestadoras de serviço dentro de um prazo máximo de 1 (um) ano. Esse padrão deverá ser discutido com representantes das empresas contratadas e o STR local e aceito pelas partes; deverão estar claramente especificadas as prescrições técnicas e exigências, através de cláusulas contratuais e/ou anexos descritivos específicos; deverão desaparecer as distorções e diferenças hoje existentes entre empresas e trabalhadores para funções semelhantes; deverão ser pagos os direitos e recolhimentos legais integrais (com base no pagamento	4.2 4.3 4.7 4.8 4.12	1 ano	cumprida

	efetivamente recebido pelo trabalhador, devendo ser garantido o cumprimento integral da legislação a todo trabalhador que participe do processo produtivo da KLABIN. Sem limitar-se à listagem anterior, a KLABIN deverá exigir de todos os seus prestadores de serviços: a) que todos cumpram rigorosamente os acordos firmados na Convenção Coletiva de Trabalho; b) fornecimento de alimentação adequada (quantidade e qualidade) e água potável para reabastecimento dos trabalhadores em todas as frentes de trabalho; c) local adequado e padronizado para alimentação e colocação de sanitários; d) fornecimento de EPIs adequados e em bom estado para todos os trabalhadores; e) uso de equipamentos e máquinas em boas condições de manutenção (incluindo pneus), e com dispositivos de segurança adequados (proteção das partes móveis) e quando aplicável, cabines de segurança; f) condições gerais de segurança e higiene dos ônibus, especialmente no que se refere à assento dos motoristas, proteção antiderrapante no piso, e local apropriado, em separado dos trabalhadores para o transporte de motosserras e ferramentas; g) local adequado e padronizado para depósito de combustíveis e lubrificantes; h) comunicação por rádio nas frentes de trabalho;			
4/2003	A KLABIN deverá reforçar o seu sistema de auditorias internas permanentes, implantando novos métodos de monitoramento, com maior frequência e rigidez nas análises das operações florestais, para garantir o cumprimento do padrão de exigências mínimas a ser adotado. O monitoramento deverá obrigatoriamente acompanhar a execução de operações (em especial, das prestadoras de serviços) levando em consideração aspectos de segurança na execução dos trabalhos e levantar as práticas equivocadas que possam estar provocando danos às APPs, áreas de reservas naturais, às águas e solos, com	4.2 4.3 4.8 4.12 5.3 5.5 6.5 8.1	1 ano	Cumprida

	a emissão de laudos aos responsáveis para que implementem, quando necessário, medidas corretivas de ação imediata, incluindo possíveis alterações nas Prescrições Técnicas, nos Procedimentos Operacionais, no programa de treinamento e obrigatoriamente, no Plano de Manejo.	8.2 10.6		
5/2003	A KLABIN deverá alterar as suas prescrições técnicas para roçada pré-corte de forma a atender as necessidades operacionais e sem provocar riscos para os trabalhadores.	4.2 4.12	6 meses	Cumprida
6/2003	Realizar estudos abordando os potenciais impactos sócio-econômicos decorrentes da (provável) adoção de operações mecanizadas e relativos ao programa de fomento florestal (incluindo a análise do aumento de áreas reflorestadas e as demais atividades nas propriedades); esses estudos deverão fornecer os elementos para a formulação de políticas e condução de programas de acompanhamento dessas tendências na KLABIN.	4.4	2 anos	Em andamento 2005: cumprida
7/2003	Quantificar e qualificar a madeira que vem sendo deixada nos talhões (madeira empilhada ou não).	5.3	6 meses	Cumprida
8/2003	Eliminar a queima na Unidade de Manejo, a exceção dos casos em que seja justificada tecnicamente para garantir a sanidade da floresta (ex: eliminação de resíduos em áreas atacadas pela vespa-da-madeira).	5.3	6 meses	Cumprida
9/2003	Atualizar e aprimorar (os existentes) ou estabelecer (quando necessário) procedimentos para a avaliação de impactos (pré e pós as operações florestais), incorporando a análise e medidas mitigatórias no planejamento, na execução e no monitoramento das operações.	6.1 6.2 6.5 8.1 8.2 9.2 10.6	1 ano	Cumprida / contínua
10/2003	Estabelecer e definir, em conjunto com o PROMAB-IPEF, o plano de monitoramento de bacias hidrográficas,	6.1 6.2	1 ano	Cumprida / contínua

	apresentando o projeto detalhado, com cronogramas, caracterização das áreas de estudo, critérios de escolha das áreas, variáveis a serem estudadas e em especial, como os resultados serão utilizados pela empresa.			
11/2003	Realizar um zoneamento das áreas de conservação da empresa, diferenciando nos mapas os ecossistemas presentes na UMF, as APPs, as áreas de reserva legal, o Parque Ecológico e a RPPN; atualizar os mapas existentes, destacando as diferentes fitofisionomias, incluindo uma classificação das mesmas por estágio sucessional e histórico de perturbação; georreferenciar as áreas da empresa onde foram realizados levantamentos de fauna, flora, solos e recursos hídricos (dentre outros), com destaque às áreas de ocorrência de populações de espécies ameaçadas. As informações deverão ser cruzadas em mapas, estabelecendo áreas com maiores riscos de impactos do manejo de talhões plantados.	6.1 6.2 9.2	6 meses	Em andamento 2005: cumprida
12/2003	Elaborar e implantar programa para eliminar periodicamente a regeneração natural do Pinus em áreas nativas, principalmente em campos e bordas de fragmentos mais alterados.	6.3 6.9 10.4	6 meses	Cumprida / contínua
13/2003	Considerando que a KLABIN deixará de utilizar a araucária no processo de produção de celulose a partir de abril/2003; que não estão planejados novos plantios de araucária; e que existem áreas disponíveis para plantios de outras espécies para os próximos anos, a empresa deverá realizar estudos ecológicos preliminares para determinar áreas com plantios antigos de araucária que poderão ser manejadas e mantidas como floresta semi-natural de araucária, banco de germoplasma visando a conservação da espécie e de alimentos para a fauna associada à araucária que hoje existe na UMF.	6.3 6.9 9.1	6 meses	Cumprida / contínua
14/2003	Aprimorar o Plano de Manejo do Parque Ecológico, realizando um zoneamento ecológico e especificando um cronograma de restauração dos ecossistemas naturais com base no	6.4	1 ano	Cumprida

	planejamento de corte final dos talhões; deverão ser definidas as restrições para as operações de manejo e a área máxima de corte raso anual para talhões internos (ou limitantes) ao Parque Ecológico.			
15/2003	Elaborar um Plano de Manejo específico para a RPPN existente, contendo diagnósticos ambientais e o seu zoneamento ecológico.	6.4	2 anos	Em andamento 2005: cumprida
16/2003	Complementar e atualizar o Plano de Manejo da Klabin Florestal Paraná incluindo todas as prescrições, as justificativas técnicas e a qualidade exigida para todas as operações (atividades) florestais realizadas. Essas normativas deverão estar reunidas em um capítulo para que possa ser utilizado de forma eficiente como documento de consulta e para a orientação dos planejadores, contratantes, supervisores e executores dos serviços (contratados ou próprios).	7.1	1 ano	Cumprida
17/2003	Definir quais áreas já possuem estudos indicativos de atributos de FAVC e identificá-las em mapas.	9.1 9.2 9.3	6 meses	Cumprida
18/2003	Incorporar à próxima revisão do plano de manejo os cuidados específicos para as áreas com atributos de FAVC já identificados, estabelecendo as ações de conservação prioritárias e determinando os recursos necessários para a sua realização.	9.2 9.3	1 ano	Cumprida / contínua
19/2003	Realizar consulta com especialistas, parcerias com universidades e estudos internos para o aprofundamento na determinação de atributos e áreas caracterizadas como FAVC. Os resultados deverão ser considerados na formulação de programas específicos para a manutenção de FAVC na KLABIN.	9.2 9.3	2 anos	Em andamento 2005: cumprida
20/2003	Descrever no Plano de Manejo para PFNM os procedimentos para seleção de áreas e as prescrições a serem utilizadas para a formação dos sistemas agroflorestais, bem como as espécies que serão utilizadas.	6.4 6.9 7.1	1 ano	Cumprida

21/2003	O sistema de monitoramento existente deverá complementar os procedimentos para o acompanhamento da regeneração natural dos PFNM coletados e dos impactos de seu manejo sobre a flora e fauna associada.	8.2	1 ano	Cumprida / contínua
Auditoria Klabin – 2004				
SAC #	Condições	Crítérios	Prazo	Situação 2005
01/2004	<p>Não Conformidade: a técnica utilizada é a de plantio direto em covas, benéfico para a conservação de solo e água. Entretanto, com as ferramentas atualmente utilizadas, a atividade, além de apresentar rendimento operacional baixo, é inaceitável em termos ergonômicos (ao trabalhador). Na atual escala de plantios anuais da empresa, certamente existirá aumento na incidência problemas de saúde do trabalhador.</p> <p>Ação Corretiva: a Klabin PR deve estudar e implementar novas técnica para o plantio do pinus, de forma a garantir melhores condições aos operadores.</p>	4.2 5.1	1 ano	encerrada
02/2004	<p>Não Conformidade: em algumas das áreas visitadas foi observada a presença de árvores nativas remanescentes do sub-bosque, em variados níveis de frequência, podendo chegar até uma grande quantidade de indivíduos. Segundo informação dos técnicos da empresa, a manutenção destas árvores nos talhões não tem conotação ambiental e, sim, econômica, uma vez que a terceirização da colheita não contempla o pagamento pela derrubada das remanescentes. Por um outro lado, mesmo não tendo objetivo ambiental, a presença de árvores remanescentes em áreas de reforma é benéfica ao ambiente.</p> <p>Ação Corretiva: a empresa deverá desenvolver critérios para selecionar árvores com valor ecológico entre aquelas remanescentes da regeneração natural nos talhões após o ciclo da cultura do pinus.</p>	6.3	1 ano	encerrada

03/2004	<p>Não Conformidade: com a interrupção da queima dos resíduos vegetais no preparo de solo (exigência da certificação), a empresa passou a enleirar os resíduos nos talhões, com o uso de lâminas fleco. As prescrições da empresa para essa operação enfatizam os cuidados ambientais que devem ser tomados - não realizar a operação com o solo úmido ou em dias de chuva, não acumular solo até as leiras, alinhar as leiras perpendicularmente ao declive do terreno, não depositar solo ou resíduos na AP. No entanto, foi observado em alguns locais que a limpeza dos resíduos é excessiva, promovendo, nos locais de maior declividade, alguma erosão laminar e em pequenos sulcos. Outro agravante das leiras é a perda (estimativa dos auditores) de 15% da área útil de plantio, o que, em algumas situações, pode comprometer a sua viabilidade econômica. Há alternativas tecnológicas que solucionam definitivamente a questão apresentada, já utilizadas em várias empresas florestais.</p> <p>Ação Corretiva: estabelecer um novo plano para o manejo dos resíduos vegetais, de forma a proporcionar maior proteção ao solo (contra insolação, impactos diretos das gotas de chuva e erosões laminares ou em sulcos) e utilizar mais racionalmente a área disponível para plantio.</p>	6.5	1 ano	encerrada
		10.6		
04/2004	<p>Não Conformidade: Há reclamações de que os ônibus não saem do campo no horário estipulado, contudo é notória a satisfação de trabalhadores e membros do movimento sindical quanto aos benefícios trazidos pela abertura de um canal de comunicação entre Sindicato dos Trabalhadores e Empresa, sendo valorizada pelas partes.</p> <p>Ação Corretiva: cumprimento dos horários previstos para o transporte dos trabalhadores.</p>	4.2	1 ano	Encerrada
05/2004	<p>Não Conformidade: apesar da OMF ter elaborado e implantado o programa de</p>	6.1	1 ano	Encerrada

	<p>eliminação da regeneração natural do pinus em áreas de florestas nativas cumprindo a condição de re-certificação#12, tal programa precisa de acompanhamento para avaliar sua efetividade e conseqüências.</p> <p>Ação Corretiva: complementar o Projeto Piloto para a erradicação de árvores de pinus de regeneração em áreas de conservação, contemplando a observações e cuidados com as árvores aneladas, a continuidade na identificação nos mapas dos blocos de regeneração contínua e tomada de decisões para a retirada de árvores e a extensão do Projeto Piloto às demais áreas que compõe a UMF.</p>	6.4 6.9 10.5		
Auditoria Klabin – 2005				
SAC #	Condições	Critérios	Prazo	Situação 2006
01/2005	<p>Não Conformidade: embora exista um esforço de acompanhamento e cumprimento de toda a legislação aplicável e não tenha sido observado o descumprimento efetivo de qualquer tratado internacional, a OMF não possui uma análise de aplicabilidade dos principais acordos e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.</p> <p>Ação Corretiva: a OMF deverá efetuar uma análise de aplicabilidade de acordos e tratados internacionais de que o Brasil é signatário, com especial atenção àqueles mencionados no critério 1.3.</p>	1.3	1 ano	Encerrada
02/2005	<p>Não Conformidade: apesar da OMF ter apresentado a proposta “Diagnóstico e Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Programa de Fomento Florestal da Klabin no Paraná” desenvolvida em parceria com o Professor Hermes Yukio Higachi, encerrando assim a condição#6 (6/2003), não houve ainda tempo hábil para avaliação dos impactos sociais do fomento florestal.</p> <p>Ação Corretiva: A OMF deve apresentar</p>	4.4	1 ano	Encerrada

	a implementação da proposta, assim como os primeiros resultados do programa para avaliação dos impactos sociais do fomento florestal.			
03/2005	<p>Não Conformidade: apesar de a OMF apresentar o documento “Padrões mínimos de segurança a serem seguidos pelas empresas empreiteiras na área florestal” e comprovar a ciência por parte dos prestadores de serviço, foi observado, que nem todos os prestadores de serviço seguem tais padrões. Houve várias constatações negativas de uma mesma empresa, o que comprova a necessidade do aumento da frequência e melhoria no programa de contratação, manutenção e monitoramento de terceiros por parte da OMF.</p> <p>Ação Corretiva: a OMF deve rever os critérios de contratação e manutenção de prestadores de serviço e intensificar o monitoramento a estes terceiros de forma que sejam efetivos os padrões mínimos de segurança já impostos pela própria Klabin.</p>	4.2 4.8 4.12 6.11 8.1 8.2	1 ano	Encerrada
04/2005	<p>Não Conformidade: apesar de a OMF apresentar um plano de manejo bem estruturado para a conservação de FACVs, não apresentou em seu resumo publico tais medidas de conservação.</p> <p>Ação Corretiva: a OMF deve citar medidas de conservação de FAVCs no Resumo Público.</p>	9.3	1 ano	Encerrada
Auditoria Klabin – 2006				
SAC #	Condições	Critérios	Prazo	Situação 2007
01/2006	<p>Não Conformidade: foram identificadas no campo as seguintes situações: - uma motosserra sem identificação de chassis; - uma motosserra sem licença de porte e uso; e, - a ausência de cópias das licenças das motosserras no campo.</p> <p>Ação Corretiva: a OMF deverá fazer uma análise de abrangência e tomar medidas corretivas e preventivas com</p>	1.1	1 ano	Encerrada

	relação às seguintes situações: - uso de motosserras sem identificação de chassis; - uso de motosserras sem licença de porte e uso ou com a licença vencida; e - ausência de cópias das licenças das motosserras no campo.			
02/2006	<p>Não Conformidade: a OMF aperfeiçoou seus monitoramentos, encerrando a CAR #03/2005; foram encontradas no campo, não obstante, situações de descumprimento da NR31.</p> <p>Ação Corretiva: a OMF deverá fazer uma análise de abrangência e tomar medidas corretivas e preventivas com relação às seguintes situações: - máquinas com pneus em mau estado de conservação, sem alarme de ré e espelhos retrovisores, entre outros itens; - frentes de trabalho sem refeitórios e banheiros ou com refeitórios subdimensionados; - lavagem de roupas ou EPIs de aplicação de herbicidas efetuada na casa ou alojamento dos funcionários; - EPIs de aplicação de formicidas em mau estado de conservação; - ausência de sinalização em operação de aplicação de herbicidas; - ausência ou vencimento da documentação de ônibus; - transporte de ferramentas no corredor de ônibus.</p>	4.2	1 ano	Encerrada
03/2006	<p>Não Conformidade: a OMF já possui mecanismos de diálogo direto com os funcionários próprios e terceirizados. Foram verificadas no campo, no entanto, situações de insatisfação de trabalhadores terceirizados, passíveis de simples resolução.</p> <p>Ação Corretiva: a OMF deve ampliar os mecanismos de diálogo direto com funcionários próprios e terceirizados, aproveitando as oportunidades de comunicação já existentes nos diferentes monitoramentos efetuados.</p>	4.3	1 ano	Encerrada
04/2006	<p>Não Conformidade: apesar do histórico positivo de relacionamento com os sindicatos de Telêmaco Borba, entrevistas com dirigentes e representantes sindicais indicaram uma insatisfação crescente com a qualidade</p>	4.4.	1 ano	Encerrada

	<p>do diálogo mantido com a OMF, em especial com relação às negociações sindicais e ao processo de terceirização em andamento.</p> <p>Ação Corretiva: a organização deve: - aperfeiçoar e intensificar os mecanismos e processos de diálogo e consulta com os sindicatos locais, aprimorando assim, inclusive, o acompanhamento da atuação de seus prestadores de serviços; - incluir nos diálogos o tema do atual processo de terceirização, dos critérios de avaliação de prestadores de serviços e das medidas mitigatórias e de monitoramento adotada</p>			
05/2006	<p>Não Conformidade: a despeito dos aperfeiçoamentos implementados ao sistema de monitoramento da OMF com relação ao tema, foram evidenciadas, durante o processo de monitoramento, situações de potencial risco de descumprimento de legislação trabalhista por parte de empresas prestadoras de serviços.</p> <p>Ação Corretiva: a OMF deve investigar e, se for o caso, efetuar uma avaliação jurídica adequada e uma análise de abrangência encaminhando medidas corretivas e preventivas junto aos prestadores de serviços com relação às seguintes questões identificadas: - pressão para mudança de filiação a sindicato (do STR para o Sindicato dos Condutores de Veículos), em função de convenção coletiva mais fraca; - cotas excessivas em operação de desrama; - atraso no pagamento de vale-refeição; - marcação de horas integrais a partir de agosto (verificar cumprimento); - uso de tratores próprios dos trabalhadores, sem contrato de locação; - horas excessivas trabalhadas por motoristas e vigilantes, sem a devida convenção ou acordo coletivo.</p>	4.3 4.7	1 ano	Encerrada
06/2006	<p>Não Conformidade: embora a OMF tenha aperfeiçoado e intensificado significativamente seu sistema de monitoramentos sobre o tema,</p>	4.7	1 ano	Encerrada

	<p>encerrando-se a CAR #03/2005, foram identificadas no campo diferentes situações de irregularidades reais ou potenciais de seus prestadores de serviços com relação a aspectos trabalhistas e de saúde e segurança operacional (ver CARs #02 e 05/2006).</p> <p>Ação Corretiva: a OMF deve estudar novas alternativas (como encaminhamentos, cobranças, determinação de medidas preventivas) para corrigir efetivamente os desvios encontrados nos monitoramentos efetuados sobre legislação trabalhista e saúde e segurança ocupacional de seus prestadores de serviços.</p>			
07/2006	<p>Não Conformidade: embora a OMF venha implementando com sucesso seu projeto para a erradicação da regeneração de pinus em áreas de preservação permanente, foi observada a presença de forte regeneração em arrendamento recém-contratado.</p> <p>Ação Corretiva: a OMF deve atualizar seu programa de erradicação de regeneração de pinus, garantindo a rápida inclusão, no planejamento operacional de sua implementação, das áreas recém-adquiridas.</p>	6.9 10.4	1 ano	Encerrada
08/2006	<p>Não Conformidade: embora a utilização de agrotóxicos pela OMF ocorra em escala reduzida e siga critérios específicos para uso, com emprego correto de EPIs e aplicação de treinamentos adequados, foram observados no depósito de produtos químicos do viveiro, produtos com a validade vencida não segregados dos demais e produtos sem as embalagens, portanto sem a data de validade.</p> <p>Ação Corretiva: a OMF deverá fazer uma análise de abrangência e tomar medidas corretivas e preventivas com relação às seguintes situações em seus depósitos de produtos químicos: - presença de produtos com a validade vencida, não segregados dos demais; -</p>	6.6 10.7	1 ano	Encerrada

	presença de produtos sem as embalagens, portanto, sem a data de validade.			
09/2006	<p>Não Conformidade: embora a OMF tenha definido as medidas preventivas visando preservar seus AAVCs, não foi implementado um monitoramento da população da perereca-zebra (<i>Dendropsophus anceps</i>) na FAVC do Taboal Mauá, crucial para a avaliação da eficácia das medidas de conservação implementadas.</p> <p>Ação Corretiva: estudar a implementação de um monitoramento da população da perereca-zebra (<i>Dendropsophus anceps</i>) na FAVC do Taboal Mauá, visando avaliar a eficácia das medidas de conservação implementadas.</p>	9.4	1 ano	Encerrada
10/2006	<p>Não Conformidade: embora a OMF apresente a determinação e controle das quantidades removidas e possua um programa de controle de estoques, não foi possível disponibilizar informações compiladas do estoque atual de PFNMs inventariados e cultivados.</p> <p>Ação Corretiva: a OMF deve disponibilizar, a partir de seu programa de controle ou por outro meio disponível, uma lista com a estimativa de estoque das espécies de PFNMs manejados e cultivados.</p>	PFNM 4	1 ano	Encerrada
11/2006	<p>Não Conformidade: ausência de ajustes no regime de manejo baseados nas informações do monitoramento e observações de campo.</p> <p>Ação Corretiva: a OMF deve utilizar as informações obtidas nos monitoramentos para reavaliar periodicamente os níveis de intervenção (frequência, ciclo e intensidade de corte) por espécie manejada de PFNMs.</p>	PFNM 10 e 11	1 ano	Encerrada
Auditoria Klabin – 2007				
SAC #	Condições	Crerios	Prazo	Situaçao 2008
1/2007	Não conformidade: A OMF utiliza diferentes tipos de CVCs para o	1.1	1 ano	Encerrada

	<p>transporte de madeira, dentre estas a do “Romeu e Julieta”. Com relação a este tipo de CVC, foram encontradas em campo e durante análise documental, as seguintes situações: - esta CVC, quando plenamente carregada, trafega com excesso de peso, estando em desconformidade com a Lei da Balança; embora a OMF tenha identificado essa fragilidade e tenha elaborado um plano de substituição das CVC tipo “Romeu e Julieta”, não foram definidos prazos e responsabilidades; - o plano de manejo da OMF evidencia um planejamento anual para revisões e alterações como resultado dos monitoramentos. Entretanto, na descrição dos sistemas de transporte de madeira adotados pela OMF consta o sistema “Romeu e Julieta”.</p> <p>Ação Corretiva: a OMF deve: - aperfeiçoar o plano de ação existente e tomar as medidas corretivas quanto à substituição da CVC do tipo “Romeu e Julieta” de forma a adequar seu sistema de transporte de madeira a legislação vigente; - propor e implementar ações para mitigar os possíveis os impactos sociais dessa substituição, visto que alguns dos atuais prestadores de serviços possuem apenas um ou poucos caminhões e, em sua maioria, possuem dívidas de financiamento dos mesmos;</p>	7.2		
2/2007	<p>Não conformidade: Foram encontrados alguns trabalhadores realizando aplicação de herbicidas com carga horária de treinamento inferior ao exigido pela NR 31.</p> <p>Ação Corretiva: a OMF deverá fazer uma análise de abrangência e tomar medidas corretivas e preventivas com relação às seguintes situações: - identificação de treinamentos aplicados com carga horária inferior à exigida pelos instrumentos legais; - adequação da carga horária total dos treinamentos realizados em desacordo com a legislação.</p>	4.2 7.3	1 ano	Encerrada
3/2007	<p>Não conformidade: A OMF possui um</p>	1.1	1 ano	Encerrada

	<p>ponto de captação de água no viveiro de produção de mudas sem encaminhamento do respectivo pedido de outorga.</p> <p>Ação Corretiva: a OMF deve encaminhar, junto ao órgão ambiental competente, o processo de autorização para a captação de água do viveiro de produção de mudas.</p>			
4/2007	<p>Não conformidade: A questão da jornada de trabalho de motoristas é complexa e setorial e existe um impasse no processo de negociações entre a representação dos prestadores de serviços e o sindicato da categoria. Persiste, no entanto, a situação de jornadas excessivas de trabalho, a qual constitui uma pendência jurídico-administrativa.</p> <p>Ação Corretiva: a OMF deve manter esforços para a solução da pendência jurídico-administrativa relacionada ao excesso de jornada de motoristas, incluindo: - acompanhar, facilitar e estimular o processo de negociação entre a representação das prestadoras de serviços e o sindicato da categoria; - analisar diferentes cenários para a resolução da pendência e apresentar alternativas para a negociação entre as partes envolvidas, mantendo o registro das análises, propostas e resultados de negociações.</p>	1.1 4.7	1 ano	Encerrada
5/2007	<p>Não conformidade: Embora a OMF tenha aperfeiçoado seu monitoramento e melhorado significativamente sua adequação à NR31, dentre as várias máquinas em operação visitadas pela equipe de avaliação, foram encontradas algumas sem espelho retrovisor em diferentes empresas contratadas e atividades, além de máquinas próprias sem equipamentos para contenção de vazamento.</p> <p>Ação Corretiva: a OMF deverá fazer uma análise de abrangência e tomar medidas corretivas e preventivas com</p>	4.2 6.7	1 ano	Encerrada

	relação às seguintes situações: - máquinas sem alarme de ré e espelhos retrovisores; - máquinas sem equipamentos para contenção de vazamentos em caso de emergências.			
6/2007	<p>Não conformidade: Durante as avaliações em campo foi evidenciada a ausência de ficha informações de segurança de produtos químicos em alguns depósitos de combustíveis das empresas de colheita de madeira.</p> <p>Ação Corretiva: a OMF deve realizar uma análise de abrangência e aplicar medidas corretivas e preventivas quanto à ausência de FISPQ nas frentes de trabalho.</p>	4.2	1 ano	Encerrada
7/2007	<p>Não conformidade: Foi evidenciado que em frentes de trabalho mais distantes da sede da OMF, a sistemática de entrega de refeições no campo ocasionou situações de atraso na entrega e perda de temperatura das refeições oferecidas aos trabalhadores.</p> <p>Ação Corretiva: a OMF deve realizar: - uma análise de abrangência com relação ocorrência de atrasos na entrega e perda de temperatura das refeições oferecidas aos trabalhadores no campo; - adequações na sistemática de distribuição de refeições nas frentes de trabalho mais distantes da sede, de forma a evitar a ocorrência do problema identificado</p>	4.2	1 ano	Encerrada
8/2007	<p>Não conformidade: Entrevistas com funcionários de algumas operações remuneradas por produção evidenciaram insatisfação com relação à ausência de informações sobre os valores de produção a serem atingidos.</p> <p>Ação Corretiva: a OMF deve definir e aplicar medidas corretivas e preventivas de forma a garantir o fornecimento de informações sobre os volumes de produção a serem atingidos em cada operação antes do início da atividade.</p>	4.3	1 ano	Encerrada
9/2007	<p>Não conformidade: Após visita de campo e análise documental, ficou</p>	1.6	1 ano	Encerrada

	<p>evidenciado que na entrega parcial de áreas de contratos de arrendamento próximos de seu encerramento, atividades de retirada de lenha promovidas por trabalhadores contratados pelo arrendante ocorrem concomitantemente às operações da OMF, misturando-se atividades certificadas com atividades sem controle com relação ao cumprimento dos P&C do FSC.</p> <p>Ação Corretiva: a OMF deve providenciar a revisão em seus contratos de arrendamento, com a inclusão de cláusulas definindo com clareza o processo de devolução da propriedade ao arrendante, de forma a evitar atividades não certificadas em áreas que tecnicamente ainda fazem parte do escopo de certificação</p>			
10/2007	<p>Não conformidade: Evidenciou-se que as prestadoras de serviços de transporte de madeira não estavam sendo contempladas nos monitoramentos da OMF</p> <p>Ação Corretiva: a OMF deve promover a ampliação do monitoramento de saúde e segurança para as empresas prestadoras de serviço de transporte e outras que porventura ainda não estejam contempladas.</p>	4.7	1 ano	Encerrada
11/2007	<p>Não conformidade: Foi evidenciada, em uma área de arrendamento, a introdução, pelo arrendante, de gado em áreas de conservação (APP e RL), inclusive com o trânsito de máquinas e cercamento da área.</p> <p>Ação Corretiva: a OMF deve: - realizar uma análise de abrangência para verificação de situações de introdução de gado em áreas de</p> <p>conservação (APP e RL) nas demais áreas de arrendamento; - efetuar a adequação (retirada de gado e remoção de cercas) dos casos identificados, de forma a devolver as áreas à sua condição</p>	1.5 5.5	1 ano	Encerrada

	original; - estabelecer medidas para prevenir a ocorrência futura desse tipo de situação.			
12/2007	<p>Não conformidade: Durante as observações em campo foi evidenciado, em uma frente de aplicação de herbicidas, um tanque para o preparo de calda com vazamentos sem qualquer tipo de contenção ou proteção contra possível contaminação do solo.</p> <p>Ação Corretiva: a OMF deve realizar uma análise de abrangência em todas as frentes de aplicação de herbicidas e desenvolver um plano de ações de forma a: - identificar equipamentos com vazamentos; - providenciar as adequações necessárias nestes equipamentos; - aprimorar a sistemática de inspeções periódicas em equipamentos de aplicação de herbicidas.</p>	6.6	1 ano	Encerrada
13/2007	<p>Não conformidade: Durante as observações de campo, foi evidenciado que os procedimentos de preparo de solo adotados pela OMF em áreas de implantação (previamente ocupadas por atividades agropecuárias) não estão levando em conta as especificidades em relação aos processos erosivos pré-existentes e pouco estão contribuindo para sua mitigação ou reversão.</p> <p>Ação Corretiva: a OMF deve realizar estudos, desenvolver e implementar um plano de ações visando: - a aplicação de técnicas de preparo de solo adequadas a situações pré-existentes de erosão em áreas de implantação; - a reversão dos processos erosivos pré-existentes e a prevenção de novos processos.</p>	6.5	1 ano	Encerrada
14/2007	<p>Não conformidade: Embora não exista o manuseio, dentro da UMF, de madeira de outras fontes fora do escopo da presente avaliação, o sistema de identificação de cargas utilizado pela OMF não está contemplando a totalidade das cargas, mas apenas aquelas cujo destino é a venda para terceiros.</p>	8.3 CoC #3	1 ano	Encerrada

	Ação Corretiva: a OMF deve promover adequações em seu sistema de identificação de cargas, contemplando a identificação física da totalidade das cargas de madeira			
Auditoria Klabin – 2008				
SAC #	Condições	Critérios	Prazo	Situação 2009
1/2008	<p>Não-conformidade: o EMF tem a sua atuação operacional em 17 municípios e não realiza a avaliação da legislação na esfera municipal, configurando uma lacuna no conhecimento da legislação aplicável.</p> <p>Ação Corretiva: o EMF deverá levantar a legislação municipal e efetuar a análise formal de aplicabilidade das legislações nos Municípios em que atua.</p>	1.1.1	1 ano	Encerrada
2/2008	<p>Não-conformidade: verificou-se que a captação de água do viveiro de mudas possui outorga para seu uso, mas não são realizadas medições de consumo da água, impossibilitando a verificação dos consumos autorizados pela Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental. Verificou-se ainda que na área de recebimento de mudas, isolada do viveiro, na qual são efetuadas irrigações, não vem sendo feito o monitoramento dos efluentes.</p> <p>Ação Corretiva: o EMF deverá obter hidrômetro para permitir o controle sobre a água consumida no viveiro, de forma a manter os níveis de consumo outorgados pela Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental e realizar o monitoramento dos efluentes gerados no pátio de recebimento de mudas.</p>	1.1.2 10.6.1	1 ano	Encerrada
3/2008	<p>Não-conformidade: não foram evidenciados procedimentos para evitar o acesso de terceiros às jazidas da UMF.</p> <p>Ação Corretiva: o EMF deverá apresentar procedimentos para evitar o acesso de terceiros às jazidas presentes em sua unidade de manejo</p>	1.1.4	1 ano	Encerrada

4/2008	<p>Não-conformidade: verificou-se a ausência de um plano de encaminhamento com prazos e metas para a regularização dos imóveis da empresa que não possuem a devida averbação de suas reservas legais, seja devido ao processo de credenciamento de terras junto ao INCRA e/ou protocolização junto ao IAP ou em função de vistorias de campo pelo órgão ambiental.</p> <p>Ação Corretiva: o EMF deverá, em conformidade com a legislação aplicável, estabelecer metas e prazos para o encaminhamento do credenciamento junto ao INCRA e das averbações pendentes de reservas legais, com a protocolização dos processos restantes e a implementação de medidas de negociação com o IAP para buscar a agilização de vistorias no campo.</p>	1.1.4	1 ano	Encerrada
5/2008	<p>Não-conformidade: não foi evidenciada uma caracterização mais precisa das tribos presentes em reservas limítrofes à UMF, nem ações para o estabelecimento de um canal de comunicação com essas partes interessadas relevantes.</p> <p>Ação Corretiva: o EMF deve solucionar a não-conformidade descrita, apresentando evidências formais à certificadora</p>	3.1.1 4.4.2	1 ano	Encerrada
6/2008	<p>Não-conformidade: na consulta pública foram identificadas reclamações de diferentes partes interessadas sobre o processo de reestruturação implementado pelo EMF, evidenciando que os mecanismos de consulta e de diálogo com partes interessadas não foram eficientes.</p> <p>Ação Corretiva: o EMF deverá realizar uma identificação criteriosa das partes interessadas definindo os atores afetados diretamente pelo manejo florestal e estabelecendo mecanismos de diálogo e consulta efetivos.</p>	4.4.2	1 ano	Encerrada
7/2008	<p>Não-conformidade: foram identificadas situações de trabalhadores alojados em</p>	4.4.2	1 ano	Encerrada

	<p>casas alugadas, hotéis ou alojamentos que não são do conhecimento do EMF e não estão em condições adequadas. Além da constatação in loco dessa situação, o fato também foi levantado nos comentários de partes interessadas.</p> <p>Ação Corretiva: o empreendimento certificado deve fazer um levantamento de todos os alojamentos, casas e hotéis onde estão alojados os trabalhadores do EMF adequando-os às exigências da NR31. O monitoramento da existência e adequação de alojamentos deve ser incluído na estrutura de monitoramentos existente</p>			
8/2008	<p>Não-conformidade: nas frentes de aplicação de herbicida foram constatadas inadequações referentes à condução de EPIs usados (luvas, boné árabe e máscaras) para a casa dos trabalhadores, à ausência de anemômetro e à falta de visibilidade das placas de reentrada nas áreas de aplicação.</p> <p>Ação Corretiva: o EMF deve corrigir as situações identificadas na ação corretiva e prevenir ocorrências semelhantes no futuro</p>	4.2.3 4.2.7	1 ano	Encerrada
9/2008	<p>Não-conformidade: não foi realizada uma atualização da avaliação dos impactos sociais decorrentes das atividades florestais, efetuada durante o primeiro ciclo de certificação, de forma a identificar, entre outras modificações do cenário geral, os impactos decorrentes das políticas adotadas pelo EMF tais como a mecanização, a reestruturação dos prestadores de serviço e a expansão das áreas florestais.</p> <p>Ação Corretiva: o EMF deverá realizar uma atualização de sua avaliação de impactos sociais decorrentes das atividades de manejo florestal sobre comunidades vizinhas, identificando os impactos das políticas de reestruturação da prestação de serviços, mecanização e expansão das áreas florestais. A</p>	4.4.1 10.8.1	1 ano	Encerrada

	avaliação deve prever a incorporação de resultados ao manejo do EMF.			
10/2008	<p>Não-conformidade: o processo de reestruturação em implementação pelo EMF, embora acompanhado de um planejamento específico, não tem sido suficiente para evitar impactos e repercussões negativas junto às partes diretamente afetadas.</p> <p>Ação Corretiva: o EMF deve apresentar dois novos procedimentos para: o encerramento de contratos de prestação de serviços prevendo, para cada caso particular e de forma prévia e participativa, a definição de prazo para o encerramento dos contratos considerando sua capacidade de cumprir com dívidas contraídas em decorrência do contrato (financiamento de máquinas, fornecedores, folha de pagamento etc.); e o desligamento dos trabalhadores, considerando parcerias com entidades locais e empresas, orientação para recolocação em outras empresas e requalificação profissional.</p>	4.6.1	3 meses	Encerrada
11/2008	<p>não-conformidade: os monitoramentos existentes sobre a situação financeira das empresas prestadoras de serviços do EMF não se</p> <p>demonstraram suficientes para evitar os impactos sociais decorrentes do processo de reestruturação.</p> <p>Ação Corretiva: o EMF deve aperfeiçoar os mecanismos existentes de acompanhamento da saúde financeira das empresas prestadoras de serviço.</p>	4.7.1 8.2.1	1 ano	Encerrada
12/2008	<p>não-conformidade: os processos anteriores de reestruturação dos prestadores de serviços de silvicultura ocasionaram a demissão de um número significativo de funcionários. Desses, muitos ainda aguardam a decisão judicial das ações reclamatórias trabalhistas em face das prestadoras de serviços e, solidariamente, do EMF, para o recebimento dos direitos devidos.</p>	4.6.1	1 ano	Encerrada

	<p>Ação Corretiva: o EMF deve definir e implementar medidas para agilizar a resolução das ações judiciais referentes aos contratos de trabalho pendentes, mitigando parte dos impactos causados aos trabalhadores afetados pelos encerramentos de contrato das EPS.</p>			
13/2008	<p>não-conformidade: foi evidenciado o excesso de jornada de trabalho para motoristas de ônibus e trabalhadores rurais em algumas frentes de trabalho de silvicultura.</p> <p>Ação Corretiva: o empreendimento deve definir e implementar medidas legais e operacionais, envolvendo o sindicato da categoria, para regularizar a jornada de trabalho de trabalhadores rurais e motoristas de ônibus nas frentes de trabalho de silvicultura</p>	4.7.1	1 ano	Encerrada
14/2008	<p>não-conformidade: não existem procedimentos e monitoramentos para assegurar o cumprimento da legislação trabalhista e das convenções e acordos coletivos de trabalho por parte de empresas e funcionários subcontratados. Foram encontrados trabalhadores subcontratados no transporte de madeira e abastecimento de combustíveis, que se encontravam em situação irregular quanto às jornadas e contratos de trabalho.</p> <p>Ação Corretiva: o EMF deve resolver os problemas identificados na descrição da não-conformidade e apresentar e implementar procedimentos e monitoramentos para assegurar o cumprimento da legislação trabalhista e das convenções e acordos coletivos de trabalho por parte de empresas e funcionários subcontratados.</p>	4.7.1	1 ano	Encerrada
15/2008	<p>não-conformidade: não foi evidenciada uma aferição regular da compatibilidade entre os níveis de colheita planejados e realizados com base no sistema de inventário e em dados correntes reais de crescimento e produção.</p> <p>Ação Corretiva: o EMF deve solucionar</p>	5.6.2	1 ano	Encerrada

	a não-conformidade descrita, apresentando evidências formais à certificadora.			
16/2008	<p>não-conformidade: embora tenha sido desenvolvido um plano de ações visando à reversão dos processos erosivos pré-existentes e à prevenção de novos processos, com foco especial nas áreas de implantação nos últimos anos, não houve uma identificação, mapeamento e quantificação das áreas com passivos a serem recuperados, nem foi estabelecido um cronograma de ações para sua recuperação.</p> <p>Ação Corretiva: o EMF deve identificar, mapear e quantificar as áreas com passivos ambientais nas áreas de implantação recente de manejo florestal, estabelecendo e iniciando a implementação de um cronograma de ações, com previsão de prazos, responsabilidades e recursos para a recuperação de processos erosivos pré-existentes</p>	6.5.1	1 ano	Encerrada
17/2008	<p>não-conformidade: foram evidenciadas, em áreas adquiridas e implantadas pelo EMF nos últimos anos, situações de erosão pronunciada em estradas e passagens de água sem obras de arte, com nítidos sinais de assoreamento.</p> <p>Ação Corretiva: o EMF deve levantar a existência de situações como a descrita na não -conformidade, corrigir as situações encontradas e incluir medidas preventivas em seus procedimento</p>	6.5.1 6.5.2 10.6.1 10.6.	1 ano	Encerrada
18/2008	<p>não-conformidade: o EMF estabeleceu duas FAVCs (Taboal -Mauá e Varanal) e descreveu os atributos existentes nas mesmas. No entanto, não foi realizada uma avaliação mais ampla para identificação dos AAVCs e outras possíveis FAVCs na unidade de manejo florestal, incluindo um processo formal de consulta a partes interessadas para a definição desses atributos.</p> <p>Ação Corretiva: o EMF deverá conduzir um processo de avaliação na unidade de</p>	9.1.1 9.2.1	1 ano	Encerrada

	manejo para identificação de possíveis novos AAVCs e FAVCs, incluindo consultas a partes interessadas como parte desse processo.			
19/2008	<p>não-conformidade: não foi evidenciado um plano de monitoramento para os atributos identificados na FAVC do Varanal.</p> <p>Ação Corretiva: o EMF deverá elaborar um plano de monitoramento anual para a FAVC do Varanal.</p>	9.4.1 9.4.2	1 ano	Encerrada
20/2008	<p>não-conformidade: embora o EMF tenha apresentado à certificadora novos procedimentos para o encerramento de contratos de prestação de serviços e o desligamento dos trabalhadores de empresas prestadoras de serviços, não houve a implementação dos procedimentos apresentados aos processos de reestruturação em andamento.</p> <p>Ação Corretiva: o EMF implementar os procedimentos descritos na não-conformidade aos processos de reestruturação em andamento.</p>	4.6.1	1 ano	Encerrada
Auditoria Klabin – 2009				
SAC #	Condições	Critérios	Prazo	Situação 2010
1/2009	<p>Não-conformidade Foi evidenciado em campo que algumas frentes de trabalho estavam muito distantes das áreas de vivência, principalmente banheiro, nos caso de operações de adubação, aplicação de herbicida e outras de silvicultura. Este era devido normalmente à grande movimentação destas frentes sem que fosse feita uma avaliação da necessidade de realocação das áreas de vivência, principalmente banheiros, para que estas não estivessem tão distantes das frentes de trabalho.</p> <p>Ação corretiva: o EMF deve resolver a não-conformidade, corrigindo as situações identificadas e prevenindo a ocorrência de situações semelhantes no futuro. As ações corretivas e preventivas implantadas devem ser evidenciadas à</p>	4.2.2	1 ano	Encerrada

	certificadora			
Auditoria Klabin – 2010				
SAC #	Condições	Critérios	Prazo	Situação 2011
1/2010	<p>Não-conformidade: Falta de procedimentos formais para resolução de conflitos de posse e uso da terra e compensações por perdas e danos.</p> <p>Ação corretiva: o EMF deve resolver a não-conformidade, prevenindo sua recorrência futura. As ações corretivas e preventivas implantadas devem ser evidenciadas à certificadora.</p>	2.3.1 4.5.1	1 ano	Encerrada
2/2010	<p>Não-conformidade: Falta de fornecimento de dois pares de botina aos trabalhadores. Evidências: EPS de silvicultura não está fornecendo dois pares de botinas aos trabalhadores.</p> <p>Ação corretiva: o EMF deve resolver a não-conformidade, prevenindo sua recorrência futura. As ações corretivas e preventivas implantadas devem ser evidenciadas à certificadora.</p>	4.2.3	1 ano	Encerrada
3/2010	<p>Não-conformidade: Trabalhadores levam EPI de aplicação de químicos para higienização em sua residência. Evidências: EPS de silvicultura nova está orientando e permitindo que os trabalhadores levem EPI utilizados em aplicação de químicos para higienização em suas residências, item não evidenciado pelo sistema de monitoramento do EMF.</p> <p>Ação corretiva: o EMF deve resolver a não-conformidade, prevenindo sua recorrência futura. As ações corretivas e preventivas implantadas devem ser evidenciadas à certificadora</p>	4.2.3	3 meses	Encerrada
4/2010	<p>Não-conformidade: A avaliação de impactos socioeconômicos associados às atividades de manejo florestal realizada pelo EMF não é adequada e proporcional à escala e intensidade de suas operações. O EMF realizou um mapeamento de partes interessadas que não identifica todas as comunidades e vizinhos afetados (não foram</p>	4.4.1	3 meses	Encerrada

	<p>identificadas, por exemplo, comunidades com uma população inferior a cinquenta famílias). O mapeamento não é abrangente em relação à presença do empreendimento nas regiões nas quais estão localizadas as áreas de manejo. Os impactos sociais identificados não se basearam em mecanismos de consulta às comunidades afetadas e não identificam os locais de ocorrência para a tomada de ações mitigadoras. As informações do levantamento efetuado não são suficientes para a definição de uma política de análise e tratamento das demandas vindas das comunidades, de ações de mitigação de impactos sociais diretos da atividade florestal e de projetos de mitigação de impactos indiretos e/ou de alavancagem social. Foi apresentado um plano piloto de sustentabilidade com previsão de início de atividades em dois anos.</p> <p>Ação Corretiva: o EMF deve adequar a avaliação de impactos socioeconômicos associados às atividades de manejo florestal, proporcionalmente à escala e intensidade das operações, que seja abrangente às comunidades afetadas e que se baseie em mecanismos de consulta e diálogo com tais comunidades.</p>			
5/2010	<p>Não-conformidade: O EMF não possui mecanismos de comunicação efetivos que permitam o envolvimento das pessoas e grupos afetados pelo manejo florestal. O EMF possui um mecanismo de comunicação com vizinhos (“Ficha de Vizinhos”) realizado antes do início das atividades operacionais, e que tem por objetivo informar o contato para recebimento de eventuais reclamações ou solicitações. Os resultados da aplicação desse mecanismo não são formalmente registrados. O empreendimento dispõe também, como ferramentas de comunicação, sua página eletrônica na internet e um telefone de contato. Esses mecanismos não são suficientes para assegurar uma efetiva</p>	4.4.2	3 meses	Encerrada

	<p>comunicação entre o EMF e as comunidades e não são adequados à escala e intensidade do manejo florestal. O EMF realizou um trabalho para o mapeamento e caracterização sócioeconômica de stakeholders no universo de atuação da Klabin S.A. no Estado do Paraná. Por meio desse trabalho foi possível o mapeamento e identificação inicial de algumas partes interessadas direta ou indiretamente afetadas pelo manejo florestal da Klabin. No entanto o trabalho não foi suficientemente abrangente e adequado para permitir consultas com frequência e regularidade com as lideranças e partes interessadas no processo de comunicação do empreendimento.</p> <p>Ação Corretiva: o EMF deve resolver a não-conformidade, prevenindo sua recorrência futura. As ações corretivas e preventivas implantadas devem ser evidenciadas à certificadora</p>			
6/2010	<p>Não-conformidade: Caracterização e mapeamento dos remanescentes naturais pertencentes, quanto à fauna e flora ao escopo do manejo florestal. De modo geral, as áreas localizadas fora da fazenda Monte Alegre, e boa parte da própria fazenda Monte Alegre, não possuem uma caracterização adequada do estágio sucessional dos seus remanescentes naturais, exigência mínima do padrão. Quanto à caracterização da fauna existem estudos esparsos na fazenda Monte Alegre, mas não há evidências de que esses estudos são representativos da área total pertencente ao escopo do certificado. Em 2010 foi realizado um levantamento florístico em duas outras propriedades, Invernadinha e Socimbra, por meio dos quais foi possível identificar atributos que elegeram essas áreas como de AVC.</p> <p>Ação corretiva: deverá ser apresentado um plano para caracterização e mapeamento de todos os remanescentes florestais naturais contendo cronograma</p>	6.1.1	3 meses	Encerrada

	de curto prazo. O plano deverá estar iniciado em campo e deverá prever que no caso de aquisição de novas áreas a caracterização seja ampliada.			
7/2010	<p>Não-conformidade: O EMF não possui programa de recuperação e restauração de ecossistemas naturais. Pesquisas relacionadas a técnicas de restauração e recuperação foram realizadas ao longo dos anos, no entanto um programa adequado não foi definido nem implementado de acordo com a escala do empreendimento. Também não há um levantamento adequado e definição de áreas a serem recuperadas ao longo do tempo. Um programa foi apresentado, mas o mesmo só visa trabalhos relacionados a áreas de restauração vinculadas a retirada de plantios antigos em área de preservação permanente.</p> <p>Ação corretiva: deve ser apresentado um programa de recuperação e restauração que abranja todos os remanescentes florestais naturais contendo metodologias, sistema de monitoramento, prazos e metas para que todos os remanescentes identificados e que necessitem de intervenções, sejam contemplados. Da mesma forma o programa deve garantir que novas áreas sejam avaliadas e incorporadas ao longo do tempo. O programa deve ter ações iniciadas em campo.</p>	6.4.1	3 meses	Encerrada
8/2010	<p>Não-conformidade: Não é conhecida a destinação final dos resíduos gerados pelas EPS. O EMF exige a coleta seletiva e que se dê destinação adequada de todos os seus prestadores de serviço, mas não possui conhecimento de onde os terceiros estão destinando seus resíduos, inclusive os tóxicos.</p> <p>Ação corretiva: o EMF deve resolver a não-conformidade, prevenindo sua recorrência futura. As ações corretivas e preventivas implantadas devem ser evidenciadas à certificadora.</p>	6.7.1	1 ano	Encerrada
9/2010	Não-conformidade: O EMF não possui	8.1.1	1 ano	Encerrada

	<p>plano de monitoramento adequado que permita a comparação de resultados e acompanhamento de mudanças ao longo do tempo. O EMF apresentou em seu plano de manejo uma planilha contendo diversos indicadores de monitoramento, no entanto não apresenta indicadores de acompanhamento consistentes nem análise crítica de todos os monitoramentos exigidos pelo padrão. Alguns dos monitoramentos apresentados não são consistentes nem suficientemente abrangentes, tais como o monitoramento social, ambiental, de saúde e segurança (tratado principalmente nos índices de acidentes) e trabalhistas. Outra fragilidade identificada é que os monitoramentos existentes não possuem indicadores de longo prazo, nem geram relatórios periódicos conforme exigido pelo padrão.</p> <p>Ação corretiva: o EMF deve apresentar plano de monitoramento consistente com todos os aspectos que devem ser monitorados nas áreas ambiental, social, econômico exigidos pelo padrão e permitam análises críticas e a comparação de longo prazo</p>			
10/2010	<p>Não-conformidade: O EMF não apresentou um plano de monitoramento social adequado para identificar e descrever mudanças decorrentes da presença do EMF na região. O monitoramento de impactos pré e pós operações está sendo realizado somente para as atividades de colheita. O EMF não possui monitoramento de fauna e flora que possa ser considerado adequado à escala e intensidade do seu manejo. Foram apresentados como sistema de monitoramento social, alguns indicadores relacionados a número de empregos, índices de acidentes, atendimentos de demandas das comunidades, dentre outros. Os monitoramentos realizados, no entanto, não permitem a avaliação da eficácia das ações de prevenção e mitigação dos impactos sociais decorrentes</p>	8.2.1	1 ano	Aberta convertida em SAC maior 3 meses para cumprir

	<p>diretamente da política de atendimento às demandas das comunidades, bem como dos resultados dos projetos de mitigação de impactos indiretos e de alavancagem social. O empreendimento não está realizando o monitoramento pré e pós operações</p> <p>dos impactos de outras atividades como silvicultura, manutenção, estradas etc. Também não foi evidenciada análise crítica nem acompanhamento de ações de mitigação e avaliação das atividades, com base nos monitoramentos realizados. Os monitoramentos técnicos de fauna e flora realizados pelo EMF estão focados na Fazenda Monte Alegre, mas em alguns pontos da fazenda principalmente vinculados a área da RPPN. Um trabalho de levantamento florístico foi realizado em 2010 para duas outras propriedades. Os dados resultantes dos trabalhos técnicos realizados na fazenda Monte Alegre e nas duas outras fazendas, realizadas em 2009 e ao longo do tempo, não podem ser considerados como um sistema de monitoramento de fauna e flora adequado a escala e intensidade do manejo realizado pelo EMF.</p> <p>Ação Corretiva: o EMF deve resolver a não-conformidade, prevenindo sua recorrência futura. As ações corretivas e preventivas implantadas devem ser evidenciadas à certificadora.</p>			
11/2010	<p>Não-conformidade: O EMF não realizou uma avaliação ampla para identificação dos AAVCs com base nos seis critérios do Pro-forest, e nem avaliou a possível existência de outras FAVCs na unidade de manejo florestal. No ano de 2010 o EMF realizou um levantamento florístico em duas de suas propriedades cujos resultados sugeriram a eleição de duas novas áreas de alto valor de conservação, do ponto de vista ambiental, e apresentadas para os auditores na presente auditoria como novas FAVC. Na auditoria de 2009 o EMF</p>	9.1.1	3 meses	Encerrada

	<p>apresentou uma proposta de trabalho para a identificação dos AAVCs, com base nos seis critérios da Proforest, que foi aceita pela certificadora para encerramento de uma não conformidade de 2008. A crise econômica 2008/2009 impossibilitou a sua implementação na época sendo que a sua implementação para encerramento definitivo da não conformidade seria avaliada em 2010. No entanto constatou-se na presente auditoria que o EMF não implementou o trabalho fato esse considerado como reincidência em não conformidade.</p> <p>Ação corretiva: o EMF deve definir seus critérios de elegibilidade para as seis classes de AVC definidas pelo Proforest. Em seguida estes critérios devem ser utilizados para avaliar a existência, ou não, de novas áreas de alto valor de conservação dentro da unidade de manejo. Devem ser definidos procedimentos que garantam que a metodologia de avaliação seja aplicada no caso de aquisição de novas áreas.</p>			
12/2010	<p>Não-conformidade: O EMF não realizou consulta pública sobre as FAVCs já definidas. O EMF possui duas FAVCs já definidas no ciclo anterior para as quais não havia sido conduzida uma consulta pública suficientemente abrangente. Em 2010 duas novas FAVCs foram definidas, sendo que para elas também não foi realizada consulta pública para sua validação, conforme exige o padrão. Na auditoria de 2009 o EMF apresentou uma proposta de trabalho firmada com uma consultoria especializada e que foi aceita pela certificadora para encerramento de uma não conformidade de 2008 (18/2008). A crise econômica 2008/2009 impossibilitou a sua implementação na época sendo que a sua implementação para encerramento definitivo da não conformidade seria avaliada em 2010. Constatou-se, no entanto que o EMF não implementou o trabalho até a data da presente auditoria, fato esse considerado como reincidência</p>	9.2.1	3 meses	Encerrada

	em não conformidade. Ação corretiva: uma consulta pública a partes interessadas deve ser realizada para todas as FAVCs atualmente definidas pelo EMF. Devem ser criados mecanismos para novas FAVC eventualmente identificadas sejam submetidas a consultas públicas.			
<u>Auditoria Klabin – 2011</u>				
SAC #	Condições	Critérios	Prazo	Situação atual
1/2011	<p>Não Conformidade: Os motoristas de transporte de trabalhadores e operadores de máquina de colheita das EPS inspecionadas estão submetidos a um excesso de horas extras. Por meio de entrevistas e análise de documentos (holerites e registros de ponto) foi evidenciado que os motoristas de ônibus e operadores de máquina de colheita realizam horas extras acima do permitido pela legislação trabalhista, que são de duas horas extras diárias. No caso dos motoristas, eles chegam a cumprir jornada de doze a treze horas por dia, iniciando a jornada às 05h00 e encerrando às 19h00, a depender da distancia em que está sendo realizado o trabalho de campo. No caso dos operadores de máquinas de colheita, o número de horas extras é menor, porém excede o limite máximo permitido pela legislação trabalhista.</p> <p>Ação corretiva: O EMF deve implementar ações corretivas para demonstrar conformidade com os requisitos referenciados acima.</p>	1.1.2	1 ano	Pendente
2/2011	<p>Não Conformidade: O EMF reconheceu a existência de falhas no cumprimento integral da lei da balança. O monitoramento do peso dos caminhões vem sendo realizado há quase cinco anos, identificando o excesso de peso dos caminhões. Para a solução destas questões, o EMF está adotando algumas medidas, como: a correção da tarifa em 8% para compensar o eventual prejuízo pela diminuição da carga; a contratação</p>	1.1.2	1 ano	Pendente

	<p>de nova transportadora, iniciando em 01/07/2011, com quarenta caminhões, ajudando a recompor a frota, diminuindo a defasagem do número de caminhões. Além disso, serão tomadas ações em conjunto com a controladoria da empresa para que ocorra o monitoramento e o estabelecimento de regras para que as transportadoras atendam às exigências. Há uma forte orientação por parte da alta direção do EMF no sentido de atender a lei da balança. O prazo para este atendimento é até 01/09/2011. As medidas previstas, no entanto, ainda não foram integralmente implantadas, aplicando-se a presente NCR.</p> <p>Ação corretiva: O EMF deve implementar ações corretivas para demonstrar conformidade com os requisitos referenciados acima.</p>			
3/2011	<p>Não Conformidade: Não foi realizado o levantamento sobre o eventual direito de uso e posse de áreas do empreendimento por parte das comunidades quilombolas. Não houve levantamento de impactos sociais e ambientais negativos causados pelo manejo sobre as comunidades quilombolas, de modo que não há previsão de medidas de ação para controlar e mitigar eventuais impactos negativos desencadeados pelo manejo florestal. Essas comunidades não recebem tratamento especial conforme é exigido pelo padrão, tão pouco foram consideradas no planejamento do manejo enquanto comunidades confrontantes e com potencial risco de sofrerem impactos.</p> <p>Ação corretiva: O EMF deve implementar ações corretivas para demonstrar conformidade com os requisitos referenciados acima.</p>	3.2.1	3 meses	Pendente
4/2011	<p>Não Conformidade: Não foi realizado o diagnóstico para identificar locais de especial significado (histórico, arqueológico, cultural, ecológico,</p>	3.3.1	3 meses	Pendente

	<p>econômico ou religioso) para as comunidades tradicionais quilombolas. Nas reservas indígenas o empreendimento levantou apenas informações relativas ao uso da floresta para coleta de produtos madeireiros e não madeireiros.</p> <p>Ação corretiva: O EMF deve implementar ações corretivas para demonstrar conformidade com os requisitos referenciados acima.</p>			
5/2011	<p>Não Conformidade: Algumas EPS realizam descontos indevidos de benefícios (ticket alimentação ou cesta básica) dos trabalhadores que necessitam ausentar-se do trabalho, mas apresentam justificativas (atestados médicos). Por meio de entrevistas evidenciou-se que os trabalhadores que necessitam se ausentar das atividades de trabalho, mesmo apresentando atestado médico, sofrem descontos dos benefícios, perdendo a cesta básica ou, em caso de receberem ticket refeição, perdem um percentual que varia de 30% a 100% do valor.</p> <p>Ação corretiva: O EMF deve implementar ações corretivas para demonstrar conformidade com os requisitos referenciados acima.</p>	4.1.3	1 ano	Pendente
6/2011	<p>Não Conformidade: A equipe de profissionais de saúde ocupacional do setor florestal está subdimensionada e os funcionários do EMF não são submetidos aos exames médicos periódicos. Com o processo de reestruturação que o empreendimento passou entre 2008 e 2010, os funcionários próprios do setor florestal foram enviados para serem acompanhados pelo SESMT da fábrica. Durante o ano de 2010, o EMF realizou novas contratações sem que houvesse um rearranjo do SESMT para o setor florestal. O aumento de funcionários não resultou no aumento da equipe do SESMT, o que dificultou o cumprimento dos prazos para submeter os trabalhadores aos exames médicos</p>	4.2.1	1 ano	Pendente

	ocupacionais. Uma estratégia adotada foi realizar os exames admissionais e os exames periódicos, considerados de maior importância devido aos potenciais riscos para a saúde do trabalhador. Ação corretiva: O EMF deve implementar ações corretivas para demonstrar conformidade com os requisitos referenciados acima.			
7/2011	<p>Não Conformidade: No campo foi identificado que algumas prestadoras de serviços não estão fornecendo água potável nas frentes de trabalho. Além disso, identificou-se que umas das EPS cobram pela garrafa térmica que é fornecida ao funcionário, item considerado ferramenta de trabalho. A empresa não está disponibilizando água nas frentes de trabalho. O funcionário traz a água de sua residência, sem alternativa disponibilizada pelo empreendimento. Em algumas áreas de convivência, montadas nas proximidades das frentes de trabalho ocorre uma insuficiente disponibilização de água para atender toda a equipe da frente de trabalho. Por exemplo, uma das EPS disponibiliza uma garrafa térmica com capacidade de doze litros, que é consumida no horário de almoço pelos funcionários, o que não é suficiente para atender a demanda hídrica diária da equipe.</p> <p>Ação corretiva: O EMF deve implementar ações corretivas para demonstrar conformidade com os requisitos referenciados acima.</p>	4.2.2	1 ano	Pendente
8/2011	<p>Não Conformidade: Os trabalhadores de algumas prestadoras de serviços não utilizam máscara de proteção durante a aplicação de herbicida de glifosato pós-emergente. A higienização da touca árabe não é realizada diariamente. Evidenciou-se durante a aplicação de glifosato, que os trabalhadores não utilizam a máscara (equipamento de proteção respiratória) no momento da aplicação. A desobrigação do uso está baseada em um laudo, emitido pela</p>	4.2.3	1 ano	Pendente

	<p>CONSEGMA em 15/03/2009, que teve como objetivo principal diminuir o desconforto do funcionário no momento da aplicação do herbicida. A recomendação da prestadora de serviço em segurança e saúde ocupacional contraria a recomendação do fabricante do agroquímico, o qual recomenda a utilização da máscara durante a aplicação do produto. O fabricante não concordou em emitir uma autorização para aplicação do produto sem o uso da máscara. Em entrevista com a equipe de segurança do EMF, verificou-se que houve certa resistência em acatar o laudo e recomendar o não uso da máscara. As evidências referentes às análises quadrimestrais de níveis de exposição do trabalhador ao químico, propostas no laudo, não foram apresentadas durante a auditoria. A higienização da touca árabe, que é um EPI, é realizada semanalmente e não diariamente, como deve ser feito a fim de evitar contaminação por resíduos de químicos.</p> <p>Ação corretiva:O EMF deve implementar ações corretivas para demonstrar conformidade com os requisitos referenciados acima.</p>			
9/2011	<p>Não Conformidade: Apesar de existir ações de mitigação de impactos causados pelos caminhões que passam por rotas dentro ou próximas às comunidades e bairros, constatou-se que as medidas adotadas pelo EMF não são eficazes para mitigar tais impactos. Além disso, o tempo de resposta para algumas reclamações tem sido moroso. A estrada que é rota de transporte de madeira do EMF foi motivo de reclamações por parte dos moradores. Estes se queixaram de impactos diretos causados pelo manejo do EMF. Tais reclamações foram levantadas pela equipe de auditores durante auditoria de verificação de CAR Maior em fevereiro de 2011. Durante auditoria de monitoramento, em maio de 2011, apesar da finalização do transporte de madeira, verificou-se que as medidas</p>	4.4.1	3 meses	Pendente

	<p>adotadas não foram suficientes para mitigar os impactos, pois ainda existem reclamações por parte dos moradores e pelo estabelecimento comercial, os quais estão inseridos no percurso. Verificou-se em outro bairro que as operações de transporte de madeira foram antecipadas e que as atividades estavam ocorrendo há duas semanas sem a realização de uma reunião com os moradores durante a pré-operação. As ações necessárias para mitigar impactos diretos gerados nessa localidade não foram tomadas.</p> <p>Ação corretiva: O EMF deve implementar ações corretivas para demonstrar conformidade com os requisitos referenciados acima.</p>			
10/2011	<p>Não Conformidade: O plano de manejo do EMF não apresenta a descrição operacional para a operação de controle de espécies exóticas invasoras. O EMF não possui um procedimento específico para a operação de controle de espécies exóticas invasoras.</p> <p>Ação corretiva: O EMF deve implementar ações corretivas para demonstrar conformidade com os requisitos referenciados acima.</p>	7.1.1	1 ano	Pendente
11/2011	<p>Não Conformidade: O plano de monitoramento pré e pós-operações não está tecnicamente adequado de modo a identificar e descrever os impactos ambientais ocasionados. Visitas de campo evidenciaram a ocorrência de um talhão em que as medidas tomadas para a contenção de processo erosivo não foram eficientes e outro com a ocorrência de erosão significativa no entorno e no interior do talhão. Ambos os talhões tinham sido objetos de monitoramentos pós-operação de biomassa sem a identificação dos impactos ambientais evidenciados durante a auditoria de campo pelos auditores.</p> <p>Ação corretiva: O EMF deve implementar ações corretivas para demonstrar conformidade com os</p>	8.2.1	1 ano	Pendente

	requisitos referenciados acima.			
12/2011	<p>Não Conformidade: O sistema de monitoramento existente das FAVCs identificadas pelo EMF não foi incorporado ao plano de manejo. Evidenciou-se que o plano de manejo do EMF não incorporou as medidas estabelecidas para monitorar os atributos relativos às FAVCs identificadas, com exceção do Taboal Mauá.</p> <p>Ação corretiva: O EMF deve implementar ações corretivas para demonstrar conformidade com os requisitos referenciados acima.</p>	9.4.1	1 ano	Pendente
13/2011	<p>Não Conformidade: Alguns funcionários relevantes não demonstraram conhecimento dos procedimentos e nem treinamento para implementar e manter o sistema de controle da CoC. Evidenciou-se através de entrevistas e análise de documentos que funcionários relevantes à implantação e manutenção do sistema de controle CoC não apresentaram conhecimento suficiente sobre os procedimentos. Eles também não possuíam treinamento em relação às normas e procedimentos da CoC.</p> <p>Ação corretiva: O EMF deve implementar ações corretivas para demonstrar conformidade com os requisitos referenciados acima</p>	CoC 1.2.	1 ano	Pendente
14/2011	<p>Não Conformidade: Falta de definição formal do sistema de vendas ou porta da floresta para o produto certificado FSC coberto pela cadeia de custódia. No procedimento de cadeia de custódia florestal (FC-PRO-COM-0001) não está definido formalmente qual o sistema de vendas ou porta da floresta para o produto certificado FSC coberto pela cadeia de custódia.</p> <p>Ação corretiva: O EMF deve implementar ações corretivas para demonstrar conformidade com os requisitos referenciados acima.</p>	CoC 2.2	1 ano	Pendente

Fonte: Pesquisa do autor, baseado em (Rainforest Alliance; Smartwood Program; Imaflora, 2003; 2005; 2006; 2007; 2009; 2011)

ANEXO D: AVALIAÇÃO DA ASI SOBRE A ATUAÇÃO DA SGS EM RELAÇÃO À CERTIFICAÇÃO DE MANEJO FLORESTAL DA VERACEL



ASI ASSESSMENT REPORT FSC ACCREDITATION PROGRAM FSC FM (Forest Management) Assessment for SGS South Africa (Pty) Ltd.

Dates: from 6/12/2010 to 10/12/2010

	NAME	DATE
Report drafted by:	Frank Katto	15/12/2010
Reviewed by ASI:	Etienne Kuzong	6/1/2011
Finalized by ASI:	Frank Katto	20/1/2011
Report last updated:	Frank Katto	27/5/2011

Report Id: AR-0265

Summary

Suspend Accreditation is recommended to the ASI Managing Director.

1. DESCRIPTION OF THE ASSESSMENT

CAB	SGS South Africa (Pty) Ltd.
Accreditation Status	Accredited
Accreditation certificate	FSC-ACC-015
Technical Scope of Accreditation	Accredited for FSC [FM (Forest Management)]
Geographical Scope of Accreditation	Worldwide for Forest Management, FSC Controlled Wood and Chain of Custody certification
Type of Assessment	Surveillance – Ongoing accreditation assessments
Scope of Assessment	FSC FM (Forest Management)
Methodology	Witness
Site Visited	Veracel head office and all the sites referenced in the Agenda ISO/IEC GUIDE 65;1996 (E) ISO 19011:2002 (E) FSC-STD-20-001 (V3.0) - Application of ISO/IEC Guide 65 FSC-STD-20-006 (V 3.0) – FM stakeholder consultation FSC-STD-20-007 (V 3.0) – FM Evaluation
Applicable	FSC-STD-20-002 (V3.0) – Structure + Content FSS



Standards	<p>FSC-STD-20-007a (V1-0)– Evaluations Forest Certification Reports</p> <p>FSC-STD-20-007b (V1-0) – FM Public summaries</p> <p>All other supporting accreditation documents (FSC POL, GUI, ADV, and IAF guidance)</p> <p>Annual updates (see Section 8, below) shall be added to the published summary report or published separately on the FSC database of registered certificates (www.fsc-info.org), no later than ninety (90) days after the on-site closing meeting at the end of a surveillance evaluation.</p>	
Checklists used	<p>ASI-CHK-20-002-Struct & ConteSTDs V2-1</p> <p>ASI-CHK-20-003-AdapGenSTDs V2-1</p>	
Objective of Assessment	<p>The objectives of this Assessment were:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Evaluation of the certification body's performance in implementing the accredited certification system in accordance with FSC accreditation requirements. 2. Witnessing an audit team to determine whether or not the team: <ul style="list-style-type: none"> a) adequately applies the procedures and instructions of the certification body; b) members exhibit the characteristics of an auditor as detailed in ISO 19011; c) has the required expertise of the sector in which the audit is being undertaken; d) applies appropriate expertise in the correct sense; e) undertakes the audit effectively and draws correct conclusions. 3. Evaluation of the conformity of the certificate holder with FSC and certification body's certification requirements in so far as this is necessary to verify the performance of the certification body. 4. Evaluation of stakeholder comments or complaints ASI received in relation to this operation. 	
Assessment language	English	
ASI Assessment Team	Lead Assessor	Frank Katto
	Co Assessor	Sasha Bosbeer
	Local Expert	Julio Paupitz
	Translator	Suyene Garcia Maria
Other people involved	CAB	Rosilene Einloft (Lead Auditor)
	CAB	Fabiano Luiz da Silva (Auditor in training)
	CAB	Rosemary (observer)
	Company	Company top management and head of departments (See SGS report for details)

2. BACKGROUND

ASI report update as of 24 may 2011.



In accordance with the FSC Forest Management public summary requirements (FSC-STD-20-007b V1-0 FM clause 3.2, certification bodies are required to publish the FM public summary report on the FSC database of registered certificates (www.fsc-info.org). This has to be no later than ninety (90) days after the on-site closing meeting at the end of a surveillance evaluation.

Considering that it over 90 days since its recent FM surveillance audit was done, SGS Qualifor is not compliance with this requirement. A major non conformity has been issued to SGS Qualifor (NC SGS-FSC FSC FM BRA 2010 14: Veracel).

Following complaints from stakeholders regarding the performance of both Veracel Cellulose S.A and that of SGS Qualifor, ASI undertook a stakeholder consultation in Brazil in November and further performed a witness assessment to SGS Qualifor during its annual forest management audit to Veracel in December . The stakeholders are mainly concerned with the social, environmental and legal non compliances from Veracel's side and the continued lack of independent evaluation of these non compliances by SGS (refer to the stakeholder consultation section below).

SGS Qualifor is a Conformity Assessment Body - CAB (certification Body) that is accredited by FSC with a worldwide scope for forest management and chain custody evaluation, and is the current certifier of Veracel Cellulose S.A. in Brazil.

Veracel is an FSC certificate holder that is managing Eucalyptus plantations in the state of Bahia, Brazil, for the production of Eucalyptus roundwood. Veracel was set-up in 1991. In 1997, the Stora Enso group acquired 50% of the company and in 2000, Aracruz joined as a share holder . Since 2003, Aracruz and Stora Enso have shared ownership of Veracel with 50% of the shares each. An industrial unit was established in 2005 to produce cellulose from the timber produced by Veracel's plantations.

The scope of SGS's certificate covers only the forest management units and the production of Eucalyptus roundwood. The certificate covers a total of 205,364 ha, with 100,536 ha of natural areas for conservation purposes, 95,574 ha dedicated to plantation and 9,254 ha for other land uses.

ASI – the accreditation body that manages the FSC accreditation program previously performed a compliance audit against SGS Qualifor following stakeholder complaints on the performance of SGS Qualifor and that of the Veracel report – the full ASI assessment report is available on the ASI website: http://www.accreditation-services.com/summary_sgs.html

2.1. ASI ASSESSMENT AGENDA

Date	Time	Activity	Location
------	------	----------	----------

2.2. OPENING MEETING

Description	Select
An opening meeting was held to confirm arrangements of the assessment.	Yes
In the opening meeting ASI and the CAB confirmed the objective; scope and the itinerary for this assessment. The CAB was also advised that:	Yes
1. All information is treated in confidence and assessment records are held securely,	Yes
2. A draft version of the ASI report will be provided to the CB for 5 working days for comment and to provide corrective action plans where requested,	Yes
3. The final report may be shared with Standards and Licensing team (only for MSC program) or may be made publically available (only for FM FSC).	Yes
4. Results of the assessment will be retained on ASI checklists and/or the preliminary summary of findings report. The CAB may have a copy at the end of the assessment or within the next 24 hrs.	Yes
5. It was confirmed that there were no conflicts of interest between the ASI lead assessor and the CAB's assessment team.	Yes
The CAB was also informed that the assessment is based on following principles:	
6. Samples are taken; ASI will not be looking at all aspects of the operation; nonconformities may exist that are not identified during this assessment;	Yes
7. Reviewing actual operations / processes;	Yes
8. Interviewing staff to check that the requirements are sufficiently implemented and understood;	Yes
9. Reviewing validity and availability of documentation provided to all relevant staff; reviewing records to gather objective evidence;	Yes
10. Raising Observations, Minor, and Major Nonconformities (NCs); Major NC precludes accreditation until closed during a Verification Assessment;	Yes



2.3. CLOSING MEETING

Description	Select
At the conclusion of this assessment, a closing meeting was held. The ASI assessor thanked the CABs management and staff for their assistance during the assessment. The ASI assessor summarized:	Yes
1. that the assessment results were obtained by taking a sample and that not all NCs may have been found;	Yes
2. that the assessment results are noted on checklists and/or a Summary of Finding Report. The CAB may have a copy at the end of the assessment or within the next 24 hrs.	Yes
3. any Observations, Major and Minor NCs issued and the procedure for their close out (Verification Assessment or at the next Surveillance Assessment). The CAB was advised that it is required to correct the problem identified in the NC and implement corrective action (including determining the root cause of the NC, and identifying and addressing any other resultant NC) within the specified timeline. The CAB is also required to verify the effectiveness of that corrective action prior to providing ASI with evidence to demonstrate conformity following ASI QMS documents.	Yes
4. and the plan for upcoming ASI assessments including verification assessments were required.	No

3.1 NONCONFORMITIES

Observation	Minor	Major	Total
2	6	8	16

No.	Grade	Ref No.	Status
00005263	Major	NC SGS-FSC FSC FM BRA 2010 1: Veracel	New
00005264	Major	NC SGS-FSC FSC FM BRA 2010 2: Veracel	New
00005265	Major	NC SGS-FSC FSC FM BRA 2010 3: Veracel	New
00005266	Major	NC SGS-FSC FSC FM BRA 2010 4: Veracel	New
00005267	Major	NC SGS-FSC FSC FM BRA 2010 5: Veracel	New
00005268	Major	NC SGS-FSC FSC FM BRA 2010 6: Veracel	New
00005269	Major	NC SGS-FSC FSC FM BRA 2010 7: Veracel	New
00005270	Major	NC SGS-FSC FSC FM BRA 2010 8: Veracel	New
00005271	Minor	NC SGS-FSC FSC FM BRA 2010 9: Veracel	New
00005272	Minor	NC SGS-FSC FSC FM BRA 2010 10: Veracel	New
00005274	Minor	NC SGS-FSC FSC FM BRA 2010 11: Veracel	New
00005275	Minor	NC SGS-FSC FSC FM BRA 2010 12: Veracel	New
00005276	Minor	NC SGS-FSC FSC FM BRA 2010 13: Veracel	New
00006028	Observation	OBS SGS-FSC FSC FM BRA 2010 1: Veracel	New
00006029	Observation	OBS SGS-FSC FSC FM BRA 2010 2: Veracel	New
00007061	Minor	NC SGS-FSC FSC FM BRA 2010 14: Veracel	New

See nonconformity reports (attached) for details.

Note 1: the failure to successfully address MAJOR CARs within the given timeline may result in disciplinary measures, including the suspension of accreditation.

Note 2: Observations are related to an area of concern, a process, document, or activity that is currently conforming that may if not improved, result in a nonconforming system, product or service. Thus, observations which are not considered by the CAB may lead to corrective action requests in the future.

3.2. ASI STAKEHOLDER CONSULTATION PROCESS (AS APPLICABLE)

Summary of Issues raised by Stakeholders	ASI response	FCF No.



<p>- Continued lack of consultation with important stakeholder such as MST - the largest social movement in Brazil. It appears strange that so little attention is given to the big conflict between MST and Veracel. The claims of the landless farmers should at least be taken serious and listened to. The same applies to another group, MLT - smaller landless farmers movement reclaiming Veracel's land. There are court cases going on in Eunapolis against Veracel. Both MST and MLT are in open conflict with the company.</p> <p>- Fraudulent consultation process: the company and the auditors deliberately select biased groups to attend public audiences and answer assessments.</p>	<p>In some cases the methods employed by the SGS audit team were not considered effective by the ASI audit team – for examples giving very short notice to stakeholders. See NC.SGS.FSC.FM.BRA.2010.11, with regard to SGS lack of consultation with major stakeholders.</p>
<p>- In the audit reports SGS was mainly defending Veracel instead of being an independent body. An important critique in the ASI reports was that SGS was too soon too pleased with all the data Veracel gave to SGS, instead of going into the field to verify this information ('SGS rather cheques with procedures and studies as performance evidence. SGS should insist on implementation evidence.') So, for us, SGS is also part of the problem because they obviously mask the violations Veracel makes.</p> <p>- From the reports we have read and people we have talked to, we conclude that SGS is not working as an independent body. It is defending Veracel while it should remain impartial at all time.</p>	<p>During the ASI witness assessment it could be evidenced that the in some cases the auditing methods employed by the SGS team do not guarantee the collection of objective evidence of the company's compliance against the FSC requirements. In most cases the SGS auditors asked either leading questions to company or gave answers on behalf of the company if ASI asked for clarification.</p> <p>See closely related non compliances to this issue:</p> <p>NC.SGS.FSC.FM.BRA.2010.02 NC.SGS.FSC.FM.BRA.2010.09 NC.SGS.FSC.FM.BRA.2010.10 NC.SGS.FSC.FM.BRA.2010.11</p>
<p>- Claims of corruption, plantations on state owned properties (terras devolutas), various labour lawsuits, environmental and criminal cases against Veracel.</p> <p>ASI stakeholder consultation . similar issues:</p> <p>1. Law infringements and criminal activities according to environmental, labor, civil and tax laws.</p> <p>a. Environment: no conservation areas in many farms, use of chemicals near river sources, no proper license for a vast part of the plantations.</p> <p>Evidence provided (cite the document) - Silvicultura de Eucalipto no Sul e Extremo Sul da Bahia: Situacao Atual e Perspectiva Ambientais</p> <p>b. Labor: more than 2000 lawsuits against the company in Labor Courts</p> <p>c. Civil: many of those cases generated civil lawsuit against the company</p> <p>d. Tax: Eunapolis city hall identified that company has committed tax fraud Evidence provided - Copies of different processes and lawsuits ongoing within the Brazilian Justice system.</p> <p>e. Corruption: direct or indirect involvement of the company in local and regional politics, received certificates and licenses when the company clearly should not have.</p> <p>- Evidence provided: Environmental licenses revoked in the past, and new lawsuit for releasing fraudulent reports and licenses</p>	<p>- SGS evaluated the Veracel's compliance with the local and national laws (e.g. tax payments) and also reviewed the current open court cases against Veracel. As a result SGS issued a non compliance with regard to the company's ongoing civil and court cases on environmental, labour, forestry issues.</p> <p>- It is worth highlighting that in Brazil anyone can open a lawsuit against a company and as such some of the new lawsuits (such as claims of fraudulent reports and licenses) mentioned by stakeholders were beyond the scope of investigation by ASI as in some cases no action from the judicial side had taken place. However as already mentioned above, the SGS audit team reviewed the company's current open court cases and issued a non compliance to Veracel in accordance with the SGS adapted generic standard for Brazil: 1.1.3.</p>
<p>In the Pataxó village of Guaxuma: The community witnessed deforestation of native forest in an area they used to hunt in use of chemicals in 10 meter from</p>	<p>- This issue was investigated by SGS audit team and the indigenous people representative from FUNAI confirmed that</p>



residential area to clear the land for plantation and the pollution of water with chemicals. SGS knows about this complaint but did not check this on the site or never took this complaint serious.

- Deforestation of (at least) 410 ha should not be tolerated.

the case is being solved and that the indigenous people will within 90 days get the land back from Veracel.

- ASI interviewed government environmental institutions such as ICMBio who confirmed that Veracel hires institutions to measure water quality but emphasized that there have not been any government's own tests to confirm or contradict Veracel's water analysis reports.

In this case therefore there was no non compliance on this issue.

- People that have agreements with Veracel under the 'fomento florestal land use system' (tree farm) contract with Veracel. In the near future these projects will be included in the certification scheme. Some of these people have experienced many bad and illegal practices committed by Veracel their property: workers are badly treated, deforestation of High Conservation Value Forests and Reserva Legal, intimidation and so on.

ASI stakeholder consultation – similar issues:

- Veracel has planned plantations in outgrowers farms without properly designating preservation areas
 - a. Some of the outgrowers are being prosecuted by the Justice for breaking environmental laws. Some plantation have no license and are currently considered illegal Evidence provided Copy of the fine, the lawsuit, and his attempts to contact Veracel asking for support

- Veracel has broken the contract by not paying the expected annual allowance

- Though asked to support the outgrowers to legalize their situation, Veracel has not responded or it stated that it was part of out-growers responsibilities

- The out-grower also claims that the working conditions of the contractors; rural workers are highly risky

ASI had the opportunity to talk to some of the outgrowers under the "fomento" agreement with Veracel either as renting land Veracel or supplying wood to Veracel. Many issues were raised with regard to Veracel's breach of contractual agreements with these outgrowers, most of which have court cases against them on environment law infringements. However, the outgrowers are outside the scope of ASI assessment as SGS has not taken a decision to certify these groups. SGS is aware of the law suits against the outgrowers (fomento).

The last surveillance report from SGS Qualifor dates from 30/11/2009-04/12/2009. The report was online in May (after almost 5 months). The report is exactly the same document (copy-paste) as the first surveillance report. (Even following phrases from last year were copied in the new report: "There is a program of restoration of degraded areas, with the goal of planting 400ha/year. So far about 2114 hectares have been restored with planting of species of native trees." The numbers were clearly not updated.) Apart from one minor CAR that was raised, only in the last 10-12 pages (total volume 164 pages) some small extra findings were added to the 1 surveillance report. We were wondering if this is a normal kind of follow up of such a large project? In 5 days a lot more should have been done, a lot more relevant issues should have been tackled.

- We have spend four months in the region for this research and we only saw a fraction of the situation. How could the SGS audit team be satisfied or even form a conclusion while apparently almost no research or check-ups was done?

- SGS granted the label two weeks before there would be a consultation with an important stakeholder, the ngo CEPEDES. (Afterwards this organisation decided not to take

See NC.SGS.FSC.FM.BRA.2010.10, which relates to the SGS main and surveillance reports – where there is lack evidence that certain requirements were evaluated.

See NC.SGS.FSC.FM.BRA.2010.11, with regard to SGS lack of consultation with major stakeholders.



part in the process anymore because they had lost all their trust in SGS and the certification process. They were convinced that things were already too late anyway.)

- ASI should consider an important report (Silvicultura de eucalipto no Sul e Extremo Sul Da Bahia: Situação Atual e Perspectivas Ambientais) from the IMA, the State Environmental Agency of Bahia. There is a serious lack of policy to be able to manage the situation, which exceeds the limits of environmental control. The four paper en cellulose companies (Veracel, Fibria, Susano, CAF) that manage eucalyptus plantations in the 23 municipalities in the Extreme South of Bahia, manage all together 417.099 ha. But research from IMA shows that there are 454.128 ha of eucalyptus plantations. The difference is 37.037 ha. These are clandestine plantations where the Environmental Agency has no knowledge or control over.

- The IMA report has maps which show that these areas are also situated in the influence zone of Veracel. This should be clear, because now it is still very likely Veracel has plantations without licenses.

- The IMA report points on several problems that are related with the eucalyptus expansions: the indigenous matter, wood looting, deforestation, degradation of the water, non-compliance to environmental norms, use of chemicals in the plantations, migration, rural exodus, decline of agriculture land for food production and employment.

ASI stakeholder consultation:

- During ASI stakeholder consultation, similar issues (as in IMA report) were raised with regard to the use of chemicals, effects of plantations on the environment such as movement of amphibians and reptiles due interference with ecological corridors

- There is no educational support to help local workers qualify for employment within the company.

Sudden change of strategy within the educational environment program which:
 a. caused loss of work and information,
 b. dismissed community efforts (they had previously drawn an action plan with groups from many municipalities),
 c. and will now focus only in one or two cities per year

- No interest in empowering local community
 a. Veracel does not hire locals, in her opinion.
 b. When approached by the University to potentially discuss some sort of partnership, Veracel stated that the company does not support superior education and their only possible interest might be an English Class for current employees in the future

- Lack of engagement: During a meeting with stakeholders in the region, the company decided to contact a few handcrafters and the University to try to create an educational program with local artists. However, the company has never contacted anyone again after that

- Veracel is currently occupying land that belongs to the State, the movement needs this land to be available to negotiate with the State for possible settlement areas

- Lack of true social engagement: Veracel partially selects

- SGS evaluated Veracel against the issues that were highlighted in the IMA report and particularly those related to the plantations on tropical natural forest reserves. Veracel presented reports (also published online) seen from IMA clears of Veracel of these violations.

- It seems logical that the introduction of plantations and its continued expansion in the region have direct impacts on the social economic and environmental situations some of which are beyond the scope of certification. Examples of these include; decline of agricultural land for food production, migrations etc. Thus ASI evaluation focused mainly on the issues that are directly related to compliance with FSC certification standards/requirements. ASI has identified non compliances against those issues that SGS did not evaluate (see more details in this report).

- Interviews by the SGS audit team with the workers from contractors or those directly employed by Veracel indicated that most of the workers come from around Veracel plantations and this was also confirmed by ASI during its interview with the workers union. In some areas, Veracel is providing educational support at primary school levels but the issue of supporting higher education and directly recruiting these persons within the company was not evaluated against by the SGS team but also the FSC certification requirement is not clear as to what extent companies can contribute towards local employment.

This issue was well evaluated by the SGS team and Veracel provided a detailed description of the current process.

- ASI conclusion: No non compliance found however ASI observed that stakeholders were concerned with that Veracel's social engagement processes stating that it is either poor or very selective and that at the beginning of the plantation establishment, Veracel reached out to different stakeholders but later withdrew without properly communicating its strategic changes in a transparent way.



<p>groups of stakeholders that supports its operations to attend public audiences and respond to assessments</p>	
<p>- Discrepancies in working benefits between Veracelf's own workers and those employed by contractors. Veracel workers receive better benefits, and the contractors claim they cannot offer equal terms because they are not paid much from Veracel and Veracel is reluctant to offer equal benefits.</p> <p>Evidence provided: Copy of last agreements between the Union and the contractors</p> <p>- Copy of the next negotiation list between Veracel and the Union</p> <p>- Rural workers may spend hours commuting depending on where the plantations or the harvesting are going to be. The Union has proposed to have a work clock in the buses to have those hours accounted for, and Veracel has not agreed with it.</p> <p>- Many harvesting workers are on health leave being paid by the state and not able to work because of repetitive motion injuries (arm muscle lesion)</p> <p>Evidence provided (cite the document.) There was no document to prove it, but indicated that Veracel has a list of employees in this condition</p>	<p>See NC.SGS.FSC.FM.BRA.2010.11, with regard to SGS lack of consultation with major stakeholders in which the issue of benefit sharing is cited as an example that was poorly evaluated by the SGS audit team.</p> <p>This issue was evaluated by SGS. However the SGS team looked at health test for some workers and asked the company to provide it with the relevant document. There was no evidence that the SGS team asked the company for a list of cases where workers have been on a health leave for it to make a complete follow up on the matter. This again relates to the aforementioned SGS team's auditing methods.</p>
<p>- Plantations are invading their territory - Wild animals (such as snakes...) are invading the tribe more frequently - An indigenous person was arrested and beaten up in prison, accused of cutting Veracel Eucalyptus trees on the 22nd of November and the community is upset with the situation as Veracel did not explain the situation.</p>	<p>- The SGS team evaluated this issue and Veracel provided a description of the situation which was similar to what the FUNAI representative in Porto Seguro explained during the ASI consultation process. However, the SGS team could not properly evaluate this issue with the concerned stakeholders in Guxuama, considering that the affected person walked out in protest after asking the SGS team if it was going to solve his concern immediately. The SGS team could have followed up on the matter with the head of the indigenous people at the meeting.</p> <p>- ASI issued a non compliance (NC.SGS.FSC.FM.BRA.2010.06) that relates to the SGS teams' own introduction to the stakeholder – an issue that ASI considered important for providing a conducive environment for the collection of objective and factual information from stakeholders.</p> <p>- Instead of the SGS team asking if stakeholders had any problems from wild animals, the SGS team asked if the population of animals in the forest had been affected and the answer was yes, stating that plantations cannot have as many animals as natural areas.</p>
<p>Lack of continuity when addressing the issues: a. The company, on purpose, changes their representatives so that the process is delayed or completely forgotten internally b. Different auditors and certifiers seldom visit the region making it impossible to have a clear historical perspective of such a complex situation</p> <p>- FSC Negligence: a. Aware of most of the issues, the group still certified the company b. SGS refused to support external groups to analyze Veracel's case</p>	<p>- It is not uncommon for companies to change its representatives in various positions but ASI was interested in SGS' follow up on key issues raised against the company by stakeholders. In some cases, this was well addressed by SGS the team and in other cases this was poorly addressed and ASI has raised non compliances against SGS Qualifor (see NC.SGS.FSC.FM.BRA.2010.11).</p> <p>- ASI could see that since Veracel became certified, at least one person from the previous SGS audit had been involved in the subsequent audit but as mentioned the follow up on previous issues is paramount.</p>



c. FSC is seen as accomplice to the company's illegal activities as the ones who ensured their economic sustainability

Evidence provided: email document with history of emails and correspondence between CEPEDES, SGS, and FSC

- In response to stakeholder concerns in 2008, ASI investigated all complaints received and subsequently performed compliance audits to SGS Qualifor. Report is available on ASI website.

- ASI again received stakeholder concerns and responded by performing a stakeholder consultation process and also performing a witness assessment against SGS Qualifor – the assessment results are here in this report. It is worth noting that FSC/ASI considers the stakeholder feedback as a necessary input to ensure continued compliance with FSC certification and accreditation requirements.

4. RECOMMENDATIONS

The ASI team considered the overall performance of SGS Qualifor audit team unsatisfactory in this assessment. The observed shortcomings were discussed with the SGS Qualifor team and the identified non conformities were raised as shown in section 8 of this report. Suspension of accreditation of SGS Qualifor Program for FSC Forest Management in Brazil is recommended to the ASI Managing Director, subject to the timely closure of the nonconformities identified during this assessment.

5. FOLLOW-UP

6. RECOMMENDED SURVEILLANCE ASSESSMENTS

Given the unsatisfactory performance of SGS audit team during this assessment and also the number of SGS certified operations in Brazil, it is recommended for ASI to make another witness assessment specifically to the SGS Qualifor auditors in Brazil.

7. APPENDICES

None

8. NONCONFORMITY REPORTS

REF. No.	NC SGS-FSC FSC FM BRA 2010 1: Veracel	Date detected	10/12/2010
Nonconformity detected by (name of assessor)	Frank Katto	Deadline for implementation:	10/3/2011
Grade	Major		



Evidence observed by ASI	SGS generic standard adapted for Brazil (SGS-AD-33-BR-05-FM-EN-10 dated September 2010) as downloaded from the SGs website on 4 December 2010 Indicator 6.6.2 (2nd bullet) " Prohibited pesticides are not used except where: where a temporary exemption has been authorized in terms of FSC-POL-30-001, by the SGS Qualifor Programme/Director/Manager, prior to use.	
	The same issue was raised on the SGS FM generic standard for Uganda (see NC.SGS.FSC.FM.UG.2010.01)	
Nonconformity	The SGS generic standard is not in compliance with FSC requirements for structure and content. Furthermore, the SGS generic standard does not comply with the FSC relevant documents for pesticide derogation approval.	
Normative Reference(s)	FSC-STD-20-002 v.3.0 C 2.3, 3.2,3.7, 3.8	
Certification reference (as applicable)		
Root cause analysis [completed by CAB]:		
Corrective Action [completed by CAB]		
Preventative Action [completed by CAB]		
Evaluation of Corrective/preventative Actions [completed by ASI]:		
Result of evaluation: Open	Name of ASI assessor: Frank Katto	Date: 10/12/2010

REF. No.	NC SGS-FSC FSC FM BRA 2010 2: Veracel	Date detected	10/12/2010
Nonconformity detected by (name of assessor)	Frank Katto	Deadline for implementation:	10/3/2011
Grade	Major		
Evidence observed by ASI	<p>NCs were not appropriately evaluated by SGS for non-compliances with the FSC FM standard in use. Examples are:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No evaluation of documented justification for use of DiPel biological control for caterpillars (as required by indicator 6.8.2). <p>SGS comments: 01</p> <p>ASI response: Evidence provided is sufficient to drop this issue.</p> <ul style="list-style-type: none"> - The list of chemicals used by the company evaluated by SGS does not include the active ingredient as required by Indicator 6.6.1 of the SGS generic standard adapted for Brazil (SGS-AD-33-BR-05-FM-EN- 10 dated September 2010) as downloaded from the SGs website on 4 December 2010. <p>Comentario equipe: 02</p> <p>ASI response: Evidence provided is sufficient to drop this issue.</p> <ul style="list-style-type: none"> - The total amount of pesticides used is recorded as the total amount of pesticides used divided by the total commercial area of plantation - this underrepresented the amount of pesticides used per ha. (Interview with Daniela in presence of SGS LA, 12noon, 9/12/10). There is also no evidence in the SGS checklist of this requirement has been evaluated since MA. <p>SGS comments: 02</p> <p>ASI response: Evidence provided is sufficient to drop this issue.</p> <ul style="list-style-type: none"> - The monitoring sheet shown to support the decision regarding quantities for chemical use leaves out the following elements confirmed by Daniela to SGS in interview: that 'no control' = 2 kg/ha used, and that sites not located/visited by the monitoring subcontractors would be treated by the spraying contractors after telephone notification to Daniela in the office. No prescription or record was made of these missed sites. <p>SGS comments: 03</p> <p>ASI response: Evidence provided is sufficient to drop this issue.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pesticide purchase invoice state the amount of pesticides and the specific location where this amount will be applied. However an invoice pesticide use in Santa Cruz Cabralia was seen in another area (Imbauba) with the 		



	<p>associated amount of pesticide used – which results inaccurate records of pesticide used.</p> <p>SGS comments: 04</p> <p>ASI response: Evidence provided is not sufficient to drop this issue, the photo of the invoice is available.</p> <p>- No evaluation of the deficits regarding best practice by contractors spraying Mirex is with regards to human health nor applications. For example, workers from Plantar were observed using gloves with cotton shirts and canvas trousers but wearing no overalls or rubber boots , while the Brazilian safety sheet (available on the internet) recommends:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Do not throw packages away, use only personal protected equipment (overalls with long sleeves, gloves and rubber boots). - Do not use damaged personal protective equipment - Take a shower immediately after applying the product - (There is no opportunity for showering on the field sites, which are at least an hour's commute for the worker interviewed at the Plantar site. <p>SGS comments: 05 ;</p> <p>ASI response: Evidence provided is not sufficient to drop this issue.</p> <p>SGS accepted this non compliance and has proposed an action plan with regard to conducting training in January 2011 and also to immediately review its audit checklist – AD 36 B.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Lack of evaluation of accuracy of the H&S information held by workers pertaining to the chemicals they are using: a worker with knapsack sprayer also stated he could consume up to his body weight in Mirex before it became a problem, although this is an ATPinhibitor which also affects the liver. (Indicator 6.6.6). <p>SGS comments: 06</p> <p>ASI response: Evidence provided is not sufficient to drop this issue.</p> <p>ASI did not need to check because the above statement was made by the worker (from Plantar) during the interview by the SGS Lead Assesor and not ASI assessor. The mere fact that the training on use of pesticides was delivered by institutions in compliance with NR31 and this has been accepted by the audit team does not necessarily guarantee the effectiveness of the training which was not evaluated by the audit team. The response of the worker to questions regarding the training and safety of the chemical indicated that training had not been effective in protecting this worker's health.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Lack of evaluation of the overnight storage of the chemicals: Plantar staff stated they stored their truck (which contained 5 days' worth of chemicals at the time of interview) at the Veracel nursery as their own office was too close to houses of legal storage. These trucks were not present after working hours (20:00) when the SGS trainee auditor as evaluating the chemical store, and, when questioned by ASI in the presence of SGS, the nursery staff stated no trucks were parked regularly overnight and that the only time contractor trucks came to the nursery was to pick up chemical supplies during normal office hours. <p>SGS comments: 07</p> <p>ASI response: Evidence provided is not sufficient to drop this issue.</p> <p>The translation was clear. There was no evidence at the time (20:00 hrs) that the SGS audit team verified that the chemicals were unloaded into the storage containers.</p>
Nonconformity	The surveillance audit by SGS Qualifor does not guarantee the certificate holder's continued conformity with applicable certification requirements and does not provides a credible assurance that there is no major failure in the conformity with the requirements of the applicable Forest Stewardship Standard in any FMU within the scope of the certificate.
Normative Reference(s)	FSC-STD-20-007 v3.0 C6.1.1, FSC-STD-20-007 v3.0 C1.1 and 1.2
Certification reference (as applicable)	
Root cause analysis [completed by CAB]:	
Corrective Action [completed by CAB]	
Preventative Action [completed by CAB]	
Evaluation of Corrective/preventative Actions [completed by ASI]:	
Result of evaluation: Open	Name of ASI assessor: Frank Katto
	Date: 10/12/2010



REF. No.	NC SGS-FSC FSC FM BRA 2010 3: Veracel	Date detected	10/12/2010
Nonconformity detected by (name of assessor)	Frank Katto	Deadline for implementation:	10/3/2011
Grade	Major		
Evidence observed by ASI	When asked by ASI about the specific standard requirements to be covered during this surveillance audit, the SGS audit team provided to ASI following Criteria: 1.1, 1.3, 2.3, 4.2, 4.4, 6.2, 6.6, and 10.9. and also an email (dated 13 Sept. 2010) from Gerrit stating what they should evaluate. The SGS audit team stated that due time constraint, the remaining unevaluated criteria will be done as a follow-up in January 2011 during the COC surveillance audit to Veracel.		
Nonconformity	SGS did not evaluate the minimum criteria required by FSC for a surveillance of plantations larger than 10,000 ha. For the following types of operations, the certification body shall at minimum evaluate at each surveillance all indicators of the following sets of criteria from the applicable Forest Stewardship Standard in addition to the elements as defined in Clause 6.3.7 (above). a) Plantations larger than 10,000 ha Criterion 2.3; Criterion 4.2; Criterion 4.4; Criterion 6.7; Criterion 6.9; Criterion 10.6; Criterion 10.7; Criterion 10.8. c) FMUs containing high conservation value attributes, unless the whole area meets the requirements for classification as a "small forest" (see FSC-STD01-003 SLIMF eligibility criteria) Criterion 6.2; Criterion 6.3; Criterion 6.9; Criterion 9.4		
Normative Reference(s)	FSC-STD-20-007 v3.0 C 6.3.8		
Certification reference (as applicable)			
Root cause analysis [completed by CAB]:			
Corrective Action [completed by CAB]			
Preventative Action [completed by CAB]			
Evaluation of Corrective/preventative Actions [completed by ASI]:			
Result of evaluation: Open	Name of ASI assessor: Frank Katto	Date: 10/12/2010	

REF. No.	NC SGS-FSC FSC FM BRA 2010 4: Veracel	Date detected	10/12/2010
Nonconformity detected by (name of assessor)	Frank Katto	Deadline for implementation:	10/3/2011
Grade	Major		
Evidence observed by ASI	During the audit, particular elements were not reviewed by SGS. When asked by ASI about the specific standard requirements to be covered during this surveillance audit, the SGS audit team provided to ASI following Criteria: 1.1, 1.3, 2.3, 4.2, 4.4, 6.2, 6.6, and 10.9. and also an email ((dated 13 Sept. 2010) from Gerrit stating what they should evaluate. The SGS audit team stated that due time constraint, the remaining unevaluated criteria will be done as a follow-up in January 2011 during the COC surveillance audit to Veracel.		
Nonconformity	SGS did not review the required elements of a surveillance evaluation specifically: c) Complaints received; d) Accident records; f) Operational plan(s) for the next 12 months; g) Inventory records; h) Harvesting records; j) Records of sales of FSC certified products (copies of invoices, bills, shipping documents).		
Normative Reference(s)	FSC-STD-20-007 v3.0 C6.2.1 c), d), f), g), h), j)		
Certification reference (as applicable)			
Root cause analysis [completed by CAB]:			
Corrective Action [completed by CAB]			
Preventative Action [completed by CAB]			
Evaluation of Corrective/preventative Actions [completed by ASI]:			
Result of evaluation: Open	Name of ASI assessor: Frank Katto	Date: 10/12/2010	

REF. No.	NC SGS-FSC FSC FM BRA 2010 5: Veracel	Date detected	10/12/2010
Nonconformity			



detected by (name of assessor)	Frank Katto	Deadline for implementation:	10/3/2011
Grade	Major		
Evidence observed by ASI	<ul style="list-style-type: none"> During the stakeholder consultation at Funai office in Itagimirim, the representative from the certificate holder came with the SGS audit team despite ASI request not to go with the company representative. The CH representative was also seen talking to the stakeholder who was to be interviewed and later the stakeholder left in protest causing a lot of confusion at Funai offices and resulting in the SGS team not achieving their objective of consulting with the stakeholder – the SGS team had among other things gone to the Funai to get authorization to speak to this particular stakeholder. After long discussions, the stakeholder accepted to be interviewed the following day. At Guaxuma (with the aforementioned stakeholder) the SGS team did not inform the driver to be out of the consultation and discussion until one of the stakeholders ordered the drive to get out of the room. The SGS audit team several times interviewed workers in a group asking for information without considering confidentially aspects such as workers to state their individual salaries in presence of all other workers. The audit team interviewed workers with their superior watching and then asked for the records (information/documents) of the same workers in order to follow up on the questions asked The audit team received stakeholder concerns (via ASI) about the certificate holder and directly shared this information with the certificate holder instead of investing about the issues in question. For example the audit team asked the CH holder about a complaint received from a stakeholder that has a partnership project with the CH holder giving a lot details about the complaint and the CH holder immediately knew who the complaint was. These problems were systematic throughout the assessment affecting the efficiency of the audit and limiting stakeholders the opportunity to present their points of view to the auditor(s) in confidence. 		
Nonconformity	The SGS audit team did not consider the importance of giving the stakeholders the opportunity to present their points of view to the auditor(s) in confidence.		
Normative Reference(s)	FSC-STD-20-006 v3.0 C1.4.2, 3.2		
Certification reference (as applicable)			
Root cause analysis [completed by CAB]:			
Corrective Action [completed by CAB]			
Preventative Action [completed by CAB]			
Evaluation of Corrective/preventative Actions [completed by ASI]:			
Result of evaluation: Open	Name of ASI assessor: Frank Katto	Date: 10/12/2010	

REF. No.	NC SGS-FSC FSC FM BRA 2010 6: Veracel	Date detected	10/12/2010
Nonconformity detected by (name of assessor)	Frank Katto	Deadline for implementation:	10/3/2011
Grade	Major		
Evidence observed by ASI	<p>During stakeholder consultation Guaxuma, the audit team introductory statement was: "we are from SGG Qualifor here to audit Veracel on FSC certification and requirements and the ASI group is auditing us". This brief introduction was not understood by the indigenous people in Guaxuma who stated there was no difference the SGS team and the Veracel company and questioned the audit team's independence. The stakeholders further asked why the ASI team was also present considering the ASI team had previously interviewed the same stakeholders.</p> <p>This kind of brief introduction happened throughout the assessment affecting the efficiency of the audit and limiting the comments from key stakeholders.</p>		
Nonconformity	The SGS audit team did not properly identify itself to the stakeholders including state clearly the objective and purpose of the consultation.		
Normative Reference(s)	FSC-STD-20-006 v3.0 C7.1, 7.2, 3.3		
Certification reference (as applicable)			
Root cause analysis [completed by CAB]:			
Corrective Action [completed by CAB]			
Preventative Action [completed by CAB]			



Preventative Action [completed by CAB]		
Evaluation of Corrective/preventative Actions [completed by ASI]:		
Result of evaluation: Open	Name of ASI assessor: Frank Katto	Date: 10/12/2010

REF. No.	NC SGS-FSC FSC FM BBA 2010 7: Veracel	Date detected	10/12/2010
Nonconformity detected by (name of assessor)	Frank Katto	Deadline for implementation:	10/3/2011
Grade	Major		
Evidence observed by ASI	<p>The company (head of sustainability) reported identifying HCVF areas according to a PROFOREST toolkit using the following criteria of: size, condition, and lack of edge effect and these are insufficient and not in line with the FSC requirements and definition of HCVF. Social aspects of HCVF are missing from the treatment of HCVF areas. This indicates a failure of Criterion 9.1: HCVF Conservation Values have not been identified according to the FSC definition.</p> <p>The number of potential HCVFs were narrowed by the CH from 19 to 5 as a result of using the above criteria. Without identification of the HCVs in the forest estate, these cannot be managed for, or monitored.</p> <p>Finally, the measures implemented by the CH to protect the HCVF are insufficient as stated by the CH that it is faced with illegal activities taking place of on the FMU, such as hunting of animals especially on the area (6000 ha) that has been identified as a HCV (e.g. Veracel Station).</p>		
Nonconformity	The SGS audit team evaluation does not did guarantee a credible assurance that there is no major failure in the conformity with the requirements of the applicable Forest Stewardship Standard in any FMU within the scope of the certificate.		
Normative Reference(s)	FSC-STD-20-001 v3.0, C4.1, FSC-STD-20-007 v3.0 1.1, 1.2		
Certification reference (as applicable)	In conjunction with Principle 9 of the SGS generic adapted standard for Brazil.		
Root cause analysis [completed by CAB]:			
Corrective Action [completed by CAB]			
Preventative Action [completed by CAB]			
Evaluation of Corrective/preventative Actions [completed by ASI]:			
Result of evaluation: Open	Name of ASI assessor: Frank Katto	Date: 10/12/2010	

REF. No.	NC SGS-FSC FSC FM BBA 2010 8: Veracel	Date detected	10/12/2010
Nonconformity detected by (name of assessor)	Frank Katto	Deadline for implementation:	10/3/2011
Grade	Major		
Evidence observed by ASI	<p>The SGS auditor twice interrupted the ASI translator's asking questions on the ASI assessor's instructions, of workers (at harvesting site and at the Plantar site). SGS prevented the ASI team member from asking questions and told the translator in front of the company and contractor that the translator was not permitted to ask questions on her own. This prevented ASI gathering the interview information in Portuguese as needed.</p> <p>The SGS auditor criticized the ASI translator and quality of translation several times in front of the company in the field.</p> <p>The SGS trainee auditor asked if he could listen to ASI's follow-up interview with nursery staff, after his own interview was completed. He was told he was welcome. He apparently misunderstood this and left, going to the SGS project manager and, in front of 4 Veracel staff, complaining about ASI. (16:20, 8 December).</p> <p>On December 9, the SGS program manager interrupted ASI's verifying interview with the GIS team. In front of the company, the SGS program manager instructed ASI to witness the SGS lead auditor at a specific interview. When the ASI assessor returned to another room to speak to the ASI team, the SGS program manager followed, and shouted down a hallway of 20m in length within the company offices, to ask if the ASI assessor was going to come to witness the SGS lead auditor.</p>		



	The SGS audit public summary report publically records disparagement of ASI: " The excessive amount of details to be assessed in this FSC/ASI audit made the process quite difficult, and has delayed the reading of previous reports from Surveillance 01." (page 83).	
Nonconformity	Despite ASI team's clarification on the objective, purpose and role of ASI during the opening meeting and during the an interim meeting for further clarification, the SGS team several times interfered with the ASI team in front of their clients. This is an inappropriate conduct which damages the reputation of ASI and FSC.	
Normative Reference(s)	ISO 19011 clause 7.2	
Certification reference (as applicable)		
Root cause analysis [completed by CAB]:		
Corrective Action [completed by CAB]		
Preventative Action [completed by CAB]		
Evaluation of Corrective/preventative Actions [completed by ASI]:		
Result of evaluation: Open	Name of ASI assessor: Frank Katto	Date: 10/12/2010

REF. No.	NC SGS-FSC FSC FM BRA 2010 9: Veracel	Date detected	10/12/2010
Nonconformity detected by (name of assessor)	Frank Katto	Deadline for implementation:	9/12/2011
Grade	Minor		
Evidence observed by ASI	The SGS lead auditor advised the company in the presence of ASI (Interview with GIS staff, 17:55, 9Dec2010) that the correct procedure in areas disputed by IMA is to suspend harvesting. She further suggested that the company put an observation in the planning cadastre so that the harvesting team that pulls the cadastre would see it. The SGS LA asked the company to deal with this issue quickly.		
Nonconformity	The auditor provided advice during the audit on issues which could have been barriers to certification to SGS's client.		
Normative Reference(s)	ISO 65 4.2o 2)		
Certification reference (as applicable)			
Root cause analysis [completed by CAB]:			
Corrective Action [completed by CAB]			
Preventative Action [completed by CAB]			
Evaluation of Corrective/preventative Actions [completed by ASI]:			
Result of evaluation:	Name of ASI assessor: Frank Katto	Date: 10/12/2010	

REF. No.	NC SGS-FSC FSC FM BRA 2010 10: Veracel	Date detected	10/12/2010
Nonconformity detected by (name of assessor)	Frank Katto	Deadline for implementation:	9/12/2011
Grade	Minor		
Evidence observed by ASI	The SGS Main Evaluation report including follow-up audits up through December 2009, contains several gaps. For example, the SGS checklist does not record findings (or lack of evaluation) in the 2009 checklist. For example, Indicators between c1.2.2 – 1.4 are not marked with evidence, nor marked 'not evaluated' for either of the audits in 2009.		
Nonconformity	SGS did not ensure that the report and checklist is complete and accurate for this CH.		
Normative Reference(s)	ISO 65 11b), ISO19011		
Certification reference (as applicable)			
Root cause analysis [completed by CAB]:			



Corrective Action [completed by CAB]		
Preventative Action [completed by CAB]		
Evaluation of Corrective/preventative Actions [completed by ASI]:		
Result of evaluation:	Name of ASI assessor: Frank Katto	Date: 10/12/2010

REF. No.	NC SGS-FSC FSC FM BRA 2010 11: Veracel	Date detected	10/12/2010
Nonconformity detected by (name of assessor)	Frank Katto	Deadline for implementation:	9/12/2011
Grade	Minor		
Evidence observed by ASI	<p>The audit team did not consult with some of the major stakeholders such as Cepedes, MST, Workers Union and MLT despite having received complaints related to negative, environmental impacts, land use and ownership conflicts and the discrepancies in wages and benefits between workers from Veracel subcontractors and Veracel own employees. Veracel stated that the differences in wages are exist because of the type of work - which cannot be the same for Veracel own employees and workers from subcontractors i.e. there is subcontracted work that this is done by Veracel employees. However looking at the workers records for 2010, the following activities are done in common:</p> <p>1st column Type of activity (work code) 2nd column Veracel workers 3rd column Subcontracted workers</p> <p>33103 2 6 33104 3 6 33106 1 1 33201 12 663 33403 120 133 33404 97 88 33710 30 366 33503 5 12 33504 3 10 33505 2 6</p>		
Nonconformity	There is no evidence of complaint follow up from the above stakeholders.		
Normative Reference(s)	FSC-STD-20-007 v3.6.3.7		
Certification reference (as applicable)			
Root cause analysis [completed by CAB]:			
Corrective Action [completed by CAB]			
Preventative Action [completed by CAB]			
Evaluation of Corrective/preventative Actions [completed by ASI]:			
Result of evaluation:	Name of ASI assessor: Frank Katto	Date: 10/12/2010	

REF. No.	NC SGS-FSC FSC FM BRA 2010 12: Veracel	Date detected	10/12/2010
Nonconformity detected by (name of assessor)	Frank Katto	Deadline for implementation:	9/12/2011
Grade	Minor		
Evidence observed by ASI	About 60 ha are under agriculture (Cassava, pumpkins,...)- a project between agro-vida in Ponto Central.		
Nonconformity	The SGS audit team did not evaluate the impact of agricultural activities occurring on the FMU.		
Normative Reference(s)	FSC-STD-20-007 v3 5.4.2		



Certification reference (as applicable)		
Root cause analysis [completed by CAB]:		
Corrective Action [completed by CAB]		
Preventative Action [completed by CAB]		
Evaluation of Corrective/preventative Actions [completed by ASI]:		
Result of evaluation:	Name of ASI assessor: Frank Katto	Date: 10/12/2010

REF. No.	NC SGS-FSC FSC FM BBA 2010 13: Veracel	Date detected	10/12/2010
Nonconformity detected by (name of assessor)	Frank Katto	Deadline for implementation:	9/12/2011
Grade	Minor		
Evidence observed by ASI	The following are the mandays for the previous assessments: Main Evaluation (25 mandays), Extra Audit -March/2008 (22,5 mandays), Extra Audit-June/2008 (12 mandays), Surveillance 1 & 2 (8 man days). The time for this surveillance audit was less than the previous surveillance audits considering SGS has only one Lead Auditor assisted by an auditor in training – see the Audit Itinerary received 29 November 2010 and also confirmed with the SGS audit team at the opening and during the closing meeting).		
Nonconformity	For this surveillance audit the audit planning was poor especially with regard to having enough time to collect objective evidence.		
Normative Reference(s)	FSC-STD-20-007 v3.0 2.2		
Certification reference (as applicable)			
Root cause analysis [completed by CAB]:			
Corrective Action [completed by CAB]			
Preventative Action [completed by CAB]			
Evaluation of Corrective/preventative Actions [completed by ASI]:			
Result of evaluation:	Name of ASI assessor: Frank Katto	Date: 10/12/2010	

REF. No.	OBS SGS-FSC FSC FM BBA 2010 1: Veracel	Date detected	10/12/2010
Nonconformity detected by (name of assessor)	Frank Katto	Deadline for implementation:	9/12/2011
Grade	Observation		
Evidence observed by ASI	<p>The MA and surveillance reposts (2009) list four FMUs: a) Região Central A b) Região Sul c) Região Oeste d) Região Norte</p> <p>However, five regions are shown in the sampling for the 2010 audit (additional of Região Central B).</p> <p>The management plan public summary as available on the Veracel website (downloaded 10/10/10) covers all areas in the State of Bahia. (Operations are also planned for the entire plantations, including those also in Minas Gerais).</p> <p>There is a lack of consistency and clarity about what areas are FMUs are per the FSC definition. ("A clearly defined forest areas with mapped boundaries, managed by a single managerial body to a set of explicit objectives which are expressed in a self-contained multi-year management plan.") The four FMUs listed in the Main Evaluation report are neither the current FMUs (although there has been no change of scope reported) nor managed with selfcontained management plans.</p>		
Nonconformity	SGS did not correctly analyze and describe the forest area to be evaluated in terms of one or		



more forest management units;		
Normative Reference(s)	FSC-STD-20-007 v3.0 1.2a)	
Certification reference (as applicable)		
Root cause analysis [completed by CAB]:		
Corrective Action [completed by CAB]		
Preventative Action [completed by CAB]		
Evaluation of Corrective/preventative Actions [completed by ASI]:		
Result of evaluation: Open	Name of ASI assessor: Frank Katto	Date: 10/12/2010

REF. No.	OBS SGS-FSC FSC FM BRA 2010 2: Veracel	Date detected	10/12/2010
Nonconformity detected by (name of assessor)	Frank Katto	Deadline for implementation:	9/12/2011
Grade	Observation		
Evidence observed by ASI	Veracel uses the name and initials of FSC on their webpage. These are trademarked elements, but use of the FSC trademark was not evaluated by SGS. (http://www.veracel.com.br/default.aspx?tabid=68). The SGS audit team stated that the license agreement will be evaluated during the upcoming CoC audit in January 2010.		
Nonconformity	License agreement was not evaluated by the SGS audit team during this surveillance despite the fact that SGS Qualifor requirements has end of 2010 as the deadline for which all existing certificate holders must have signed an FSC License agreement, failing which they will not be allowed to make use of the FSC trademarks, nor make any claims to FSC certification."		
Normative Reference(s)	SGS Guidance Note GN 2010-01		
Certification reference (as applicable)			
Root cause analysis [completed by CAB]:			
Corrective Action [completed by CAB]			
Preventative Action [completed by CAB]			
Evaluation of Corrective/preventative Actions [completed by ASI]:			
Result of evaluation: Open	Name of ASI assessor: Frank Katto	Date: 10/12/2010	

REF. No.	NC SGS-FSC FSC FM BRA 2010 14: Veracel	Date detected	23/5/2011
Nonconformity detected by (name of assessor)	Guntars Laguns	Deadline for implementation:	23/11/2011
Grade	Minor		
Evidence observed by ASI	After 90 days of the field evaluation, SGS has not published the audit public summary results of the audit in the FSC database.		
Nonconformity	SGS has not published annual updates to the published public summary or separate report from annual audit in the FSC database.		
Normative Reference(s)	FSC-STD-20-007B 3.2		
Certification reference (as applicable)			
Root cause analysis [completed by CAB]:			
Corrective Action [completed by CAB]			
Preventative Action [completed by CAB]			



Evaluation of Corrective/preventative Actions [completed by ASI]:		
Result of evaluation: Open	Name of ASI assessor: Guntars Laguns	Date: 10/12/2010

ANEXO E: CERTIFICADO DE MANEJO FLORESTAL DO FSC CONCEDIDO À VERACEL PELA SGS

SGS

Certificate SGS-FM/COC-004383

The management system of

Veracel Celulose S.A.

Rodovia BA 275 - Km 24 - Fazenda Brasilândia, Caixa Postal 21,
Eunápolis, BA, 45820-970, Brasil

has been assessed and certified as meeting the requirements of a well managed forest

Forest Management

Detailed scope

**Forest Management of Eucalyptus sp plantations in Bahia state,
Brazil, for the production and sales of eucalyptus wood.**

**Manejo florestal de plantações de Eucalipto no Estado da Bahia,
Brasil, para a produção e venda de madeira de eucalipto.**

This certificate is valid from 13 March 2008 until 12 March 2013
Issue 1. Certified since March / 2008
SGS Ref # BR08/3996

Authorised by



SGS South Africa (Pty) Ltd, Qualifor Programme
P.O. Box 5472 Hallway House 1685, Unit 5 Mifa Park, 399 George Road, Randjesperk, Midrand, S.A.
t +27 (0) 11 652-1441 f +27 (0) 11 652-1568 www.sgs.com/qualifor

This certificate remains the property of SGS and shall be returned upon request.

Page 1 of 1


FSC
accredited
FSC Trademark © 1996
Forest Stewardship Council A.C.
FSC-ACC-015



graphic design etel en roger phid printed by uell thual security printing ltd southafrica

APÊNDICE A: TABELA DE ATORES ENVOLVIDOS NOS STANDARDS FSC

	FS C IC	FS C G D	ASI	AG	AG/ BR	FSC SE/ BR	CD/ BR	EMPR ESA	ONG S SOCI AIS	ONGS AMBIEN TAIS	CERTIFICA DORA	SINDIC ATO	FLORES TAS	ECOSSIST EMAS	BIODIVERSI DADE	P& C FSC	P& C BR	LEI S	PLAN O DE MANE JO	RELATORI O CERTIFIC AÇÃO	RELATO RIO AUDITO RIA	RELATORIO SUSTENTABIL IDADE
FSC IC		1	1	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
FSC GD	1		0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ASI	1	0		1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0
AG	1	0	1		0	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
AG/BR	0	0	1	0		1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
FSC SE/BR	1	1	0	0	1		1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CD/BR	0	0	0	0	1	1		1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EMPRESA	0	0	0	1	1	0	1		0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1
ONGS SOCIAIS	0	0	0	1	1	0	1	0		0	0	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0
ONGS AMBIENTAIS	0	0	0	1	1	0	1	0	0		0	0	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0
CERTIFICADO RA	0	0	1	1	1	0	1	1	0	0		0	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1
SINDICATO	0	0	0	1	1	0	1	1	1	0	0		1	0	0	1	1	0	0	0	0	0
FLORESTAS	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1
ECOSSISTEM AS	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	1		1	1	1	1	1	1	1	1
BIODIVERSID ADE	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	1	1		1	1	1	1	1	1	1
P&C FSC	0	0	0	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1		0	0	0	0	0	0
P&C BR	0	0	0	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0		0	0	0	0	0
LEIS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0		1	1	1	1
PLANO DE MANEJO	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1	1	1	0	0	1		1	1	1
RELATORIO CERTIFICAÇÃO	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1	1	1	0	0	1	1		1	1
RELATORIO AUDITORIA	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1	1	1	0	0	1	1	1		1
RELATORIO SUSTENTABIL IDADE	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1	1	1	0	0	1	1	1	1	

Fonte: Pesquisa do autor

**APÊNDICE B: QUALIFICAÇÃO DAS SAC EMITIDAS PELO IMAFLORA À
KLABIN DURANTE AS AUDITORIAS DE CERTIFICAÇÃO DO PERÍODO 2003-
2011**

ANO	SAC	CRITÉRIOS	TIPO
2003	#1	1.7	Pendência Jurídica - legislação ambiental (averbação de reservas legais)
2003	#2	1.7	Pendência Jurídica - legislação ambiental (mapeamento)
2003	#3	4.2 4.3 4.7 4.8 4.12	Pendência Jurídica - legislação trabalhista (prestadoras de serviço)
2003	#4	4.2 4.3 4.8 4.12 5.3 5.5 6.5 8.1 8.2 10.6	Procedimentos técnico-organizacionais - processos de auditoria e monitoramento interno
2003	#5	4.2 4.12	Procedimentos técnico-organizacionais - prescrições técnicas para roçada
2003	#6	4.4	Plano de Manejo e Impacto Ambiental - estudo de impacto socioambiental
2003	#7	5.3	Procedimentos técnico-organizacionais - madeira nos talhões
2003	#8	5.3	Procedimentos técnico-organizacionais - queima de resíduos
2003	#9	6.1 6.2 6.5 8.1 8.2 9.2 10.6	Plano de Manejo e Impacto Ambiental - procedimentos para a avaliação de impactos
2003	#10	6.1 6.2	Plano de Manejo e Impacto Ambiental - monitoramento de bacias hidrográficas
2003	#11	6.1 6.2 9.2	Plano de Manejo e Impacto Ambiental - zoneamento das áreas da empresa

2003	#12	6.3 6.9 10.4	Procedimentos técnico-organizacionais - programa de eliminação do Pinus em áreas nativas
2003	#13	6.3 6.9 9.1	Plano de Manejo e Impacto Ambiental - estudos ecológicos da áreas de plantio antigo de Araucária
2003	#14	6.4	Plano de Manejo e Impacto Ambiental - zoneamento ecológico
2003	#15	6.4	Plano de Manejo e Impacto Ambiental - RPPN
2003	#16	7.1	Plano de Manejo e Impacto Ambiental - normativas
2003	#17	9.1 9.2 9.3	Plano de Manejo e Impacto Ambiental - definição FAVC
2003	#18	9.2 9.3	Plano de Manejo e Impacto Ambiental - ações de conservação FAVC
2003	#19	9.2 9.3	Mecanismos de Comunicação - consulta com especialistas de universidades
2003	#20	6.4 6.9 7.1	Plano de Manejo e Impacto Ambiental - procedimentos e prescrições FAVC
2003	#21	8.2	Plano de Manejo e Impacto Ambiental - monitoramento PFNM

2004	#1	4.2 5.1	Procedimentos técnico-organizacionais - saúde dos trabalhadores
2004	#2	6.3	Procedimentos técnico-organizacionais - árvores com valor ecológico
2004	#3	6.5 10.6	Plano de Manejo e Impacto Ambiental - manejo dos resíduos vegetais
2004	#4	4.2	Procedimentos técnico-organizacionais - transporte funcionários
2004	#5	6.1 6.4	Procedimentos técnico-organizacionais - acompanhamento do programa de eliminação do Pinus em áreas nativas
		6.9 10.5	

2005	#1	1.3	Pendência Jurídica - aplicabilidade da legislação internacional
2005	#2	4.4	Plano de Manejo e Impacto Ambiental - implementação e pré-resultados
2005	#3	4.2	Procedimentos técnico-organizacionais -

		4.8 4.12 6.11 8.1 8.2	critérios para contratação e monitoramento das prestadoras de serviço
2005	#4	9.3	Plano de Manejo e Impacto Ambiental - FAVC nos Resumos Públicos

2006	#1	1.1	Pendência Jurídica - legislação ambiental (licença de motosserras)
2006	#2	4.2	Pendência Jurídica - legislação ambiental (estado de conservação maquinário)
2006	#3	4.3	Mecanismos de Comunicação - diálogo com funcionários próprios e terceir.
2006	#4	4.4.	Mecanismos de Comunicação - diálogo com sindicatos
2006	#5	4.3 4.7	Pendência Jurídica - legislação trabalhista (terceirizados)
2006	#6	4.7	Pendência Jurídica - leg. trabalhista, saúde e segurança no trab. (terceirizados)
2006	#7	6.9 10.4	Procedimentos técnico-organizacionais - atualização do programa de eliminação do Pinus em novos arrendamentos
2006	#8	6.6 10.7	Procedimentos técnico-organizacionais - falta de embalagens e data de validade de agrotóxicos
2006	#9	9.4	Procedimentos técnico-organizacionais - monit. da espécie perereca-zebra
2006	#10	PFNM 4	Procedimentos técnico-organizacionais - estimativa estoque e manejo PFNM
2006	#11	PFNM 10 PFNM 11	Procedimentos técnico-organizacionais - avaliação periódica dos níveis de intervenção dos PFNM

2007	#1	1.1 7.2	Pendência Jurídica - Lei da balança (excesso de peso dos caminhões)
2007	#2	4.2 7.3	Pendência Jurídica - leg. trab. (falta de treinamento aplicação de herbicidas)
2007	#3	1.1	Pendência Jurídica - leg. ambiental captação de água sem licença ambiental
2007	#4	1.1 4.7	Pendência Jurídica - legislação trabalhista (jornada de trabalho)
2007	#5	4.2 6.7	Pendência Jurídica - legislação ambiental (estado de conservação maquinário)

2007	#6	4.2	Procedimentos técnico-organizacionais - informações de segurança
2007	#7	4.2	Procedimentos técnico-organizacionais - refeições dos funcionários
2007	#8	4.3	Procedimentos técnico-organizacionais - informações volume da produção
2007	#9	1.6	Pendência Jurídica - legislação ambiental (arrendamento de terras)
2007	#10	4.7	Procedimentos técnico-organizacionais - monitoramento terceirizadas
2007	#11	1.5 5.5	Pendência Jurídica - legislação ambiental (arrendamento de terras)
2007	#12	6.6	Procedimentos técnico-organizacionais - inspeções equipamentos
2007	#13	6.5	Plano de Manejo e Impacto Ambiental - processos erosivos
2007	#14	8.3 CoC #3	Procedimentos técnico-organizacionais - identificação da totalidade cargas

2008	#1	1.1.1	Pendência Jurídica - legislação municipal (levantamento e aplicabilidade)
2008	#2	1.1.2	Pendência Jurídica - leg. ambiental captação de água sem hidrômetro
		10.6.1	
2008	#3	1.1.4	Procedimentos técnico-organizacionais - acesso de terceiro às jazidas
2008	#4	1.1.4	Pendência Jurídica - legislação ambiental (credenciamento reservas legais)
2008	#5	3.1.1 4.4.2	Mecanismos de Comunicação - diálogo com indígenas
2008	#6	4.4.2	Mecanismos de Comunicação - aprimoramento dos canais de comunicação
2008	#7	4.4.2	Pendência Jurídica - legislação trabalhista (alojamento funcionários)
2008	#8	4.2.3 4.2.7	Pendência Jurídica - legislação trabalhista (inadequações dos EPIs)
2008	#9	4.4.1 10.8.1	Plano de Manejo e Impacto Ambiental - atualização impactos socioambientais
2008	#10	4.6.1	Procedimentos técnico-organizacionais - procedimentos terceirização
2008	#11	4.7.1 8.2.1	Procedimentos técnico-organizacionais - acompanhamento da saúde financeira das empresas terceirizadas

2008	#12	4.6.1	Pendência Jurídica - legislação trabalhista (encerramento contrato)
2008	#13	4.7.1	Pendência Jurídica - legislação trabalhista (jornada de trabalho)
2008	#14	4.7.1	Pendência Jurídica - legislação trabalhista (terceirizadas)
2008	#15	5.6.2	Procedimentos técnico-organizacionais - aferições volume da produção
2008	#16	6.5.1	Plano de Manejo e Impacto Ambiental - processos erosivos em novas áreas
2008	#17	6.5.1 6.5.2 10.6.1 10.6.	Plano de Manejo e Impacto Ambiental - processos erosivos e assoreamento em novas áreas certificadas
2008	#18	9.1.1 9.2.1	Plano de Manejo e Impacto Ambiental - avaliação mais ampla de outras possíveis FAVC e seus AAVC
2008	#19	9.4.1 9.4.2	Plano de Manejo e Impacto Ambiental - plano de monitoramento para os atributos da FAVC do Varanal
2008	#20	4.6.1	Procedimentos técnico-organizacionais - implem. proced. terceirização

2009	#1	4.2.2	Procedimentos técnico-organizacionais - distância das áreas de vivência
------	----	-------	---

2010	#1	2.3.1 4.5.1	Procedimentos técnico-organizacionais - falta de procedimentos para resolução de conflitos de posse e uso de terras e compensações
2010	#2	4.2.3	Pendência Jurídica - legislação trabalhista (falta de EPIs)
2010	#3	4.2.3	Pendência Jurídica - legislação trabalhista (higienização de EPIs)
2010	#4	4.4.1	Plano de Manejo e Impacto Ambiental - avaliação inadequada
2010	#5	4.4.2	Mecanismos de Comunicação - registro dos diálogos com a comunidade
2010	#6	6.1.1	Plano de Manejo e Impacto Ambiental - caract. de toda a fauna e flora
2010	#7	6.4.1	Plano de Manejo e Impacto Ambiental - prog. de recuperação ecossistemas
2010	#8	6.7.1	Plano de Manejo e Impacto Ambiental - resíduos dos terceirizados
2010	#9	8.1.1	Plano de Manejo e Impacto Ambiental - monitoramento de mudanças LP
2010	#10	8.2.1	Plano de Manejo e Impacto Ambiental - monitoramento de impacto social

2010	#11	9.1.1	Plano de Manejo e Impacto Ambiental - avaliação mais ampla FAVC e AAVC
2010	#12	9.2.1	Mecanismos de Comunicação - consulta pública sobre as FAVCs

2011	#1	1.1.2	Pendência Jurídica - legislação trabalhista (jornada de trabalho)
2011	#2	1.1.2	Pendência Jurídica - Lei da balança (excesso de peso dos caminhões)
2011	#3	3.2.1	Pendência Jurídica - legislação ambiental (comunidades quilombolas)
2011	#4	3.3.1	Plano de Manejo e Impacto Ambiental - impacto comunidade quilombola
2011	#5	4.1.3	Pendência Jurídica - legislação trabalhista (descontos indevidos terceirizadas)
2011	#6	4.2.1	Pendência Jurídica - legislação trabalhista (saúde no trabalho terceirizadas)
2011	#7	4.2.2	Pendência Jurídica - legislação trabalhista (falta de fornecimento de água)
2011	#8	4.2.3	Pendência Jurídica - legislação trabalhista (inadequações dos EPIs)
2011	#9	4.4.1	Plano de Manejo e Impacto Ambiental - rota dos caminhões e impacto
2011	#10	7.1.1	Plano de Manejo e Impacto Ambiental - controle de espécies exóticas
2011	#11	8.2.1	Plano de Manejo e Impacto Ambiental - monitoramento pré e pós operações
2011	#12	9.4.1	Plano de Manejo e Impacto Ambiental - incorporação dos AAVC nas FAVC no PM
2011	#13	CoC 1.2	Procedimentos técnico-organizacionais - treinamento do sist. controle da CoC
2011	#14	CoC 2.2	Procedimentos técnico-organizacionais - definição do sist. vendas da CoC

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em (Rainforest Alliance; Smartwood Program; Imafloa, 2003; 2005; 2006; 2007; 2009; 2011).

**APÊNDICE C: CATEGORIZAÇÃO DO CONTEÚDO VISUAL E DAS
ENTREVISTAS APRESENTADAS NO DOCUMENTÁRIO DUURZAAM OP
PAPIER**

pessoa	organização	tempo começo	tempo fim	total	posicionamento	Motivo
<i>José Antonio da Silva</i>	morador	1m3s	2m15s	1m12s	contra	falta de emprego, pobreza gerada
imagens maquinas cortando toras e fabrica veracel						
<i>Sergio Alipio</i>	CEO Veracel	3m20s	4m10s	50s	favor	investimento usd 1,2 bi - desenvolvimento - sul da bahia -
imagens mata devastada e cidade (radio no fundo)						
Rita Tavares Gava	vendedora Brava Veiculos	4m40s	5m15s	35s	favor	crescimento da cidade e do comércio
imagens vendedores de rua e catadores						
<i>Ivonete Gonçalves</i>	coord. CEPEDES	5m30s	7m0s	1m30s	contra	riqueza para meia duzia de pessoas de outros paises - muitos acampamentos
imagens acampamento MST - discurso pro reforma agraria						
<i>Valdenice Feliciano de Jesus</i>	acamp MST	7m28s	8m28s	1m	contra	desemprego - veracel deve ceder terra para MST - grande poder da empresa deveria ser solidaria - empresa tem raiva de pobre
imagens acampamento MST - discurso pro reforma agraria						
<i>Eliane Soares</i>	MLT	9m10s	9m30s	20s	contra	eucalipto ninguem come, destruir mudas para plantar alimentos
imagens plantações de eucalipto						
<i>Dona Gilda</i>	vendeu terras Veracel	9m40s	10m55	1m15s	contra	falta de emprego para moradores da regioao
<i>Gilmar</i>	filho Dona Gilda	10m55s	11m20s	25s	contra	abandonaram eles
imagens Gilmar colhendo jaca						
<i>Gilmar</i>	filho Dona	11m32s	12m46s	1m14s	contra	contratado pela

	Gilda					empresa para realizar queimada ilegal
imagens plantações de eucalipto						
<i>Winfridus Overbeek</i>	CEPEDES	12m52s	14m18s	1m26s	contra	posicionamento pro ref. Agraria - veracel supostamente met. Colonialista monocultura
imagens comunidade pataxó em Guaxuma - discurso de encarceramento pela veracel						
<i>Kuhupyxa</i>	lider Pataxó - Guaxuma	14m26s	15m18s	52s	contra	veneno na divisa da propriedade e plantar eucalipto
<i>Takuahy</i>	filho Kuhupyxa	15m19s	16m19s	1m	contra	falta de comida (caça e peixe) e agua (veneno) pela atividade veracel
imagens comunidade pataxó em Guaxuma						
<i>Jassara</i>	mãe Takuahy	16m23s	17m0s	47s	contra	veneno das plantações - agua poluida e diminuiu
imagens comunidade pataxó em Guaxuma						
<i>Juenildo Oliveira Farias</i>	MLT	17m10s	18m10s	1m	contra	manchas na água do rio que cruza a comunidade - manipulação de testes da água - interesse do capital em detrimento do social e ambiental
imagens pulverização de agrotóxico plantações veracel						
<i>David Fernandes</i>	eng. Veracel	18m10s	18m50s	40s	favor	explicação aplicação agrotóxicos - não causa impactos
imagens pulverização de agrotóxico plantações veracel - discurso anti aplicação Roundup por ser e à humanosnocivo à peixes e anfíbios						
<i>Eliane Anjos</i>	resp. Sust. Veracel	19m13s	20m20s	1m7s	favor	modelo de sustentabilidade em construção - ouvir stakeholders e modificar praticas
imagens MP da BAHIA						

<i>João Alves da Silva</i>	proc. MP	20m26s	22m0s	1m34s	contra	múltiplos processos contra a Veracel - propina vereadores acabar processo de limitação de plant. Eucalipto em Eunápolis
<i>José Fragoso</i>	líder com. Tibá	22m1s	22m51s	50s	contra	musica pataxó contra veracel e eucalipto
<i>Bart Holvoet</i>	dir. FSC belgica	22m51s	24m4s	1m13s	favor	explicação FSC
imagens plantações de eucalipto - discurso anti plantações nos P&C FSC						
<i>José Fragoso</i>	líder com. Tibá	24m35s	25m15s	40s	contra	contra eucalipto - falta fruto e com isso biodiversidade - eucalipto não é floresta
<i>Ivone Gonçalves</i>	coord. CEPEDES	25m15s	26m10s	55s	contra	falta de participação comunidade (Veracel é prepotente)
imagens fabrica Veracel						
<i>Eliane Anjos</i>	resp. Sust. Veracel	26m14s	26m44s	30s	favor	FSC ajuda no tripé da sustentabilidade
imagens plantações de eucalipto						
<i>José Fragoso</i>	líder com. Tibá	26m52s	27m35s	43s	contra	a Veracel não merece o selo FSC (papel aceita tudo)
<i>Ivone Gonçalves</i>	coord. CEPEDES	27m35s	29m13s	1m42s	contra	o selo é para enganar 'você do norte' - SGS não consultou a CEPEDES - carta ao FSC - FSC não ouve ninguém e dá o selo à Veracel
<i>Bart Holvoet</i>	dir. FSC Bélgica	29m13s	29m58s	45s	favor	FSC não certifica - quem faz são as certificadoras
imagens floresta nativa						
<i>João Luiz Monti</i>	IBAMA	30m1s	30m41s	40s	contra	maquiagem da realidade auditoria ocorre por estimativa e a condução das

						peças ocorre de maneira discriminada
<i>Sergio Alipio</i>	CEO Veracel	30m41s	31m55s	1m14s	favor	8 visitas de auditoria em 1 ano no lugar de 2 - pelas diligencias ocorridas - nós vimos um case - mantvov a cert. porque cumprimos a lei
<i>João Alves da Silva</i>	proc. MP	31m55s	33m8s	1m13s	contra	SGS não consultou o MP - pois a Veracel não cumpre a lei
imagens toras						
<i>Winfridus Overbeek</i>	CEPEDES	33m35s	34m10s	35s	contra	FSC não influencia o processo - pagamento pela empresa do processo de certificação desempenhado pela SGS
<i>Jutte Kill</i>	FERN	34m10s	35m10s	1m	contra	FERN cética quanto ao processo de certificação de grandes plantações
imagens favela em Eunápolis - discurso anti plantações						
<i>Winfridus Overbeek</i>	CEPEDES	35m29s	35m51s	22s	contra	monoculturas para exportação
<i>Jutte Kill</i>	FERN	35m51s	36m16s	25s	contra	FSC não pode certificar operações nestas condições.
imagens papel nas ruas e plantações eucalipto - discurso anti expansão da veracel						

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Duurzaam op papier, 2010.

**APÊNDICE D: PESQUISA HEMEROGRÁFICA DOS CONFLITOS ENVOLVENDO
A CERTIFICAÇÃO FLORESTAL DO FSC E SUA IMPLEMENTAÇÃO NO SITE
FSC-WATCH.ORG**

CERTIFICADORAS BANIDAS

<i>ENVOLVIDO</i>	<i>MOTIVO</i>	<i>PAÍS</i>	<i>ANO</i>
BUREAU VERITAS	INDÍCIOS DE CERTIFICAÇÃO FRAUDULENTA	CAMARÕES	2006
IMO	INDÍCIOS DE CERTIFICAÇÃO FRAUDULENTA	CHILE	2006
SGS	INÚMEROS INDÍCIOS DE CERTIFICAÇÃO FRAUDULENTA	BRASIL/ESPANHA/GUIANA/ETC. VER ABAIXO.	2006 / 2007 / 2008 / 2009 / 2010 / 2011

ORGANIZAÇÃO ABANDONA FSC

<i>ENVOLVIDO</i>	<i>MOTIVO</i>	<i>PAÍS</i>	<i>ANO</i>
FERN	CERTIFICAÇÃO DE CRÉDITOS DE CARBONO	GRÃ-BRETANHA	2011
SSNC	FSC FALHA EM GARANTIR UM ALTO NÍVEL AMBIENTAL E SOCIAL	SUÉCIA	2010
ROBIN WOOD	MONOCULTURAS INDUSTRIAIS DE PLANTAÇÕES RECEBEM O SELO	ALEMANHA	2009
FRIEND OF THE EARTH EWNI	STANDARD NÃO CONSEGUE GARANTIR UM ALTO NÍVEL AMBIENTAL E SOCIAL	GRÃ-BRETANHA	2008
ADEGA	CERTIFICAÇÃO ESPANHA	ESPANHA	2008

CERTIFICADORAS ENVOLVIDAS EM ESCANDALOS NO MUNDO

<i>ENVOLVIDO</i>	<i>MOTIVO</i>	<i>PAÍS</i>	<i>ANO</i>
SCS	CERTIFICAÇÃO	NICARAGUA	2008
SCS	CERTIFICAÇÃO	CANADÁ	2006

SCS	CERTIFICAÇÃO	EUA	2006
SCS	CERTIFICAÇÃO JURUÁ	BRASIL	2007
SCS	CERTIFICAÇÃO V&M	BRASIL	2007
IMO	CERTIFICAÇÃO	CHILE	2006
BUREAU VERITAS	CERTIFICAÇÃO	CAMARÕES	2006
RA/SW	CERTIFICAÇÃO	LAOS	2006
RA/SW	CERTIFICAÇÃO	COSTA RICA	2006
RA/SW	CERTIFICAÇÃO	PANAMÁ	2006
RA/SW	CERTIFICAÇÃO	NICARAGUA	2007
RA/SW	CERTIFICAÇÃO	INDONÉSIA	2007
RA/SW	CERTIFICAÇÃO	RÚSSIA	2007
RA/SW	CERTIFICAÇÃO	COLOMBIA	2007
RA/SW	CERTIFICAÇÃO	PERU	2007
RA/SW	CERTIFICAÇÃO	HONDURAS	2011
RA/SW	CERTIFICAÇÃO	LETONIA	2011
RA/SW	CERTIFICAÇÃO	AUSTRALIA	2007
RA/SW - IMAFLOA	CERTIFICAÇÃO	BRASIL => SUZANO	2009
RA/SW	CERTIFICAÇÃO	CONGO	2008
RA/SW	CERTIFICAÇÃO	FINLÂNDIA	2008
RA/SW	CERTIFICAÇÃO	CANADÁ	2007
SGS	CERTIFICAÇÃO	SUAZILÂNDIA	2007
SGS	CERTIFICAÇÃO	GUIANA	2006
SGS	CERTIFICAÇÃO	UGANDA	2006
SGS	CERTIFICAÇÃO	ESLOVÁQUIA	2006
SGS	CERTIFICAÇÃO	CONGO	2006
SGS	CERTIFICAÇÃO	URUGUAI	2006
SGS	CERTIFICAÇÃO	RÚSSIA	2007
SGS	CERTIFICAÇÃO	BRASIL	2007
SGS	CERTIFICAÇÃO	AFRICA DO SUL	2006
SGS	CERTIFICAÇÃO	ESPANHA	2007
SGS	CERTIFICAÇÃO	SUÉCIA	2007
SGS	CERTIFICAÇÃO	POLÓNIA	2008
SGS	CERTIFICAÇÃO	INDONÉSIA	2007
SGS	CERTIFICAÇÃO	PAPUA NOVA GUINÉ	2006
SGS	CERTIFICAÇÃO	IRLANDA	2006
SGS	CERTIFICAÇÃO	COLÔMBIA	2009

IMPLEMENTAÇÃO NO BRASIL

<i>ENVOLVIDO</i>	<i>MOTIVO</i>	<i>ESTADO</i>	<i>ANO</i>
V&M	MORTE DE PROTESTANTE	MINAS GERAIS	2007
ARACRUZ	COMPRA FÁBRICA	RIO GRANDE DO SUL	2006

SUZANO	GREENWASHING	PIAUÍ	2009
VERACEL	FILME – BELGAS SOBRE A EMPRESA	BAHIA	2011
VERACEL	MORTE DE INDÍGENA	BAHIA	2010
VERACEL	INVASÃO DO MST	BAHIA	2009
VERACEL	MULTA DE 20 MILHÕES	BAHIA	2008
VERACEL	MONOCULTURA DE EUCALIPTO	BAHIA, ESPIRITO SANTO E MINAS GERAIS	2008
VERACEL	DESASTRE PARA O FSC	BAHIA	2007
VERACEL	IMPOSSIBILIDADE DE CERTIFICAÇÃO	BAHIA	2007
VERACEL	VERACEL PODE TER O LOGO?	BAHIA	2007
STORA ENSO	INVASÃO DA VIA CAMPESINA	RIO GRANDE DO SUL	2008
JURUÁ	CERTIFICAÇÃO	AMAPÁ	2008
JURUÁ	ESCANDALO DA SCS	AMAPÁ	2007
KLABIN	VENDA FÁBRICA	RIO GRANDE DO SUL	2006

Fonte: Elaborado pelo autor com base no website do FSC Watch